

AS DINÂMICAS AO REDOR DA HABITAÇÃO SEGUNDO A IMPRENSA LOCAL DE TAVIRA E REGIONAL DO ALGARVE 1974-1980

O TAVIRA
JORNAL DO ALGARVE
LUTAR NO MAR LUTAR EM TERRA

BAIRROS SAAL DE TAVIRA: MEMÓRIA SOCIAL E ARQUITETURA

CEAACP - UNIVERSIDADE DO ALGARVE

MAIO 2025

LIA ANTUNES, JOÃO BAÍA, MIGUEL REIMÃO COSTA E PATRÍCIA GONÇALVES

AS DINÂMICAS AO REDOR DA HABITAÇÃO SEGUNDO A IMPREENSA LOCAL DE TAVIRA E REGIONAL DO ALGARVE 1974-1980

O TAVIRA, JORNAL DO ALGARVE, LUTAR NO MAR LUTAR EM TERRA

2025

Organização



Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património

Apoio



Financiamento



ProMuseus
2023

FICHA TÉCNICA

Título |

As dinâmicas ao redor da habitação segundo a imprensa local de Tavira e regional do Algarve 1974-1980. O Tavira, Jornal do Algarve, Lutar no Mar Lutar em Terra

Investigação e organização |

Lia Antunes, João Baía, Miguel Reimão Costa e Patrícia Gonçalves

Data |

Maio 2025

Edição |

CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade do Algarve

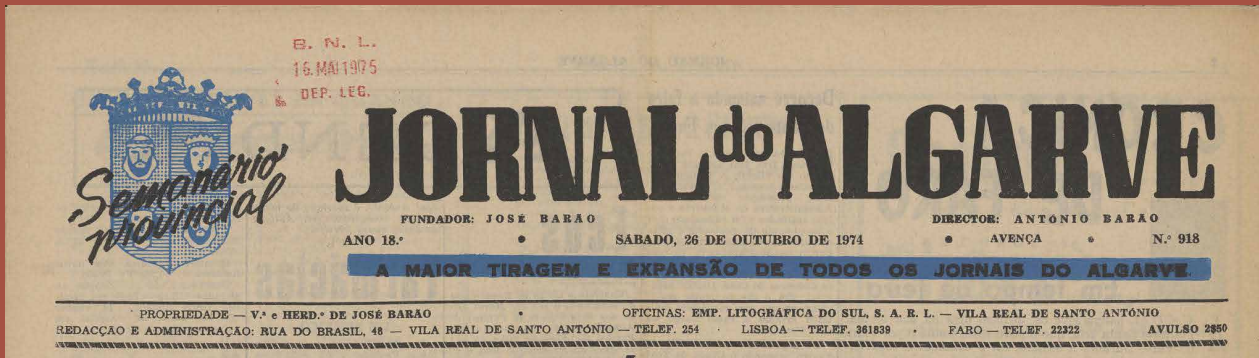
DOI: <https://doi.org/10.34623/tg9k-8098>

Financiamento |

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto "SAAL Tavira: Memória Social e Arquitetura", promovido pelo Museu Municipal de Tavira, com financiamento da Câmara Municipal de Tavira e da Direção-Geral do Património Cultural / ProMuseus 2023. A investigação foi desenvolvida no CEAACP/UAlg, com coordenação de Miguel Reimão Costa, e financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00281/2025.

Agradecimentos |

Aos arquivos consultados: Biblioteca Nacional de Portugal (detentora dos jornais *O Tavira* e *Lutar no Mar Lutar em Terra*) e à Hemeroteca Digital do Algarve. Um agradecimento final ao *Jornal do Algarve*.



Cabeçalhos

ÍNDICE

Políticas de habitação, comissões de moradores e outras reivindicações no Algarve	1
O SAAL/Algarve	142
As questões da habitação e outras lutas em Tavira	207
As operações SAAL em Tavira	253

A LUTA PELA HABITAÇÃO SEGUNDO A IMPRENSA LOCAL DE TAVIRA E REGIONAL DO ALGARVE

1

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO, COMISSÕES DE MORADORES E OUTRAS REIVINDICAÇÕES NO ALGARVE

No Algarve, tal como no resto do país, a habitação foi uma das necessidades prementes que acompanharam e transcenderam o período revolucionário. Em toda a região, as comissões de moradores foram-se constituindo, fazendo exigências e participando em tomadas de decisão, por vezes através da ação direta. Este capítulo dedica-se às notícias sobre as ações populares e a política habitacional no Algarve, nomeadamente no que concerne as ocupações, as dinâmicas de comissões de moradores que não se ligaram ao Processo SAAL, a dinamização cultural do MFA na região, a criação do Gabinete de Planeamento do Algarve (GaPA), a reivindicação por casas e creches, o fomento de campanhas de alfabetização para pessoas adultas, as reuniões das administrações locais e centrais, entre outros assuntos.

As mais de doze dezenas de notícias recolhidas nos três jornais analisados neste documento mostram o enorme dinamismo de mulheres e homens das comissões de moradores, originado após o 25 de Abril de 1974 e especialmente intenso em 1975. Estas organizações populares foram agentes de mudança, de solidariedade, de conflitos e consensos, convocadas a participar em eventos das administrações locais e da tomada de decisões sobre a vida coletiva. As suas reivindicações não se restringiram apenas à melhoria das casas: mobilizaram-se pela recolha do lixo, limpeza de bairros e cidades, atividades para crianças, eventos desportivos, transportes públicos, entre outras iniciativas que interferem diretamente na vida quotidiana. A dado momento, a partir de meados de 1979, já raramente se fala em comissões ou associações de moradores, passando o discurso a centrar-se na promoção municipal de habitação social e na iniciativa privada apoiada pelas entidades bancárias que, apelando ao crédito, ditavam lemas como “Vamos ajudar a construir as habitações que o País precisa!”.

CORREIO de LAGOS

FOI CONSTITUÍDA UMA COMISSÃO PARA OCUPAÇÃO DAS CASAS DA PREVIDÊNCIA

Na terça-feira, foram no salão nobre dos Paços do Concelho recebidas muitas pessoas pretendentes às casas da Previdência, prontas a serem ocupadas, desde há alguns meses. A sr.^a D. Maria dos Reis Vieira Amores, em nome de uma comissão constituída para ocupação das casas, foi dizendo que no caso de o problema continuar sem solução seriam ocupadas segundo os resultados de inquérito que estavam organizando. O presidente da Câmara demonstrou não ter descurado o assunto, lendo correspondência, alguma recente, mas a senhora acrescentou que só aguardariam 8 dias pela resposta ao telegrama que a Câmara ia enviar.

Reunião do Movimento Democrático das Mulheres

Na Junta Distrital de Faro, o Movimento Democrático das Mulheres promoveu uma sessão de esclarecimento que foi orientada pela dr.^a Maria de Lurdes Ruivo. Foram focados em especial o que se refere às condições de trabalho, igualdade jurídica em relação ao marido, período de descanso antes e depois do parto, etc.

No final estabeleceu-se animado debate.

Jornal do Algarve,
1974-06-22, p.3

CARTAS a Redacção

A PROPÓSITO DOS PIDES

Sr. M. B.,

Ao pegar no Jornal do Algarve de 28 de Setembro, II na primeira página a vossa resposta dada a uma senhora que tem dó dos pides. Essa senhora diz que somos todos filhos do mesmo pai e feitos da mesma massa. Teria ela alguma vez dito a esses canalhas o mesmo que disse agora, ao senhor?

Pediú ela alguma vez a esses esbirros do povo que perdoassem a esse mesmo povo, quando eles achavam que este povo falava mal, este povo sacrificado e espezinhado durante quarenta anos?

Teria ela ensinado aos senhores da pide, que Deus ou o pai, como ela disse, também pedia para vestirmos os nus, darmos de comer a quem tem fome e beber a quem tem sede, coisa que nunca se fez nas prisões da Pide?

Ela, que parece tão religiosa, se calhar nunca teve coragem de cumprir com estes três mandamentos. E hoje tem coragem de criticar quem escreve qualquer artigo em que se faça crítica contra esses miseráveis, que sacrificaram filhos do nosso bom povo.

Eu admiro do coração as Forças Armadas, esses bravos que nos livraram do fascismo a quem essa senhora deve pertencer. Mas acho que está a ter muita benevolência com a pide, pois para esses cães deviam abrir outro Tarrafal.

Maria José

O POVO REUNIU-SE NA ALTURA

Decorreu no cinema da Altura, concelho de Castro Marim, uma reunião de trabalho com os habitantes, em que foi criada uma comissão destinada a transmitir a quem de direito as inúmeras aspi-

rações da localidade:

Aspiração a sede de freguesia; construção da igreja e cemitério; construção de dois bairros económicos; distribuição de água ao domicílio, incluindo o sítio do Barrocal; electrificação do sítio do Barrocal; recolha de lixo; construção de um mercado; alcatroamento de algumas artérias; arranjo da estrada de acesso à praia; construção de um parque de estacionamento de viaturas, junto à mesma.

Porquê tantos pedidos? Pelo esquecimento a que a terra tem sido votada e completo abandono administrativo da mesma.

Agradecemos, antecipadamente, a publicação desta carta em nome dos dois mil habitantes.

Altura, 24 de Setembro de 1974

A Comissão de Habitantes

«Centros Populares 25 de Abril»

Apelo para a sua formação

Militantes anti-fascistas e anti-colonialistas com experiências diversas nas actividades da resistência revolucionária portuguesa — participação no assalto ao quartel de Beja na madrugada de 25 de Janeiro de 1962, no trabalho de organização clandestina nas fileiras da FPELN, do PCP, do PS, do MAR, em acções da ARA e das Brigadas Revolucionárias, na acção política no quadro do Movimento Democrático e do Movimento Sindical, da CDE, e do Movimento Estudantil — comunistas e socialistas sem partido, cristãos revolucionários, trabalhadores manuais e intelectuais, decidiram coordenar a sua acção e conjugar os seus esforços no sentido de promover, à escala do País, a constituição de CENTROS POPULARES 25 DE ABRIL.

Não se trata de fazer mais um partido. Não se trata de criar de cima para baixo mais um aparelho político. Trata-se de fomentar a iniciativa criadora das massas populares, através da organização autónoma do povo trabalhador, nas cidades e nos campos, nos locais de trabalho e nos locais de residência.

Os partidos políticos têm um importante papel a desempenhar. A sua existência é uma garantia do direito de livre expressão e organização. A unidade dos partidos e das forças anti-fascistas é uma condição de defesa das conquistas do 25 de Abril e do avanço do processo democrático em curso. Os CENTROS POPULARES 25 DE ABRIL não pretendem substituir-se ou sobrepor-se à organização dos partidos políticos, e ao papel que a estes compete na democratização da vida política portuguesa. Mas os partidos políticos não esgotam todo o processo de organização e mobilização popular. A sua existência não preenche nem substitui todas as formas possíveis de organização política dos cidadãos, dos trabalhadores e das massas. A par da constituição de partidos e sindicatos há que promover a constituição de formas variadas e diversificadas de organismos unitários autónomos que assegurem a participação consciente dos cidadãos, como sujeitos criadores e não como simples executores ou correias de transmissão, na construção de um Portugal democrático e socialista.

Por outro lado, a unidade das forças populares não pode resultar apenas dos acordos entre os dirigentes dos partidos políticos. Tem de ser feita na base, tem de ser obra da acção colectiva, quotidiana, dos militantes que participam efectivamente no trabalho político e no trabalho de massas. Os CENTROS POPULARES 25 DE ABRIL abertos a todos os democratas e socialistas, procurarão contribuir na prática para a unidade dos trabalhadores, para a unidade do povo, para a unidade de todas as forças anti-fascistas, anti-colonialistas e anti-imperialistas.

O objectivo fundamental dos CENTROS POPULARES 25 DE ABRIL será o de consolidar e reforçar à escala nacional a unidade do Movimento das Forças Armadas e do movimento popular. Os CENTROS POPULARES 25 DE ABRIL apoiarão, com autonomia e independência, o Movimento das Forças Armadas, cuja continuidade e desenvolvimento político é condição da defesa das conquistas democráticas e do avanço do processo revolucionário. São a síntese revolucionária da vanguarda do Movimento das Forças Armadas e da vanguarda do movimento popular poderá assegurar a continuidade do processo revolucionário em curso e abrir o caminho para a construção de uma sociedade democrática e socialista.

Não se trata de fazer em Portugal uma democracia «à francesa». Não se trata, tão pouco, de copiar este ou aquele modelo de socialismo. Trata-se de impedir que o processo iniciado em 25 de Abril seja recuperado, neutralizado, ou desvirtuado. Trata-se de evitar a todo o custo que a reacção destrua as conquistas já efectuadas e trata-se, também, de evitar que a burguesia neutralize a iniciativa do Movimento das Forças Armadas, e do movimento popular, limitando-se a institucionalizar uma democracia formal, burguesa.

O Movimento das Forças Armadas, tendo assumido no acto revolucionário de 25 de Abril, o papel de vanguarda histórica do povo, abriu largas perspectivas, que tornam possível a construção de uma democracia do povo trabalhador, como ponto de partida para a criação colectiva, original, de uma sociedade socialista. Mas há que impedir a concretização das manobras que visam bloquear o Movimento das Forças Armadas, sob o pretexto de que este já fez o que tinha a fazer e deve agora regressar aos quartéis. O mito do apolitismo das Forças Armadas permitiu a manipulação destas pelo regime fascista. A dissolução do Movimento das Forças Armadas colocaria em perigo o processo de participação popular na democratização da vida portuguesa. O Movimento das Forças Armadas tem de continuar. Os camaradas do Movimento das Forças Armadas têm de continuar a assistir, na fase presente, um papel de participa-

ção activa no processo revolucionário em curso. O dever dos militantes revolucionários é trabalhar nesta perspectiva, apoiando criticamente as iniciativas do Movimento das Forças Armadas, contribuindo para a consolidação e politização do Movimento, chamando-o a fazer política dentro e fora dos quartéis e a participar directamente na organização e mobilização do povo, de modo que se realize na prática quotidiana, na base e na acção, a síntese revolucionária do Movimento das Forças Armadas e do Movimento Popular. Esse é, aqui e agora, o caminho para a democracia e o socialismo. É essa a razão de ser dos CENTROS POPULARES 25 DE ABRIL.

A Comissão Promotora dos Centros Populares 25 de Abril lança um apelo a todos os anti-fascistas, a todos os trabalhadores, a todos os cidadãos:

— Há que defender as conquistas do 25 de Abril.

— Há que consolidar e reforçar a unidade do povo e das Forças Armadas.

— Há que informar, esclarecer, politizar e organizar o Povo.

— Há que promover, a todos os níveis, a iniciativa e a organização democrática, unitária do povo.

Ninguém se pode substituir aos trabalhadores e ao povo. Ninguém se pode substituir, neste momento, ao papel histórico do Movimento das Forças Armadas.

Nada pode substituir a organização democrática, autónoma, dos trabalhadores e do povo nos locais de trabalho e nos locais de resi-

dência, nos concelhos e freguesias, na produção, em todos os planos e sectores da vida nacional.

É preciso defender, consolidar e alargar os direitos políticos dos trabalhadores e dos cidadãos.

É preciso defender, consolidar e alargar a gestão democrática das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia, das empresas, das fábricas, de todos os organismos de carácter económico, social, cultural, administrativo e político.

É preciso assegurar e desenvolver uma real democracia de base a todos os níveis e em todos os sectores. Só assim se poderão criar instrumentos democráticos autênticos, que permitam a participação do povo e o controle por este exercido nos diversos níveis da actividade económica, política, social e cultural do País.

As vitórias alcançadas, a alegria e o entusiasmo provocados pela queda do fascismo não podem levar-nos a adormecer e a subestimar os perigos da reacção interna e externa. Os fascistas não desapareceram. Os círculos imperialistas estrangeiros não dormem. É necessário estar atento e redobrar de vigilância. É necessário informar e esclarecer o povo. É necessário organizar a vigilância popular.

A constituição imediata dos CENTROS POPULARES 25 DE ABRIL é determinada pela necessidade de defender as liberdades democráticas alcançadas, de levar até ao fim a depuração e o desmantelamento do regime fascista, de assegurar a participação popu-

lar na democratização da vida nacional, de dar um conteúdo concreto, vivo e actante ao sentimento de confiança do povo no Movimento das Forças Armadas e de promover a todos os níveis a iniciativa criadora dos trabalhadores e do povo com vistas à transformação democrática e socialista da sociedade portuguesa.

Que os militantes, os trabalhadores, os cidadãos, os anti-fascistas e anti-colonialistas tomem a iniciativa de constituir por toda a parte CENTROS POPULARES 25 DE ABRIL.

Que nos locais de trabalho e nos locais de residência nas cidades e nos campos, nas fábricas e nos bairros, se constituam, com espírito unitário, democrático e militante, CENTROS POPULARES 25 DE ABRIL.

A Comissão Promotora

O QUE SE AGUARDA PARA A OCUPAÇÃO DAS CASAS DA PREVIDÊNCIA?

Por mais de uma vez nos temos referido às casas da Previdência, que, em condições de ocupação há mais de um ano, continuam desocupadas, apesar de dois inquéritos com vista à sua utilização, um dos quais feito após o 25 de Abril.

Admitimos deficiências em qualquer dos inquéritos, pois para servir mais ou menos 800 pessoas seriam precisas 800 casas e as construídas não chegam a 80. Os casos a considerar são numerosos e por muita vontade que haja de acertar as falhas persistirão, mas em face dos dois inquéritos julgamos possível reduzi-las, possibilitando-se a ocupação com menos reparos da parte dos que deixarem de ser contemplados.

Continuarem as casas da Previdência fechadas, quando o Governo está adoptando medidas no sentido de os particulares manifestarem as que tenham vagas para ocupação imediata, faz-nos crer que da entidade detentora das habitações que tanto têm dado que falar, há dificuldades a vencer. Confiamos em que estas sejam removidas, pois as autoridades locais, o Movimento Democrático e as Forças Armadas revelam-se prontos a colaborar para quanto resulte a bem da colectividade.

Jornal do Algarve,
1974-10-26, p.9

Câmara Municipal do Concelho de Vila Real de Santo António

A V I S O

São por este meio avisados todos os chefes de família que vivem em más condições de habitação e estiverem interessados na distribuição de casas, de que devem comparecer nesta Câmara Municipal até ao dia 30 do corrente mês, para efeitos de preenchimento de inquérito ao respectivo agregado familiar.

Paços do Concelho, 6 de Novembro de 1974.

O Presidente da Comissão Administrativa,

Joaquim Batista Pedro Correia

B. N. L.
16. MAI 1975
DEP. LEG.



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO
ANO 18.º SÁBADO, 30 DE NOVEMBRO DE 1974 AVENÇA N.º 923

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO OFICINAS: EMP. LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — TELEF. 254 LISBOA — TELEF. 361839 FARO — TELEF. 22522 AVULSO 2850

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA, HABITAÇÃO SOCIAL E TURISMO FORAM TEMAS TRATADOS NO ALGARVE POR TRÊS MEMBROS DO GOVERNO

UMA equipa constituída pelo dr. Nandino de Carvalho, subsecretário de Estado da Administração Interna, arquitecto Nuno Portas, subsecretário de Estado da Habitação e Urbanismo e dr. Asdrúbal Calisto, subsecretário de Estado do Turismo, deslocou-se a Faro para ali tratar de problemas ligados aos seus departamentos e ao todo geográfico e administrativo do Algarve. A actuação é em regime de equipa, já que os problemas têm de ser equacionados e resolvidos numa escala globalística e em diálogo franco e autêntico com os responsáveis pela administração local, procurando-

-se a descentralização política e administrativa e a responsabilização dos representantes directos das populações. Aguardados no aeroporto pelo dr. Luis Filipe Madeira, governador civil do Distrito, arq. Paula Mendes, comissário do Governo para o Gabinete de Planeamento do Algarve, eng. José Luis de Moura, presidente da Comissão Regional de Turismo e outras entidades, seguraram os visitantes para o Governo Civil, onde houve como que uma formalização do Gabinete de Planeamento do Algarve, já que se verificou um efectivo contacto entre os mem-

bros do Governo e o grupo que vai trabalhar naquele importante órgão, recentemente criado, e que fará parte de uma experiência-piloto com influência num equitativo processo de desenvolvimento da província do Sul. Participaram na reunião elementos da Junta Distrital, Direcção de Urbanização e Comissão Regional de Turismo (Plano de Infra-estruturas Urbanísticas), sendo analisa-

da a acção do Gabinete e seu esquema de actuação, bem como os problemas que ao mesmo se ligam. O período da tarde foi dedicado à reunião dos Municípios do Distrito. Esta, na sequência das que quinzenalmente têm vindo a agrupar os responsáveis pelas Câmaras do Algarve, decorreu no salão do Município de Faro, presidindo o dr. Almeida Carrapato, presidente (Conclui na 8.ª página)

SÃO MUITOS OS PROBLEMAS

Três membros do Governo no Algarve

(Conclusão da 1.ª página)

da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Faro ladeado pelo chefe do Distrito, subsecretários de Estado, presidente da Comissão Regional de Turismo e comissário do Governo no Gabinete de Desenvolvimento do Algarve.

As primeiras palavras foram do dr. Almeida Carrapato que saudou os membros do Governo, tendo o dr. Nandino de Carvalho falado sobre a validade de tais reuniões, a composição dos futuros Conselhos Distritais, informação, planeamento, descentralização, execução e controle dos resultados, bem como processo de responsabilização política, técnica e administrativa, referindo que todo o progresso só pode ser feito numa base regionalista. Pouco depois a circunstância de o nosso Distrito ter uma responsabilidade maior, pois servirá de exemplo para o resto do País na experiência que aqui vai ser encetada, de região com certa autonomia.

O arq. Nuno Portas expôs o funcionamento do G. P. A. e sua articulação com outros órgãos do Estado, «que muitas vezes serviam apenas de estação de correios para Lisboa». Criticou a dança burocrática e a plena necessidade de soluções de conjunto para os problemas. Referiu a necessidade de aproveitar ao máximo os recursos, que não são muitos e que a circunstância de o Algarve ser uma unidade provincia-distrito favoreceu a criação de uma experiência, que poderá passar a ser adoptada noutras zonas do País. Desta experiência, disse o membro do Governo, a própria e futura Assembleia Constituinte poderá extrair valiosos conhecimentos para a reorganização administrativa que se pretende. O arq. Nuno Portas anunciou ainda a deslocação a Lisboa dos governadores civis para discussão do roteiro da verba de um milhão de contos destinada à aquisição de casas com projectos já aprovados e com início em Janeiro de 1975, medida que constitui por um lado um apoio à indústria de construção civil e por outro um passo para a solução do problema habitacional. A administração da verba atribuída será feita por cada distrito e constituirá a primeira experiência de descentralização do Governo Provisório. Disse também que o G. P. A. será, de momento, de planeamento urbanístico, ampliando mais tarde a sua acção e que o desenvolvimento turístico passou pelo Algarve como pura especulação, só comparável à que se processou no que se refere a terrenos para habitação na grande Lisboa e no Porto.

O dr. Asdrúbal Calisto referiu ser preciso reformular o turismo numa indústria que sirva fundamentalmente o Algarve e as populações e localidades em que se insere e não fora das realidades e interesses da Província. Focou a acção de dinamização das obras de infra-estruturas, pedindo a colaboração e crítica de todos, pois só assim se poderá ter uma orientação capaz, referindo ainda a necessidade de preservação da paisagem, terrenos agrícolas, etc., no controle das urbanizações e loteamentos.

Foram também focados, entre outros, temas que se prendem com a reorganização municipal e o recenseamento eleitoral.

As entidades presentes puseram depois algumas interrogações e problemas aos três membros do Governo, tudo ligado aos respectivos departamentos.

No final da reunião ouvimos o subsecretário de Estado da Administração Interna que declarou ao *Jornal do Algarve*:
Valou a pena esta reunião. Foi um encontro de trabalho que teve

a utilidade de proporcionar um contacto com as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais. No que me diz respeito, considero que este é o género de iniciativas com tendência a desenvolver-se no futuro, ou seja a deslocação de equipas interministeriais às regiões, para que, em contacto com os representantes dos interesses locais, que certamente no futuro serão legitimados por eleição, possam encontrar-se soluções exequíveis. Mais se salienta que o Ministério da Administração Interna, sob a orientação do sr. tenente-coronel Costa Brás, tem vindo a dedicar a maior atenção aos problemas da descentralização administrativa e política, constituindo a experiência piloto do Algarve autêntico laboratório para ensaio de soluções que os futuros deputados à Assembleia Constituinte certamente terão em conta na elaboração do diploma fundamental de um Estado Português Moderno, Democrático e Pluralista.

Preciso

Empregados de comércio cumprido.
Tratar no Estabelecimento Real, 2 a 8 — Telefone 22033



CORREIO de LAGOS

COOPERATIVA DE HABITAÇÃO EM REGIME DE PROPRIEDADE COLECTIVA

O Movimento Democrático Português tem realizado reuniões com vista à criação de uma cooperativa de habitação em regime de propriedade colectiva, e na última, em 19 deste mês, ficou praticamente assente a sua constituição, pois já contam mais de cem inscrições para o efeito.

A modalidade, não sendo das que mais atenção desperta, posto que as casas serão sempre propriedade da cooperativa, e não indo o direito dos sócios, na ocupação, até aos filhos que atinjam 21 anos, serve no entanto para melhorar o problema habitacional.

Dos presentes à reunião, houve quem se interessasse por construção própria, à sua custa, o que poderá fazer-se mediante renda do terreno, sem direito, pois, de propriedade privada. Ora, a Câmara dispõe, felizmente, de terrenos adquiridos no regime anterior com vista à solução do problema habitacional, que segundo estudos já iniciados, podem satisfazer todos os que careçam de habitação, até em regime de propriedade privada, porque será sempre agradável a qualquer chefe de família dizer «esta casa é minha».

Porque não completar esse estudo? Há partidos políticos que defendem bairros sociais e estes, uma vez a expensas do Estado, para arrendamento a preços compatíveis com os salários mais baixos, já seriam um grande passo para uma iniciação socialista ou outra, de carácter democrático.

Sempre que possível, afigura-se-nos sensato satisfazer os que à custa do seu trabalho querem construir o seu próprio lar, e assim, criar zonas para o efeito, pode contribuir para o contentamento de muitos, talvez com agrado de quantos são pelas liberdades que o 25 de Abril nos proporcionou.

aliciantes, mas porque os homens não estão isentos de defeitos dado o materialismo que domina, as nossas dúvidas avolumam-se sobre a prática do que programam.

No dia 20, assistimos, no Clube Artístico Lacobrigense, à primeira sessão que a delegação do Partido Socialista realizou em Lagos.

Dos programas distribuídos anteriormente à sessão, muito consta de positivo para a nova sociedade que urge construir, e das palestras e diálogos que se prolongaram por mais de duas horas, concluímos haver muito de aproveitável, pois os bairros sociais com vista à família única que se impõe, um crédito agrícola único também, através de reestruturação das actuais Caixas de Crédito Agrícola, assistência e ensino gratuito para todos, podem contribuir para a sociedade equilibrada que desperte gosto pela vida.

Para tanto há que calcar o egoísmo e a valdade, e desta tivemos exemplo flagrante em determinada senhora que ao entrar na sala da sessão, quando alguém lhe chamou a atenção para pessoa de avançada idade que tinha na lapela um cravo vermelho, respondeu com ares de importância e desdém: «Mal empregado cravo».

Dinamização cultural do M. F. A. no Algarve

Prossegue com entusiasmo e total adesão das massas populacionais, a Campanha de Dinamização Cultural que a Comissão Regional do Algarve do Movimento das Forças Armadas tem vindo a realizar na Província, levando o esclarecimento, incentivando à politização e objectivando sobre os motivos da «Revolução dos Capitães de Abril» a núcleos, na grande maioria votados a completo obscurantismo. Neste momento, o número de sessões realizadas em toda a Província e organizadas quer pela Comissão Central, com sede em Faro, como pelas subcomissões de Lagos e Tavira, aproxima-se da centena, calculando-se uma assistência total a rondar mais de 90 mil pessoas.

As sessões de esclarecimento, têm-se realizado muitas vezes nas mais distantes e desconhecidas povoações da serra algarvia. Também muitas dessas sessões têm sido dedicadas a sectores específicos profissionais. Assim aconteceu com a reunião de há pouco na Junta Distrital de Faro, dedicada aos funcionários da Caixa de Previdência do Distrito. Elementos militares e civis que compõem a Comissão Dinamizadora Regional fizeram esclarecedoras dissertações sobre temas como o voto, as eleições, o saneamento, a unicidade sindical, a legalidade revolucionária e a emancipação da mulher. Este último tema e pelo elevado número de mulheres presentes, mereceu especial interesse, havendo-se estabelecido amplo e aberto diálogo, numa discussão lúcida e construtiva, em que se afirmou que «a revolução progride de acordo com a capacidade revolucionária do povo português», «o homem e a mulher caminham lado a lado na emancipação», «as pessoas evoluídas, as que mais sabem, têm obrigação de esclarecer os menos dotados», «é necessária uma frente cada vez mais ampla de quadros revolucionários para esclarecimento e dinamização», «há milhares de problemas que todos podemos ajudar a resolver pela constituição de grupos para alfabetização, educação sanitária, sindicalismo, fomento desportivo, gosto pela cultura (teatro, cinema, etc.)», «importa arrancar as pessoas do marasmo e do imobilismo em que estão e integrá-las no processo revolucionário de construção do País Novo», etc.

Entretanto, continuam a efectuar-se sessões, estando, entre outras, marcadas as seguintes: hoje, em Salema; amanhã, na Guia (Albufeira); dia 17 em Ferragudo e Olhão; dia 18 em Estômbar; dia 19 em Bensafirim. Todas as sessões se iniciam às 21 horas, excepto a da Guia, que começa às 15 horas.

Um comunicado do Grupo de Acção Antifascista de Vila Real de Santo António

Do Grupo Cívico de Acção Antifascista de Vila Real de Santo António recebemos um comunicado em que se evidenciam os seguintes propósitos:

A comissão coordenadora provisória do Grupo Cívico de Acção Antifascista, dá conhecimento à população do concelho de Vila Real de Santo António que porventura não se tenha ainda identificado com o grupo, de que o mesmo já se encontra em actividade.

Como apareceu e o que pretende fazer?

Atendendo ao apelo do Movimento das Forças Armadas e ao apoio requerido pela Comissão Administrativa da Câmara, para que se formassem comissões representativas da classe operária a todos os níveis, um grupo de trabalhadores do concelho, sabendo da necessidade que a população tem de organizar-se a fim de combater o fascismo e tentando resolver os problemas mais urgentes do povo trabalhador, resolveu iniciar o processo de formação.

O Grupo dividir-se-á em comissões cívicas especializadas nos sectores que parecem ser mais urgentes e que serão as seguintes: Comissão de Habitação, Comissão de Saúde e Higiene Pública, Comissão de Desemprego, Comissão de Controle e Fiscalização de Preços, Comissão de Saneamento e Comissão de Desporto e Cultura.

A comissão de habitação, pretende: 1.º, controlar e fiscalizar os preços das rendas das casas e acabar com a especulação. 2.º, procurar saber quais são as casas que estão desabitadas e diligenciar para que as mesmas sejam ocupadas pelas camadas mais desprotegidas da população, procurando indagar quem vive em piores condições. 3.º, pôr fim à subalugação das casas, que só vem beneficiar toda a especulação existente. 4.º, tentar acabar com as casas da «lata» nomeadamente as existentes em Monte Gordo e no sítio do Lazareto. 5.º, dar mais rápido andamento aos projectos de urbanização em curso no concelho, pois consta que está programado construir-se 120 habitações em Vila Real de Santo António e 100 em Monte Gordo, o que viria a alojar muitas centenas de pessoas a viver em péssimas condições, providenciando para que

se dê rápido início às respectivas obras (o que viria a dar trabalho a mais de uma centena de trabalhadores da construção civil), fazendo assim frente à grave crise de desemprego que alastra pelo País.

A Comissão de Saúde e Higiene Pública, pretende: 1.º, procurar melhorar as condições em que se encontra o hospital. Diligenciar no sentido de que haja sempre um médico assistente ao hospital, com um serviço de urgência que sirva os interesses da população, bem como um posto clínico na Caixa de Previdência. 2.º, pôr ao serviço do povo (mesmo que não tenha direito à assistência médica e medicamentosa pelos serviços da Caixa de Previdência), o Centro de Saúde existente na vila. 3.º, pôr fim à burocracia existente no Posto Clínico dos Serviços Médico-Sociais, facilitando a quem ali se desloca para ser assistido. Acabar com a marcação de consultas no posto médico com a grande antecedência que hoje se verifica. Pôr fim à lei dos médicos do Posto Clínico, que diz «somente podemos atender 15 pessoas por dia». Esta imposição tem de acabar, pois os médicos, têm de começar a compreender que estão ao serviço do povo e não das camadas mais protegidas. 4.º, intensificar esforços no sentido de que se comece a construir tão depressa quanto possível infantários, creches e parques infantis, o que beneficiaria as camadas trabalhadoras do concelho. 5.º, criar sanitários e balneários, que possam servir condignamente as classes trabalhadoras. 6.º, dar conhecimento à população em geral das mais elementares regras de higiene e assistência preventiva. 7.º, criar condições básicas de higiene e assistência a nível de empresas.

A Comissão de Controle e Fiscalização de Preços, pretende: 1.º, combater a especulação desenfreada a que toda a população está sujeita, e ajudá-la a desmascarar os comerciantes que não respeitem as leis em vigor. 2.º, fiscalizar os preços praticados pelo comércio em geral, dando conhecimento à população dos preços máximos autorizados por lei. 3.º, fiscalizar os preços nos mercados da verdura e do peixe. Controlar os preços na loja comercial, procurando acabar com a especulação cujo principal prejudicado é o povo.

A Comissão de Saneamento, pretende: 1.º, desmascarar e sanear todas as pessoas (sem excepção) ligadas directa ou indirectamente, ao regime fascista. 2.º, tentar arranjar listas de elementos do concelho comprometidos com o regime fascista. 3.º, tentar arranjar forma de desmascarar os falsos democratas.

A Comissão de Desemprego, pretende: 1.º, dar conhecimento aos trabalhadores de como se deve reagir aos despedimentos, procurando ajudar as massas operárias e impedir todo e qualquer despedimento sem justa causa. 2.º, consciencializar os trabalhadores de que somente unidos conseguirão fazer frente aos patrões que na maior parte dos casos aproveitam do facto de se encontrarem desunidos. 3.º, incitar os trabalhadores a formar sindicatos e comissões dentro das empresas onde labutam. 4.º, indagar as razões que levam os construtores civis a terem as suas obras interrompidas. Procurar saber também o que os leva a não iniciarem as obras nos terrenos comprados já há algum tempo.

OS PROBLEMAS DO BAIRRO DA ABRÓTEA, APRECIADOS EM SESSÃO CAMARÁRIA

Talvez porque a voz do povo se vai fazendo ouvir, foi-nos dado assistir a diálogo entre o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal e representantes dos moradores do Bairro da Abrótea, na sessão camarária de 26 do mês findo, que apreciámos pelo carácter familiar de que se revestiu.

A comissão de moradores, dentro do programa estabelecido para que os munícipes dêem conta das suas necessidades, havia alertado sobre os problemas do bairro, e a Câmara, estudando-os, pronunciou-se favoravelmente sobre o arranjo da estrada que serve o bairro e quanto a melhor sistema na recolha do lixo, ao estudo sobre esgotos e a alterações nos horários das carreiras urbanas, que facilitem o transporte das crianças que frequentam as escolas. Também se falou na instalação de telefone público, que se impõe, visto o aglomerado populacional tal justificar.

Sentimo-nos em presença de dignos representantes do bairro, e porque o presidente da Câmara se mostrou solidário com eles, temos fé em que problemas que defendemos desde há muito, venham a ser solucionados dentro em breve.

Jornal do Algarve,
1975-03-08, p.7

JORNAL^{do} ALGARVE

BRISAS do GUADIANA

Nasceu um Jardim Infantil em Vila Real de Santo António

CONTA poucas semanas de vida o Jardim Infantil de Vila Real de Santo António, onde as «flores», graciosos botões a brotar para as alegrias e tristezas que constituíram o seu dia-a-dia, são agora cerca de setenta pequenitos, meninas e meninos, com idades entre os 3 e os 6 anos.

Não tem o Jardim outras «flores», porque o espaço disponível — uma casa de habitação adaptada, na Rua Teófilo Braga — o não permite, mas não lhe faltam, segundo conseguimos ver, meios para captar o agrado e o interesse dos seus juvenis ocupantes que, em boa verdade, para ele se encaminham, prazenteiros, nos dias de utilização (de segunda a sexta-feira, das 9 às 12,30 e das 14 às 17,30 horas), sabendo que ali irão encontrar, além dos companheiros e companheiras com quem começam a cimentar amizades duradouras, toda uma vasta gama de jogos e brincadeiras próprios para as suas idades. E destes jogos e brincadeiras, sempre acompanhados por pessoal competente, nascem os germes que, ao mesmo tempo, orientam as monitoras quanto às tendências de cada um para esta ou aquela actividade de cunho prático ou artístico.

Sentem-se bem, os miúdos, no Jardim que para eles foi implantado e que, neste campo, vem preencher uma lacuna desde há muitos anos notada em Vila Real de Santo António.

O imóvel dispõe de quatro salas, melhor diríamos quatro alegres e convidativos «canteiros», todas com mobiliário adequado à estatura e mentalidade infantis e tendo nas paredes, como decoração, reproduções de animais, flores e outros motivos que às crianças possam causar aprazimento. Uma das salas destina-se aos miúdos de 3 anos, que ali brincam e jogam, ouvem música, contos e cantigas. Na sala dos mais crescidos (os e as de seis anos), há construções, pinturas, colagens, desenho, recortes, picotagens, digitintas (a arte de, ao som de música, criar desenho «ritmado», de que depois são tiradas provas). Em duas outras salas transformadas numa, têm os garotos de 4 e 5 anos actividades semelhantes aos de seis, embora um pouco menos apuradas.

Há ainda, no imóvel, a sala de espera, a secretaria e o vestiário, onde cada utente possui o seu cabide, que mais facilmente irá descobrir todos os dias através do boneco nele pintado.

O Jardim Infantil vila-realense pertence ao Centro de Assistência da Sr.^a da Encarnação e tem como directora a assistente social D. Maria Adelaide Pereira de Campos Monchique de Sousa, como monitoras D. Maria Cristina Ribeiro (grupos dos 3 e 6 anos) e D. Etelvina de Sousa David (grupo dos 4/5 anos) e como auxiliar D. Maria da Encarnação Gutierrez Mascarenhas. Recebe uma vez por semana a visita da educadora infantil D. Maria Isabel Vilhena, que, com as responsáveis pelos grupos, orienta as respectivas actividades.

As condições de acesso das crianças são avaliadas através de inquérito às possibilidades económicas do agregado familiar, existindo, superiormente estabelecida, uma tabela para o efeito, na qual o escalão máximo atinge 400 escudos e o mínimo, 50 escudos por mês.

A Câmara Municipal, que tem prestado valiosa colaboração, atribuiu ao Centro um subsídio de 53 contos, destinado a material didáctico e decoração do Jardim, tendo o Governo Civil oferecido 10 contos. Também elementos da população têm contribuído com trabalho e verbas que vão a 4600 escudos.

Aos garotos é servida uma merenda, à tarde, e todos confraternizam nas festas de anos de cada um, que também recebe uma lembrança de todo o grupo. As datas de maior relevo são sempre assinaladas e quando possível fazem visitas acompanhadas aos correios, museu, igreja, estações da C. P., monumentos, etc. Na última festa de anos, todos escolheram para o Jardim o nome de borboleta, talvez por gostarem da vasta gama de

cores das asas das que lhes enfeitam as salas.

São principais aspirações das pessoas que devotadamente orientam a magnífica certeza que o Jardim já representa, o virem a dispor de instalações mais amplas tendo condições para melhor desenvolver actividades cénicas, musicais, ginásticas e outras, com as quais as crianças (e as famílias, indirectamente) bastante viriam a lucrar.

Mais claras, porém, que as nossas palavras acerca desta obra de tanta validade e interesse para Vila Real de Santo António, são as que nos permitimos respigar de um folheto que lobrigámos a quando da nossa visita e que darão aos leitores plena ideia da verdadeira finalidade do Jardim Infantil vila-realense:

O jardim infantil é um lugar onde a criança joga, canta, dança, manipula materiais diversos, desenha e pinta, ouve contos e conversa, festeja o dia de anos dos seus companheiros, realiza passeios, etc. Não é propósito do jardim infantil que a criança aprenda a jogar, cantar, dançar, desenhar, etc., mas que, mediante estas actividades, adquira possibilidades e desenvolva capacidades, não tendo em conta a maior ou menor perfeição com que o menino joga, canta, dança, modela, mas considerando os seus progressos em pensamentos, sentimentos e conduta.

Assim, o fim essencial do jardim infantil é acompanhar e favorecer a educação integral da criança. Para que esse fim seja acessível, o plano de actividades considera simultaneamente com igual interesse e de forma equilibrada, todos os aspectos do desenvolvimento da criança em si mesma e também como parte integrante da sociedade.

Permite que a criança desenvolva os hábitos, automatismos, destrezas, habilidades e aptidões que — uma vez que possibilitarão a sua gradual integração social — pressupõem a base para alcançar os objectivos da educação primária.

Cumprida a missão total do jardim infantil, a criança em idade escolar ingressa na escola primária.

Que assimilou ao longo da sua passagem pelo jardim infantil? — Aprendeu a falar correctamente; a desenvolver o seu espírito de iniciativa e de responsabilidade; conseguiu o seu ajustamento social relacionando-se com os seres e elementos que estão fora do seu pequeno mundo; adquiriu — baseado na sua própria experiência e habilidade manual — muitos conhecimentos úteis, iniciou-se no domínio da auto-expressão, em toda a gama múltipla das suas expressões representativas; exercitou sem esforço a memória e guardou na sua mente um verdadeiro tesouro de canções, histórias e poemas adequados à sua idade. Assim, embora o jardim infantil não se apresse a ensinar a ler, escrever e contar — que não é função sua mas específica da escola primária — terá, contudo, despertado o desejo de alcançar o domínio desses conhecimentos. Por outro lado: que dificuldade pode oferecer a escrita a crianças que passaram um par de anos desenhando e pintando alegremente todos os dias? Que obstáculos pode encontrar na aprendizagem esse menino para quem recitar, cantar, dramatizar e interpretar contos foi o jogo alegre de muitas horas?

Num jardim de infância, a criança aprende com alegria num ambiente especialmente planeado para lhe oferecer experiências valiosas e incultr-lhe sentimentos de segurança emocional, bem como uma atitude de prazer à escola.

J. M. P.

Dinamização Cultural do M. F. A.

TEM prosseguido em toda a Província a Campanha de Esclarecimento e Dinamização Cultural, promovida pelo Movimento das Forças Armadas, através da Comissão Regional de Faro e das Subcomissões de Lagos e Tavira. No decurso desta semana realizaram-se sessões em Rogil (Aljezur), Olhos de Água, Cortes do Velho, Azinhal, Messines de Baixo, Almansil e Pontes de Marchil. Hoje decorrerá uma sessão em Fonte de Penedo (Odeleite).

A L. U. A. R. CRIA EM LOULÉ O INFANTÁRIO POETA ALEIXO

O NÚCLEO de Loulé da L. U. A. R. fez distribuir o seguinte comunicado:

A Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR) comunica a toda a população de Loulé, ter ocupado na noite de 21 de Março, o palacete situado no local da Fonte da Pipa, abandonado há longos anos, o qual será utilizado como Infantário Popular com o nome de «Poeta Aleixo».

Tal acção tem como objectivo possibilitar às crianças mais desfavorecidas o acesso a uma assistência educacional sadia, física e psiquicamente, já que a creche local, com educadoras que não fazem horários completos, e encerrando temporariamente para férias de Páscoa, Natal e meses de Verão, não assegura o acesso a crianças cujas famílias se sentem obrigadas a trabalhar todo o ano.

Além disto, o pagamento mensal obrigatório provoca uma selecção que a todo o transe se deve abolir.

A memória de António Aleixo:

O mundo só pode ser melhor do que até aqui quando consigas fazer mais p'los outros que por ti.

Pela Revolução Socialista.
Pela Classe Trabalhadora.
Por um socialismo de base.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE HABITAÇÕES NA REGIÃO DO ALGARVE

REALIZOU-SE em 26 do mês findo, no Governo Civil do Distrito, o acto de assinatura das escrituras de concessão de subsídios às Câmaras Municipais que beneficiaram do Programa de Aquisição de Habitações para a Região do Algarve. O valor global do subsídio é da ordem dos 120 mil contos para um total de cerca de 345 habitações, distribuídas por 7 Municípios.

As escrituras foram outorgadas pela dr.^a Olinda Ivars em representação do Fundo de Fomento da Habitação e pelos presidentes das Comissões Administrativas das Câmaras dos Concelhos de Faro, Lagos, Olhão, Portimão, Silves, Tavira e Vila do Bispo. Ao acto assistiram o dr. Manuel José da Fonseca, exercendo as funções de go-

vernador civil e o arquitecto Rui M. Paula, comissário do Governo para o Planeamento da Região do Algarve.

Este Programa de Aquisição de Habitações tem como objectivo principal, conforme estabelece o Decreto Lei 658/74, atenuar as consequências da constatada retracção da procura privada e manter ou aumentar o nível de emprego e actividade no sector da construção.

O Gabinete de Planeamento, em colaboração com aqueles Municípios, coordenou a elaboração dos estudos e projectos necessários bem como a distribuição das verbas. Consequentemente, estabeleceu o valor das empreitadas, programando o valor de venda das habitações.

NOTÍCIAS DE FARO

F. N. A. T.

Sabemos que a actual comissão directora da Delegação de Faro da FNAT está empenhada em conseguir um edifício suficientemente amplo onde possa instalar os seus serviços e onde possa pôr a funcionar um refeitório para operários e, simultaneamente, um infanatório.

Que os seus anseios se concretizem, porque a população da cidade bem precisada está de tais benefícios, ao mesmo tempo que com tais melhoramentos a referida instituição serviria para aquilo que nunca serviu até ao 25 de Abril: atender o Povo.

OCUPAÇÃO

A Associação Algarvia de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais, com sede nesta cidade e que de há muito luta com dificuldades de espaço para as suas instalações, ocupou, de acordo com o seu proprietário sr. Amadeu, conhecido construtor, o antigo palácio do Lã, na Avenida 5 de Outubro, com o fim de lá instalar uma escola que possa albergar maior número de crianças marcadas com o estigma da infelicidade.

HABITAÇÃO

Parece que dentro de algum tempo (que esperamos não seja muito), iremos ter o problema da habitação em Faro, não resolvido de todo, mas pelo menos minorado, já que a Câmara Municipal se propõe construir algumas dezenas de fogos e está disposta a ceder ao Fundo de Fomento da Habitação terrenos para moradias de renda económica.

Oxalá vejamos rapidamente concretizada esta iniciativa, para que, se não todos, pelo menos alguns possam desde já ter o direito a uma habitação decente e que não lhes leve metade ou mais do ordenado mensal.

RUAS

Em tantos tons tem sido glosado o miserável estado da grande maioria das ruas desta cidade, que já tínhamos resolvido não falar mais nelas, para que não nos chamem maçador e para não estarmos sempre a repisar a mesma tecla. Mas resolvemos vir novamente à liça, para falar na quantidade

excessiva de brita miúda que tem sido espalhada pelas covas, pois a mesma se torna perigosa quando há a necessidade de um veículo automóvel fazer uma travagem mais ou menos repentina o que ainda não ocasionou desastres por muita sorte, já que com o estado de certas ruas devido à brita, é muito difícil qualquer viatura parar de repente.

Em compensação, a camada betuminosa que cobre a brita nas ruas que estão a ser reparadas, é quase inexistente...

NOVAS SEDES

O Partido Comunista inaugurou nesta cidade a sua nova sede, que está instalada numa vivenda sita na Avenida 5 de Outubro.

Também o MES instalou a sua sede num imóvel situado na Estrada de Olhão.

José Gil

Em Faro foi constituída a comissão de moradores do Bairro da Atalaia

EM assembleia plenária de moradores, foi eleita democraticamente a comissão do Bairro da Atalaia, na capital algarvia, à qual cumprirá, em espírito comunitário, a solução de problemas daquela zona, bem como pugnar pelo progresso do bairro em todos os sectores.

A comissão tem a seguinte constituição: João Carmo Nascimento, Maria Piedade Bernardo, Alexandrino José Rocha, Jacinto José Rosmaninho Lopes, Armando Sousa Marques, António Rodrigues Viegas e António da Luz Sousa Soares (efectivos) e Manuel António Rocha, Alberto Emiliano dos Reis e Valentim Alves Nogueira (suplentes).

Mais um bairro da capital algarvia tem assim a sua comissão de moradores, tal como já acontece, entre outros, com os bairros do Alto de Rodes, Montenegro, São Luís e Penha.



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO
ANO 19.º

SÁBADO, 19 DE ABRIL DE 1975

DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO
AVENÇA N.º 943

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO
OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — TELEF. 254 • LISBOA — TELEF. 361839 • FARO — TELEF. 22322 • AVULSO 2\$50

A EXPRESSÃO DA LIBERDADE

por Maria de Olhão

CALENDÁRIO DO ELEITOR PARA 25 DE ABRIL

O eleitor inscreven-se no recenseamento da sua freguesia e só nessa freguesia poderá ir votar. Contudo, e como nas freguesias mais populosas irão funcionar várias secções de voto, deve, desde já, ir procurar nos editais afixados na sede da Junta e outros lugares públicos, qual a Secção de Voto em que está inscrito, bem como qual o local onde a mesma irá funcionar.

Para lá se deve dirigir no dia 25 de Abril, entre as 8 horas da manhã e as 7 horas da tarde, e aí:

- Aguarda na fila.
- Chegada a sua vez, identifica-se perante o presidente da mesa, dizendo o nome e apresentando um documento de identificação.

- Após confirmação de que o seu nome está no caderno eleitoral, recebe um boletim de voto.

- Dirige-se a uma das câmaras de voto.
- Verifica que o boletim não tem qualquer rasura ou sinal.
- Marca com uma cruz, no quadro respectivo, o partido que conscientemente tiver escolhido.

- Dobra o boletim ao meio deixando a parte branca para fora e depois novamente ao meio (cruzando o vinco da primeira volta).

- Sai da câmara de voto e regressa para junto da mesa.

- Entrega o boletim dobrado ao presidente, que o introduzirá na urna que ali se encontra.

- Retira-se do local.

O eleitor deve seguir exactamente o que atrás fica descrito; se, por acaso, se enganar, deve voltar ao presidente da mesa e pedir novo boletim de voto, entregando o inutilizado.

- Em caso algum quem quer que seja pode ser obrigado a revelar o partido em que votou ou vai votar.

- Por sua iniciativa só pode dizer em que partido votou, se se encontrar a mais de 500 metros de distância da assembleia ou secção de voto.



pelo dr. MATEUS BOAVENTURA

CASAS E TERRAS OCUPADAS

VAI por todo o País uma onda de ocupações de casas, o que nem sempre tem justificação, principalmente quando essas casas não se encontram abandonadas, ou quando não existem motivos verdadeiramente importantes para o fazer.

Há vivendas há muitos anos vazias em situação esplêndida para instalar uma creche, uma enfermaria ou um refatório para operários; por sua vez, há famílias numerosas que vivem em péssimas condições num bairro de lata ou numa escassa divisão. E, claro, os fins justificam os meios. Mas será preferível sempre fazer uma ten-

(Conclui na 3.ª página)

NOTÍCIAS DE FARO

OBRAS EM PERSPECTIVA

Ao que parece, a nossa cidade começa a ter as suas carências lembradas pelas suas esferas governamentais. Assim se anuncia a imediata construção de 60 habitações na zona do Bom João, ao que julgamos nuns terrenos que a Câmara possui na Rua do Bom João, entre dois blocos ali constituídos. Esperamos que essa «imediate» não venha muito longe, porque, se bem que em Faro haja casas de habitação para alugar, os seus preços são tais que quem nelas val morar fica sem possibilidade de se servir da cozinha e da casa de jantar...

— A Comissão Administrativa da Câmara está igualmente a diligenciar junto do Fundo de Fomento da Habitação no sentido da construção de 210 fogos, para os quais a edilidade contribuiria com o terreno.

— Deve realizar-se dentro em breve, a convite da Comissão Administrativa da Câmara, a assembleia de municípios que, em princípio, esteve marcada para 7 deste mês, mas que por razões de desconhecemos não se efectuou.

— Pela Comissão de Trânsito da Câmara de Faro vão ser criados parques de estacionamento pagos, com taxas progressivas, que serão instalados no centro da cidade, estando também prevista a instalação de parques gratuitos nas zonas da periferia, designadamente: Largos do Carmo, S. Francisco, Mouras Velhas e Silva Porto.

A propósito, lembramos que não seria desapercebido instalar um parque pago, de taxas progressivas, em frente do edifício da Alfândega, para ver se assim nos víamos livres do armazém de ferro-velho que ali continua instalado, e cada vez mais amplo...

Para finalizar estas notas, temos a notícia de que em breve irão ser revistos os transportes colectivos, para os tornar mais funcionais. A propósito, lembramos que seria boa altura para estudar a localização de certas paragens (como já temos aqui focado), que pela má escolha, em cantos de ruas, dificultam a visibilidade.

projecto do pedestal do monumento ao grande democrata algarvio dr. Silva Nobre. Esperemos que entre a aprovação do projecto e a inauguração do monumento não decorram muitos meses.

REGAS

Com os calores verdadeiramente estivais que se têm feito sentir nestes últimos dias e devido ao mau estado das ruas da cidade, vêm-se os seus habitantes envolvidos em verdadeiras nuvens de poeira, pelo que seria bom que o camião das regas iniciasse a sua tarefa.

PROPAGANDA POLITICA

Em plena época pré-eleitoral os partidos políticos desdobram-se nos seus afazeres, sendo raro o dia em que na cidade e arredores não se realizam comícios e sessões de esclarecimento.

PARTIDO SOCIALISTA

Para finalizar a campanha eleitoral, o P. S. em Faro tem programadas as seguintes sessões: hoje, em Tavira, Olhão e Silves; dia 20, grande comício nacional em Lisboa; dia 21, Ferragudo, Sagres, Fuseta, Paderne e Loulé; dia 22, Estof, Conceição de Tavira e Odhæxere; dia 23, Alvor, Vila do Bispo, Quarteira e Castro Marim.

José Gil

CORREIO de LAGOS

OCUPAÇÕES ABUSIVAS DE PRÉDIOS

Condenámos e condenaremos que prédios em condições de habitabilidade se conservem fechados, sem utilidade para quem quer que seja, mas existindo leis já promulgadas pelo Governo Provisório sobre a sua utilização, não podemos conceber ocupações abusivas, por movimentos ou partidos políticos.

Há que fazer cumprir a lei para que se venha a tirar o máximo proveito da ocupação de casas que os senhorios conservam fechadas sob pretextos na maioria inaceitáveis, mas tal compete às autoridades, através de comissões de freguesia ou concelhias que, pormenorizada e conscientemente avaliem caso por caso e através de acordos com os

senhorios dentro das disposições legais, tudo resolvam a bem dos interesses públicos, sendo as autoridades a decidir de harmonia com as necessidades locais, visto que justo se figura ter em conta que os Municípios regra geral, conhecem as carências dos seus municípios.

Joaquim de Sousa Piscarreta

Plenário do pessoal da construção civil em Faro

No São Luís Parque, em Faro, decorreu uma reunião-plenário de sócios do Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil para o debate de questões do maior alcance sindical e profissional. Para colaborarem nos debates foram convidados os srs. capitão Moleiro, em representação do M. F. A., drs. Pascoal de Carvalho, delegado do Ministério do Trabalho e Daniel Ferreira, chefe da Divisão Regional do Serviço Nacional de Emprego e as sr.^{as} D. Maria Ivone Guerreiro e D. Maria Emília Carvalho, assistentes sociais prestando serviço no Serviço Social do Trabalho.

O sr. António Reis Cavaleiro, secretário da comissão directiva, dissertou sobre a formação de Cooperativas de habitação e postos de trabalho. Falaram sobre eleições sindicais o sr. Américo Pessanha, presidente da assembleia de delegados concelhios, e quanto à colaboração entre o Sindicato e o M. F. A., Divisão Regional de Emprego, Ministério do Trabalho e Serviço Social do Trabalho, e subsídio de desemprego, os convidados de cada sector.

Foi aprovado o aumento da quota para 0,5% do ordenado mensal e decidido que as eleições se realizarão após a homologação da lei sindical. Os estudos para a celebração de um contrato colectivo de trabalho de tipo vertical para as indústrias da construção civil, madeiras e mármore foram expostos pelos dirigentes sindicais srs. António Cavaleiro e Américo Pessanha.

Numa total identificação com o M. F. A., os presentes aprovaram por unanimidade uma moção de apoio à candidatura do Movimento ao Prémio Nobel da Paz - 1975, atitude que motivou palavras do capitão Moleiro, agradecendo a confiança dos operários da construção civil do Algarve.

Fora da ordem dos trabalhos foram levantadas por um sócio acusações aos membros da comissão directiva quanto à efectivação de despesas indevidas com almoços individuais. Tais acusações eram porém destituídas de fundamento, como o provou uma comissão nomeada no plenário e que se dirigiu à sede do Sindicato para consultar documentos que encontrou correctos. A referida comissão que integrava o sócio que fizera as acusações lavrou acta em virtude da qual os dirigentes visados exigem responsabilidades ao autor da questão.

Uma carta da Comissão de Moradores de Odiáxere

Da Comissão de Moradores de Odiáxere, recebemos, com o pedido de publicação, a seguinte carta dirigida ao pároco da freguesia, a propósito de um artigo publicado em «O nosso jornal», de Lagos.

Tendo conhecimento da forma como falou a alguns membros da comissão de moradores, sendo que uma das frases se assemelhava com «pensava falar com homens mas afinal estou a falar com crianças», a nossa indignação subiu de tal forma que nos sentimos impelidos a pôr-lhe algumas questões:

Porquê se recusa a falar com crianças? Repudiamos esse tratamento e apesar de tudo perguntamos se não foi Cristo que disse «deixai vir a mim as crianças»? Mas essa questão teria caído se o senhor não se tivesse dado ao luxo de pôr em descrédito a Comissão de Moradores, *democraticamente* escolhida pelo Povo desta freguesia.

Pergunta nesse artigo quem foi o Povo que escolheu o terreno para a construção do edifício público — caríssimo senhor, foi o Povo de Odiáxere. O porquê da escolha foi decidido *após inquérito feito ao Povo*, em que lhe foi apresentado como uma das várias hipóteses — o Povo quis que fosse aí.

Diz ainda nesse artigo, entre as muitas coisas que contestamos, a seguinte: «Não é assim tão facilmente como alguns pensam que se despoja a Igreja dos seus bens». Deve estar a referir-se à hierarquia católica, porque da Igreja faz

parte esse conjunto a que o senhor designa de alguns e a quem em nome da moral cristã acusa de ladrões. O seu digníssimo artigo intitula-se «Não é assim que se procede», pois fica-lhe bem.

Enquanto o Povo era torturado, calado pela tenebrosa Pide, explorado infamemente, o senhor levantou a sua voz e considerou isso um roubo? Quando se insurgiu contra as barricadas no dia 11 de Março, foi também por considerá-las um roubo?

Agora que o Povo reivindica direitos sociais, políticos, culturais, o senhor não só nos chama de crianças, como nega ao Povo essa propriedade cultivada logo após a comissão ter falado consigo, revelando interesses egoístas, em benefício próprio, relegando para segundo plano, *desprezando por completo o Povo de quem o senhor se diz seu servidor.*

Quer continuar a pregar a resignação, a paciência num sofrimento injusto a um Povo que caminha para a sua libertação?

Salva, pois, que o Povo olha com desprezo esses seus preconceitos e «deixa o céu em poder dos padres e beatos burgueses e trata de conquistar (para ele) *uma vida melhor, aqui na terra.*»

Estendemos o convite para que desça do seu pedestal e colabore connosco se se intitula verdadeiro discípulo de Cristo.

Pelas liberdades do nosso povo, avante com o edifício da Casa do Povo.

CORREIO de LAGOS

IMPÕE-SE A OCUPAÇÃO DO BAIRRO DOS PESCADORES

Pelo que nos foi dado apurar na Câmara Municipal, os trabalhos a que esta se comprometeu relativamente ao Bairro dos Pescadores, estão praticamente concluídos, apesar de orçarem pelos mil contos, além da oferta do terreno para a sua implantação. Os concorrentes, na totalidade mal instalados, estão decerto ansiosos pela ocupação, mas não é segredo que a burocracia continua imperando na maioria das nossas repartições, e como há prejuízo para a economia da Nação e para as classes menos favorecidas na imobilização de prédios em condições de habitabilidade, ousamos apelar das entidades que superintendem nos bairros de pescadores, medidas tendentes a breve ocupação do bairro de Lagos.

INFANTÁRIOS E JARDINS DE INFANCIA

Quando por todo o País se fala na abertura de novos infantários, a maioria deles partindo do zero, não se compreende a razão por que está encerrado em Faro o Infantário a que se chamou de Sr.^a de Fátima.

Será por falta de crianças para o frequentarem, ou será por desinteresse de quem estava à sua frente? Gostaríamos nós e certamente muita gente, de saber a resposta.

Também, depois de tanto que se falou, não se compreende o silêncio da Comissão dos Jardins João de Deus uma vez que agora já não é por falta de terreno.

José Gil

*Jornal do Algarve,
1975-05-10, p.2*

Comissões de moradores em Faro

FUNCIIONAM já em Faro as comissões de moradores de Monte Negro, Conceição de Faro, Mar e Guerra, Penha, São Luís e Alto de Rodes, as quais têm desenvolvido assinalado esforço para a solução dos problemas daquelas zonas.

Estas comissões efectuam no primeiro sábado de cada mês uma reunião conjunta e por rotação, em que debatem questões de comum interesse.

Na Câmara Municipal efectuou-se uma reunião pública com comissões de moradores, que foi presidida pelo respectivo presidente, dr. Almeida Carrapato. Pela comissão do Alto de Rodes foram apresentados assuntos que se ligam à ocupação de uma antiga fábrica devoluta para instalação de um pavilhão gimnodesportivo para a prática desportiva e actividades culturais, assim como uma cooperativa de consumo; deficiências da iluminação pública; salubridade e recolha de lixos, etc. Por seu turno a comissão de Monte Negro apontou as deficiências da iluminação pública, reduzida intensidade da corrente, e necessidade de uma acção comunitária para acabar com montureiras.

Na freguesia da Conceição de Faro e para a respectiva comissão de moradores foram eleitos democraticamente os 15 elementos que constituem os núcleos de habitação, estradas e abastecimento de água, produtos de consumo, previdência rural e sindicato agrícola.

A comissão de moradores da Penha tem em funcionamento na sua sede (Estrada da Penha), com vista ao combate ao analfabetismo, e melhoria de conhecimentos, uma classe educacional para adultos que funciona diariamente a partir das 19 horas.

OCUPAÇÃO DE UMA CASA DESTINADA A POSTO MÉDICO, CENTRO DE CULTURA POPULAR E CASA DO POVO EM ODECEIXE

O POVO de Odeceixe, por intermédio da comissão para o efeito nomeada, requereu ao ministro da Administração Interna o reconhecimento como fim social e humanitário, da ocupação de um prédio com destino a Casa do Povo, Posto Médico e Centro Cultural. Foram tomados como base do requerimento os seguintes pontos:

1 — Odeceixe é uma das freguesias do concelho de Aljezur, cuja sede se situa na margem da ribeira do mesmo nome, que divide o Alentejo do Algarve.

2 — Se bem que as condições sanitárias desta aldeia sejam as piores que imaginar se possa, nunca aqui existiu um médico. A assistência médica é prestada por médicos que se deslocam de terras próximas e que exercem o seu ofício na casa de particulares e numa dependência cedida pela Junta de Freguesia (por não existir Casa do Povo e se depender da Casa do Povo da sede do concelho, a 16 kms). Qualquer das referidas instalações não têm o mínimo de condições para o efeito.

3 — Cultura é uma palavra que a maioria do Povo de Odeceixe nem sabe o significado. Pretendeu já o Ministério da Educação e Cultura, instalar aqui uma biblioteca, não existindo, no entanto, uma casa em condições para o efeito.

4 — Paralelamente está em formação o Grupo Desportivo Odeceixense que visa a dinamização desportiva e cultural, no âmbito definido e a definir pelos organismos estaduais competentes. Dada a carência de casas em condições também este Grupo não consegue ter

(Conclui na 4.ª página)

Ocupação de uma casa em Odeceixe

(Conclusão da 1.ª página)

sede própria, se bem que, mesmo assim, venha já perseguindo os seus fins activamente.

5 — Tudo isto, levou as massas populares, fortemente consciencializadas de que a assistência médica, cultura e desporto, são direitos inalienáveis de todas as pessoas, a reunirem-se e decidirem (sem que houvesse um único voto contra, em cerca de 500 pessoas presentes), ocupar uma casa, fechada há cerca de 6 anos, que lhes permitisse atingir aqueles fins.

6 — O prédio ocupado, situado na Rua do Rio, em Odeceixe, parece ser pertença de Francisco de Matos Rolo, residente em Aljezur, sem que no entanto haja uma certeza, pois são várias as pessoas que reclamam a sua propriedade, havendo até litígios judiciais nesse sentido. Esta casa encontrava-se fechada desde 1969, sem que a sua devolução tivesse sido participada à Câmara Municipal. No seu interior foram encontrados diversos mobiliários (alguns já deteriorados devido à falta de utilização) que foram devidamente inventariados.

7 — Após a decisão popular para a ocupação, foi nomeada uma comissão de cinco membros, que se comprometeu a, no mais curto prazo de tempo, proceder às reparações necessárias para ali instalar uma verdadeira Casa do Povo (nomeadamente) posto médico, centro de cultura popular e sede do Grupo Desportivo Odeceixense).

8 — Para a consecução destes fins, pensa a comissão solicitar a cooperação da Casa do Povo de Aljezur, no sentido de autorizar a sua empregada nesta localidade, a instalar ali os seus serviços, ao mesmo tempo que poderá tomar conta da biblioteca a instalar.



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO

DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO

ANO 19.º

SÁBADO, 24 DE MAIO DE 1975

AVENÇA

N.º 948

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
LISBOA — TELEF. 361839 • FARO — TELEF. 22322 • AVULSO 2450

FORAM CRIADOS O GABINETE DE PLANEAMENTO DO ALGARVE E A COMISSÃO REGIONAL DE EMPREGO

SOB a presidência do dr. Ramires Fernandes, governador civil do Distrito, decorreu em Faro uma reunião em que participaram representantes do M. F. A., da Comissão Regional de Turismo, Câmaras Municipais, Serviços de Saúde, Agricultura, Previdência, Trabalho e Acção Social, Partidos Políticos e o comissário do Governo para o Planeamento do Algarve.

A abrir, o chefe do Distrito

referiu a necessidade de acelerar o processo de dinamização económica, em virtude da crise que o Algarve atravessa. Citou o que fora a sua actividade desde a tomada de posse em 17 de Abril e os contactos a nível governamental para a criação dos órgãos locais que pudessem dar resposta ao actual momento. Aludiu à criação da Comissão Regional de Emprego, que funcionará com representantes do M. F. A., Ministério do Trabalho, Secretarias de Estado do Emprego, do Trabalho, das Pescas e do Turismo e da União dos Sindicatos e ainda com um coordenador regional agrícola, dizendo ser seu objectivo ocupar-se do problema do desemprego na Província e planificar a actividade económica, tendo em vista a criação de novos postos de trabalho. Apontou a necessidade de reuniões inter-Câmaras, citando o ponto em que se encontra a criação do Gabinete de Pla-

neamento da Região do Algarve, cuja criação oficial já surgiu no Diário do Governo; a Comissão Interministerial de Animação Sócio-cultural, que visa auscultar anseios e dinamizar as populações para as tarefas revolucionárias; a reestruturação da Comissão Regional de Turismo por um

Dinamização do M. F. A no Algarve

CONTINUA a merecer todo o interesse dos sectores populacionais, a campanha de dinamização cultural e esclarecimento promovida pela Comissão Dinamizadora Regional do Movimento das Forças Armadas.

Nas sessões de esclarecimento, além de elementos do Regimento de Infantaria n.º 4, actuam técnicos do Instituto de Reorganização Agrária, sendo incentivado de especial modo o associativismo agrícola. Nos últimos dias efectuaram-se sessões em Benfarras, Monte Seco, Quatrim, Cumeada, Soalheira e Vale de Figueira.

técnico do sector, de modo a que aquele organismo responda às missões para que foi criado: serviço de promoção turística e relações públicas. Abordou também o que se prende ao Gabinete de Pescas do Algarve, em organização; aos contactos com os órgãos centrais, para criação de um organismo que faça despontar a industrialização; e à necessidade de auxílio imediato às Câmaras Municipais, que ao âmbito nacional será de 2 200 000 contos.

O arq. Rui Paula, comissário do Governo para o Gabinete de Planeamento do Algarve, historicou a acção do Gabinete, considerando a instituição do Governo da Região do

(Conclui na 4.ª página)

Foram criados o Gabinete de Planeamento do Algarve e a Comissão Regional de Emprego

(Conclusão da 1.ª página)

Algarve como a forma mais progressista para a regionalização dos problemas da Província. Apontou a urgência de institucionalização do Gabinete, como tarefa imediata (aliás já concretizada no Conselho da Revolução) e disse que até ao final do ano aquele disporá de 50 000 contos para obras no Algarve. Elucidou que estão sendo formadas as equipas de apoio técnico aos Municípios e que vão ser constituídas a equipa de saneamento básico da região e uma equipa regional de habitação. Informou que uma equipa de especialistas holandeses virá, este Verão, ao Algarve, a fim de estudar os problemas de carência de água e que fora também solicitada a colaboração da FAO. Neste momento, disse, estão em estudo os seguintes problemas: eixos de Faro-Olhão e Praia da Rocha-Lagos, Estrada Nacional 125 e Variante de Portimão. Está em organização e decorrerá em Junho-Julho o encontro distrital de Câmaras Municipais, empresários, técnicos, etc., com o objectivo de estudar a política de solos, administração municipal e estruturas urbanísticas.

Entrou-se depois num período de análise das matérias referidas, com intervenções dos representantes de todas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais, sendo decidido elaborar uma ampla resenha dos problemas apontados pelos Municípios para ser presente na reunião interministerial que hoje se efectuará em Faro.

Seguiu-se a apresentação do «ponto da situação» pelos responsáveis pelos vários departamentos: agricultura, pelo eng. Gabriel Gonçalves, coordenador agrícola; Comissão de Associação Sócio-Cultural, pelo sr. Vítor Faria, do Instituto da Família e Acção Social; Saúde, pelo dr. Levy Guimarães, director distrital de Saúde; Previdência, em que o dr. Jorge Simões, da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência, referiu que as dívidas àquele organismo neste distrito ascendem a 160 mil contos e Serviço Cívico Estudantil, pelo 1.º-tenente Barata.

GRATIFICAÇÕES DE 30 CONTOS POR MES

Na terça-feira voltou a reunir-se o plenário inter-Câmaras a fim de preparar a agenda de trabalhos para a reunião interministerial de hoje.

Foi dado conhecimento de que a Comissão Regional de Emprego começara a actuar no sentido de fazer um levantamento concreto da realidade sócio-económica algarvia, tendo sido reconhecido que é necessário pessoal técnico especializado para apoio às actividades da referida Comissão. Entretanto iriam iniciar-se uma série de obras prevendo-se que muitas outras poderão começar em breve, através de verbas do Programa Nacional de Emprego, como forma de resolver graves problemas de desemprego que afectam grande número de concelhos, designadamente os de Albufeira, Lagoa, Loulé, Portimão e Tavira. Para tal arranque, o director do Gabinete de Planeamento veria quais os projectos passíveis de execução imediata.

Focou-se o problema da autonomia administrativa para

o Algarve, tendo o chefe do Distrito esclarecido que se prevê que ela venha a ser reconhecida em diploma governamental num prazo muito curto.

Nesta reunião participou pela primeira vez uma Comissão para Apoio às Empresas Turísticas, presença que motivou vivo interesse, sendo objecto de comentários a gratificação de 30 contos mensais que cada um dos seus membros auferem, pois, como afirmou o governador, «enquanto houver trabalhadores com fome é extraordinariamente impolítico nomear para tais comissões pessoas com ordenados destes».

Outros problemas que mereceram atenção e debate, foram o arranque de obras de habitação social, para o que algumas Câmaras (Lagoa e Faro, por exemplo) dispõem de terrenos; o abastecimento de água às zonas rurais, que está a ser objecto de análise por parte de uma equipa técnica que, em relação ao concelho de Lagoa, terá o estudo elaborado no final do mês; a necessidade de acelerar a reforma fiscal, reconhecida do maior interesse para a descentralização administrativa; que a faculdade de aprovar os projectos de electrificação passe para os órgãos locais, pois, casos há em que a aprovação pela Direcção Geral dos Serviços Eléctricos demora mais de um ano; o desenvolvimento de todo um processo de construção de vias rurais, a dotação de pequenos meios com escolas; o aproveitamento integral dos recursos florestais e termas das Caldas de Monchique, onde as águas, das melhores do País, estão a escorrer para o ribeiro, por deficiência de engarrafamento, e onde o Hospital, susceptível de constituir um grande centro fisioterápico, não tem aproveitamento condigno.

Tudo isto, — disse-se — se passa enquanto, para fugir ao emprego de mão-de-obra, há agricultores que arrancam medronheiros para os substituir por eucaliptos, espécie vegetal que invade já áreas com reais aptidões agrícolas.

A estes e outros problemas cuja solução é urgente para o Algarve, vai ser dada forma de proposta, de cuja redacção foram encarregados representantes das Comissões Administrativas das Câmaras de Faro, Lagos, Loulé e Monchique.

PARA HOJE, VISITA MINISTERIAL AO ALGARVE

Decorre hoje uma visita ao nosso Distrito dos srs. ministro da Administração Interna e secretários de Estado da Administração Regional e Local e dos Recursos Humanos. Visita de trabalho e de contacto e procura de soluções para alguns dos mais instantes problemas do Algarve, comporta reuniões que decorrerão no Governo Civil, com as autarquias locais, Comissão Regional de Emprego, etc.



AUTO FONTE LUMINOSA, LDA.
AUTOMÓVEIS DE ALUGUER
SEM CONDUTOR

R. de Arroios, 25-C - T. 53 05 21 - LISBOA-1

«A certeza de que a resolução dos problemas da região Algarve só aqui se pode processar, levou à criação do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve»

— UMA AFIRMAÇÃO DO ARQ. RUI PAULA

Em recente reunião dos técnicos do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve com os representantes dos Órgãos de Informação da Província, foram analisadas as principais causas que levaram à criação deste Órgão descentralizador dos poderes centrais.

Pela voz do arq. Rui Paula foi conhecido que, ainda que iniciados os trabalhos para a organização deste Gabinete em Junho de 1974, só muito recentemente se veio a verificar a sua institucionalização. Isto não obstuo que, com os meios que se dispunham, desde logo o Gabinete iniciasse os seus trabalhos tendentes a definir e concretizar os objectivos e prioridades a respeitar no ordenamento do ambiente, urbanístico e do equipamento social de todo o Algarve.

No âmbito desta directriz estão a ser transferidas para este Gabinete: todas as atribuições da Direcção de Urbanização de Faro; as atribuições de fomento da Junta Distrital de Faro; a competência da Comissão Regional de Turismo do Algarve para o estudo e realização das infra-estruturas integradas no seu plano de obras; a competência da Direcção Hidráulica do Guadiana para o estudo e realização de obras de abastecimento de águas e esgotos; a competência da Direcção de Estradas de Faro para o estudo e realização de obras de viação rural; a competên-

cia do Fundo de Fomento da Habitação para apreciar e participar os planos habitacionais das autarquias locais.

PROBLEMA HABITACIONAL

Na sequência de várias perguntas feitas pelos diversos órgãos de informação presentes, analisou-se com certo pormenor o problema habitacional do Algarve.

Para além do caso específico do SAAL, posto em prática nos concelhos de Lagos e Portimão, e que irá albergar cerca de 70 famílias, outro tipo de construção foi posto em prática por diversas Câmaras, nomeada-

(Conclui na 4.ª página)

Decorrerá em Loulé o I Encontro das Autar- quias do Algarve

○ I Encontro das Autarquias do Algarve, realiza-se em 8 do próximo mês, em Loulé, estando também presentes as Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia, Comissões de Moradores e Comissões de Trabalhadores das Câmaras Municipais desta Província.

O Encontro, decorrerá no Cine-Teatro Louletano, com início às 10 horas, prolongando-se até às 17 horas, e tem por finalidade a discussão das teses a apresentar no I Congresso Nacional das Autarquias a realizar em Coimbra, em 27, 28 e 29 de Junho.

Jornal do Algarve,
1975-05-31, capa

CORREIO de LAGOS

O BAIRRO DOS PESCADORES EM FOCO

Porque apesar das medidas tomadas pelo Governo após o 25 de Abril, o problema da habitação pouco ou nada tem melhorado, repara-se e em nosso modesto entender, com razão, no facto de não se promover a ocupação do Bairro dos Pescadores, que segundo nos consta já carece de pequenas reparações, que se poderão tornar grandes se continuar desocupado e sem vigilância atenta.

Constou-nos que, julgada menos rigorosa a distribuição feita, se constituirá uma comissão para efeito de outra mais justa e porque a demora que houver resultará prejudicial para o Estado e para os que venham a ser contemplados, oxalá tudo se encaminhe para vermos em breve ocupado o Bairro dos Pescadores.

Foi oficializada a criação do Gabinete de Planeamento do Algarve

UM diploma agora enviado para o «Diário do Governo», determina a criação do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, cujas atribuições de ordem imediata, são superintender, orientar e coordenar a definição e concretização dos objectivos e prioridades a respeitar no ordenamento do ambiente, do urbanismo e do equipamento social da nossa Província, assegurando a sua inserção na política geral e sectorial do Governo.

Deste modo, são transferidas para o Gabinete as atribuições da Direcção de Urbanização do Distrito; as atribuições de fomento da Junta Distrital; a competência da Comissão Regional de Turismo para o estudo e realização das infra-estruturas integradas no seu plano de obras; a competência da Direcção Hidráulica do Guadiana para o estudo e realização de obras de abastecimentos de águas e esgotos; a competência da Direcção de Estradas do Distrito para o estudo e realização de obras de viação rural; e a do Fundo de Fomento de Habitação para apreciar e participar os planos habitacionais das autarquias locais.

CORREIO de LAGOS

ACTUAÇÃO DA COMISSÃO PRÓ-OCUPAÇÃO DO BAIRRO DOS PESCADORES

Pelo que sabemos, a comissão pró-ocupação do Bairro dos Pescadores, mediante vistoria às casas dos pescadores alojados em deficientes condições, promoveu reunião destes na Casa da Cultura, tendo procurado fazer uma distribuição tão justa quanto possível, das 54 casas do bairro.

Porque o número de inscritos para a ocupação era de 86, ainda há descontentes que se confiam a beneficiar de construções que se prevêem junto às agora distribuídas.

Prevê-se também a ocupação para breve das casas que constituem o actual bairro que, como referimos, carecem de pequenas reparações que estão a ser efectuadas.

Política habitacional no Algarve

E NCONTRAM-SE em construção no Algarve 342 fogos, no valor global de 117 200 contos, sendo, respectivamente, 50 em Faro; 64 em Lagos; 33 em Olhão; 80 em Portimão; 63 em Silves; 48 em Tavira e 4 em Vila do Bispo.

O programa, definido pelo Plano de Aquisição de Habitações e concretizado pelo Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, em colaboração com os Municípios, abrange diversos tipos de habitações, que podem ser adquiridas por inscrição nas respectivas Câmaras, em regime de propriedade horizontal, com facilidades de crédito a conceder pela Caixa Geral de Depósitos, por preços que variam entre 200 e 495 contos.

*Jornal do Algarve,
1975-06-21, capa*

CORREIO de LAGOS

COMISSÕES DE MORADORES

Lagos despertou para a organização de comissões de moradores, que poderão resultar benéficas se apartidárias, como defendeu Sebastião Cabral Valente na reunião que no passado dia 14 elegeu os componentes da Comissão da Zona 1 das freguesias de Santa Maria e S. Sebastião.

Contamos acompanhar a sua acção para imparcialmente nos pronunciarmos sobre o que venham a realizar.

Está constituída a comissão de moradores do bairro do Bom João em Faro

No ginásio do Liceu de Faro, decorreu um plenário de moradores da populosa zona do Bom João, que teve a participação de mais de 300 habitantes e a que assistiu um representante do M. F. A.

Em ambiente de grande e efectiva participação e em que foram abordados múltiplos problemas do bairro, foi eleita a Comissão de Moradores, que ficou assim constituída: Fernando José Caniço, Lígia Caniço, João Patrício, José Manuel Caldeira Fernandes, Carlos A. Rogério, Francisco Gago Assunção, Vítor Sebastião Samúdio, Domingos Cabrita Matias, Manuel Adanjo Inácio, Américo Teixeira da Silva, Libânia Gil, António José Afonso Condado, João Gilberto Guerreiro, tenente Assunção Santos e Filipe Vieira.

A convocatória para este plenário, tendo em vista uma ampla participação, foi feita porta a porta e a comissão eleitoral trabalhará sob forma colegial, sem presidente e politicamente apartidária. Entre as tarefas que se propõe de imediato realizar, figura a efectivação de inquéritos sobre habitação, condições de vida, agregado familiar, a mulher e o trabalho e educação.

Para mais efectiva actuação, prevê-se que os elementos da comissão sejam agrupados em equipas de três, encarregando-se de assuntos para que podem agregar outros moradores, entre os quais saúde e higiene, educação e cultura, apoio às reuniões inter-moradores, definição social e sócio-económica.

Vão ser criadas Comissões de Moradores em Paderne

Com o objectivo da eleição de comissões de moradores em toda a freguesia, realizou-se, no salão de festas da Casa do Povo de Paderne, uma sessão convocada pela comissão administrativa da Junta de Freguesia com o patrocínio do M. F. A., que se fez representar pelo tenente Guerreiro e sargento Abel Flores.

Compareceram muitos padernenses que enchendo o amplo salão demonstraram interesse pelos problemas que lhes dizem respeito e à sua freguesia. Depois das explicações sobre os objectivos das comissões de moradores, dentro do processo revolucionário em que nos inserimos, houve animado debate entre o público e os elementos da mesa.

Foram apresentadas propostas para a formação das comissões de moradores, umas preconizando uma comissão central com um ou dois delegados em cada sítio e outras várias comissões formadas em cada sítio ou grupo de sítios e lugares, pela vontade expressa dos seus moradores a que se juntariam novas comissões, em toda a freguesia, constituindo-se uma união ou confederação. A proposta de José Teixeira Zurrapa, bem delineada e com um amplo esquema de acção, posta à consideração dos presentes, após acalorada discussão que levou o autor a fazer uma análise bastante objectiva, foi aceite por maioria. Exprime uma ideia de unidade com uma comissão dividida em várias zonas, em cobertura de toda a freguesia, em subcomissões constituídas por elementos a eleger democraticamente.

A encerrar a sessão, que se prolongou até altas horas, realizou-se a eleição, por voto secreto, dos sete elementos que formam uma comissão encarregada de estudar os pormenores ligados à comissão de moradores, tais como o número de zonas, elementos que constituirão as subcomissões e suas atribuições,

estatutos e demais situações que a este dizem respeito. Foram eleitos os srs. João Guerreiro Madeira, José da Silva Medeiros, António Guerreiro da Saúde, Arménio Aleluia Martins, António Rodrigues Neto, Gregório Luís e Joaquim Rodrigues Alho.

Os padernenses souberam dizer presente, demonstrando estarem interessados não só na melhoria das suas condições sociais como em defender as liberdades conquistadas. — V. P.

O que faz falta é avisar a malta em S. Brás de Alportel

QUANDO por todo o País se formam comissões de moradores para defenderem os interesses reais do povo em tão delicada matéria, em S. Brás de Alportel ainda não foi criada uma comissão de moradores. Não será já altura de o fazer, pois são neste momento as comissões de moradores que dão impulso a todas as iniciativas, quer orientando, quer esclarecendo as pessoas de todos os formalismos que são necessários a qualquer inquilino, e até mesmo para sua defesa? Quantas e quantas vezes os senhorios dão ordem de despejo e o inquilino fica sem saber o que fazer? Além disso, há casas que estão desocupadas sem se saber porquê; que apodrecem sem ninguém tirar proveito delas, enquanto os donos vão dizendo que é para deitar abaixo. Talvez para poupar trabalho, vão deixando-as cair com o tempo, caso de uma casa da Junta de Freguesia que está apodrecendo já há tempos, desabitada mas ainda razoavelmente habitável. Não sei porque não se arranja esta casa enquanto há cada vez mais falta de habitações mais económicas, porque andares para alugar há muitos, mas quem os possa pagar é que parece que não há lá muita gente e os mais pobres também têm direito a ter uma habitação condigna.

Não, não se alarmem que as casas dos emigrantes não serão ocupadas como tem acontecido em algumas terras, porque isso, como tudo, foi a falta de experiência e o entusiasmo desmedido e aconteceu em terras em que mais se nota a falta de habitação. Mas tudo se resolveu e voltou à normalidade.

A Comissão de Moradores, além de orientar todos os inquilinos no sentido de os defender e ajudar, terá de ter iniciativas em que todos participem e que sejam para bem de todos. Não seremos nós, são-brasenses, capazes de eleger democraticamente e numa reunião previamente marcada com todo o povo da nossa terra, uma comissão de moradores, dinâmica e actual, composta por representantes do povo que assim o possam defender?

Não tenhamos medo de ter iniciativas, pois hoje ninguém nos come. Sempre fomos os últimos a criar seja o que for e os senhores cá da terra só nos beneficiavam quando, no seu próprio interesse, eram também beneficiados.

Vamos mandar embora todo e qualquer preconceito, vamos olhar a realidade, que hoje quem manda é o povo e os donos desta propriedade, da bela propriedade que era S. Brás e que faziam o que muito bem entendiam e queriam, já não estão no poleiro mas ainda não perderam a esperança de isto voltar para trás. Temos que provar que quem manda é o povo desde que aquilo que o povo faça seja justo.

Que a comissão de moradores seja uma realidade o mais breve possível, pois, pensando que não, há muita matéria para trabalhar nesse sentido, e além disso ela pode ser o porta-voz do povo junto das autoridades do nosso concelho.

Casas abandonadas, casas desocupadas, enfim uma comissão de moradores que seja o guião de todos nós e averigue as injustiças que houver neste sentido.

Termino com a calorosa esperança de que a comissão de moradores venha a ser uma realidade, porque bem precisamos dela para o nosso povo não se deixar enganar pelos «leões» que vestem hoje a pele de «cordeirinhos».

Joaquim Manuel Dias

Decorrerá hoje em Faro o I Colóquio do Gabinete do Planeamento

COMO estava anunciado, realizar-se-á hoje o Colóquio do Gabinete de Planeamento do Algarve, que terá o seguinte programa:

9,30, Política urbanística — política habitacional, alternativas possíveis a seguir pelas Câmaras; tema a expor pelo arq. Nuno Portas. Após pequeno intervalo, seguir-se-á um debate. 13,00, tempo de convívio; 15,00, Política de solos — técnicas e processos de expropriação; tema a ser exposto pelo dr. Carlos Barbeitos. Após pequeno intervalo, seguir-se-á a discussão do tema.

Neste colóquio, que decorrerá no salão da Junta Distrital, participarão as Comissões Administrativas, os secretários e os técnicos de todas as Câmaras do Algarve.

CORREIO de LAGOS

AS COMISSÕES DE MORADORES EXPÕEM OS SEUS PONTOS DE VISTA

Que as comissões de moradores orientadas por pessoas isentas e com «calo», como o povo diz, podem prestar grandes serviços à causa progressiva em que os nossos governantes estão empenhados, não restam dúvidas, pelo menos aos que desejam vencer através do trabalho honrado.

Que da parte das autoridades de Lagos há vontade de congregar esforços para que a acção das comissões de moradores corresponda aos fins que o Governo visa, prova-o a reunião de 2 deste mês na Casa da Cultura de cuja mesa fizeram parte o presidente da Comissão Administrativa e chefe da Secretaria da Câmara, representantes das Forças Armadas e do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve. Este, e o presidente da Comissão Administrativa explicaram de modo geral a acção a desenvolver pelas comissões de moradores, quer no respeitante aos problemas de zonas, quer no contributo para a solução destes e dos que por força das circunstâncias venham a surgir no planeamento do Algarve.

Houve felizmente, da parte de algumas comissões, reparos acérrimos, que não fogem ao que temos defendido sobre habitação, parque infantil, recolha de lixo, necessidade urgente de entrarmos em realidades no porto de Lagos, pois que o até agora feito não tem resultado. Mas, infelizmente, também houve quem, demonstrando espírito autenticamente anárquico defendesse que as comissões de moradores actuassem imediatamente no sentido de ocupações e fixação de rendas de casas a seu bel-prazer, citando as rendas excessivas que se praticam, e que a autoridade deve competir às comissões. A mesa, talvez para evitar conflitos, teve o bom senso de ouvir e calar exposições sem nexos, infelizmente ainda apoiadas, embora por reduzido número de assistentes.

Sebastião Cabral Valente, apelando para o espírito de unidade que se impõe para algo realizarmos a bem de Lagos, corroborando as palavras de oradores que ponderada e inteligentemente se fizeram ouvir, formulou votos pela organização de comissão coordenadora saída das comissões de moradores que tudo encaminhe de forma a serem alertados os que presidem aos destinos da Nação no sentido de apoio substancial às obras que interessam ao progresso do con-

celho, entre as quais destacou o porto de pesca que de certo modo, importa tanto como as habitações para os sem lar.

QUANDO CESSARÃO AS OCUPAÇÕES ABUSIVAS DE CASAS?

Por mais de uma vez nos temos referido à necessidade de fazer cessar as ocupações abusivas de casas, que, até em meios como Lagos, de gente ordeira e pacata, se vêm verificando.

E porque sentimos que a indiferença das autoridades na aplicação do que está legislado sobre casas de habitação contribui em grande parte para os abusos que se vêm verificando, ousamos defender que os proprietários com casas fechadas sejam inquiridos dos motivos que os levam a isso. Não havendo justificação, razoável se afigura fazer-lhes sentir a falta em que incorrem e que a não ser reparada dentro de prazo conscienciosamente previsto, lhes sejam aplicadas as sanções legais.

A situação de casas fechadas, quando há tantas famílias vivendo como «sardinha em tija», não pode nem deve continuar. Casas para habitação a preços módicos, não se afigura fácil construir, salvo se a expensas do Estado, cuja situação económica não permite o impulso que seria para desejar, havendo pois que aproveitar, pelo menos de momento, o que haja de bom ou mau.

Teremos a dita de Lagos dar o exemplo neste capítulo?

AMEAÇADA A LIBERDADE DE IMPRENSA?

Talvez porque muitas pessoas julgadas «de bem», actuam em nome da liberdade sem a sentirem na sua alma, receamos muito pela tão desejada e necessária liberdade de Imprensa.

As nacionalizações e confusões estabelecidas em determinadas empresas jornalísticas, mercê, mais de ideologias políticas do que desejo de bem formar e informar como cumpre à Imprensa, são razões mais que suficientes para demonstrar que no campo jornalístico as coisas se processam contra o que a prática aconselha.

A Lei da Imprensa que vigorou no regime fascista, muito contribuiu para apagar valores que com os seus conhecimentos poderiam ter iluminado tantos e tantos que dominados pelo materialismo, cometeram crimes de lesa-cultura e portanto de lesa-humanidade.

Após o 25 de Abril, surgiu lei, mais consentânea com os direitos

Um comunicado da comissão de moradores de Alvor

Da comissão de moradores de Alvor, que nos diz ter o documento merecido a aprovação do presidente da Junta de Freguesia, recebemos, com o pedido de publicação, o seguinte comunicado:

No dia 1 de Julho de 1975, esta comissão de moradores, por proposta do sr. Bernardino Gonçalves, morador no sítio da Amoreira, Alvor, decidiu apoiar a mudança de uma casa que lhe era destinada, na qualidade de caseiro do sr. Jacinto Luciano Rosa Vieira, após contacto de uma delegação desta comissão com o Destacamento do RIF, em Lagos.

Desde Dezembro de 1968 que o sr. Bernardino Gonçalves trabalha para o sr. Jacinto Luciano Rosa Vieira e desde Julho de 1969 que o sr. Bernardino habita com a família na propriedade do sr. Jacinto.

As relações entre o trabalhador e o proprietário, de Dezembro de 1968 a Dezembro de 1973, processaram-se em clima de perfeita colaboração de tal modo que ainda em Abril de 1972 surge na Câmara Municipal de Portimão, um projecto duma moradia de férias com habitação de caseiro, a construir no terreno em questão, conforme consta da memória descritiva do referido projecto com despacho dos Serviços Técnicos de Engenharia da mesma Câmara de 18 de Agosto de 1972. Conforme lá se explica trata-se de «melhorar as condições de habitação do caseiro».

Em Abril de 1973, o proprietário inscreve o caseiro na Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Faro, no regime especial de abono de família dos arrendatários cultivadores directos.

Dirigindo-se nessa altura à Caixa de Previdência atrás citada, o caseiro fica a saber que não tem os direitos próprios de qualquer beneficiário, nos termos da lei, porque não estava devidamente inscrito.

A partir deste caso, e porque o caseiro se mexe no sentido de ver regularizada a sua situação perante a Caixa criou-se entre este e o patrão um litígio que leva o patrão a tomar, em Dezembro de 1973, uma série de medidas, consideradas pelo caseiro injustas e repressivas: corte de água para habitação e rega; corte de luz eléctrica; porque o caseiro vivia numa garagem e utilizava, com o acordo do proprietário uma cozinha anexa à garagem, este acordo foi cancelado e em 30-12-73 o patrão põe na rua os utensílios de cozinha do caseiro e trançou a porta da mesma cozinha; acção de despejo em tribunal em Dezembro de 1973; recusa da casa destinada ao caseiro, fazendo dela uma arrecadação, enquanto o caseiro, a mulher que é doente cardíaca, a sogra, de 75 anos e o filho habitavam uma garagem sem o mínimo de condições; em Janeiro de 1974, o patrão manda semear trigo na ausência do caseiro, por cima de umas nabijas que este havia semeado; desde Dezembro de 1973 fica o caseiro impossibilitado de tratar e limpar as árvores que havia plantado e de tratar a terra em geral, pois que nem água tinha para beber; em Maio de 1975, o proprietário fecha o portão de acesso à quinta, impedindo a entrada e saída das pessoas que lá

viviam e necessitavam de se deslocar para o trabalho; em 1 de Julho de 1975, o assunto é apresentado à comissão de moradores da freguesia de Alvor; em 3 de Julho de 1975, o caseiro sr. Bernardino, dirige-se por carta à delegação do Instituto de Reorganização Agrária em Faro, a quem expõe o seu caso, solicitando a intervenção do I. R. A. no sentido de que seja definida a sua situação, atendendo a que está disposto, nos termos da lei, a tratar, cuidar e limpar as árvores que carinhosamente plantou e a terra que trabalhou, as quais se encontram em estado de subcultura e quase abandonadas.

A comissão de moradores não tem competência para definir a situação do sr. Bernardino Gonçalves, visto que só uma comissão arbitral nomeada pelo I. R. A. poderá resolver este caso, do ponto de vista agrícola. No entanto, a comissão de moradores está convicta de que deve apoiar a mudança da situação habitacional do caseiro e sua família; trata-se de um caso humanitário, antes de ser jurídico; uma família que vive num armazém sem condições de habitação, existindo ao lado uma casa digna desse nome, fechada, a servir de arrecadação e que inicialmente havia sido construída para o caseiro.

Em resumo, apenas se mudou uma família que vivia em condições habitacionais inaceitáveis, para uma melhoria de situação.

Quanto ao litígio entre o trabalhador e o proprietário, continuará os seus trâmites legais, mantendo-se neste momento a situação anterior. Portanto, nada foi roubado, a terra e as casas continuam pertença do proprietário, inclusivamente nem sequer foi tocada a moradia do proprietário nem o seu mobiliário, mas sim a casa do caseiro que estava fechada, continuando o caseiro a sua vida até que este problema seja resolvido pelo I. R. A.

A comissão de moradores denuncia energicamente a falsa intervenção dos reaccionários que querem fazer crer ter havido um assalto aos bens do sr. Jacinto Rosa Vieira. Denuncia energicamente o perigo da reacção, sob as cores democráticas ou socialistas oportunistas, que quer lançar demagogicamente o Povo mais despolitizado contra as suas organizações de base, nomeadamente as comissões de moradores e as Juntas de Freguesia. A comissão de moradores nunca pactuará com as bases de partidos que estando no Governo de coligação, querem arvorar-se oportunamente em oposição, indo ao ponto de tentar virar o povo contra o MFA e o processo revolucionário. Finalmente, a comissão de moradores denuncia as tomadas de posição de classe dos partidários da burguesia, afirmando sem medo seja de quem for, que guiará conscientemente as suas tomadas de posição à luz dos princípios socialistas do MFA e do Conselho de Revolução, e sobretudo à luz dos interesses dos trabalhadores.

CORREIO de LAGOS

MALDIZENTES DAS COMISSÕES DE MORADORES EM ACÇÃO

A propósito das verdades apontadas no que fizemos inserir no último jornal sob o título «As Comissões de Moradores expõem os seus pontos de vista», pessoas atingidas pelo que de impróprio se passou na reunião que deu origem a tal apontamento, têm-se permitido maldizer do signatário, a ponto de darem a entender a quem as ouve que nos deixamos subornar para escrever certas coisas, para assim ganharem terreno no campo anárquico em que desejam viver, espalhando confusões que urge evitar.

O caso é grave, porque essas pessoas, cometendo o crime de caluniar, e pretendendo malquistar quem não sendo perfeito (a perfeição não é deste mundo) não se venderia por todo o dinheiro que existe, poderiam ser chamadas ao Tribunal para provarem a malévola e tendenciosa acusação. Somos dos que crêem que em todo o ser humano existe algo de bom, que muitas vezes não aflora pelo materialismo que domina, e pensamos que essa pessoas virão a arrepender-se de julgar mal quem a todos deseja bem, pelo que formulamos votos para que se espiritualizem mais, evitando fazer juízos errados sobre quem quer que seja, visto que só em ambiente de paz e compreensão poderemos construir um mundo melhor.

HAVERÁ NECESSIDADE DE MAIS BARRACAS DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL?

Lagos parece condenada a ser a terra das barracas. A quando da implantação da segunda barraca no passeio da Avenida dos Descobrimentos, os nossos reparos surgiram, dado que tendo a cidade restaurantes, cervejarias e cafés mais que suficientes, alguns com esplanadas, justo se afigura deixar livres os poucos espaços em que os peões se sintam sossegados, isto é

sem o barulho ensurdecedor de altifalantes e alterações entre clientes desta ou daquela improvisada barraca.

Convencido ficámos de que não teríamos mais que as duas barracas da avenida e a então existente na Praça Infante D. Henrique, visto que os homens do 25 de Abril desejando progresso, devem primar por mais cultura, reduzindo quanto possível os centros de exploração de comércio de bebidas, onde regra geral, surgem conflitos até de ordem política.

Mas talvez porque agora, como outrora, os «jeitos», fazem-se, muitas vezes até para conquistar simpatias partidárias, uma barraca mais surge, junto ao hospital para exploração comercial, que duvidamos resulte para o progresso de Lagos.

CARTAS à Redacção

«As Comissões de Moradores expõem os seus pontos de vista»

Sr. director,

Como membro da Comissão de Moradores da Zona 1, e contra a minha capacidade humanitária, passo a responder ao que está escrito no vosso jornal, pág. 3 «Correio de Lagos» onde o vosso correspondente a determinada altura fala em autenticamente anárquico sobre ocupações de casas, e como fui eu que apresentei esse discurso, informo do seguinte:

1. — Quando falei, não falei individualmente, mas sim nos interesses da população e em especial da população que aorange a minha comissão. O vosso correspondente dá a entender que falei individualmente, pois está totalmente errado.

2.º — No que diz respeito a ocupações de casas e rendas, foi o seguinte o que foi apresentado, e não como diz o vosso correspondente:

a) Em Lagos há cerca de 200 casas por habitar (umas em bom estado, outras não) que os senhores fazem e utilizam todos os métodos e desculpas para as não arrendarem ou venderem.

b) O que apresentei, foi o que consta em a), e caso este que devia ser resolvido imediatamente, pois há pessoas que dormem no chão em casas de famílias e amigos (o que não é humano) porque não têm casas, e não a ocupação imediata das mesmas.

c) Existem inquilinos que pagam rendas de casa que vão de 2 500\$00 a 3 500\$00 mensais, e que têm como ordenado o salário mínimo. Assim, automaticamente não existe possibilidades de terem um nível de vida razoável, mas sim de miséria.

d) Quanto a baixar rendas de casas, com certeza que deve ser feito, porque existem inquilinos que não podem pagar as rendas mencionadas a a), no entanto, este caso das rendas é muito complicado, o que origina certos atrasos, mas é possível, pois existem senhorios que apenas vivem disto, e que são uns parasitas. E isto termina.

3.º — A determinada altura, diz o vosso correspondente que o nosso membro Sebastião C. Valentim, formulou votos para a organização da C. Organizadora. Totalmente errado, porque este caso foi apresentado por um outro membro da Comissão, que de momento não sei o nome dele, mas sei que trabalha num Banco. Quanto ao resto está tudo certo.

4.º — Como membro da Comissão (e não individualmente como consta) defendi e defendo a causa dos explorados e não a dos exploradores.

a) Ao apresentar esta causa, tinha a certeza absoluta de que os primeiros a reclamarem (e não errei) eram os exploradores, pois esta causa é contra eles, e o que me parece que prejudicou o vosso correspondente, pois ele encontra-se na situação de explorador (pois também é senhorio).

5.º — Nunca na minha vida fui anárquico, mas sim defensor dos explorados (aqui o vosso correspondente mostra a falta de capacidade profissional, porque esta causa não foi individual, mas sim em nome da minha comissão e de todos os moradores, e ao dizer «anárquico», atingiu a Comissão e os moradores, sem dar por isso, no entanto, esta carta é individual).

a) Lamento apenas o vosso correspondente no que diz respeito a esta causa, não ser realista, porque nós, leitores, confiamos no que vem escrito no jornal, e afinal das coisas que estão escritas nem tudo é verdade como devia ser, o que pode originar problemas. Mas no

fim era de esperar por isto, porque o vosso correspondente sr. Joaquim S. Piscarreta, era um dos prejudicados.

Para terminar, solicito a V. que esta seja publicada no vosso jornal.

António C. C. Centeiro

(Membro da Comissão de Moradores da Zona 1 (Lagos).

«Ameaçada a liberdade da Imprensa?»

Sr. director,

Pedia a V. a fineza da publicação desta minha carta, sobre a rubrica do vosso jornal «Correio de Lagos».

De vez em quando quando surgem alguns artigos que muito deixam a desejar, em relação a outros artigos escritos por outros correspondentes, em que têm sempre algum esclarecimento a dar.

Com certeza que Deus não marcou a cidade de Lagos para que tenha um representante tão pouco democrata. Desta vez o artigo é: «Ameaçada a liberdade da Imprensa». Desconhece o seu autor que todas as empresas deste País podem ser nacionalizadas, quando os seus trabalhadores tenham razões para o fazer.

Refere também o seu autor que as paralisações feitas na Imprensa prejudicam os leitores e os trabalhadores e tem dúvidas que depois disto tudo resulte a verdadeira liberdade de Imprensa.

Segundo a opinião de muita gente, há liberdade de Imprensa em todos os jornais, por exemplo o Jornal do Algarve, com a sua rubrica «Correio de Lagos», em que o seu autor de vez em quando, escreve alguns artigos que, se não houvesse liberdade de Imprensa, não podiam ser publicados, por se apresentarem pouco construtivos e tendenciosos no momento actual.

Para uma sociedade nova, a liberdade de Imprensa não é aquela que alguns pseudo democratas pretendem pôr ao seu serviço e quan-

Manifestação em Faro de apoio ao M. F. A.

Convocada pelo Secretariado da Inter-Comissão de Moradores do Concelho de Faro decorreu na capital algarvia uma manifestação de apoio ao M. F. A. e de regozijo pelas medidas revolucionárias do Conselho da Revolução conducentes a instalação de um autêntico socialismo no nosso País. A concentração fez-se no Jardim Manuel Bivar e os manifestantes, após percorrerem algumas artérias da cidade, dirigiram-se ao Largo de S. Francisco. Frente ao Regimento de Infantaria, decorreu significativa expressão de apoio ao M. F. A. Viam-se dísticos referenciando as Comissões de Moradores da Conceição de Faro, Pechão e Penhas e dos Trabalhadores da Federação dos Municípios e ouvia-se constantemente palavras de ordem como «assembleia popular», «o povo está com o M. F. A.», «a reacção não passou, a reacção não passará», «abaixo a Constituinte», «poder popular», etc.

A porta do R. I. F. compareceu o coronel Rebello de Sousa, comandante do Regimento, que dirigiu significativas palavras aos manifestantes, referindo a necessidade de uma cada vez mais estreita aliança entre o Povo e o M. F. A. para o avanço do processo revolucionário.

UM COMUNICADO da Comissão de Moradores do Bairro do Matadouro de Vila Real de Santo António

COM o pedido de publicação, recebemos da Comissão de Moradores do Bairro do Matadouro, em Vila Real de Santo António, o seguinte comunicado:

A Comissão de Moradores do Bairro do Matadouro, de Vila Real de Santo António, após o seu reconhecimento pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal vila-realense e pelo M. F. A., iniciou a sua acção, levando a efeito uma obra que se reputava de grande importância para quatro moradores do referido bairro.

Assim, foi construída uma fossa, que irá beneficiar alguns moradores do bairro que viviam em péssimas condições de salubridade, até porque a água potável passava a pouca distância das águas provenientes dos despejos.

Também no domingo se procedeu à limpeza das ruas do bairro, trabalho a que a população se dedicou com entusiasmo, e que se prolongou até à noite.

Há a registar um facto que não contribui para a boa vontade de todos, e que passamos a referir: quando se procedia à construção da fossa, acima aludida, verificou-se uma rotura na conduta de água notável. Comunicado o caso aos Serviços Municipalizados, compareceu um funcionário, o qual disse só proceder à reparação se a mesma fosse comunicada ao sr. Figueiredo. Todavia, a Comissão de Moradores, reconhecida a urgente necessidade de que esta reparação se revestia, apelou para a boa vontade de alguns amigos, resolvendo da melhor maneira este contra-tempo.

Lamenta a Comissão de Moradores esta atitude, esperando que a solução de problemas como este, no futuro, não seja pressionada pela burocracia dos Serviços Municipalizados.

vem ajudar a solução do problema.

Reunião das comissões de moradores de Faro

NO Comando da P. S. P., em Faro, decorreu uma reunião das comissões de moradores do concelho, estando presentes elementos da Penha, Alto de Rodes, Atalaia, Mar e Guerra, São Luís, Letes, Conceição, Monte Negro e Gambelas, o comandante e graduados da P. S. P. e da G. N. R. e representantes da assembleia de delegados da unidade do M. F. A.

Abriu a sessão o major Manuel Francisco da Silva, comandante Distrital da P. S. P., actuando como moderador da mesma um elemento do secretariado inter-comissões de moradores de Faro, que orientou os trabalhos. Debateram-se assuntos relacionados com segurança nocturna, marginais, ruidos, boatos, droga, trânsito, etc. Foi solicitada a colaboração das comissões de moradores e portanto das populações, para a consecução dos objectivos propostos e reafirmado o propósito de a P. S. P. e G. N. R. actuarem em estreita cooperação.

CORREIO de LAGOS

REUNIÃO QUE RESULTOU PARA EVITAR O AFUNDAMENTO DO HOSPITAL

Em boa hora a Comissão Administrativa da Câmara convocou reuniões das entidades representativas da cidade, inclusive comissões de trabalhadores e moradores, para dar conta da crise hospitalar provocada pela actuação da comissão «ad hoc» de que resultou o pedido de demissão irrevogável da mesa da Misericórdia. E dizemos em boa hora, porque toda a argumentação do dr. Godinho, figura máxima da comissão de trabalhadores do hospital, não justifica aquilo a que bem podemos chamar «tomada de assalto do hospital», pois como bem referiu o irmão da Misericórdia e componente da Comissão de Moradores da Zona 1, Sebastião Cabral Valente, nem os irmãos da Misericórdia nem as Comissões de Moradores, nem a própria mesa, eleita legal e publicamente, foram ouvidos para as resoluções tomadas, que brigam com assuntos administrativos de importância tal, que uma vez descontrolados poderiam dar azo à morte da obra do dr. Ivone do Amaral e actual mesa da Misericórdia.

Na reunião, que se prolongou por mais de quatro horas, na Casa da Cultura no passado dia 12, sucederam-se esclarecimentos e intervenções, algumas pouco felizes, culminando com propostas do presidente da Comissão Administrativa que uma vez aceites pela quase totalidade dos presentes, consideramos tendentes ao prosseguimento da obra do hospital, talvez com algumas melhorias.

Foi ventilada a necessidade da consulta externa e o representante da Previdência demonstrou interesse pela execução de obras que importam para mais eficiente actuação. A dr. Ivone teve o testemunho público de gratidão pelo que tem feito, a mesa não menos, apesar de à parte pouco feliz de trabalhador admitido pela comissão «ad hoc», estando convencido que o dr. Godinho para reparar o mal que as suas decisões ameaçaram causar, redobrar de esforços para que o hospital venha a servir a contento geral, como se impõe para seu prestígio e da cidade que há bastos anos serve com conhecimentos profissionais que temos ouvido salientar, mas sem o humanismo que a tão difícil como honrosa profissão exige.

que se multiplicaram sem culpa da comissão, que contando vinte elementos dos quais o mais novo tem 37 anos, referiu que nunca os párocos pediram dinheiro para qualquer acto, comprovando-se assim que são os provocadores profissionais que na sombra actuaem para divisões tendentes a estabelecer confusões entre religiosos e ateus, São eles os principais culpados dos boatos que correram de que os padres tinham pedido três contos para fazerem a procissão em volta da igreja e cinco para irem até à praia, bem como outros atentatórios da moral que se pretende.

UM COMUNICADO DOS MORADORES DO BOM JOÃO, EM FARO

DA Comissão de Moradores do Bairro do Bom João, de Faro, recebemos o seguinte comunicado:

A Comissão de Moradores do Bairro do Bom João repudia todos os excessos cometidos na reunião de 25 de Agosto, entre as Comissões de Moradores e a Comissão Administrativa da Câmara de Faro, bem como algumas atitudes reaccionárias de alguns presentes (estranhos à reunião), pois sempre

primou pela lisura de processos nessas reuniões.

A Comissão não pode deixar de criticar todo o clima emocional provocado pela reunião antecedente de 11 de Agosto, na qual foi lida a acta, em que o vogal sr. Carromba criou um precedente grave, de desunião, na Comissão Administrativa da Câmara.

Considera esta Comissão igualmente grave a atitude do Secretariado Inter-Comissões, apoiando declarações do sr. Carromba, com o intuito, que não nos escapa e nos alerta, para a necessidade de eliminar este Secretariado, que nunca se mostrou operacional e toma atitudes anti-democráticas.

A Comissão, que nunca quis entrar em polémicas com o Secretariado, mesmo quando por ele foi continuamente hostilizada, chama a atenção das outras Comissões de Moradores, para o facto claro da condução de cúpula do dito Secretariado, que geralmente toma atitudes sem consultar previamente as Comissões.

Esta Comissão, consciente de que no seu bairro vivem moradores de todas as correntes políticas, não pode, sem consulta prévia em plenário de moradores, tomar opções de apoio a manifestações partidárias, como é prática frequente do dito Secretariado.

A Comissão pronuncia-se assim publicamente, denunciando todas as atitudes anti-democráticas do Secretariado e esclarece os seus moradores de que nunca poderá colaborar com cúpulas inconsequentes, que só semelam ódios, quando a missão das Comissões de Moradores é, primariamente, defender os moradores mais desfavorecidos, criando em toda a população o desejo de uma colaboração sã, na construção de uma sociedade socialista sem ódios nem inibições.

A Comissão de Moradores do Bairro do Bom João, tem a noção realista do seu papel nas reuniões com a Comissão Administrativa da Câmara, onde sempre se apresentou com um objectivo, não só reivindicativo como construtivo. Dessas reuniões trouxe sempre a certeza de que a Comissão Administrativa entrava nelas com o mesmo espírito construtivo de colaboração na resolução dos anseios mais prementes das organizações populares representadas pelas Comissões de Moradores presentes.

O povo fareense apoia a luta antifascista em Espanha

EM plenário das comissões de moradores de Faro, a que assistiram também muitas comissões de trabalhadores, foi deliberado por unanimidade manifestar o apoio à luta antifascista do povo espanhol e protestar contra a condenação à morte dos patriotas bascos Otaegui e Garmendia.

Idênticas posições têm sido assumidas por outras organizações, entre elas o Sindicato dos Escritórios, pessoal da Caixa de Previdência, trabalhadores do Parque da Sacor e comissão de moradores das Cardosas.



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO

DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO

ANO 19.º

SÁBADO, 27 DE SETEMBRO DE 1975

AVENÇA

N.º 966

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO
OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — TELEF. 254 LISBOA — TELEF. 361839 FARO — TELEF. 22322 AVULSO 2\$50

COMISSÕES DE MORADORES UMA FORÇA QUE VEM DO POVO

MAIS ou menos por todos os lugares, aldeias ou cidades, Comissões de Moradores são eleitas pela população portuguesa. Uma mais activas, outras menos concretas, tudo depende do sentido revolucionário dos seus componentes, da cooperação das autarquias locais ou da dificuldade imposta por certos caciques persistentes.

portamos 60% da carne bovina que se consome, sem atingir os números necessários ao consumo da população, sem alternativa da nossa riqueza florestal.

Lugares isolados, aldeias perdidas e esquecidas, em que o Povo é condenado ao isolamento, sem estradas, sem o convívio das gentes, com escolas a léguas das crianças; sem postos clínicos para sanar as doenças vindas das maiores deficiências higiénicas e alimentares de um Povo que estagnou em idade medieval, em pleno século XX.

Mas as gentes, agora, rompem valados, abrem os seus caminhos, procuram fontes para as suas sedes; das casas velhas arranjam escolas funcionais, centros de convívio; dos prédios perdidos e abandonados, recuperam habitações que, num exemplo de comunidade, entregam aos sem lar.

Durante meio século, o velho estado novo foi uma aberração para as classes desprotegidas; daí o palmilhar léguas para aprender cinco letras. Nas cidades e vilas, alguns

colégios satisfiziam uma certa classe. Algumas universidades herdadas serviam também as exigências da classe. Pois então!

(Conclui na 4.ª página)

por Teodmiro Neto

Comissões de Moradores uma força que vem do Povo

(Conclusão da 1.ª página)

Tomemos Faro como exemplo: o maior burgo da Província, burguesamente importado e bem copiado por uns quantos e mal copiado por uma maioria, foi desprezado vilmente nos seus operários, officios, pescadores, trabalhadores agrícolas, função pública, trabalhadores em geral. O minúsculo bairro-social Bom João, serviu a uma camada social de funcionários, a quem os seus salários certos já eram uma garantia. Depois, nada de nada. Cortou-se árvores que os homens da 1.ª República tinham feito plantar, nem mais um jardim se fez construir. As zonas verdes do Alto Rodes, Penha, etc. verteram nos campos elísios da Avenida de Santo António do Alto. Não é lá que continuam a residir os mandatários do burgo, com os seus filhos e netinhos, durante o Inverno, assim como a burguesia local?

As infra-estruturas foram canalizadas nas belas e despovoadas artérias da Quinta do Lago, Vilamoura, etc.

Numa população de cerca de 50 mil habitantes em que a mulher ocupa elevada percentagem no labor cidadão, onde vão deixar, as mulheres corticeiras, as mulheres operárias, a mulher que aluga os seus braços, os seus filhos a guardar? O fascismo nunca olhou os filhos da população, desde que não faltassem infantários para quem pudesse pagar!

Quase a atingir dois anos de Revolução que a maioria quer socialista, as mães trabalhadoras, dos salários mínimos (e quantas o não atingem), continuam sem creches onde deixar os seus filhos durante o labor. Anselam pela construção das prometidas habitações sociais, dignas de aí se viver. Jovens com a força de aprender, clamam a Universidade que o fascismo lhes negou.

Claro, os senhores das administrações camarárias não têm ombros para suportar tal peso! Pois muitos ombros suportam melhor e as Comissões de Moradores são uma força enorme, que nenhum

dirigente pode ignorar. O Povo é uma vitalidade.

As Comissões de Moradores são o porta-voz das necessidades locais. Elas exigem universidade, habitações acessíveis ao salário do trabalhador, fora da exploração gananciosa dos proprietários; creches urgentes que possam albergar dignamente os filhos de quem trabalha.

Que a verdura da avenida desça aos bairros mais populosos (também haverá água para essa relva).

Os mandatários do Povo pedem universidade para o Algarve; dêem a mão às Comissões de Moradores, senhores da administração camarária.

Há semanas também lá fui, Arco da Vila acima, para uma reunião das 21,30 horas. Uma vez instalados e escutadas as primeiras frases, reparei pelo calor das mesmas que esses dignatários camarários, habituados ao lugar quentinho que ocupam, recuaram, a acompanhar o passo das dezenas de pessoas que Arco da Vila acima se dirigiram.

Não são as siglas partidárias dos componentes das Comissões de Moradores que querem exigir uma resposta concreta às realidades económico-social-educacionais de um grande burgo; nem as siglas caciquelas devem amedrontar a população com saídas pela janela fora do primeiro andar da sala de reuniões das Câmaras.

É certo que certas siglas são muito prometedoras. Rotulam-se mesmo de grandes chavões sociais. É bonito, dá confiança ao Povo que entrou no conhecimento político após o 25 de Abril de 1974. Depois, mesmo que certa sigla não reconheça a força das Comissões, a força popular, as pessoas apercebem-se de que são já rios de força e então nada as deterá.

É agora uma pergunta: quem recia, quem teme essa força que vem das Comissões de Moradores; a força que nasceu a 25 de Abril de 1974, que se solidificou a 15 de Julho do mesmo ano e que nenhum Março ou Setembro poderá chilinar?!

Teodmiro Neto

UM COMUNICADO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DO CONCELHO DE LAGOS

DA Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lagos, recebemos o seguinte comunicado:

A Comissão Administrativa do concelho de Lagos saúda cordialmente a população do concelho e os nossos visitantes, nacionais e estrangeiros, agradecendo a preferência que nos deram. Formula votos para que aqui, em nossa companhia, gozem a amenidade do clima, admirem as belezas naturais e beneficiem da hospitalidade dos lacobrigenses, numa palavra, tenham umas boas férias, regressando a suas casas retemperados para mais um ano de trabalho.

«As boas contas fazem os bons amigos», diz o povo. É isto, uma espécie de prestação de contas, além do contacto periódico que mantemos com a população, a razão de mais este comunicado.

Estamos a um ano da data da posse desta Comissão Administrativa e a pouco mais de três meses do fim do ano, o que nos dá uma visão do que poderemos fazer até final, tomando conta do que se está fazendo no sentido de resolver ou minorar as carências da nossa po-

pulação nos sectores públicos que mais nos afligem. São eles a habitação social, a salubridade (lixo e esgotos), vias públicas (ruas, caminhos, estradas), abastecimento de água e electricidade.

Salubridade — Gastamos anualmente com a recolha e transporte de lixos do concelho cerca de 4 000 contos, importância a que deverá acrescer mais de 200 contos com o tratamento e enterramento dos lixos na lixeira.

Acabamos de receber mais uma unidade transportadora (camioneta com sistema automático para compressão dos lixos) que custa mil e tal contos. Encomendámos mais 30 contentores que, junto aos outros 30, há pouco recebidos, enquadram o concelho na intenção de melhorar este serviço e custaram cerca de 500 contos.

Não obstante tudo isto, o concelho continua com carências que só poderão ser resolvidas com a ajuda de cada cidadão. Por isso, apelamos para o civismo que a população sempre tem dado provas de possuir, colaborando connosco no melhor sentido de usar os con-

(Conclui na 6.ª página)

Um comunicado da Comissão Administrativa do Concelho de Lagos

(Conclusão da 1.ª página)

tenores ou outros recipientes de lixo, não derramando o lixo depois de cheios ou despejando no chão. Agradecemos que se eles não tiverem mais capacidade, seja o lixo depositado em sacos plásticos colocados para recolha junto dos recipientes. Agradecemos à população e pedimos a atenção das Comissões de Moradores para mais esta ajuda. Obrigado.

Águas e esgotos — Odiáxere — Foi já aberto concurso para construção das redes de águas e esgotos de Odiáxere, obra cujo custo se eleva a 9 300 contos.

Entretanto foi executada a conduta adutora, na qual se despendem 330 413\$00, que serve já para socorrer a povoação com a água potável.

Idênticos trabalhos se irão executar no Chincicato. Mas aqui cabe especial referência à actuação da Comissão de Moradores que se prontificou a executar a tarefa pelo orgamento, revertendo o lucro para melhoramentos na mesma povoação, que muito carecida está. Um cumprimento especial para a Comissão de Moradores.

Luz — Construção de nova adutora para aproveitamento de outro furo a 200 metros do actual para reforço do abastecimento de água à freguesia da Luz, que grave prejuízo tem causado à sua população fixa e flutuante. Valor da obra, 4 165 contos.

Bensafrim e Barão de S. João — A instalação já está concluída, mas por razões técnicas ainda não foi possível pôr em normal funcionamento. Valor da obra, 4 700 contos.

Portelas — Está em execução a obra de abastecimento de água a esta povoação, cujo orçamento é de 211 205\$00. Interligação de condutas entre a Senhora da Luz e o sítio do Valverde. Fecho de Malha para inter-ajudar em caso de necessidade. Valor da obra, 230 contos.

Está prevista a realização para breve do abastecimento de água aos sítios de Monte Judeu, Telheiro, Bairros do Apeadeiro e Duna, cujos valores se elevam a 546,5, 350 e 1 800 contos, respectivamente.

Saneamento — Está entregue a um técnico da cidade a elaboração do estudo dos esgotos de Portelas, Bensafrim e Barão de S. João, que serão executados, como se espera, pelo mesmo sistema que a do Chincicato.

Estão em curso as seguintes obras de saneamento: ampliação das redes de esgotos da Luz, 613,3 contos; rede de esgotos do sítio da Fonte, 138,4 contos.

Prevê-se para breve o início da construção da estação de tratamento da Luz, com o custo aproximado de 6 000 contos.

Habitação — Depois de 25 de Abril de 1974, foram já entregues para habitação de famílias deste concelho, 72 fogos pela Caixa de Previdência, e 54 fogos pela Casa dos Pescadores, tendo a Câmara contribuído para a execução, das infra-estruturas e cedido os terrenos respectivos.

Está em curso a construção de 24 fogos, pelo Fundo de Fomento da Habitação e 64 fogos pela Câmara Municipal, obra esta custeada por um empréstimo de 23 mil contos, e vão ser iniciados mais 16 pela Câmara Municipal e isto pelo sistema normal. Pelo sistema especial do plano SAAL, estão sendo executados em Lagos, Méia Praia e Luz mais 180 fogos.

Esperamos ter tudo concluído antes de ano e meio, o que nos dá uma boa perspectiva para o crucial problema da habitação que tantas famílias mantêm em situação dramática e que tanto nos preocupa e aflige.

Outras obras em curso (com indicação de verbas) que parece de realçar, parte das quais ficarão concluídas no corrente ano: construção de dois pontões submersíveis em Vale de Bensafrim e Odiáxere, 270 000\$00; reparação de arruamentos em diversas povoações,

410 689\$40; reparação de arruamentos na cidade, 334 486\$40; construção de um lavadouro em Almádena, 150 000\$00; reparação da E. M. 535 da E. N. 120 à E. N. 125-9 (Boa Vista), 252 936\$00; construção da E. M. 534 (Odiáxere a Vale da Lama), 289 050\$30; ampliação da rede de esgotos e construção de fossas, 22 481\$90; despesas com construção e reparação de edifícios escolares, 112 755\$80; construção do jardim da cidade, 150 000\$; construção de edifícios municipais, 168 698\$80; urbanização do Bairro dos Pescadores, 227 754\$20; edifício do Tribunal Judicial, 33 995\$00; subsídio à Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 300 000\$00; subsídio para educação e assistência, 70 000\$00; dotação às Comissões das Freguesias rurais para obras, 100 000\$00; aquisição de um edifício destinado ao mercado de Bensafrim, 110 000\$00; desinfestação de moscas, mosquitos, e outros insectos em todo o concelho, 153 010\$; reparação de arruamentos na povoação da Luz, 344 000\$00.

Obras a iniciar em breve com a comparticipação do Estado através do Gabinete do Planeamento da Região do Algarve: construção de arruamentos no Bairro dos Pescadores; reparação de arruamentos nas povoações de Barão de S. João, Espiche e Bensafrim.

Mercê da acção dinâmica da Comissão de Freguesia de Barão de S. João, que organizou um campo internacional de trabalho, estão sendo reparadas diversas ruas daquela povoação, com o apoio desta Câmara. Além de ser louvável a todos os títulos, é caso invulgar no País. Estamos de parabéns. Construção do acesso e arruamentos no Bairro da Senhora da Glória; construção do lavadouro de Espiche; construção do Caminho Municipal de Espiche a Lagoa da Rosa; ídem de Vale a Colégio; ídem de Atalaia — 2.ª fase; ídem de Sargaçal; rede de esgotos de Chincicato.

Fecho — Estas realizações, que foram feitas e se irão fazer, sem pretensão de «fachada», devem-se à pronta colaboração que sempre encontramos entre a Comissão Administrativa, Junta de Freguesia, Gabinete do Planeamento do Algarve e população do concelho. Demonstra, além do mais, a prova prática e incontestada do que se poderá adiantar na vida dos povos com a descentralização dos serviços estatais, e tendo à frente desses organismos descentralizados pessoas aptas, resolutas e clarividentes, como é o caso do Gabinete do Planeamento do Algarve. Actuante como é, recebe de seguida o apoio das populações do concelho que, como se tem verificado, não têm regatado a sua colaboração em trabalho e dinheiro. Claro que toda a acção desenvolvida só é possível porque se conta com uma secretaria municipal apta, bem organizada e convenientemente dirigida — o que só honra quem a chefia — que dá pronta resposta às urgentes solicitações de movimentação de serviços, informações, etc. de forma a não se perder a oportunidade fugaz na agitada vida administrativa do País pelo muito que se deseja realizar de imediato.

Uma palavra também para realçar o esforço do pessoal dos Serviços de Obras e Municipalizados que têm dado a colaboração indispensável aos trabalhos em curso e programados, cujo custo previsto é, resumidamente, o seguinte: habitação, 21 252 contos; vias públicas, 4 506 contos; água e electricidade, 31 321 contos; edifícios diversos, 705 contos; infra-estruturas diversas, 2 780 contos; obras diversas, 340 contos.

A Comissão Administrativa, ao tomar posse do seu mandato, ofereceu ao povo do concelho o seu trabalho grátis e uma administração coerente e justa. As contas estão apresentadas; se são boas, o povo o dirá.

Amigos! Despertados para uma vida melhor, mais justa e mais fraterna, caminhemos calmos e confiantes. Com a unidade MFA-Povo, os maus caminhos serão ultrapassados; a estrada boa será atingida.

COMISSÃO DE MORADORES

Como fora anunciado, realizou-se nas instalações do Colégio do Alto, em Faro, o Encontro Infantil promovido pela Comissão de Moradores do Bom João, durante o qual foi distribuído um almoço a cerca de 300 crianças deste bairro, do Bairro da Atalaia e da Casa dos Rapazes.

Sabemos que também a Comissão de Moradores da Zona do Emissor vai realizar, dentro em breve, um festival idêntico para as crianças do seu bairro.

Amanhã, manifestação antifascista em Faro

Assinalando o aniversário da vitória das forças populares trabalhadoras sobre os reaccionários no 28 de Setembro, realiza-se amanhã em Faro uma manifestação antifascista, unitária e apartidária. A manifestação é convocada pelos secretariados das Inter-Comissões de Moradores e Trabalhadores do concelho e a concentração faz-se às 18,30 no Largo do Carmo.

Jornal do Algarve,
1975-09-27, p.2

CORREIO de LAGOS

POUCO APOIADAS AS COMISSÕES DE MORADORES

Que as comissões de moradores vão lutando para conseguir o apoio da população, demonstram-no os factos. Marcada reunião com vista à criação da assembleia popular do concelho de Lagos, para o dia 27 de Setembro, compareceram pouco mais de vinte elementos da população e, das comissões de moradores e trabalhadores, nem sequer metade. Formada em tal reunião uma comissão de nove moradores, para incentivar a população a comparecer no dia 2 de Outubro, não faltou propaganda, mas as compareências foram diminutas e os resultados não podem considerar-se satisfatórios.

A indiferença da população admitimos que não seja alheia a pouca importância atribuída ao cumprimento de promessas formuladas em sessões anteriores, pois que o patronato previsto para creche, continua como antes, sem embelezamento do exterior e com deficiente administração e vigilância, talvez porque nem todos os que se mostraram dispostos a colaborar, estejam prontos a fazê-lo. Confirma-se assim a frase do povo, «muitas palavras mas poucas obras» pois em política social e económica mais não se tem feito, duvidando que a situação melhore sem que se diligencie interessar pessoas de todas as categorias sociais e ideológicas na formação quem diz de comissões de moradores diz de tra-

balhadores. A continuarmos com a preocupação de só integrar nessas comissões militantes ou simpatizantes de determinados partidos políticos, nada teremos feito para a união que se impõe sem distinção de raças, credos, cores ou política.

A PROPÓSITO DAS VÁRIAS COMISSÕES

Manuel Faria sempre desejoso de contribuir para uma sociedade mais justa e equibrada, fez inserir no *Jornal do Algarve*, no artigo «Das várias comissões ao poder popular», muito que ponderado por quem de direito poderá resultar para que as comissões de moradores actuem em conjunto com as juntas de freguesia, que legalmente representam o povo, e as de trabalhadores com os respectivos sindicatos, evitando-se que muitos mandem e ninguém se entenda.

A actual situação é deveras prejudicial ao exercício da autoridade, e desde que as comissões de moradores colaborem com as juntas de freguesia, e estas com as comissões administrativas municipais, talvez seja possível sem quebra dos poderes das comissões de moradores chegar a conclusões dignas sem recurso a abusos, que, mais ou menos toleráveis, não deixam de ser abusos.

Quanto a comissões de saneamento, o caso reveste-se de gravidade, pela ausência de pessoas isentas, pois dos saneamentos após o 25 de Abril, muitos se contam mais por questões políticas do que por incompetência profissional, tendo que possivelmente, recorrer-se a tribunais do povo, onde estejam representados todos os partidos políticos para julgar.

Tomaram posse as Comissões de Moradores da freguesia de Paderne

No salão da Junta de Freguesia de Paderne, efectuou-se a tomada de posse dos elementos das Comissões de Moradores dos vários núcleos da freguesia. Assistiram à cerimónia, além dos membros da Junta de Freguesia os srs. presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Albufeira, Romeu Santa Clara Brito; tenente Carneiro e sargento Abel Flores pelo M. F. A.; eng. David Catela Mouzinho, da S. A. D. A. e elementos da comissão organizadora: João Guerreiro Madeira, José da Silva Medeiros, António Guerreiro da Saúde, Arménio Aleluia Martins, Gregório Luís, António Rodrigues Neto e Joaquim Rodrigues Alho.

Foram lidas e assinadas as actas da sessão em que fora eleita a comissão organizadora, em que esta definiu as linhas de orientação, tais como divisão em zonas, aspectos das relações comuns das necessidades dos habitantes das zonas, marcação de locais e datas das sessões de esclarecimento e eleições, etc. O tenente Carneiro, mostrou a sua satisfação pelo bom trabalho efectuado pela comissão organizadora que considerou único na Província, por ter sido feito sem quaisquer interferências de entidades políticas ou militares e numa acção dinamizadora em que o povo tomou consciência daquilo que lhe interessa. O sr. Santa Clara Brito esclareceu os munícipes quanto a alguns problemas relacionados com as redes de água, assistência técnica na distribuição de energia eléctrica e recolha de lixo. O eng. Mouzinho, respondeu a algumas perguntas relacionadas com a formação de associações de regantes e formas de comercialização dos frutos secos e alguns dos presentes, uns para perguntarem, outros para criticarem o que merecia ser criticado, entraram em diálogos que tornaram a sessão mais interessante.

Foram depois empossadas as comissões, assim constituídas: sítios de Cerro do Roque, Vale de Pêgas e Charneca: Manuel Neves Coelho, José Nobre, António José Nobre, Francisco da Conceição Pires e José Oliveira Neves. Sítios de Matos de Baixo, Matos de Cima e Guiné: Manuel Neto da Luz, José Martins Oliveira, Maria Dalécia Rocha Lima, Fulquério Silva Clemente e João de Sousa Lima. Sítios de Mem Moniz, Cerro do Ouro, Centieira, Escarpão e Cotovio: José Guerreiro Gomes, António Joaquim Aleluia, Manuel Cavaco Guia, Ma-

nuel Henrique e José Sebastião Sacramento. Sítios de Almeijofras, Casas dos Pires, Cerca Velha, Monte Novo e Barradinha: António Manuel Aleluia Rodrigues, Fernando Dionísio da Costa, Ricardino Cordeiro dos Santos, José Gonçalves Pedro e António Guerreiro. Sítios do Malhão e Aroal: Ilídio Martins Jorge, José Martins Mendes, Alvaro Campos, Manuel Gonçalves Mariano e Manuel das Dores. Povoação de Paderne e sítios da Fonte, Purgatório e Monchina: Isidro Cabrita Neto, Arsénio Estêvão de Oliveira, José António Neto Cruz, dr.ª Cecília Maria Boal Leote e Joaquim Gonçalves Palma.

A comissão dos sítios da Ribeira de Alte, Carrasqueiro, Lentisciais, Fornalhas e Cabanita, que fora eleita, não foi empossada em virtude de divergências havidas entre os seus componentes, tendo sido dissolvida. Em nova eleição, realizada na Ribeira de Alte, no passado sábado foram escolhidos os seguintes elementos: António Joaquim Leandro Aleluia, José Diogo Cabrita Aurélio Balbino, Maria de Fátima Patrício Correia e Rodrigo Manuel Rodrigues.

V. P.

Criada a comissão dos moradores da zona de São Francisco (Faro)

Em assembleia de moradores da zona de S. Francisco (Faro), que compreende a área citadina entre a Rua da P. S. P., o lado exterior das muralhas e o lado nascente da Rua de Santo António, foi eleita democraticamente a Comissão dos Moradores, de que fazem parte os srs. Rui de Jesus Russo, Joaquim Ribeiro Arenga, Filipe de Jesus Russo, Inácio Guerreiro Fernandes, Joaquim Azevedo, Daniel da Silva Farias, Armando Ruivo, João Pestana e Joaquim Estrela Ministro.

Habitação social em Silves

ATE 4 do próximo mês podem ser apresentadas candidaturas para as moradias a vagar nos dois próximos anos no Bairro de Habitações Sociais, em Silves. Os interessados devem dirigir-se à Caixa Nacional de Pensões, em Lisboa; à Caixa Distrital de Previdência, em Faro ou à sua delegação em Silves.

Cento e cinquenta habitações oferecidas aos moradores no Barlavento algarvio

EM nome de sua esposa, sr.^a D. Elsa Sotto Mayor, e dos filhos, o comandante da Marinha de Guerra sr. José Francisco Correia Matoso, doou «Vila Cândida», um grupo de 150 habitações no barlavento algarvio, aos respectivos moradores, que assim ficam tendo casa própria.

A expensas suas, o comandante Matoso remodelou e beneficiou a escola primária da mesma «vila», que entregou aos moradores, bem como um terreno para parque infantil e campo de jogos.

Compreender-se-á a surpresa e o regozijo dos habitantes de Vila Cândida, ao tomarem conhecimento da valiosa doação.

*Jornal do Algarve,
1975-10-18, capa*

CORREIO de LAGOS

PODER POPULAR, SIM, MAS COM ORDEM E DISCIPLINA

Vêm estas linhas a propósito de centros e grupos políticos que se vêm multiplicando com vista a criar poder popular. Este, bem vistas as coisas, pode ser assegurado pelas comissões de moradores e de trabalhadores, organizadas que sejam nos princípios da ordem e disciplina que se impõem para vencermos com honra. As de moradores em colaboração com as Juntas de Freguesia, órgãos administrativos que legalmente representam o povo, e as de trabalhadores com os respectivos sindicatos podem contribuir para realizações que prestigiem governantes e governados.

Mas, isolada e desordeiramente, como frequentes vezes se constata, longe de prestigiarem, mancham tudo e todos.

O facto de muitas posições de comando estarem ocupadas por pessoas menos escrupulosas, contribui de certo modo para abalar o poder popular, que valerá tanto mais quanto maior entendimento houver entre as bases e as cúpulas, afigurando-se, pois, necessário rever posições de comandantes e comandados, para melhor servir os necessitados.

A POVOAÇÃO DA LUZ JÁ TEM COMISSÃO DE MORADORES

Em 28 de Setembro, o povo da Luz elegeu a sua comissão de moradores, constituída por Francisco Duarte Viegas, José da Silva Figueiras, Manuel Castela da Silva, Hermano Marreiros Seromenho, José dos Reis Cravinho, Manuel Duarte Pereira, António Duarte Gonçalves e José Lourenço dos Reis.

Tratando-se de pessoas amigas da sua povoação, é de esperar que se debrucem sobre os problemas da mesma, para o que lhes oferecemos a nossa modesta colaboração.

Joaquim de Sousa Piscarreta

Reuniram em Loulé as Comissões de Trabalhadores do Algarve

NAS instalações da fábrica de cervejas Imperial, em Loulé, houve um plenário em que participaram 43 comissões de trabalhadores e de moradores do Algarve. Os trabalhos decorreram em ambiente de interesse e participação, sendo focada a importância das estruturas e organização das comissões de trabalhadores como órgãos da vontade do povo e a necessidade de esses órgãos se coordenarem, centralizando-se por regiões e sectores de actividades.

Jornal do Algarve,
1975-11-01, capa

ATLETISMO

CORRE-SE HOJE EM FARO O I CIRCUITO DO BAIRRO DA ATALAIA

Decorre hoje em Faro o I Circuito do Bairro da Atalaia, organizado pela Casa da Cultura da Juventude em colaboração com a Comissão dos Moradores do Bairro da Atalaia. O objectivo principal é criar um interesse não só nas crianças mas também nos mais velhos pela prática desportiva, enquadrando-se a iniciativa na perspectiva de «um desporto ao serviço das massas trabalhadoras e da sua luta», ao mesmo tempo que integrará os participantes de todas as idades numa base de amizade-competição-camaradagem. O programa é o seguinte: das 10 às 11 h, 20 m, cortamato à volta do bairro, masculino e feminino; das 15 horas em diante, saltos em altura, comprimento, triplo salto, jogo da corda, do lenço e estafeta.

*Jornal do Algarve,
1975-10-18, p.5*

JORNAL do ALGARVE

Concursos de obras no Gabinete do Planeamento do Algarve

N^O Gabinete do Planeamento do Algarve, foram abertas as propostas do concurso de saneamento das povoações de Conceição e Cabanas, rede de esgotos e sistema elevatório, construção civil. A base de licitação era de 6 281 560\$00 e foram apresentadas seis propostas, sendo a mais baixa de 5 349 400\$00 e a mais alta de 6 178 900\$00.

Foram também abertas as propostas do concurso para adjudicação da obra de construção da conduta interceptora de esgotos de Lagoa, com a base de licitação de 2 434 670\$00. A proposta mais baixa foi de 1 982 480\$ e de 3 026 00\$ a mais elevada.

Para ser dado parecer sobre a adjudicação, seguiram também para os serviços técnicos do Gabinete, as propostas referentes aos concursos de abastecimento de água a Albufeira (ampliação do sistema Brejos II (Patá de Baixo) e construção da estrada de acesso à estação de tratamento de esgotos de Portimão. A base de licitação da primeira daquelas obras era de 1 350 000\$00 e foram apresentadas duas propostas, uma de 1 150 000\$ e outra de 1 449 779\$20.

Para a segunda foram apresentadas seis propostas, sendo a mais baixa de 1 959 211\$00 e a mais elevada de 2 860 641\$00. A base de licitação era de 2 869 537\$00.

Campanha contra os ruídos em Faro

N^{ÃO} só na capital algarvia, como um pouco por todo o Algarve, a poluição sonora é um sério atentado às populações, em grande parte causada pelas motorizadas e por indivíduos sem escrúpulos (e diríamos sem profissão, dado que toda a noite deambulam pelas ruas). Procurando corresponder a um legítimo anseio mormente das classes trabalhadoras que têm direito a um necessário descanso, decorreu no Governo Civil do Distrito, uma reunião para estudo das medidas mais convenientes. Participaram nos trabalhos elementos das comissões de moradores e da P. S. P., sendo deliberado promover primeiro uma campanha de esclarecimento e de chamada de atenção dos utentes das motorizadas, tarefa em que se empenharão as comissões de moradores. Numa segunda fase, haverá operações de fiscalização do trânsito, visando especialmente as motorizadas com escapes livres em que participarão forças da Polícia Militar e da P. S. P.

Faro vai ter infantário, lar de enfermagem e hospital geriátrico

A COMISSÃO instaladora do Hospital Distrital promoveu uma reunião em que participaram elementos da mesa da Misericórdia, da direcção do Albergue Distrital, e do Refúgio Aboim Ascensão, da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência e representantes do Município de Faro, da União dos Sindicatos e do I. F. A. Social e, na qualidade de observadores, membros da Comissão dos Moradores do Bom João encarregados dos problemas da primeira infância e da terceira idade.

Fol referido, quanto ao infantário, que as instalações do Refúgio Aboim Ascensão serão cedidas e posteriormente adaptadas pelo arq. Garrido (ligado ao I. F. A. S.), tendo-se acordado em que, por homenagem ao benemérito farense a quem tanto interessaram as questões da maternidade e da infância, aquele ficasse com a designação de Refúgio Aboim Ascensão.

A integração jurídico-administrativa será feita dentro dos estatutos da Misericórdia de Faro, constituindo meios de vivência económica as verbas cedidas pelo Hospital de Faro, congeladas para esse efeito pelos cinco sectores sócio-profissionais, de percentagens de trabalhos prestados que deveriam receber: um subsídio mensal ou anual da Misericórdia de Faro e uma retribuição de serviços por capitação, a estudar pelos Serviços Sociais, dos utentes do Infantário.

Sobre o lar de enfermagem, tomou-se conhecimento de que o edifício da Rua de São Pedro, cedido pela comissão administrativa da Caixa de Previdência de Faro, por troca com o antigo internato psiquiátrico, está à disposição do Hospital desde o dia 15 de Setembro para a instalação do lar.

Foram consideradas diversas observações emanadas da direcção do Albergue Distrital, do Instituto da Família e Acção Social e da comissão instaladora do Hospital de Faro, que vê os seus serviços de medicina permanentemente bloqueados com doentes da terceira idade assentando-se, como hipótese de trabalho a confirmar futuramente, a transformação do Albergue Distrital num hospital geriátrico. Ficou prevista a criação de uma secção psiquiátrica e de internamento periódico, para indivíduos encontrados em situação difícil.

CORREIO de LAGOS

QUEM QUER ABALAR O HOSPITAL DE LAGOS?

Quando, na sessão pró-poder popular do dia 23, na Casa da Cultura, ouvimos o dr. Godinho dizer das diligências efectuadas para que o Hospital vá mais além, longe estávamos de pensar que no final da mesma fosse distribuído em grande escala comunicado de Grupo Revolucionário de Trabalhadores da Saúde, inserindo graves acusações ao chefe da Secretaria, Augusto Pinto Catalão, que durante a sua permanência no Hospital de Lagos tem diligenciado cumprir, e, talvez por isso, não é bem visto pelos políticos de ocasião que vêem, nos que cumprem, inimigos da revolução e tudo quanto há de pior.

Do comunicado, resultou reunião geral de trabalhadores do Hospital, e através da mesma o acusado defendeu-se e argumentou, tendo ficado resolvido que a comissão disciplinar de trabalhadores, com um representante da Mesa da Misericórdia proceda a inquérito sobre o assunto e se elabore comunicado a distribuir à população sobre o que foi focado na reunião.

REUNIÃO PRÓ-ASSEMBLEIA POPULAR

Em 23 do mês findo, na Casa da Cultura, decorreu uma reunião promovida pela Comissão Dinamizadora do Poder Popular em colaboração com elementos militares (ADU), à qual estiveram presentes quase todas as comissões de trabalhadores e moradores do concelho de Lagos, com vista a entrar-se no campo de realizações quanto à assembleia popular municipal.

Do que nos foi dado ouvir concluímos que as comissões de moradores não representam a vontade do povo, por eleitas sem conhecimento da maioria dos moradores, havendo casos em que os presentes para o acto pouco excederam o número dos eleitos.

Estamos portanto, perante ilegalidades que nos habilitam a defender como algumas pessoas que usaram da palavra, que se faça elei-

ções, com a presença da maioria dos moradores de cada zona no gozo dos seus direitos civis, e, então, se escolham os considerados mais isentos e dedicados pela causa colectiva para representação condigna em todos os actos que importem para a solução dos problemas, quem diz de zona, diz de freguesia ou concelho.

Fala-se muito em apartidarismo, quando se trata de comissões de moradores, trabalhadores, sindicatos, cooperativas, e consequente Comissão Dinamizadora do Poder Popular, mas, pelo que vemos, concluímos que o partidarismo está presente em todas as comissões e organizações, militares até, do que resultam confrontos entre militares e civis, com prejuízo do progresso político, social e económico que urge fomentar.

Vamos todos lutar por poder popular que dignifique governantes e governados?

ACTIVIDADES DOS MORADORES DA ZONA 5

Em 22 de Outubro, assistimos a reunião promovida pela Comissão de Moradores da Zona 5, nas instalações da fábrica Algarve Exportador que em grande parte estão ocupadas para parque desportivo e alojamento de famílias pobres.

Algo ouvimos, exposto com conhecimento de causa e em termos aceitáveis, mas, muito mais revelador de que há quem pretenda impor o que se deve conquistar.

As conquistas dignas de tal nome são impossíveis sem dedicação pelo trabalho e espírito de sacrifício, mas, do que ali foi ventilado, só o aproveitamento da zona dos tanques de S. João para mini-parque infantil, uma vez feito pelo esforço dos moradores, marcará.

COMÍCIO DO PARTIDO SOCIALISTA

Lagos teve a presença dos elementos mais destacados do P. S., em 26 do mês findo, num comício que se realizou no largo fronteiro ao edifício da Câmara Municipal, falando os oradores de uma camioneta postada junto à porta central, que poderia ter sido aberta para que aqueles se dirigissem ao público de qualquer das janelas do primeiro andar, como geralmente acontece.

Não nos ficaram dúvidas de que o Partido Socialista deseja dar as mãos aos P. C. P. e P. P. D. para, com o apoio das Forças Armadas proporcionar ao VI Governo Provisório a autoridade necessária para governar.

Defendeu-se que as comissões de moradores, sejam eleitas por escrutínio secreto em assembleias gerais de todos os moradores de cada zona no gozo dos seus direitos, como regra-geral acontece nas dos trabalhadores que em cada empresa se reúnem e mediante o conhecimento próprio, escolhem os seus representantes.

Joaquim de Sousa Piscarreta

JORNAL^{do} ALGARVE

Assembleias municipais no Algarve: resultados superiores à expectativa

COMO tinha sido noticiado, realizaram-se, no Algarve, assembleias municipais promovidas pelo Gabinete do Planeamento da Região, as quais tiveram como objectivo a elaboração do esboço do plano de obras/76.

As populações, representadas por membros das Comissões de Moradores e Juntas de Freguesia, aderiram com grande interesse à iniciativa, participando activamente nos debates, discutindo os seus problemas e expondo os principais anseios.

Os delegados do Gabinete tomaram, assim, contacto directo com as aspirações mais prementes da população e, além disso, deram a conhecer a sua política de acção, métodos de actuação e a forma como se poderá estruturar a concretização dos vários processos.

Algumas das propostas apresentadas pelas populações não poderão ser, de imediato, postas em prática, tanto pela falta de projectos, como pela falta de verbas. No entanto, o Gabinete do Planeamento está a elaborar um inventário dessas propostas para, de acordo com as verbas disponíveis e as que vierem a ser atribuídas, estabelecer, em colaboração com as Câmaras Municipais, um plano de prioridades das obras a executar em 1976.

Pode pois concluir-se que esta primeira experiência no País, de discussão dos problemas locais com as populações, teve resultados positivos e que deverão servir de exemplo a novas iniciativas semelhantes.

Um infantário popular em Olhão

TEM o nome de Alexandrino de Sousa, o militante do M. R. P. P. recentemente falecido em Lisboa, o Infantário Popular inaugurado na Rua do Comércio, em Olhão e destinado aos filhos das classes trabalhadoras daquela vila. A inauguração deu azo a uma festa popular que compreendeu regatas de vela na ria Formosa e uma tarde cultural no Largo da Igreja, com a actuação do Coro «Bandeira Vermelha» e do Grupo de Teatro do Centro de Cultura Popular Martins Soares, de Olhão.

A população de Monte Negro colabora no saneamento da zona

É DIGNA de apreço a acção desenvolvida pela Comissão dos Moradores do Monte Negro, nos arredores da capital algarvia que, eivada de forte sentido construtivo, tem resolvido muitos dos problemas daquela populosa área.

Agora tem vindo a processar-se uma experiência de trabalho que pode ser considerada muito válida e se refere à participação da população na obra do saneamento. Os trabalhos decorrem por administração directa de uma comissão administrativa, formada por um elemento do Gabinete do Planeamento da Região do Algarve e, em representação da população, por três elementos da Comissão de Moradores de Monte Negro.

Estamos assim em presença de um caso em que a população colabora efectiva e activamente na solução de um dos problemas que mais a afectava pois era ali inexistente a rede de saneamento.

Esta actividade insere-se na continuidade de outras já realizadas pelos moradores daquela zona dos arredores do Aeroporto.

Concursos de obras no Gabinete do Planeamento

NO Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, procedeu-se em 28 do mês findo, à abertura das propostas referentes ao concurso de abastecimento de água e saneamento da povoação de Moncarapacho. A base de licitação era de 7 369 178\$00 e foram apresentadas onze propostas, sendo a mais baixa de 6 029 595\$00 e a mais elevada de 10 180 284\$00.

No dia 29, realizou-se, também na sede do Gabinete do Planeamento, a abertura das propostas do concurso de fornecimento e montagem do equipamento electromecânico da obra de saneamento das povoações de Conceição e Cabanas, cuja base de licitação era de 709 981\$00. Foram apresentadas três propostas, sendo a mais alta no valor de 746 111\$00 e a mais baixa de 600 000\$00.

Estas propostas seguiram para os serviços técnicos do Gabinete, com vista ao parecer sobre a adjudicação.

Assembleia de Moradores em Silves

A JUNTA de Freguesia e a Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores de Silves, promovem hoje, às 16 horas, uma assembleia de moradores da cidade, no ginásio da Escola Polivalente, com a seguinte ordem de trabalho: 1 — informação político-militar; 2 — informação sobre normas de funcionamento, processo de realização e eleição e futura assembleia popular do concelho; 3 — eleição dum secretariado provisório pré-assembleia popular do concelho; 4 — discussão de problemas locais. 5 — eleição da comissão de moradores da cidade.

Esta assembleia de moradores será a última de um ciclo que se realizou a nível de freguesia, promovido pela Junta de Freguesia e Comissão Coordenadora, com o objectivo de ouvir as populações.

CORREIO de LAGOS

COMISSÃO DE APOIO AOS RETORNADOS DE ANGOLA

Há alguns dias que se encontra constituída pelos srs. João Francisco Félix, Hélder Galaz Pimenta, João Bernardo Baptista e António da Silva Rosado, a comissão de apoio aos retornados de Angola, que atende os interessados todos os dias úteis, em sala do terceiro piso do edifício dos Paços do Concelho.

Trata-se de pessoas consideradas no meio local, mas com as arbitrariedades dos nossos dias, que o momento político agudiza, admitimos que venham a tomar posições menos razoáveis, relativamente a retornados que, por desalojados, chegam a tomar de assalto casas que os senhorios têm alugadas, criando situações ilegais e condenáveis.

Oxalá a prudência os anime para evitar posições chocantes, como uma já verificada em Lagos, originada por retornada sem escrúpulos e mal intencionada, que terá de responder pelos actos criminosos.

AS COMISSÕES DE MORADORES CONTINUAM A SER ELEITAS SEM SUFICIENTE REPRESENTATIVIDADE

Face à demissão da Comissão de Moradores da Zona 2, foi recentemente eleita nova comissão. Pelo que até nós veio, os moradores presentes à reunião, apesar de em número superior ao que vulgarmente se constata, estavam muito longe de poder considerar-se representativos, pois para muito mais de mil moradores da zona, a comparência de menos de 100, diz muito sobre o desinteresse na organização.

A comissão não deixou de ser eleita, e entre os seus componentes existem pessoas íntegras, mas, poder-se-á considerar legal a eleição? Sabemos que as restantes comissões em exercício, foram eleitas em piores condições, mas como há necessidade de acertar o passo, atrevemo-nos a defender que se façam novas eleições com mais representatividade, sem o que poderemos considerar o poder popular em campo duvidoso.

JORNAL do ALGARVE

PLANO DE OBRAS PARA 1976 DO GABINETE DO PLANEAMENTO

ESTA a ser elaborado, por técnicos do Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, o plano de obras para 1976, que será feito de acordo com os resultados obtidos nas assembleias municipais realizadas por iniciativa do Gabinete em colaboração com as Câmaras e em que estiveram presentes membros das Comissões de Moradores e Juntas de Freguesia, em representação das populações. Nesta iniciativa, até este momento única no seu género a realizar-se no País, verificou-se que foram

consideradas prioritárias as obras de abastecimento de água e saneamento.

Haverá, também, certo número de obras que irão ser executadas por administração directa de uma comissão administrativa, formada por elementos do Gabinete do Planeamento e das Comissões de Moradores.

Esta experiência de trabalho, aplicada na obra de saneamento do sítio do Montenegro, tem-se mostrado bastante válida, pelo que se pretende alargá-la e aperfeiçoá-la.

A LUTA DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A SEMELHANÇA do ocorrido em diversos pontos do País, também em Faro os trabalhadores da construção civil tiveram intensa jornada de luta que congregou milhares de manifestantes vindos das mais diferentes localidades algarvias.

Frete ao Governo Civil juntaram-se numerosos trabalhadores convocados pelo seu Sindicato com o fim de apoiarem o desejo de toda a classe de que fosse promulgado o mais rapidamente possível o contrato colectivo vertical de trabalho.

Sob palavras de ordem como «4500\$00 salário de fome», «contrato colectivo vertical cá para fora, já», «postos de trabalho, sim, desemprego não!», «fascismo não, abaixo a exploração!», e «operários e camponeses, soldados e marinheiros unidos venceremos!», os manifestantes não arredaram pé enquanto o chefe do Distrito, dr. Almeida Carrapato, não compareceu no Governo Civil. Acompanhado de elementos da comissão de luta, ouviu o dr. Almeida Carrapato, de uma das janelas a leitura de um comunicado em que os trabalhadores em greve denunciavam as manobras do patronato e exigiam a demissão imediata do ministro e secretário

de Estado do Trabalho e a homologação rápida de contratação que respondesse aos seus anseios.

No final da leitura, o chefe do Distrito recebeu um exemplar do comunicado que, conforme desejo expresso da multidão, transmitiu ao Governo.

Verberando a atitude do Ministério do Trabalho por ter mandado encerrar as suas delegações e serviços, os manifestantes desfilarão pelas ruas da cidade, passando de frente do Sindicato, onde foi feita nova leitura do referido comunicado, e da Delegação do Ministério do Trabalho, para finalmente se dirigir ao Regimento de Infantaria de Faro, onde leram uma moção. Recebeu-os, à porta de armas, uma representação de soldados, sargentos e oficiais encabeçada pelo comandante interino. A moção, que denunciava as manobras do patronato e as atitudes do Ministério, exigia, de igual modo, a publicação do C. C. T. e a demissão dos membros do Governo antes referidos, ao mesmo tempo que expressava o desejo de que um relato dos acontecimentos fosse transmitido ao M. F. A. e ao Conselho da Revolução. Respondeu-lhes o comandante interino do RIF, que agradeceu a prova de confiança manifestada nas F. A. e exprimiu a convicção pessoal de que tudo se resolveria a contento das massas trabalhadoras, com as quais o M. F. A. estava na defesa de reivindicações justas. Usou também da palavra um soldado do Regimento, que leu uma moção dos soldados, solidarizando-se com a manifestação e com as suas palavras de ordem.

Comissão de Moradores fez construir um parque infantil em Faro

POR iniciativa da Comissão de Moradores da Zona do Emissor Regional do Sul, em Faro, foi construído na Rua Ascensão Guimarães um parque infantil, que muito irá beneficiar a petizada daquela área da capital algarvia. A mesma Comissão abriu as inscrições para a frequência de um curso popular de iniciação musical, destinado a crianças dos 4 aos 10 anos.

*Jornal do Algarve,
1975-11-29, capa*

Conferência de Imprensa do Secretariado de Intercomissões de Moradores de Faro

Amplio diálogo constituiu a conferência de Imprensa convocada pela Intercomissões de Moradores do Concelho de Faro e respectivo Secretariado, em que foram analisados os objectivos do poder popular e das organizações de base e seu impulso ao processo revolucionário e à construção da verdadeira sociedade socialista em Portugal. Nota vinculada também foi o desejo manifestado de uma aproximação entre as Comissões de Moradores (12) que constituem a Inter e um igual número de outras que dela estão separadas, processo que remonta a Agosto último, a quando de um diferendo surgiu em torno de posição pró e contra a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Faro. Foram então emanados comunicados múltiplos e radicalizadas posições que se têm vindo a manter ao longo dos meses e constituído dois blocos.

No início da conferência de Imprensa, Walter Mateus traçou o quadro do aparecimento das Comissões de Moradores e sua inserção numa análise política da vida portuguesa, realçando a posição do poder popular, afirmando: «quando começaram a surgir os órgãos de poder popular, as massas trabalhadoras, os soldados e marinheiros sentiram que algo de novo, algo de diferente, aparecia, compreenderam que através desse processo, e só desse, seriam eles pró-

prios a construir a tão almejada sociedade socialista». Criticou a questão do «emperrado e velho aparelho do Estado» e as dificuldades que tem levantado ao avanço e consolidação do poder popular, dizendo que, em resposta às comissões reaccionárias, que pretendem levar os moradores e trabalhadores para fins que não a revolução socialista, os moradores e trabalhadores dirão «rua!».

Leonel Avelino, também da Inter-Comissões de Moradores, esplanou a sua orientação, referindo como objectivo das comissões de moradores a constituição da assembleia popular local, apontando a necessidade de que sejam órgãos unitários e apatidários e defensores dos seus representados, que são as classes exploradas. Definiu depois as atribuições das Comissões de Moradores, da Inter e do Secretariado.

Lourdes Cunha refutou as acusações que aquele órgão executivo têm sido dirigidas, apresentando-o como «órgão de cúpula que manda nas comissões» e como «filial de forças políticas», calúnias que refutou, ao mesmo tempo que denunciava a infiltração, nos órgãos de poder popular, de indivíduos responsáveis pela não solução de problemas do povo, posto que os mesmos colidiam com os seus privilégios. Lurdes Cunha disse ainda: «São esses elementos que injuriam e desacreditam as comissões de moradores progressistas e os que tudo têm feito para a unidade e reforço da organização popular, para a concretização na prática da assembleia popular local, órgão im-

portante para a resolução dos variados problemas do nosso concelho; ora, isto não agrada muito, ou nada, às pessoas que defendem o poder popular por leis vindas do Estado burguês, e caluniam, lançam confusão, perseguições e toda a espécie de chantagens e demagogia, a fim de, mais uma vez, dividir para reinar».

A última intervenção foi de Noé- lia Ventura, que se referiu às formas concretas de actuação da Inter e do Secretariado, afirmando: «quer as reuniões da Inter, quer as do Secretariado, deverão processar-se em absoluto apatidarismo, seguindo-se o princípio de que as comissões não deverão ser agências destacadas dos partidos, gerando o divisionismo e o consequente enfraquecimento, mas deverão contar com as suas próprias forças, mobilizando aqueles que representam na luta e conquista dos seus direitos. — J. L.

III Salão de Artes de Lagos

COM o apoio da Câmara Municipal de Lagos, vai a secção de artes plásticas da Sociedade Filarmonica Lacobrigense 1.º de Maio promover, de 15 a 31 do próximo mês, o III Salão de Artes, que estará patente no museu da cidade. Este salão poderá percorrer, seguidamente, todo o concelho, por intermédio das Juntas de Freguesia ou Comissões de Moradores.

Pretende-se levar toda a população do concelho de Lagos a melhor conhecer-se, através das mais diversas manifestações de artes plásticas, desde a pintura ao desenho, escultura, cerâmica, tapetes, rendas, objectos de palma, verga, cana, etc. Os trabalhos a expor (destinados ou não a venda), deverão ter autor identificado, residente na área do concelho.

A entrega dos trabalhos efectuar-se-á directamente no Museu Regional de Lagos, de terça a domingo, das 10 às 12 e das 14 às 17 horas, ou por intermédio das Juntas de Freguesia ou respectivas Comissões de Moradores, até às 17 horas do próximo dia 2.

*Jornal do Algarve,
1975-11-29, p.10*

Moções da Comissão Administrativa do Município de Olhão e da Comissão de Moradores de Silves

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Olhão, enviou-nos as seguintes moções, aprovadas em reunião de 15 do corrente:

«Exigir a libertação imediata dos militares e civis antifascistas presos no decorrer dos acontecimentos de 25 de Novembro e a sua consequente reintegração nos postos que desempenhavam; repudiar a forma como se processa a vigilância prisional que permite a fuga de «pides» e fascistas, nomeadamente Henrique Tenreiro».

Por seu turno, a Comissão de Moradores da cidade de Silves, comunica-nos que em reunião de 11-12-75 foi aprovada a seguinte moção:

A Comissão de Moradores da cidade de Silves, reunida em sessão ordinária, no dia 11 de Dezembro, condena a campanha e prisões contra os militares antifascistas, homens patriotas, obreiros do 25 de Abril que sempre estiveram ao lado do povo trabalhador para a construção de uma sociedade sem exploração, enquanto os bandos terroristas ELP e MDLP actuam livremente e com complacência.

Exigimos do Presidente da República e do Conselho da Revolução; 1. justiça contra os exploradores e acção revolucionária a favor dos explorados e oprimidos; 2. a libertação dos militares antifascistas presos.

EM FRENTE com as Comissões de Moradores

Depois do 25 de Novembro muita gente pensou que as comissões de moradores iriam acabar. Esse receio era justificado dado o avanço dos fascistas que são inimigos ferozes de todo o género de organização popular. Membros do governo fizeram mesmo declarações que colocavam as comissões de moradores à margem da lei. Face a estas ameaças gerou-se um certo sentimento de desânimo e alguns membros de comissões de moradores mostraram-se mesmo dispostos a desistir. Mas camaradas, o momento não é para baixar os braços, antes pelo contrário. Face à investida da burguesia e às suas medidas repressivas o povo tem que resistir e para isso tem que forjar a sua unidade sólida em torno das comissões de moradores e de outros órgãos de vontade popular. As comissões de moradores têm um grande papel a desempenhar na luta por direitos democráticos para todo o povo e na sua unidade, por melhores condições de vida e para fazer frente aos que pretendem perpetuar a exploração dos trabalhadores portugueses. Neste momento, e mais do que nunca, a palavra de ordem é não ceder, não desistir, não desanimar e seguir em frente com os órgãos de vontade popular, consolidá-los, centralizá-los e unir o povo à sua volta.

FAÇAMOS FRENTE A OFENSIVA DA BURGUESIA!

VIVAM OS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR!

VILA REAL DE STO. ANTÓNIO

OS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR DEVEM LUTAR POR UMA HABITAÇÃO CONDIGNA PARA OS TRABALHADORES

Em Vila Real de St.º António as Forças Armadas desalojaram uma operária que tinha ocupado uma casa vazia. Angelina, operária conserveira vivia numa casa sem as mínimas condições de habitação. Estava há muito farta das promessas feitas para a solução do seu problema, apesar de elementos da Comissão Administrativa da Câmara já lá se terem deslocado para verem com os próprios olhos a miserável habitação duma operária explorada.

Como nas últimas semanas tivesse chovido muito, não suportando mais ver chover em cima dos seus quatro filhos e achando-se com todo o direito a uma casa digna, resolveu, por iniciativa própria ocupar uma casa que há muito se encontrava vazia. Foi uma justa ocupação.

No entanto a burguesia tem as suas leis para proteger as suas propriedades contra os operários e o povo trabalhador, obrigando aqueles que trabalham a viver mal, ao frio e à chuva, enquanto que eles que nada fazem têm as suas casas as suas comodidades à custa do dinheiro roubado ao povo. E para que nada os ameace, para fazer cumprir as suas leis tem o Exército, a polícia e os tribunais. Uma força armada do quartel de Tavira desalojou pela força a camarada Angelina. Não interessou à tropa o facto de chover e cantaros e a operária não ter um tecto onde se refugiar. Limitaram-se a dar um prazo de 6 horas para sair de casa. A operária foi obri-

gada a pôr os seus haveres na barraca de lata do Quintalão do Grejo e a procurar abrigo provisório em casa de uma pessoa de família.

Esta desocupação, tal como tantas outras noutras localidades, mostra a necessidade dos órgãos de vontade popular se organizarem e unirem fortemente para impedir tais crimes da burguesia e lutarem por uma habitação condigna para todos os operários. Esta desocupação só foi possível devido à fraqueza dos órgãos de vontade popular em Vila Real de St.º António.

Todo o povo trabalhador se deve unir fortemente em volta das COMISSÕES DE MORADORES persistindo num trabalho profundo de organização e unindo todas as Comissões de Moradores à COMISSÃO COORDENADORA cujo objectivo é coordenar a actividade de todas as comissões de forma a unir todo o povo numa única bloco que se oponha às manobras da burguesia.

A Comissão Coordenadora já arranhou outra casa para a camarada Angelina viver, mas deste caso devemos tirar as nossas lições: se estivermos desorganizados e desunidos a nossa força dispersa-se e é fácil a burguesia agir à sua vontade. O povo jamais baixará os braços, jamais deixará de lutar.

**ERGAMOS OS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR
LUTEMOS POR UMA HABITAÇÃO DIGNA PARA TODOS OS OPERÁRIOS**

CONTO O QUINTALÃO

Fomos uma tarde ver o bairro da lata. Era Março, de manhã tinha chovido, mas depois do meio dia o sol irrompera, rejuvenescido, limpo e muito brilhante. O bairro ficava escaldado, rodeado de paredes altas e escalarvadas que o ocultavam totalmente das vistas de quem passava na estrada. Por isso chamavam-lhe o Quintalão. Entrava-se no recinto por uma fenda aberta na parede e as casas, desordenadamente amontoadas, provocaram-nos imediatamente a única impressão que nos poderíamos transmitir: a desolação da sua fachada, irregular, remendada, a miséria que as tábuas podres, os plásticos imundos e rotos, as latas desconjuntadas e ferrugentas apresentavam como carne viva. Mas eram casas, habitações de gente. Em frente delas, no caminho tortuoso que tomámos, as poças de água multiplicavam-se, os detritos misturavam-se com a lama e era tudo uma bosta de areia emegrecida e conspurcada. O Quintalão era um mundo que ali ficava emparedado, isolado do resto da vila. Muito próximo dele era a Avenida Marginal correndo paralela ao rio, era depois a praça central, a rua principal, as lojas, os cafés.

Aquela hora pouca gente se encontrava no Quintalão. Apenas uma velha esfarfada, sentada num treco, penteava pacientemente os cabelos desgredhados como figueiras no Inverno e algumas crianças seminuas chapinhavam nas poças de água, guerreando e chorando. A velha gritou-nos: «O que é que querem daqui? Vieram para roubar, não?». Sorrímos face a estas frases. Que roubar naquele pátio miserável que a riqueza continham aqueles destros desoladores? As mesquinhas riquezas que o povo tinha. A riqueza das operárias conservetras, semide-empregadas, trabalhando só três dias por semana nas fábricas da ponta da vila. A riqueza dos pescadores, ingloriamente balalhando todas as noites na escuridão do mar, pescando a sardinha que depois tinha de ser em grande parte detada fora. A riqueza dos salários de fome. A riqueza das crianças famélicas, mirradas e doentes. Mas também, e sobretudo, a riqueza da força inventível do povo explorado, a riqueza da sua inesgotável energia revolucionária e da sua indomável vontade em destruir aquele mundo sombrio, fruto da exploração capitalista, fruto da pança cheia dos industriais conservetras dos armadores, dos burgueses, dos cháies e das vivendas, dos luxuosos hotéis e do casino. Essa riqueza, se não a podíamos roubar, pois jamais alguém poderá tirar ao povo o que ele tem de mais precioso, poderia servir sim para nos dar um novo alento, um novo ânimo tão rejuvenescido, limpo e brilhante como o sol irrompendo impetuoso depois da manhã escura e chuvosa.

Mesmo ali ao lado, três altos blocos de apartamentos erguam-se, altaneiros, brancos e fechados. As persianas verdes corridas, as portas abertas, os edifícios ali se encontravam havia perto de seis anos aguardando os últimos acabamentos que nunca mais chegavam. Os moradores do Quintalão viam-lhes os topos aparecendo sobre os muros que cercavam o seu bairro de os comparar às suas cabanas destrozadas. Pensavam então no frio que os penetrava e na chuva que lhes caía em cima, no único compartimento onde dormiam todos em promiscuidade, pais, filhos, parentes e mais quem fosse,

se, no chão lamacento, nas paredes húmidas, na areia que tudo cobria e que odiam misturada com os alimentos. Os edifícios fechados desafiavam-nos e chamavam-nos, tanto mais que haviam sido construídos com o seu dinheiro: eram prédios da Caixa de Previdência. Há tanto tempo desperdiçados, à espera só que pusessem azulejos ou sanitas nas casas de banho, os blocos eram para eles um insulto uma agressão. O inverno corria rigoroso, em casa chovia como na rua, o vento gélido do rio penetrava à vontade pelas fendas das tábuas apodrecidas, as crianças não dormiam e choravam noites inteiras, os operários e operárias não encontravam descanso para o corpo depois do dia de trabalho. O Quintalão era um inferno. Não era vida de gente, era vida de animais. E para quando os acabamentos e para quando as

Todos concordaram. Seis anos era demais. Se tinham sido construídas com o dinheiro do povo porque continuavam fechadas as casas da Caixa? Uma mulher, erguendo-se da cadeira, gritou: «O que nós devíamos fazer era ir daqui e ocupá-las já». Gerou-se um burburinho na sala. A excitação era grande, todavia falavam uns com os outros houve quem se dispusesse logo a sair. Um camarada, no meio da agitação geral, conseguiu por fim fazer-se ouvir: «Camaradas, a nossa melhor arma é a organização. A organização é a melhor arma que o povo tem. Não podemos partir para a ocupação assim desorganizados. É preciso eleger uma Comissão que conduza a luta e é preciso ver qual é a melhor maneira e a altura mais oportuna para se fazer a ocupação. Consta que as Forças Armadas se encontram lá agora a



casas prometidas à tanto tempo pela administração camarária? Chovia, fazia frio intenso, os velhos lamentavam-se cada vez mais doentes e definhados, as crianças não cessavam de gritar tão doentes e magras como os velhos, o Quintalão todo gemia, e, por cima dos muros, os edifícios sólidos e novinhos em folha esprestavam e desafiavam.

Convocou-se uma Assembleia Popular. Os moradores do Quintalão compareceram em massa. As mulheres ocupavam as primeiras filas. Traziam com elas os filhos pequenos e obrigavam-nos com raios a calar-se quando eles com os seus gritos perturbavam o funcionamento da assembleia. O assunto a tratar era o da habitação. Nem todos ainda tinham ideias concretas e unânimes acerca do caminho a tomar, mas uma única decisão firme os animava: pôr, de uma vez para sempre, fim àquela situação. As intervenções sucediam-se, inflamadas e cheias de vigor. Narravam quase todas casos pessoais. Impossível viver mais naqueles cortiços. Tantas casas por aí fechadas e os operários, os operários que produzem toda a riqueza, a viver como bichos na mais funda das misérrimas. Abruptamente um operário da construção civil falou: «Vocês sabem o que é ter quatro filhos em casa a pedir pão e eu não ter para lhes dar? Vocês sabem o que é ver chover em cima dos meus filhos e da minha mulher que é doente e bem doente?». Outro disse: «Que fazem fechadas as casas dos ricos que só as utilizam para passar as férias de Verão? Se eles vão lá passar o Verão nós não temos o direito de lá passar o Inverno?». E outro: «As casas da Caixa o que fazem fechadas? Porque é que a Câmara continua a enganar-nos? Admito-se que estejam sessenta e tal casas vazias, praticamente prontas a ser habitadas, quando mesmo ali ao lado há tantas famílias a viver ao frio e à chuva? Esses acabamentos que eles falam é só um motivo que usam para não dar as casas a nós mas sim àqueles que não precisam e têm ordenados de seis ou sete contos ou mais para poderem pagar rendas altas».

guardar as casas. Temos sobretudo que nos organizar para lhes fazer frente e não sermos derrotados». A Comissão foi eleita. No geral, todos compreenderam a sua necessidade. «A organização é a nossa melhor arma» fora uma frase que soara bem. A experiência anterior demonstrara várias vezes como a desorganização só conduz à derrota. Tiraram-se as conclusões: a Comissão ali eleita convocaria os moradores do Quintalão para a próxima sessão da Câmara, onde exigiriam à comissão administrativa a entrega das chaves do Bairro da Caixa. Em caso de recusa partir-se-ia para a ocupação.

A sala estava à cunha. Começaram por ser totalmente ocupados os bancos pretos e corridos. Depois foi a vez do fundo da sala ficar apinhado de gente. Os mais retardatários, não tendo outro lugar, tiveram que ficar no corredor entre as filas de bancos e alguns sentaram-se mesmo na alcatifa macia e felpuda que cobria o soalho. Defronte, e separados do resto da sala por um gradeamento de madeira, a luxuosa secretária e as cadeiras ornamentadas onde se sentariam os membros da comissão administrativa da Câmara Municipal. A multidão estava agitada e impaciente e mais pessoas estavam continuamente a entrar, acotovelando-se para encontrar espaço. Como sempre as mulheres ocupavam as primeiras filas e falavam, falavam alto, quase gritavam. A sessão estava marcada para as seis horas, já passava mais de meia hora e nem sinal dos senhores da Câmara. Sucediavam-se os protestos e as exclamações de desgosto: «Não há respeito para com o povo, aparecem à hora que queremos!».

Finalmente o senhor presidente entrou com o seu séquito atrás, sentou-se, tocou a sineta para pedir silêncio, chamou o contínuo, examinou uns papéis atabalhoadamente, poucos mais de cinco minutos depois, olhando pela primeira vez de frente para a assistência suspensa de expectativa, disse apenas: «Está encerrada a sessão». Foi quase um trovão que ecoou pela sala. Hou-

(Continua na página 7)

Lutar no Mar Lutar em Terra,
1976-01-10 a 31, p.6

Movimentação desportiva em Faro

Foi um encanto ver, na tarde luminosa, em plena baixa citadina da capital algarvia, por entre a algazarra da miudagem, a ampla movimentação de atletismo e destinada aos jovens dos 8 aos 15 anos. Cor, movimento, animação, alegria em participar, foram notas dominantes da jornada, corrida no Jardim Manuel Bivar e Ruas D. Francisco Gomes e de Santo António.

Iniciativa da Escola Preparatória D. Afonso III, testemunha bem a ideia de uma escola viva, porque a inserir-se na vivência da colectividade de que é parte integrante para ser escola do nosso tempo e do País que se deseja. Por outro lado, houve franca e positiva participação das comissões de moradores, não só da cidade como dos arredores, num testemunho de que efectivamente o desporto, para se democratizar e ser um direito de todos, tem de contar com participações a todos os níveis.

Desporto a despontar era a imagem desta tarde de sol vivida na capital do Sul, tanto mais que para além da competição, havia o ensejo da participação e do convívio.

Um voto apenas, que dos olhos gaiatos e matreiros nos foi remetido: que mais e mais convívios se sucedam, para que o desporto para todos aconteça, efectivamente. — J. L.

COM OS PÉS FINCADOS NA TERRA

O CUSTO de vida aumenta. Os salários estão forçadamente estabilizados. As consequências dramáticas aparecem. Para as classes produtoras, é evidente. São os operários, os camponeses, os pescadores, os empregados de balcão e os administrativos, as grandes vítimas. As vítimas principais desta precária situação. Porque os senhores das grandes indústrias sentem, naturalmente, essas dificuldades roçar-lhes a pele. Os senhores do grande comércio também não devem sofrer a sério com tais dificuldades. Só os trabalhadores sofrem o peso afixante que representa o aumento do custo de vida. Os trabalhadores e, em especial, as mulheres dos trabalhadores — a maior parte das vezes trabalhadoras, também.

Porque, hoje em dia, não há dona, uma só dona, de casa, que possa regressar da praça com o cabaz cheio. Cabaz cheio de artigos para alimentação, com os mesmíssimos

por A. Vicente Campinas

escudos que há ainda relativamente poucos meses, chegavam para encher dois cabazes!

É verdade que os pequenos e médios comerciantes e industriais também não têm a vida facilitada, com este estado de coisas. Não lhes

(Conclui na 3.ª página)

JORNAL^{do} ALGARVE

Foi aprovado o plano de actividades do Gabinete de Planeamento do Algarve

○ GABINETE do Planeamento da Região do Algarve acaba de ver aprovados os seus programas de investimento para 1976, correspondentes a um extenso plano de actividades, fundamentalmente dedicado ao saneamento básico, à viação rural, ao equipamento urbano e rural e à conservação e manutenção de infraestruturas.

Equacionando as necessidades mais elementares das populações e tendo em atenção a premência de resolução dos problemas de emprego que afectam a região, aqueles programas atingem um valor global de cerca de 1 milhão e 200 mil contos, tendo o Gabinete proposto que durante o ano de 1976 se dispendessem cerca de 600.000 contos na sua concretização.

As verbas apontadas no orçamento geral do Estado necessitam, até final deste ano, de um reforço de cerca de 220 000 contos, o que irá permitir ao Gabinete o cumprimento, não só do seu plano de actividades, como também dos compromissos assumidos para com os Municipais.

O Governo, apoiando a acção do Gabinete, dá o seu acordo aos princípios estabelecidos na resolução dos problemas e aos métodos de actuação do Gabinete, cuja acção abarca problemas respeitantes, fundamentalmente, ao ordenamento do território, à recuperação das estruturas turísticas, aos centros de férias, ao planeamento habitacional e sua regionalização, ao saneamento básico, aos problemas dos centros abastecedores e da indústria do frio e a muitos outros.

Notícias de Bensafirim

ESGOTOS

Encontram-se em fase adiantada os trabalhos de esgotos nesta povoação, cuja cobertura é total, aproveitando-se em alguns casos a canalização já existente em várias ruas. Este melhoramento, com a dotação de água ao domicílio, em tempo não muito distante também concretizada, vem colmatar uma grande «brecha» no respeitante a saneamento. Oxalá os trabalhos não sofram interrupção, construindo-se as fossas de tratamento, ainda por iniciar.

CAMPO DE JOGOS PARA CRIANÇAS

Com a dotação de cerca de 40 contos, está a Comissão de Moradores local empenhada na construção de um campo de jogos para crianças em idade escolar, o qual será implantado junto à escola primária, em terreno próprio que servia para recreio. Os trabalhos já tiveram início.

CONSTRUÇÃO CIVIL

ANÁLISE À INDÚSTRIA NA PROVÍNCIA DO ALGARVE

Se observarmos o número de actos no Distrito de Faro (110.830), com uma percentagem de 9,3, na construção civil, verificamos que nos últimos anos de 10.800 profissionais. Podiam, segundo o Sindicato da Construção Civil do Distrito de Faro, há quase 5.000 desses operários de empresas.

Pela diferença entre estes dois números poderemos verificar que a situação actual da construção civil no Algarve é de crise grave, quase ca-



Se observarmos o número de actos no Distrito de Faro (110.830), com uma percentagem de 9,3, na construção civil, verificamos que nos últimos anos de 10.800 profissionais.

Apresentado a construção, que já existia no Algarve antes de 25 de Abril de 1974, poderemos caracterizá-

«a grosso modo», na construção de habitações de luxo ou quasi para venda para andar, tanto em zonas urbanas como rurais, e em estabelecimentos turísticos e ou estabelecimentos hoteleiros. Por outro lado, se considerarmos algumas obras públicas.

Neste momento as habitações para venda, por natureza, estão muito ameaçadas, pois o preço de venda não compensa o investimento. Assim, é normal o custo de 600 e mais contos por um andar, tornando-se mesmo a venda mensal de 10 a 20 contos (segundo o juro de 9,5%) que só até ao início de uma superior trinta milgueda, além de que as justas retribuições apenas para uma renda máxima de cerca de 10 a 20% do rendimento mensal. Para atingir os quantitativos necessários para arrendar um andar de 600 contos, seria necessário, um rendimento mensal de 15.000\$000 e ultrapassado, as justas retribuições (20%) daria 3.000\$000.

Segundo um trabalho sobre remunerações, publicado no Observatório de

por Gelete Canau 28-2-76, só 1,4% da média geral dos portugueses têm rendimentos entre 12 e 15 contos mensais.

Quanto à aquisição de casas próprias, parecem-nos haver poucas hipóteses porque as condições atuais que dispõem de rendimentos suficientes para o fazer, ou já a adquiriram ou estão bastante raras, sem uma estabilidade no emprego e uma credibilidade bancária. Contudo, é possível que as medidas tomadas num dos últimos Governos de Ministros, da nota de Peverero quanto à política de financiamento e aquisição de casas próprias, venham trazer um certo incentivo à construção para venda de andares.

No que respeita ao empreendimento de construção de alojamentos turísticos devemos dizer antes na sua análise, para detectar como se realizou se formava um projecto deste género.

(Conclui na 1.ª página)

A MULHER E O TRABALHO (2)

Por Maria Paula Branco

As falamos na mulher e no trabalho calamos por força num entre muitos dos problemas que se podem abordar, e que é, sem dúvida, um dos mais importantes: A Mulher e a Realidade do Trabalho.

Será a mulher justamente remunerada? Resposta é, obviamente não. E temos de afirmar até que tal sub-rendimento é explorado, tanto no plano social, que recebe um tra-

ço de honra a fim de englobar e marginalizar a sua função, como na concessão de créditos, afinal, reais direitos da trabalhadora, como ainda na restituição de todo o esforço em geral desenvolvido pela mulher, em benefício da família ou da empresa.

(Conclui na 2.ª página)

E é tudo.

Análise e conclusão

(Conclusão da 1.ª página)

três impõem reservas à admissão de pessoal feminino, de um lado, enquanto, do mesmo modo a maior parte das instituições de carácter social protegem a supremacia masculina, não aceitando mulheres no desempenho de qualquer função. Será que não se atribuem à mulher as mesmas habilitações e qualidades que, em idênticas situações, se reconhecem ao homem? Ou pelo contrário existirá o temor de que a mulher ultrapasse o homem?

Se quisermos atribuir aos caracteres fisiológicos da mulher as razões da discriminação de que, constantemente, é alvo, não chegaremos a qualquer conclusão plausível pois, quer na agricultura, onde a mulher trata da terra de sol a sol, quer na indústria, quer na assistência hospitalar, quer, ainda, nas escolas, liceus, universidades, enfim, em qualquer actividade, a mulher trabalha ao lado do homem sem que se lhe possa apontar uma só diferença de peso em relação ao companheiro.

No seu livro «O Homem Subjugado», Esther Vilar (com quem não podemos de maneira alguma, estar de acordo quanto ao teor de fundo), mesmo asequilhando a mulher, mesmo considerando-a estúpida e interesseira, mesmo afirmando, anacronicamente (erradamente), que ela é o quem domina (o homem), Esther Vilar, dizíamos, escrever: «Tanto o homem como a mulher nascem com as mesmas disposições intelectuais. Não existem diferenças intelectuais primárias entre os dois sexos».

Que «defeitos» poderão, então, ser apontados à mulher? Quanto a nós, temos um único, isso não impede outros estudos oficiais, que escolhamos para exemplo, denuncie a situação das operárias francesas do ramo da indústria têxtil, cuja retribuição salarial é inferior em 19,7% à dos homens da mesma categoria profissionais.

Ora, tudo o que deixamos expresse

e o muito que poderíamos dizer a respeito do trabalho, ou da mulher e do salário, problema correlativo, conduziu a uma autêntica luta — das mulheres contra os homens — em alguns países. Luta essa que, liderada por movimentos como o «Women's Liberation — Libertação das Mulheres nos Estados Unidos da América, e aumentada por um rejuvenescimento do espírito contestatário não só tem reivindicado direitos económicos, políticos, sociais e morais, diversos dos que a própria mulher deseja. Na verdade, o que a mulher deve pretender garantir é o reconhecimento da igualdade de direitos perante a sociedade, e nunca fomentar o tentar estabelecer uma adversidade para com o homem, pois só da harmonia de ambos numa mesma luta contra a exploração poderá atingir-se uma nova ordem social.

O ano de 1975 foi designado pela ONU como o «Ano Internacional da Mulher». Dessa justa e significativa homenagem ficou, todavia, a simples sigla, que não poderá bastar à mulher.

Para a mulher, e especialmente para a mulher portuguesa o ano não poderá ser unicamente «slogans». Terá de ser sinónimo de luta, de reivindicação de igualdade de oportunidade de igualdade de salário; terá de significar empenho na consolidação das liberdades democráticas; terá de querer dizer habitação, escola, creche, hospital. Terá de gritar direito à vida!

Maria Paula Branco

Vende-se propriedade

Com todas as dependências e abundância de água. Informa, Rua D. Teresa Ramalho Ortigão, n.º 23 — Faro.

Análise à indústria da construção civil

(Conclusão da 1.ª página)

Assim, uma empresa nacional ou estrangeira começava por adquirir um terreno, quase sempre próximo do mar, depois fazia alguns investimentos num estabelecimento hotelheiro, arrumamentos, ajardinamento e embelezam-nto da zona, para atrair fregueses (possíveis compradores de apartamentos) e começava a construir os alojamentos, constituídos por habitações para fins de semana ou férias, no mesmo tempo que muitos construtores prometiam rendimentos significativos do capital investido (juros de 10% e mais).

Numa sociedade que começou por se definir como via socialista, depois como socialista, mas que quase todos os portugueses pretendem mais justa não nos parecem muito compatíveis empreendimentos de alojamentos turísticos para apartamentos de férias ou fins de semana em bairros de lata ou habitações degradadas, sem esgotas água e luz.

Não quer dizer que não saibamos que os problemas actuais de desemprego que atravessamos os nossos profissionais de hotelaria, e das carências de diversas existentes no nosso País, seriam fortemente debeladas com o aumento do turismo. Apesar de tudo, julgamos que seria possível que se terminassem as construções que estão abandonadas, em várias fases, com caboucos abertos, com fundações já feitas, com paredes erguidas, com telhados, etc.

Entretanto, far-se-ia, com a colaboração das camadas populares, a situação para um possível ponto de estagnação e onde poderiam ser definidos os objectivos futuros do turismo e daí derivando, as futuras construções que talvez fossem ou não os alojamentos turísticos.

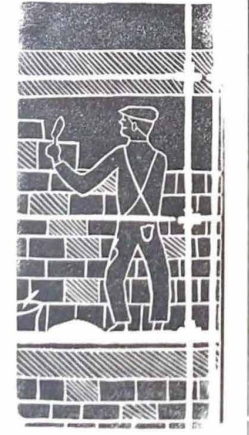
Ao entrarmos na análise dos parâmetros em que se poderão desenvolver a construção civil no Algarve, não podemos deixar de equacionar a evolução dos custos de produção pois que apesar de não dispormos de elementos quantitativos é notório, que devem ter, pelo menos duplicado, nos últimos anos. Podemos, sim, apreciar alguns elementos dos custos e sugerir, se for caso disso, algumas soluções.

O primeiro será o custo dos solos para construção, que mercê de uma especulação desenfreada (consentida e mesmo fomentada antes de 25-4-74 por algumas Câmaras Municipais), atingiram taxas de valorização apro-

ximativa dos 1000% — a solução será a nacionalização desses solos por preços justos pertencam a Bancos, Autarquias ou a particulares.

Há o aspecto da subida de preço dos materiais de construção, cuja desida, consideramos pouco provável e só possível com a atribuição de subsídios — solução que não nos parece aconselhável, porque implica a mobilização de recursos estatais que só numa definição de política geral pública pode ser apreciada.

E finalmente, temos os preços dos



salários com a contrapartida social de melhoria económica de toda uma população activa que no País se aproxima dos 800 milhares, influenciando talvez cerca de dois milhões de portugueses. Nunca teremos o arrojo de sugerir qualquer diminuição de salários, aliás eles já são, bastante baixos e exigem um esforço físico tão grande! Contudo, sugerimos um controlo dos operários à gestão das empresas para detectarem todas as fugas e averiguarem se locais toda a baixa de produtividade e seus causas e se possível actuarem sobre elas, além do estudo da sua melhoria por

REALIZOU-SE A PRIMEIRA ASSEMBLEIA POPULAR em Vila Real de Santo António

Realizou-se no dia 18 de Janeiro a primeira Assembleia Popular do concelho de Vila Real de Santo António promovida pela Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores do mesmo concelho. Embora a participação popular não tenha sido tão ampla como seria desejável, esta Assembleia Popular constitui um marco importante na luta para forjar um forte movimento popular que una o povo na luta pelos seus direitos. Reconhecendo que o trabalho desenvolvido pelas Comissões de Moradores não tem tido a devida profundidade apesar embora as grandes dificuldades que por todos os lados são postas às Comissões, manifesta-se claramente a necessidade de assegurar o bom funcionamento de todos os órgãos de vontade popular para que a organização do povo não seja destruída antes que se fortaleça e consolide.

A tónica principal desta Assembleia Popular residiu na necessidade de unir o povo. As diversas sintonizações dos camaradas da Comissão Coordenadora tiveram por fim demonstrar que só unido em torno dos seus órgãos de vontade popular o povo poderá resistir à ofensiva burguesa que se manifesta sobretudo no aumento astronómico do custo de vida, no desemprego, na falta de habitações decentes para os trabalhadores e na repressão sobre o povo. Não baixar os braços, não ceder, resistir à ofensiva burguesa foi a vontade manifestada pelo povo presente na Assembleia Popular. Para tal o trabalho dos órgãos de vontade popular continuará: a Comissão Coordenadora promoverá assembleias nos diversos locais onde existam ou não Comissões de Moradores a fim de se discutirem os problemas importantes e promoverá toda uma série de realizações nomeadamente no campo da cultura popular subordinadas à necessidade imperiosa de unir o povo, consolidar a sua organização e avançar no movimento popular.



*Lutar no Mar Lutar em Terra, 1976-01-31
a 02-21, capa*

A POPULAÇÃO DE GUIA (Albufeira)

exige a resolução dos seus problemas

A população de Guia, no concelho de Albufeira, exigiu a presença da comissão administrativa da Câmara Municipal de Albufeira conjuntamente com a sua comissão de moradores para discutir o problema da água e dos esgotos que afecta a população trabalhadora.

Os vários presidentes da Câmara há muito que prometem o abastecimento de água a Guia, contudo não passa das habituais promessas a que já estamos habituados. Há longos anos que a população tem de acarretar a água em cântaros da fonte.

As obras para o abastecimento de água foram interrompidas pela empresa empreiteira porque a Câmara não assinou a escritura, demonstrando o maior desprezo pela população trabalhadora. Por outro lado, na reunião efectuada foi ainda discutido o problema dos esgotos que a não ser resolvido no mais curto espaço de tempo levará à abertura de valas com o consequente perigo para a saúde do povo de Guia.

Tomando a iniciativa destas justas exigências a população de Guia mostra como só o povo poderá resolver os seus problemas e devem contar sempre com as suas próprias forças e nunca nas promessas.

Lutar no Mar Lutar em Terra,
1976-01-31 a 02-21, p.4

Realizou-se em Castro Marim uma Assembleia Popular

Realizou-se em Castro Marim, no dia 6 de Fevereiro de 1976, mais uma Assembleia Popular promovida pela Comissão de Moradores que contou com a presença de muitos trabalhadores.

Nas diversas intervenções feitas por elementos da Comissão de Moradores foi focada a necessidade de o povo se organizar em torno dos órgãos de vontade popular de modo a formar um único bloco para poder fazer frente ao avanço descarado das forças reaccionárias. Foi feito notar que é necessário que o povo participe na resolução dos mais variados problemas que o afectam a nível local. Foi analisado o problema do desemprego e do aumento do custo de vida e a origem destes mesmos problemas que é a política dos partidos da burguesia empenhados em salvar o capitalismo da agonia em que ele se encontra.

Assistiu-se no decorrer desta Assembleia Popular àquilo que é sempre lamentável entre trabalhadores: a divisão e desunção em que se encontra o povo trabalhador. Isto não é por acaso que acontece pois a burguesia esforça-se por explorar as contradições no seio do povo para lançar trabalhadores contra trabalhadores. Estas contradições no seio do povo terão de ser resolvidas pela discussão ampla das questões que os divide, pela crítica e auto-crítica dos trabalhadores que cometem erros com vista a obter-se a unidade no campo popular e jamais por meios violentos. No entanto esta coisa má foi transformada numa coisa boa, pois os trabalhadores saíram desta Assembleia com vontade redobrada de se unirem e marcharem coesos na luta pela sua total libertação e emancipação.

Actividades da Comissão de Moradores de Cacela

A Comissão de Moradores de Cacela é, na freguesia, a única em funcionamento. As comissões de moradores de Cevadães, Manta Rota, Carvoeira, Quatro-Estradas, Corta A. Martins e Fábrica, têm paralisado progressivamente a sua actividade, e na prática é como se não existissem. Assim torna-se necessário reanimá-las. Nesse sentido a Comissão de Moradores de Cacela vai chamar a si os elementos das outras comissões que ainda se mostram dispostos a prosseguir, para bem servir o povo de Cacela. Projecta-se desse modo formar uma única comissão que englobe todos os sítios da freguesia de Vila Nova de Cacela e represente o povo e as suas justas aspirações. Espora-se assim concretizar o objectivo há já algum tempo formulado da formação da União do Povo de Cacela.

Outras actividades da comissão, são a abertura de um compartimento na praça para guardar as vasilhas de leite que, não se encon-

trando resguardadas não oferecem condições de higiene. Esta obra será concretizada em breve. Além dela uma outra necessita de andamento imediato: o acabamento do Parque Desportivo, no Largo das Escolas. A obra tem estado parada mas vai avançar, estão já a ser estudados orçamentos para aplicar a camada de cimento.

O problema da água continua também a suscitar reclamações. É por isso que a comissão de moradores desenvolve esforços para levar, no mais curto espaço de tempo possível a água até ao fim do Buraco, até junto da estrada que leva a Cacela Velha, assim como para a estrada da Marita Rota, até à curva perto do Posto Médico.

A Comissão de Moradores de Cacela existe para servir o povo, para defender os seus interesses, mas só poderá fazê-lo se o povo a apoiar e participar activamente na discussão e resolução dos problemas. A comissão convida o povo de Cacela a participar nas suas reuniões de trabalho, todas as quartas-feiras à noite, pelas nove e meia, na Casa do Povo.

Apoiemos activamente a Comissão.

Em frente pela formação do União do Povo de Cacela.

A CAAPSALGAR entra em funcionamento

Entrou recentemente em funcionamento a Caapsalgar, Cooperativa de Taxis de Vila Real de Santo António, Cacela e Monte Gordo, com sede na Avenida da República, 91-92, telefone 405 em Vila Real de Santo António. A cooperativa nasceu da iniciativa de um grupo de motoristas atirados para o desemprego e que desenvolveram uma prolongada luta pelo direito ao trabalho até que, ultrapassando todos os obstáculos, conseguiram erguer a Cooperativa. O aparecimento desta cooperativa vem ajudar imenso a resolver o problema dos transportes, tanto mais que os carros da cooperativa trabalham permanentemente. Em Cacela, e outras localidades, aconteceu muitas vezes que as pessoas que durante a noite tinham de se deslocar de urgência não o podiam fazer porque os dois motoristas de taxi lá existentes ou não estavam na praça ou se recusavam pura e simplesmente a fazer o serviço. Agora, as coisas já se passam de outro modo. A Caapsalgar merece pois, todo o nosso apoio e a nossa inteira solidariedade.

A LUTA POR UMA HABITAÇÃO CONDIGNA

A habitação é um problema que aflixe grande parte da população trabalhadora. Muitas famílias vivem ainda hoje em péssimas condições de habitação enquanto as ren-

das, por outro lado, foi formada uma comissão para desocupar as populações pobres dos prédios e casas justamente ocupados.

Contra a luta da população trabalhadora por uma habitação condigna têm os vários governos provisórios fei-

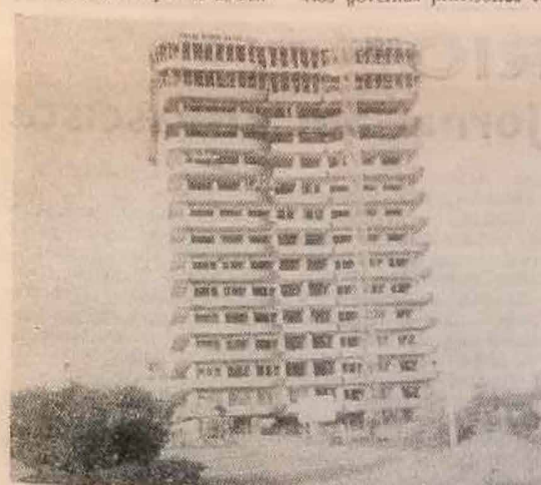
das rendas, por outro lado, foi formada uma comissão para desocupar as populações pobres dos prédios e casas justamente ocupados.

Constituem esta «comissão» elementos da GNR, PSP, exército, ministérios e câmaras. Está à vista a democracia deste governo: então e os moradores representados pelas comissões! Quem melhor que os moradores pode defender o direito à habitação? E quem melhor que a GNR, PSP, ministérios, etc., para defender os senhorios e todos os parasitas que vivem à custa do roubo descarado da população trabalhadora. É esta a democracia de todos os governos da burguesia: democracia para os patrões e ditadura para o povo.

Esta «comissão» não é mais do que uma medida repressiva destinada a fazer recuar a luta do povo por uma habitação condigna e deve ser denunciada e repudiada.

Este mesmo governo anti-popular protestou contra a atitude do governo de Moçambique que reconheceu o direito de cada família ser dona da casa onde habita. Isto era para o governo um mau exemplo e apressou-se a combatê-lo.

to as mais descaradas manobras. O actual governo está profundamente preocupado em defender os senhorios, proprietários e construtores, pois permite o aumento constante



A habitação para a burguesia

das dos prédios novos (e os velhos não aparecem para alugar) ultrapassam já os três mil escudos, seja em Olhão, Faro, Tavira, Portimão ou Vila Real de Santo António. As comissões de moradores que servem os interesses da população têm desencadeado um luta importante por uma habitação condigna para todos os trabalhadores e contra a especulação e elevadas rendas exigidas pelos proprietários e construtores protegidos pelos vários governos provisórios. Encabeçadas pelas suas comissões de moradores, as famílias pobres dos bairros de lata, ocuparam as casas desabitadas. Os bairros da previdência que eram destinados a albergar funcionários bem pagos em vez da população dos bairros pobres, etc. ao mesmo tempo que têm lutado



A habitação para os trabalhadores

Assembleia Popular de Cacela

Promovida pela Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores do concelho de Vila Real de Santo António, realizou-se no passado dia 8, uma assembleia popular em Cacela.

Esta Assembleia vem no seguimento da realizada em 18 de Janeiro em Vila Real de Santo António e inscreve-se no programa de trabalhos da Comissão Coordenadora, órgão centralizador de todas as comissões de moradores do concelho de Vila Real de Santo António. Este programa de trabalho aponta para a realização de assembleias populares nas quais se debatam com o povo os problemas mais urgentes e importantes que o afectam, desde os meramente locais aqueles que referindo-se à situação política a nível nacional, dizem, portanto, respeito a todo o povo português. Foi nesse sentido que a carestia de vida, a habitação e o desemprego voltaram a ser temas em debate por estarem na primeira linha das preocupações do povo. O seu agravo contínuo tem por consequência que as condições de vida do povo pioram cada vez mais enquanto em contrapartida aqueles que são os culpados da miséria e da situação de crise económica, recuperam os seus lucros enormes.

Como sempre, as massas trabalhadoras é que apertam o cinto e é sobre elas que recaem todos os sacrifícios. Elas não só têm de produzir toda a riqueza que se apropriam dessa riqueza. Outra fatalidade não têm os exorbitantes aumentos de preços, o desemprego que ao contrário de diminuir a luta ainda mais e as condições de habitação que continuam a ser impróprias para seres humanos viverem.

Todas as questões abordadas, mereceram a atenção e o debate por parte do povo presente. Todos foram unânimes em que a burguesia era a responsável pelo lançamento de mais estas medidas de repressão e de miséria para o povo. Como tal, e como não podemos deixar de ser, formas de luta foram também discutidas. Lutar contra a miséria e a repressão torna-se imprescindível e daí a po-

lavra de ordem da Comissão Coordenadora: «NAO CEDER! NAO BAIKAR OS BRACOS!»

O povo, disse-se, é que é o verdadeiro herói e contra a muralha popular, contra o povo unido e organizado, nenhuma força por mais poderosa que seja na aparência pode vencer.

Como questão essencial para lançar a luta do povo contra o agravamento das suas condições de vida, está a dos órgãos de vontade popular. Na verdade, só os órgãos de vontade popular, principalmente os comités de moradores, estão à altura de unir o povo acabando com as ditaduras no seu seio e fazendo essa unidade avançar organizadamente na luta. Consolidar as comissões já existentes, levantar aquelas que paralisaram a sua actividade devido às dificuldades surgidas, erguer outras mais onde ainda não tenham sido formadas, é fundamental para o combate justo que o povo trava. Sem a unidade e a organização, nunca é demais repeti-lo, o povo não forma essa muralha intangível que nada teme e contra a qual todos os inimigos do povo se despedaçam.

Ficou bem demonstrado nesta assembleia que para avançar no movimento popular é necessário manter bem sólidos os órgãos de vontade popular, funcionamento democrático, tendo à sua frente elementos comprovadamente servidores do povo e unido em seu redor todos os que lutam contra a repressão burguesa por a sentirem na carne, no dia a dia e nas mais diversas situações. Foi também frisado o seguinte: «O trabalho vai continuar, esta assembleia popular vai ter continuidade. Já passou o tempo do parlamentarismo vazio e é altura de passar aos actos, de cumprir as tarefas mobilizando para esse fim o povo. Assim conseguiremos resultados práticos, o movimento popular avançará e o povo terá a prova evidente de que só com os seus órgãos de vontade popular poderá dar solução a alguns dos problemas que o afectam, tanto mais que as juntas e as Câmaras Muni-

(Continua na pág. 5)

AS COMISSÕES DE MORADORES E A DEFESA DOS CONSUMIDORES

POR todos os lugares, aldeias ou cidades do País, grupos de homens e mulheres voluntariamente se prestaram aos seus vizinhos de lugar, de aldeia ou de bairro que os elegeram em público como membros das Comissões de Moradores. A Revolução assim o exigia e as populações alentadas pela singularidade com

que os capitães a conduziam, apressaram-se pelas melhores das circunstâncias.

Escolas, Casas do Povo, na generalidade, ou mesmo terreiros se improvisaram em parlamentos. O povo correu, em maior ou menor número, conforme o interesse ou vice-versa, confiando que daí por diante, num futuro breve, obtivesse uma casa que ainda não tivera; talvez as rendas das habitações se equilibrassem aos seus orçamentos; talvez uma creche se construísse; talvez a ganância dos mercadores da alimentação travasse, talvez, talvez!

Nas mesmas escolas, casas do povo ou terreiros improvisados em parlamentos, outras forças contrárias às necessidades urgentes das populações

lá estavam, com os seus exércitos, Forças a que não interessava a estabilização da renda habitacional, pois se fo-

por Teodomiro Neto

ram as forças que sempre fizeram valer os seus interesses de construtores e proprietários-exploradores. Forças de mercadores da alimentação que vilmente ofenderam a labuta do pequeno proprietário agrícola, arrecadando, em transacções de momento, para si, o suor de um ano, forças que competem, entre si, no jogo implacável da inflação. Forças poderosas locais; caciques que se fizeram respeitar à força da fome dos outros,

(Conclui na 4.ª página)

Mais um passo para a construção da ponte

EM recente conselho de ministros, foi referido que estava quase concluído o projecto da ponte sobre o Guadiana (entre Vila Real de Santo António e Alentejo), prevenido-se deste modo, que até ao fim do ano em curso terão início os trabalhos de construção.

Esclarecimento agrário em Balurcos

O NÚCLEO de Tavira do Centro Regional da Reforma Agrária realizou na sexta-feira, na aldeia serrana de Balurcos (Alcoutim), uma sessão de esclarecimento da população focando o tema «Reforma Agrária e arrendamento rural».

4

As Comissões de Moradores e a defesa dos consumidores

(Concluído da 1.ª página)

escudados pelo escudo, Forças que jogaram a cartada do descrédito e da infâmia.

Mesmo assim, homens que sempre se entregaram à causa das classes desfavorecidas, mulheres corajosas conhecedoras das faltas dos seus filhos e de casas sem sol, continuam as suas lutas de defesa dos explorados.

O Algarve nas suas cidades e vilas, do sotavento ao barlavento, é a Província em que a carestia da vida mais sobe no País, é mercúrio ao sol, que mais se faz sentir nas serranias onde o suíno não entra na salgadeira de todos os montes e onde os arceiros não se atrevem a comprar carapaus que valem boas dezenas de escudos, quando não mais da centena. Mais se faz sentir a carestia nas cidades ou vilas, nas casas dos ordenados mínimos que compram ao mesmo preço dos ordenados máximos.

Os artigos comestíveis não querem aparecer nos primeiros dias em que os ministros anunciam baixas de preços: a batata enterra-se, a carne some-se, os frangos voam.

A maioria do Povo não tem ordenados para pagar esses artigos que a candonga impõe. Nos mercados, a ganância é desenfreada. Quem a faz travar? As Comissões de Moradores?! Assim o queira o povo, se o povo vale grande coisa quando se trata da sua defesa. Assim o queiram os ministros, para fazer prevalecer os seus mandatos. Assim o quisesse o M. F. A. que, ao fim e ao cabo, é a única esperança da Revolução de Abril.

As Comissões de Moradores, sem dívida, aceitam, com a força que o povo lhes deu,

defender os interesses dos consumidores que são, de momento, o mais gritante nas necessidades das populações.

As Comissões de Moradores continuam de pé firme por todos esses lugares, aldeias ou bairros; esperam que as respeitem, respeitando quem as fez eleger. E a vez de os governantes as reconhecerem como os representantes mais populares das gentes portuguesas.

Teodomiro Neto

Manifestação unitária comemorativa do «11 de Março» em Faro

Assinalando o 1.º aniversário da «vitória das forças populares» no 11 de Março, decorreu em Faro uma manifestação unitária promovida por comissões de moradores e de trabalhadores e pelos Sindicatos dos Corticeiros e dos Metalúrgicos. A concentração fez-se no Largo do Carmo, percorreu várias artérias da capital algarvia, transportando cartazes e pronunciando palavras de ordem.

Jornal do Algarve,
1976-03-19, p.2

JORNAL^{do} ALGARVE

PROMESSA NÃO CUMPRIDA PELA COMISSÃO COORDE- NADORA

A carta foi recebida de véspera e rezava assim:

Ao *Jornal do Algarve*,
Vila Real de Santo António

Vem por este meio a Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores dos Concelhos de Vila Real de Santo António e Castro Marim comunicar a V. que realiza uma conferência de Imprensa no próximo sábado, dia 20 de Março, pelas 16 horas e 30 minutos, num anexo da Escola Secundária Polivalente, para a qual conta com a presença do vosso órgão informativo. A conferência de Imprensa destina-se a anunciar a formação desta Coordenadora, a apresentar um documento no qual ela faz a análise da situação actual relacionada com o papel das Comissões de Moradores e ainda o projecto de trabalho já elaborado.

Com os nossos antecipados agradecimentos pela vossa presença, atentamente, a Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores dos Concelhos de Vila Real de Santo António e Castro Marim.

Não sabemos que hito farão os membros da comissão coordenadora quanto à utilização das disponibilidades de tempo de cada um, mas afigura-se-nos que esse hito terá de ser corrigido, na medida em que, encarregando-nos do assunto, deixámos outros afazeres para os atender e afinal não compareceu vivalva à reunião, nem ninguém nos esclareceu, posteriormente, como seria de esperar, dos motivos da não comparecência.

CARTA ABERTA ÀS COMISSÕES DE MORADORES DO ALGARVE

por J. Santos Stockler

UMA vez que, quer vocês, quer as comissões de bairro, têm nas mãos o recenseamento das populações, julgo não ser tarefa difícil poderem apurar quem são os trabalhadores e quem são os vadios deste País. Portanto, mãos à obra, antes que as quadrilhas de gatunos à solta se tornem cada vez maiores, uma vez que não faz sentido que havendo agora, como há, tantas possibilidades de se fazer um rigorosíssimo apuramento de toda a população portuguesa, os assaltos, quer a bancos quer a casas comerciais e até a particulares, se dêem quase dia a dia e mesmo em pleno dia! Por este facto, se não se fizer já uma batida a toda a pirataria que anda à solta por todo o País, exigindo-se a respectiva documentação, qualquer dia já são mais os ladrões do que propriamente os trabalhadores deste País que se pretende seja, num futuro próximo, limpo de consciência, moral e dignidade, pois sem estas qualidades em cada um de nós, tão cedo ou nunca se poderá construir em Portugal uma sociedade socialista, através da qual se atingirá depois a meta da sociedade sem

classes que tanto se apregoa mas para cuja construção tão poucos dão o seu real contributo, por mais que isto doa a quem doer.

Mãos à obra, pois, camaradas das comissões de moradores e de bairro, a fim de acabar de vez com tanta vadiagem, que não só nos preocupa como nos envergonha e entristece, pois estamos todos sujeitos não só ao roubo em plena via pública, como ao crime.

Proceda-se, portanto, de imediato, à batida a tão nociva «malte-sarias», elaborando, com eficiência, a lista de todos os vadios deste País, uma vez que está nas vossas mãos a possibilidade da descoberta desses malfeitores. Não se permita, que ande por aí à rédea solta tanto marau e tanto malandrim, a fim de, se possível, tornar esses vadios e gatunos em futuros homens válidos.

Mostremos ao mundo que não somos tão falhos de tudo, como a grande maioria dos habitantes de certos países que se dizem civilizados. E para isso, teremos de acabar de vez com a vadiagem, a gatunagem profissional e os novícios no mesmo officio da rapinagem, antes que sejamos todos vítimas dessa cáfila de parasitas que vegeta mais por culpa nossa do que deles próprios, já que as nossas autoridades tão pouco têm feito para reabilitar estes aleijões sociais.

Faça-se, pois, o cerco geral às habitações clandestinas e aos bairros da imoralidade, elaborando lista completa de todos os vadios e fornecendo-a às autoridades e verão que não é tarefa difícil o saber-se quem são os trabalhadores e os vadios.

Mãos à obra, pois, pela limpeza radical da vadiagem sem esquecer de incluir no «rol» os «chulos» profissionais, da política, pois que estes são outro cancro que não só nos envergonha como contagia os mais fracos de cérebro, mas fortes na andança dos maus costumes e da inércia. É urgente meter todos no mesmo hospital da regeneração, para completa lavagem ao cérebro e aos músculos!

Confio na colaboração de todos vós, camaradas das comissões de moradores e de bairro, pois será este o vosso primeiro grande passo em frente pela construção do socialismo em Portugal, uma vez que está nas vossas mãos o «controle» das populações, quer rurais quer urbanas. E cada dia que passar no adiamento desta medida, é um novo gatuno que se atira para o campo da sua própria desgraça. É urgente evitar a desgraça de todo aquele que, tratado a tempo, ainda poderá vir a ser um homem válido na nova sociedade portuguesa em marcha!

UMA CASA DA CULTURA EM FARO?

NOS terrenos do «Palacete Lã», na capital algarvia, entre as ruas Cândido Guerreiro e Teixeira Guedes e a Avenida 5 de Outubro, projecta-se a criação de uma Casa da Cultura, edifício suporte para um vasto conjunto de actividades ligadas aos sectores das artes, sociais, do desporto, etc.

Tendo em vista o estudo do assunto e a viabilidade de concretização da ideia, decorreu uma reunião do governador civil com representantes do INATEL, GAPPA, Ministério do Trabalho, União dos Sindicatos e Comissões de Moradores,

no decurso da qual foram estudados os vários aspectos ligados ao empreendimento.

Prevê-se que o seu custo ande pelos 25 mil contos e ao longo dos seus seis pisos haverá instalações para uma cooperativa de consumo (cerca de 750 m² de área coberta e destinada às camadas trabalhadoras), sala polivalente para espectáculos, com 600/700 lugares sentados e todo o sector anexo (camarins, orquestra, maquinaria, etc.), salas para a prática de xadrez, damas, ténis de mesa, karaté e judo, biblioteca, bar e terraço-esplanada, recinto desportivo coberto e polivalente com bancada lateral e balneários, restaurante (tipo self-service com capacidade para 900 refeições diárias e destinado às classes trabalhadoras), dependências para instalações sociais do Inatel e outros organismos.

Vão ser contactados vários Ministérios para o indispensável apoio, bem como a Fundação Calouste Gulbenkian e outras entidades.

A concretizar-se esta iniciativa e para além do apoio a um vasto conjunto de iniciativas que correspondem a anseios da população local, teremos uma resposta imediata à crise que se regista no sector da construção civil e, futuramente, a criação de efectivos postos de trabalho, com uma ocupação permanente e positiva.

COMISSÕES DE MORADORES DE ODIÁXERE E CASTRO MARIM

COM o pedido de publicação, recebemos o seguinte comunicado da Comissão de Moradores de Odiáxere:

Como é do conhecimento geral, estava marcada uma concentração de apoio ao edifício público, para o dia 23 às 17 horas, em virtude de à mesma hora haver uma reunião entre o sr. bispo do Algarve, o pároco da freguesia, o presidente da Câmara de Lagos, o secretário da Câmara, a junta de freguesia, a comissão de moradores e o comandante do quartel de Lagos. Esta reunião tinha por finalidade chegar-se a um acordo acerca do citado edifício público que está em construção.

Quando tudo fazia prever que a reunião iria ter lugar e até a concentração ia tomando forma, pois note-se que até muitos trabalhadores perderam uma hora de trabalho para virem apoiar a iniciativa da construção do posto médico, da

farmácia e do salão polivalente, chegou o sr. major Branco com a notícia de que o sr. bispo tinha comunicado para o quartel a dizer que não podia comparecer. Passados breves momentos, chegaram o presidente e o secretário da Câmara que também vieram enganados, pois ao saberem da notícia voltaram para trás.

Mas do mal ao pior foi todo o povo ter sido enganado. Até quando será que continua um povo inteiro a ter que se sujeitar ao que um senhor determina?

Será que o sr. bispo tem poder suficiente para sujeitar o povo, a autoridade militar, a autoridade civil do concelho, e não só, ao que ele entende?

Por que é que o sr. bispo e o sr. padre da freguesia faltam a uma reunião que diz directamente respeito a estes senhores? Será que têm medo e querem fugir à verdade, quando o sr. padre diz que a verdade está do seu lado? Neste caso, devia comparecer e defender a sua verdade e não se meter no carro e sair da povoação. A verdade, mesmo vencida não deixa de ser verdade.

Nós, comissão de moradores, não fugimos à verdade, estamos presentes e queremos discutir até à concretização de um caminho justo, queremos provar, afinal, a verdade.

Nós, Comissão de Moradores, fomos alcunhados pelo sr. padre de «ladroes», mas os ladroes apareceram e o sr. padre NÃO compareceu. Porquê? Porque foge da verdade? Venha discutir a verdade, estamos dispostos a isso.

Os senhores e senhoras que estão contra a construção do edifício, certamente desta vez riram-se, mas podem crer que não alcançaram a vitória e talvez venham a sofrer alguma desilusão. Lembrem-se de que quem ri no fim, ri melhor. A Comissão de Moradores está ciente de que conseguirá levar avante a construção do edifício, e por a farmácia e o posto médico à disposição até das pessoas que agora estão contra tudo isto. Só esperamos que nunca tenham necessidade de recorrer à farmácia e ao posto médico. São estes os votos da Comissão de Moradores. Em frente com a construção do edifício público.

Da Comissão de Moradores de Castro Marim, recebemos o seguinte comunicado:

O povo de Castro Marim reunido em assembleia popular em 24 de Março de 1976, decide apoiar firmemente e com todas as suas forças a ocupação justa e humana do Bairro da Casa do Povo.

Decide mais manifestar ao Governo, às Forças Armadas e a todas as entidades a sua intenção de não ceder, não baixar os braços e não permitir de maneira nenhuma qualquer tentativa de desocupação.

Viva as justas lutas do povo! Não ao fascismo! Sim à democracia! Viva as comissões de moradores!

Foi constituída a Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores de Vila Real de Santo António e Castro Marim

NUMA dependência da Escola Secundária de Vila Real de Santo António, realizou-se na última sexta-feira uma conferência de Imprensa da Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores dos Concelhos de Vila Real de Santo António e Castro Marim, que teve a presença de membros das comissões do Bairro vila-realense das Caixas de Previdência, de Monte Gordo, do Centro de Cacela, de Castro Marim, da Comissão de Luta do Bairro da Casa do Povo de Castro Marim e de representantes de vários órgãos de Informação. Foi referida a ausência de delegados das Comissões de Vale do Pereiro, Matadouro e Altura e esclarecidos os motivos que haviam determinado a não realização da conferência em data anteriormente prevista, entre eles a não comparência de um representante do Emissor Regional do Sul, que prometera estar presente.

Expostas as razões que tinham levado à criação da Comissão Coordenadora, foi lido um documento emanado da mesma, apelando para a união dos órgãos de vontade popular e das Comissões de Trabalhadores; a acta de constituição da Comissão e um comunicado em que se diz ser seu objectivo prioritário a politização das populações, para o que deverão realizar-se sessões semanais de esclarecimento nos dois concelhos abrangidos, e que a Comissão se debruçará urgentemente sobre o problema da habitação, a fim de se procurar proporcionar habitação condigna a quantos dela necessitem, estendendo-se a sua acção, além destes aspectos, aos de saúde e assistência, cultura e desportos, alfabetização, urbanização e transportes, controle sobre os meios de produção, abastecimento e preços e apoio aos trabalhadores em luta. Evidenciou-se também o propósito de incentivar os trabalhadores, pequenos e médios comerciantes e agricultores e pequenos industriais a juntarem-se em organizações cooperativistas.

Pela Comissão de Luta de Castro Marim foram dados esclarecimentos sobre o que levará a recente ocupação do Bairro da Casa do Povo e o apoio dado a tal decisão por grande número de castro-marimenses, tendo a Comissão do Bairro da Previdência definido também os seus propósitos e as dificuldades encontradas para os prosseguir da parte da Comissão Administrativa da Câmara de Vila Real de Santo António.

Posse dos dirigentes da Associação dos Moradores do Bairro da Atalaia (Faro)

NO edifício da Escola Primária do Bairro da Atalaia, em Faro, realizou-se uma assembleia geral para eleição dos corpos directivos da Associação dos Moradores do mesmo bairro, da qual ficam fazendo parte: Armando de Sousa Marques (39 votos), António S. Soares (41), Alexandrino Rocha (42), João Carmo Nascimento (42), Luís M. D. Santos (39), António R. Viegas (43), Jacinto Lopes (40), Francisco Rocha (32), Albino Pereira (36) e Vitor Pereira (36), como efectivos e Luís Ventura (12), Vitor Branco (12), Luís Vieira (10) e Júlio Elias (12), como suplentes.

lutar no mar lutar em terra

JORNAL REVOLUCIONÁRIO E POPULAR DO ALGARVE

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: ESTRADA NACIONAL 125 — VILA NOVA DE CACELA



Grande manifestação popular em Vila Real de Santo António

Convocada pelas Comissões de Moradores e pelo Sindicato da Indústria Conserveira realizou-se quarta-feira, dia 31 de Março, uma grande manifestação popular, que congregou centenas de pessoas, operários na sua esmagadora maioria. A concentração fez-se na Praça Marquês de Pombal, onde foi instalado um grande cartaz com a palavra de ordem sob a qual se realizou a manifestação: «UNIR O POVO». Gritando palavras de ordem como «contra o fascismo ofensiva popular», «Abaixo os salários de miséria», «Não ao desemprego, direito ao trabalho», «Casas sim, Barracas Não», «Legalização imediata das casas ocupadas» e outras os manifestantes meteram pela Rua Teófilo Braga seguindo até à saída da vila, junto das bandeiras, após o que retrocederam voltando a percorrer o mesmo trajecto no regresso. Quando reentrou na Praça Marquês de Pombal a manifestação deteve-se por alguns minutos defronte do Café Império onde a multidão gritou insistentemente «O fascismo não passará porque o povo não deixará», «Morte ao fascismo e a quem o apoia» e «Contra o fascismo, Ofensiva Popular». Seguidamente, de cima de uma bancada instalada defronte da Câmara Municipal, elementos da Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores de Vila Real de Santo António e Castro Marim e do Sindicato da Indústria Conserveira, dirigiram-se aos manifestantes. Muito aplaudidas foram sobretudo as duas operárias conserveiras que falaram da luta por elas desenvolvida e que neste momento assume aspectos extremamente agudos devido às tentativas dos industriais para lançarem a crise para cima das operárias, piorando ainda mais as suas já difíceis con-

dições de vida. Foram também denunciadas atitudes das mestras que se revelam autênticas lacras dos patrões. Saliente-se, sobretudo, a força e a determinação de muitas operárias conserveiras ali

motor da manifestação conjuntamente com as Comissões de moradores é um factor extremamente positivo: não só fomenta a colaboração entre sindicatos e órgãos comuns e sob direcção comum.



presentes, a disposição de não ceder, não baixar os braços, antes reforçar a sua combatividade e estreitar a união em volta do seu de vontade popular em iniciativas organismo de classe: o Sindicato. O facto de este último ser pro-

como demonstra que o Sindicato da Indústria Conserveira poderá abandonar posições conciliatórias com o patronato e lesivas dos interesses dos trabalhadores que,

(Continua na pág. 5)



Grande Manifestação Popular em Vila Real de Santo António

(Continuação da 1.ª pá.)

por vezes, tem tomado, passando a ser um autêntico órgão da classe operária na sua luta contra o capital.

As outras intervenções foram feitas por elementos da Coorde-

nação. Apela ao reforço das comissões de moradores, de trabalhadores e de outros órgãos de vontade popular, como sendo os órgãos livremente eleitos e controlados pelo povo. Frisou também que o povo engloba não só os operários, camponeses, pescadores e soldados, mas também pequenos empregados, pequenos comerciantes, e industriais, estudantes e todas as camadas potencialmente revolucionárias que sofrem os efeitos da crise capitalista. O caminho da unidade de todas essas forças é que poderá levar à derrota dos fascistas que arrogantemente levantam a cabeça assim como de todos os inimigos do povo.

A Manifestação de 31 de Março foi uma grande jornada de luta. Apesar de deficiências várias na sua convocação pois o povo de Cacela, Monte Gordo, Altura e Castro Marim não pôde estar presente em grande maioria devido à falta de transportes, ela foi uma firme afirmação de força por parte das forças populares, foi a garantia de que o povo não cede nem baixa os braços, de que os fascistas terão a resposta adequada às suas manobras e de que, unidas em torno dos seus órgãos de vontade popular e sindicatos as massas populares forjarão a sua unidade, intensificarão a sua luta por melhores condições de vida e pela conquista e defesa dos direitos democráticos para o povo.

me e inquebrável como aço que não parte, foi a convicção de todos — perante as condições miseráveis em que o povo português

ainda na sua maioria vive, as ocupações são um acto de justiça tanto mais que as casas foram feitas com o dinheiro dos trabalhadores. Finalmente o representante da Comissão de Moradores de Cacela focou a necessidade imperiosa de unir o povo, porque ele é só um e a sua vontade deve ser só uma e dirigida na mesma



nadora. O representante da Comissão de Moradores da Altura abortou a questão do desemprego que afecta já meio milhão de portugueses e situou-se na crise do capitalismo. Denunciou a desumidade de tantas famílias estarem sem pão por tantos trabalhadores portugueses estarem privados do direito ao trabalho. O representante da Comissão de Moradores do Bairro da Caixa de Previdência referiu-se à carestia da vida, aos salários de fome, à miséria que afastra e apelou para a organização popular a fim de dar uma resposta enérgica e essa situação. Salientou também que no Bairro da Caixa de Previdência ocupado há um ano, a luta continuava: força alguma seria capaz de desalojar os moradores que, de vitória em vitória, têm dado um grande exemplo de heroísmo e energia revolucionária. O Bairro da Caixa de Previdência é uma grande conquista das massas populares que jamais se perderá nas mãos da burguesia exploradora. A recente ocupação do Bairro da Casa do Povo de Castro Marim insere-se na mesma linha de conquistas po-

Órgãos de vontade popular

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA da Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores de Vila Real de Santo António e Castro Marim

«SÓ NÓS NOS PODEMOS APRESENTAR COMO REPRESENTANTES DO POVO»

A fim de apresentar aos órgãos de Informação o documento em que analisa a situação política actual e traça a linha a seguir para consolidar e ampliar os órgãos de vontade popular, a Comissão Coordenadora das comissões de moradores de Vila Real de Santo António e Castro Marim deu uma conferência de imprensa à qual falou o Emissor Regional do Sul apesar das repetidas certezas de que estaria presente. No seu número anterior («L. M. L. T.») já publicou significativos extractos do documento em causa pelo que se limita aqui a registar algumas considerações da Coordenadora em resposta a perguntas.

Acerca da colaboração com as câmaras municipais foi dito que estas têm posto entaves sistemáticos às comissões de moradores, não cumprindo promessas feitas e atirando para cima delas apenas os problemas mais difíceis. Isto, em última análise, exprime a oposição entre órgãos burocráticos e do aparelho de estado burguês, como são as Câmaras Municipais, e os órgãos de Vontade popular autenticamente democráticos, como são as Comissões de Moradores. Significativa foi sobretudo esta passagem: «verdadeiramente, só nós, órgãos de vontade popular, nos podemos apresentar como representantes do Povo. Só nós fomos eleitos em Assembleias Po-

pulares e só nós podemos ser destituídos a todo o momento por vontade do povo. De resto, todos os outros órgãos são formados por pessoas nomeadas, desligadas das massas, que não são controladas por estas nem são obrigadas a ouvir a sua vontade e a agir de acordo com ela. É o caso das comissões Administrativas das câmaras municipais. Elas jamais poderão resolver os problemas do povo. Só a organização popular, a participação activa de todo o povo, a sua luta constante pela democracia e pela melhoria das condições de vida, são uma solução viável para a crise. Avançar, pois, nesse sentido, é o nosso projecto.»

Órgãos de vontade popular

O povo de Castro Marim luta firmemente pelo direito à habitação

Realizou-se em Castro Marim uma Assembleia Popular no dia 24 de Março de 1976, convocada pela Comissão de Moradores desta vila.

Foi enorme a participação popular, pois o recinto onde a mesma teve lugar encontrava-se cheio.

As intervenções estiveram a cargo de um elemento da Comissão de Moradores de Castro Marim, que focou o motivo da convocação desta Assembleia Popular; de um elemento da Comissão de Luta do Bairro-da Casa do Povo que explicou o motivo que os levou à ocupação das casas do Bairro; de um elemento da Comissão de Moradores do Bairro da Caixa de Previdência de V. R. S. A. que relatou as lutas travadas pelos moradores do bairro para que as casas sejam legalizadas e a última intervenção esteve a cargo de um elemento da Comissão Coordenadora das Comissões de Real de Santo António e Castro Marim que fez uma análise política à situação actual.

Foi perguntado à população ali presente qual era a sua posição face à ocupação do Bairro e por unanimidade foi respondido que a mesma tinha sido justa e humana já que a maioria dos trabalhadores que ocuparam as casas viviam em condições desumanas tendo

sido aprovada uma moção de solidariedade da população para com os habitantes do Bairro e que a mesma fosse enviada para as entidades competentes.

Foi na verdade uma grande jornada de luta, pois mais uma vez os trabalhadores viram que é necessário unirem-se em torno dos seus órgãos de vontade popular, que no momento actual são aque-



les que melhor os podem organizar e defender das investidas da burguesia e que a unidade dos trabalhadores tem de ser efectivamente uma realidade, para que as conquistas democráticas do povo não sejam perdidas face à escalada descarada das forças reacionárias.

Foi focada a necessidade de não ceder, não baixar os braços e de caminhar unidos e num só sentido e numa só direcção que é a transformação desta sociedade cheia de podridão numa sociedade nova onde não exista jamais a exploração do homem pelo homem.

ESTORNINHOS

É a serra algarvia e particularmente esta serra do concelho de Tavira das zonas mais abandonadas e onde pior se vive, só conhecendo o povo uma coisa até à morte: o trabalho.

Nos Estorninhos, não existe luz eléctrica, não há camións, não há telefone... Quem resolve então estes e muitos outros problemas e necessidades dos trabalhadores desta região? Será que os trabalhadores não têm direito à luz eléctrica, a chamar o médico pelo telefone ou a ter caminhos para se deslocar? O poder instituído,

A Comissão de Moradores procura dar solução aos problemas do povo

a Junta de Freguesia, Câmaras, Governo Civil ou o Governo nada faz pelo bem estar do povo, assim o povo tem de organizar-se e contar com as próprias forças. A Comissão de Moradores vai ultimando para resolver alguns destes problemas.

Com grande importância se põe a questão do caminho pois apesar de estar ruim, ainda o pior é que sem pontões nas ribeiras quando este enche nem se pode passar. Nesta altura se alguém adoececer e a coisa for grave, só há uma coisa a fazer — é esperar a morte e esperar que a

ribeira vaze para se fazer o transporte ao cemitério.

Quer ainda a Comissão arranjar um armazém de maneira que lá possam ser feitos espectáculos, seja teatro ou cinema, para que a população vá vendo alguma coisa?

Para resolver estes e outros problemas a Comissão de Moradores tem de contar com o apoio efectivo de todos os habitantes pois só assim as coisas se resolvem e se vão desmascarando alguns fascistas do PPD que procuram desacreditar as Comissões de Moradores, como aqui acontece.

Comissão de Moradores da Corte de António Martins

A Comissão de Moradores da Corte de António Martins prossegue as suas tarefas embora dificilmente. Os obstáculos são muitos e a colaboração dos organismos oficiais como a Câmara Municipal é nula. A Comissão de Moradores continua a desenvolver esforços para acabar o campo de jogos já em fase adiantada assim como para assegurar finalmente uma carreira de camionetas que ligue a Corte a Cacela. Tem também o projecto de uma sala de convívio que será construída pelos moradores caso a Câmara Municipal se decida finalmente a fornecer os materiais.

Eleita a Comissão de Moradores de Barranco da Nora

Já há bastante tempo que os moradores desta zona desenvolviam esforços para que toda a população se juntasse e discutisse os seus problemas e elegeisse a sua Comissão de Moradores.

Alguns moradores resolveram convocar toda a população da zona para uma reunião a efectuar no domingo, 4 de Abril.

Toda a população viu com agrado e entusiasmo esta reunião em que se discutiram os problemas que afectam a todos, tendo praticamente a totalidade dos moradores comparecido à reunião onde foram discutidas vivamente as suas dificuldades e necessidades. As discus-

sões duraram várias horas e no fim acabaram por eleger democraticamente 5 moradores para constituírem a Comissão de Moradores.

Nunca neste sítio as pessoas se tinham encontrado tão juntas e tão unidas a discutir aquilo que a eles diz respeito, este dia ficará na memória dos moradores tal foi o entusiasmo que todos deram à livre discussão dos seus problemas.

Certamente que a Comissão de Moradores, representantes eleitos pelo povo, saberão levar para a frente as aspirações da população e unindo nessas tarefas toda a população à sua volta.

Manifestação popular em Vila Real de Santo António

A Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores de Vila Real de Santo António e Castro Marim e o Sindicato da Indústria Conserveira, promoveram na penúltima quarta-feira, uma manifestação na Praça Marquês de Pombal, em Vila Real de Santo António, a qual deveria integrar não apenas vila-realenses mas ainda povo de Castro Marim, Altura, Monte Gordo e Cacela, acabando por ter menor participação destas últimas localidades por a Empresa Rodoviária não haver podido garantir transportes para além das 19,30. Mesmo assim, cerca de 500 pessoas concentraram-se naquela Praça e desfilaram ordeiramente pela Rua Teófilo Braga até à saída da vila, retrocedendo depois para a Praça onde, num grande cartaz, se viam as palavras de ordem da manifestação: «Unir o povo».

No comício usaram da palavra elementos da Comissão Coordenadora, que se referiram ao desemprego, à carestia da vida e à ofensiva das forças fascistas, «à qual urge opor a muralha da resistência popular». Duas operárias conserveiras referiram-se à luta pela melhoria das condições de vida e criticaram um mestre que arrancara um cartaz da entrada da fábrica.

Os representantes das Comissões de Moradores salientaram a degradação das condições de vida do povo, com o aumento do custo dos géneros de primeira necessidade e dos transportes; o desemprego, que tende a propagar-se; a habitação, a legalização das casas ocupadas e a não permissão de que desocupações sejam levadas a cabo, pois «aquelas constituem uma conquista fundamental das massas populares». Foi acentuada a necessidade de unir o povo, de ultrapassar as contradições existentes no seu seio e de não ceder perante a investida fascista.

As palavras de ordem da manifestação eram «Contra o fascismo, ofensiva popular», «Pela legalização imediata das casas ocupadas», «Não ceder! Não baixar os braços», «O fascismo não passará porque o povo não deixará», «Não aos salários de miséria», «Não ao desemprego», «Casas sim, barracas não», «Vivam os órgãos da vontade popular», «Em frente com as Comissões de Moradores» e «Morte ao fascismo e a quem o apoiar».

M. R.

CORREIO de LAGOS

A COMISSÃO DE MORADORES DE ODIÁXERE EM FALTA

Porque é do conhecimento público que a Comissão de Moradores de Odiáxere se apossou abusivamente de terreno pertença da igreja para fins que, podendo ser de utilidade pública, não lhe davam o direito de algo construir sem posse legal, muita «roupa suja», tem havido sobre o assunto.

O comunicado inserto no *Jornal do Algarve* do passado dia 2, originou troca de impressões com o secretário da Câmara Municipal resultando daí conhecermos o officio dirigido pela Câmara de Lagos ao pároco da freguesia de Odiáxere no passado dia 2, que a seguir se transcreve:

Para os devidos efeitos levo ao conhecimento de V. Ex.^a que segundo comunicação telefónica do Ex.^{mo} Governador Civil do Distrito de Faro, Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Algarve considerou de interesse para a população a construção dos edificios que está sendo levada a efeito no quintal da residência paroquial de Odiáxere, tendo solicitado o envio de uma cópia do projecto respectivo.

Considera-se, assim, resolvido — esperamos que a contento de todos — o problema em causa formulando-se votos para que não mais haja lugar a ressentimentos pelo anteriormente ocorrido.

Em face do acima exposto, e que muito nos satisfaz comunicar, agradeço a V. Ex.^a o obséquio de dar conhecimento à população dessa povoação.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Comissão
Administrativa,

Elói Correia Abreu

dios por emprego de tintas difíceis de apagar, como por inscrições que constituem autêntica afronta ao povo, de que os políticos se valem para alcançarem seus fins, regra geral mais condizentes com o seu bem-estar que com o das classes que dizem defender.

Ver-se num prédio militar afixadas fotografias de pessoa de cuja acção não resultaram benefícios, diz muito sobre o pouco respeito dos políticos pelas nossas gentes, bem carecidas de quem as defenda de agressões constantes filhas da maldade de tantos.

Joaquim de Sousa Piscarreta

Em Odiáxere, uma casa em construção

A Comissão de Moradores de Odiáxere, pede-nos para agradecer a todas as pessoas amigas da freguesia a ajuda que têm dado, na construção do edificio público, onde vai integrar-se uma farmácia, um posto médico e uma biblioteca. Um agradecimento especial aos srs. bispo, governador civil, major Branco, Elói Abreu e todo o povo amigo.

«O povo, diz a Comissão, tem dinheiro na C. G. de Depósitos, em nome da Junta de Freguesia, mas nada serve porque a Junta não está disposta em ajudar a obra. Mas com paciência e boa vontade das pessoas de bom coração o trabalho vai caminhando. No dia 10 meteu-se a primeira placa, tivemos a ajuda de 40 pessoas, e no fim tivemos uma sardinhada frita oferecida e dois garraões de vinho. Há sempre pessoas interessadas no bem da humanidade. O povo tem de resolver os seus problemas, porque só assim tem a consciência da sua responsabilidade».

Bairro da Caixa de Previdência (V. R. St.º António) Bairro 1.º de Abril (Manta Rota) Bairro da Casa do Povo (Castro Marim)

-- A MESMA LUTA

O direito a uma habitação condigna é um direito elementar de qualquer trabalhador. No entanto, quantos trabalhadores, não dispõem ainda de uma habitação em condições onde se possam albergar com as suas famílias? Muitos milhares deles encontram-se ainda nessa situação. Em muitas casas chove como na rua, o número de compartimentos é de tal modo reduzido que pais e filhos já crescidos têm de dormir no mesmo quarto e frequentemente na mesma cama e muitas delas não possuem quartos de banho nem quaisquer instalações sanitárias o que

pode chamar tudo menos casas dignas desse nome. No entanto, em contraste com essa situação, vemos nós centenas e centenas de casas desocupadas, vazias, que servem apenas para os senhorios

especularem com elas impondo rendas inacessíveis às bolsas dos trabalhadores. Isso é uma provocação, uma afronta ao povo que vive mal. Enquanto essa situação se mantiver o povo português



Bairro da Casa do Povo de Castro Marim



Bairro da Caixa de Previdência

é um autêntico atentado à saúde isto sem falar das barracas, dos bairros de madeira e lata que são a mais funda das misérias e que não desapareceram ainda, antes tendem a continuar e até a aumentar. Viver assim é um atentado à dignidade humana, e a culpada dessa selvajaria é a burguesia, a classe exploradora, que além de roubar descaradamente as massas trabalhadoras pagando-lhes salários de fome, ainda as obriga a viver como bichos em barracas, em pardieiros, aos quais se



Bairro 1.º de Abril (M. Rota)

continuará oprimido e escravizado por uma maioria de exploradores e parasitas sem escrúpulos. Mas contra essa situação também se têm levantado as massas populares de norte a sul de Portugal, ocupando as casas vazias e impondo na prática o direito à habitação.

Grandes exemplos de energia revolucionária nos deram os mo-

(Continua na página seguinte)

A LUTA PELA HABITAÇÃO

Não ceder! Não baixar os braços!

(Continuação da pág. anterior)

radadores dos Bairros da Caixa de Previdência de V. R. S. António, 1.º de Abril da Manta Rota, e Casa do Povo de Castro Marim. E as são um exemplo de como os explorados, um exemplo que demonstra sem margem para dúvidas como o povo luta contra a burguesia com firmeza e abnegação e assim obtém grandiosas vitórias. Todos esses bairros foram ocupados por moradores pobres, por trabalhadores que viviam em condições miseráveis. Toda a espécie de manobras têm sido tentadas para fazer vergar a sua justa luta. Mas eles mantêm-se firmes, fortes como o aço, dispostos a não ceder, a não baixar os braços. Lutam porque têm a justiça e a razão da parte deles e se persistirem nessa posição, não só vencerão de certeza a sua luta como conquistarão ainda vitórias maiores.

Assiste-se hoje a uma ofensiva da burguesia em todas as frentes. As ocupações são conquistas dos trabalhadores à burguesia e por isso ele tenta agora destruí-las lançando mão de todos os meios desde os boatos desmobilizadores até às expulsões violentas. O seu objectivo é só um: esmagar as conquistas populares.

O povo tem direito à habitação condigna e não permite que lhes roubem as casas. Tem de contar com as suas próprias forças, com a sua unidade — é preciso que a muralha popular seja forte e indestrutível e para isso é preciso que o povo não se deixe dividir por questões mesquinhas, que pela discussão resolva as contradições no seu seio, na certeza de que o inimigo é o mesmo e é contra ele que se devem concentrar todos os esforços. O inimigo é a burguesia seja qual for o fato que vista, venha e com palhinhas mansas ou com a brutalidade própria de todos os inimigos do povo. A unidade do povo é forjada na luta comum de todos os explorados contra o mesmo inimigo, pela conquista da democracia e de uma vida digna para os trabalhadores. É preciso pois o povo organizar-se à volta dos seus órgãos representativos e em torno deles dirigir a luta numa só direcção.

A Assembleia Popular que se realizou na Manta Rota no passado dia 12 de Abril foi um grande acontecimento. Ela reuniu moradores dos três bairros em luta e foi a inequívoca demonstração de que estão dispostos a defender com todas as suas forças, num só bloco e unidos nas suas comissões as conquistas que à custa de tão grandes sacrifícios alcançaram e que se perderão caso

hesitem, se deixem dividir, deixem ir por água abaixo as suas comissões. As Assembleias são reuniões verdadeiramente democráticas onde todos têm direito à palavra e onde se manifesta a vontade colectiva do povo. Ficou demonstrado que defender as ocupações é também defender as liberdades democráticas contra os que as querem destruir, é defender a liberdade do povo se reunir, organizar, discutir os seus problemas e avançar nas suas lutas. A moção aprovada por unanimidade e que a seguir transcrevemos dá bem a medida do estado de espírito do povo e da sua disposição em não vergar, em ser firme como o aço que jamais se quebra.

É preciso porém que o povo não se deixe adormecer à sombra dos êxitos conseguidos. A desmobilização, o acreditar que a guerra já está ganha, são um grande perigo. A burguesia não desiste e há-de voltar à carga tentando impor de novo as suas medidas selvagens. Por isso é preciso não parar mas prosseguir em frente, avançar sempre, avançar mais. Continuar a apoiar as Comissões de Moradores e a Comissão Coordenadora que as une todas é indispensável para que o povo não sofra o amargo sabor de uma derrota. Se o povo continuar no caminho da sua unidade em torno das comissões, se continuar animado da mesma vontade, se participar activamente nas Assembleias Populares, nas manifestações, nos comícios e outras realizações promovidas pela Comissão Coordenadora, se aumentar a sua consciência e a sua disposição para a luta, se apoiar a luta dos soldados pela democracia nos quartéis e para que o exército não seja um sustentáculo da reacção e da burguesia contra os trabalhadores, então defenderá as suas conquistas e ninguém poderá levar de vencida a muralha popular. O povo continuará nas casas porque isso é justo, é humano e porque as casas lhe pertencem por direito próprio!

NÃO CEDER! NÃO BAIXAR OS BRAÇOS!

CASAS SIMI BARRACAS NÃO! UNIDOS PARA DEFENDER AS CONQUISTAS POPULARES E OS DIREITOS DEMOCRÁTICOS!

EM FRENTE COM A COMISSÃO COORDENADORA DAS COMISSÕES DE MORADORES DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E CASTRO MARIM.

VIVAM OS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR!

MOÇÃO

O povo de Manta Rota reunido em Assembleia Popular em 12 de Abril de 1976 decide apoiar firmemente e com todas as suas forças a ocupação justa e humana do bairro 1.º de Abril.

Decide mais manifestar ao Governo, às Forças Armadas e a todas as entidades a sua intenção de não ceder, não baixar os braços e não permitir de maneira nenhuma qualquer tentativa de desocupação.

VIVAM AS JUSTAS LUTAS DO POVO!
NÃO AO FASCISMO! SIM À DEMOCRACIA!
VIVAM AS COMISSÕES DE MORADORES!

A LUTA DAS MULHERES

contra o aumento do custo de vida

Intervenção de uma camarada na Assembleia Popular em Vila Real de Santo António no dia 18-1-1976.

«Camaradas, eu, nesta minha intervenção, venho apelar principalmente, a todas as mulheres que sentem na carne, o que o aumento do custo de vida tem provocado no nosso país, a todas as mulheres que ainda vivem em casas sem condições ou em barracas; a todas as camaradas que em casa dizem o que sentem e na rua só dizem uma pequena parte.

Nós as mulheres somos as primeiras, a notar a diferença do aumento do custo de vida, pois somos nós que temos que manejar o miserável dinheiro que os nossos maridos nos dão, ou o próprio que nós ganhámos, somos nós que vamos à praça e vemos todos os dias as coisas mais e mais caras, somos nós que temos que nos espremer para o dinheiro que ganhamos chegue para a semana ou o mês.

E O QUE TEMOS FEITO NÓS MULHERES, nós as mulheres não temos feito nada para que isto não continue, nós nos limitamos

a dizer aos nossos o que sentimos e nada mais.

Camaradas isto é a verdade, como também é verdade que há camaradas que na rua dizem o que sentem, mas nunca são apoiadas, assim os miseráveis que têm o poder na mão, vão continuando chupando-nos o sangue.

Se nós estivessemos unidas, numa só pessoa, isto é a pura da verdade, a burguesia reaccionária cedia. Eles eram obrigados a fazer aquilo que nós mulheres temos direito. Aonde há mulheres unidas e decididas para a luta a burguesia treme. Mas alerta que não devemos fazê-los tremer um dia e deixá-los depois. Temos que continuar a luta sem arredar o pé. Não devemos ter medo de ser ofendidas ou maltratadas, estamos a ver que o custo de vida vai subindo cada vez mais, qualquer dia não temos para comer, qualquer dia teremos que ir roubar ou pedir; mas atenção mulheres, faremos tudo menos pedir, porque isso é dar oportunidade ao nosso inimigo de nos espezinhar. Roubaremos, porque aquilo que roubar-mos é nosso, os nossos inimigos têm os armazéns e as casas cheias; mas quem

trabalha para eles terem as casas cheias, somos nós o Povo Trabalhador, que só vemos fome e miséria. Eles hoje dizem que nos dão tudo e que são nossos amigos, mas antes eles até nos mandavam para a cadeia, só porque dizíamos que tínhamos fome, nem sequer sabíamos o que era a política. Eles hoje viraram os casacos, até andam com roupa de operários para nos enganar, mas quando isto der mais uma volta à direita, eles nos cairão em cima como lobos famintos, mandam-nos para a cadeia ou dão-nos um tiro nas costas.

Lembrem-se do povo chileno, onde a burguesia dizia que era democrática e quando aquilo deu a volta viu-se quem morreu.

Apele a todas as mulheres para se unirem ao redor dos seus órgãos de vontade popular, porque são eles que hoje lutam pelo Povo Trabalhador, pois hoje ainda não há em Portugal um partido que represente os explorados e oprimidos.

VIVA A LIBERDADE DAS MULHERES!

VIVA OS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR.

As eleições vistas por uma Comissão de Moradores

Transcrevemos em baixo a posição leste às últimas eleições, da Comissão de Moradores de Altura. Se bem que não estejamos em total acordo com esta posição, fazemos a sua transcrição por considerarmos de grande importância o facto dos órgãos de vontade popular tomarem posição sobre questões como esta.

Eleições — Estratagem que os diversos sectores da burguesia utilizam para que o próprio povo escolha quem o irá espezinhar no período que se lhes segue.

Efectivamente assim acontece. Jogando com a falta de esclarecimento político das massas trabalhadoras e do povo em geral, os partidos representativos da burguesia prometem mundos e fundos, elaboram programas eleitorais — programas estes que não são o reflexo da incapacidade e esgotamento dos seus programas como partidos, como órgãos de defesa da burguesia... com efeito se os partidos burgueses elaboram programas próprios para a campanha eleitoral é porque os seus programas anteriores não servem, já não conseguem enganar o povo, já estão demasiado reconhecidos e desmascara-

dos; logo é necessário mudar de fuchada, mudar de fato... mas há mais.

Como arma da burguesia, usada contra o povo como é óbvio, as eleições servem para desviar o povo das mais justas lutas e, assim, enfraquecer o seu ardor revolucionário — não foi assim que aconteceu em França em 1968? Já este ano convintes revolucionários da nossa política vieram aos órgãos de informação tentar a conciliação e pedir uma trégua, durante a campanha eleitoral. Porque é que isto acontece? Por dois motivos.

Ou essas grandes (contra) revolucionárias não sabem que a luta de classes existe, que a História é o resultado dessas mesmas lutas e logo qualquer conciliação é impossível. Ou então elas sabem-no perfeitamente e estão

a jogar com a falta de esclarecimento das massas, tentando assim enganá-las. Ora acontece que a segunda hipótese é a verdadeira.

Mas, para além de tudo isto, as eleições ainda têm outro mérito para a burguesia, é o de dividirem o povo, pois, dando o seu pouco esclarecimento político, o povo vai fragmentar-se e vincular-se por partes aos diversos partidos. Essa divisão que coloca trabalhadores, contra trabalhadores, dividindo assim a luta dos explorados, pode tomar proporções físicas, o que entre trabalhadores com os mesmos interesses de classe é muito grave. Actuando a nível regional, os partidos revisionistas, chegam mesmo a tentar e a conseguir opor o povo de uma região contra o povo de outra, como sucede actualmente no nosso País.

Por tudo isto que foi aqui dito e pelo que a História nos mostra devemos concluir que as eleições, da maneira que a burguesia nos as tenta impingir, não serviram, não servem, nem nunca servirão o Povo. O Povo deve, sim, saber aproveitar-se, para através delas desmascarar a burguesia; seja através da campanha eleitoral, colocando repetidamente seus nos parlamentos burgueses.

Qual a nossa atitude em relação a esse estado de coisas?

Em primeiro lugar, promover uma campanha de esclarecimento no sentido de levar o Povo a consciencializar-se a tomar espírito de classe e consequentemente organizar-se e unir-se, para partir à conquista do poder, de modo a tomar em suas mãos o seu próprio destino. Paralelamente todos os contra-revolucionários, apresentem-se eles como se apresentarem. AS ELEIÇÕES PODEM E DEVEM SER MOTO DE LUTA POPULAR.

E no tocante à votação?

Pois bem! Não votar, seria favorecer a direita.

Dado que as verdadeiras forças de esquerda ainda não estão verdadeiramente organizadas e portanto talvez não venha a aparecer um partido que verdadeiramente seja representativo do Povo, devemos, pois escolher o partido da burguesia que menos liberdades nos corte, de modo a que os explorados mais a vontade possam lutar e preparar a tomada do poder. Mas devemos alertar as massas para o facto de não se deixarem enganar com o voto e para que continuem as lutas cada vez mais duras, pois não é demais lembrar que pelo simples facto de se meter um papel numa caixa a sua vida não se modifica absolutamente nada; só elas, as massas, poderão resolver os seus problemas, não é a burguesia partindo leis que nos arranja casas, emprego, pão e tudo o que necessitamos. Só o Poder Popular. E esse não se alcança pelo voto.

COMISSÃO DE MORADORES DA ALTURA

Lugar do Ribeiro do Junco (Fábrica)

O Povo exige condições mínimas de uma vida humana

O povo da Fábrica dirigiu há já vários meses uma exposição às entidades públicas a qual terminou assim.

«Solicitamos superiormente a boa compreensão para os problemas constantes desta exposição. São anseios do povo. Não pedimos nem luxos nem coisas supérfluas. Pedimos apenas condições mínimas de uma vida humana.

Não deve esquecer-se que o nosso humilde povoado foi, durante largos anos, esquecido pelos poderes públicos. É chegada a altura de a nossa gente aqui representada ser ajudada por uma administração que nunca lhe dedicou atenção. Foi uma injustiça esse esquecimento porque o povo ordeiro da Fábrica sempre cumpriu com pontualidade os seus deveres, de contribuinte. Pagou sempre; mas nunca recebeu nada. Tanto do Estado como das autarquias administrativas locais. Pois é chegada a hora de, com a valiosa ajuda do MFA, podermos ter direito, pelo menos, a:

- água
- electricidade
- estradas e caminhos, e
- sanidade pública»

No entanto, mais de um ano passado já desde esta exposição, o abastecimento de água continua a ser inexistente e a falta de água potável põe em perigo a saúde e até para cozinhar os moradores se vêem obrigados a penosas deslocações a lugares muito distantes. As estradas e caminhos continuam impróprios para transitar, causando acidentes que põem em perigo vidas

humanas e quanto ao saneamento público o carro do lixo da Câmara apesar das muitas promessas nesse sentido ainda não se deslocou lá para fazer a recolha do lixo embora isso significasse apenas um desvio de um ou dois quilómetros no seu trajecto.

O povo e os seus problemas que não são luxos mas necessidades urgentes, continuam a ser ignorados. Efectivamente o povo sempre tem pago mas nem do Estado nem das autarquias locais tem recebido a mínima compensação para o seu sacrifício. É preciso que o povo se comprometa de que se isso acontece é porque nem o Estado, nem as autarquias locais estão ao seu serviço, antes servem apenas para lhes extorquir dinheiro e satisfazer os interesses da burguesia. Só quando existir um poder democrático baseado nos órgãos de vontade popular e por isso mesmo um Estado democrático, que represente as aspirações das massas trabalhadoras, só então os problemas do povo serão resolvidos e as suas condições de vida melhoradas. O povo da Fábrica não deve permanecer inactivo. Deve exigir o que é justo e humano, lutar pelos seus direitos, eleger uma comissão de moradores que o conduza e represente na luta pela democracia e pela satisfação dos seus interesses.

Em frente na resolução dos problemas do Povo!

Em frente com as Comissões de Moradores!

Vivam os Órgãos de Vontade Popular.

MANTA ROTA ASSEMBLEIA POPULAR

Todas as povoações ou bairros necessitam do seu órgão de vontade popular. Ele é uma arma importante para a unidade e organização do povo, para a resolução dos seus problemas.

A Manta Rota, encontrava-se sem Comissão de Moradores há já alguns meses. Como esta situação era prejudicial para o povo, a Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores promoveu recentemente uma assembleia popular, a fim de arguer de novo a comissão. Na discussão a que se procedeu, chegou-se à conclusão de que a razão principal da paralização da comissão, havia sido ela não se ter ligado estreitamente ao povo, não o ter informado regularmente de todas as suas actividades não convocando para o eleito assembleias populares. Esse mau trabalho fez com que o povo da Manta Rota perdesse a confiança na sua comissão de moradores.

Portanto a principal lição a tirar desta experiência é a de que as comissões devem estar unidas ao povo como a cabeça ao corpo.

Na referida assembleia a Comissão de Moradores da Manta Rota foi reestruturada e está de novo em actividade. Esperemos que não caia outra vez nos mesmos erros

e que saiba corresponder aos anseios populares. Por outro lado é necessário que o povo da Manta Rota apoie a sua comissão e se mantenha mobilizado e activo, atento e vigilante, para levar a efeito as tarefas que tem em mãos.

Essas tarefas são para já o acabamento do Parque Infantil, para o qual a Câmara tem já em seu poder duzentos contos embora não tenha informado disso a Comissão de Moradores, a construção duma rede de esgotos e a construção de habitações. Os esgotos são uma grande necessidade, as fossas existentes não têm suficiente capacidade e o seu esgotamento provoca muitas dificuldades, inclusivamente no local para onde se faz os despejos. Por outro lado muitos dos moradores não têm uma habitação decente e vivem ainda em condições desumanas, sendo preciso construir um novo bairro que albergue as famílias mal alojadas.

Como resultado imediato da sua reestruturação a Comissão deslocou-se recentemente ao Gabinete de Planeamento do Algarve a fim de tentar resolver o problema dos esgotos e o da habitação.

Em frente pois com a Comissão de Moradores!

CACELA ASSEMBLEIA POPULAR E PROBLEMAS LOCAIS

A comissão de moradores de Cacela levou a efeito no passado dia 19 de Maio uma Assembleia Popular. A sua ordem de trabalhos era a discussão de problemas locais, a reestruturação da comissão e a formação duma comissão desportiva.

Quanto ao primeiro ponto, depois de ampla discussão foi votada por unanimidade a proibição de quaisquer manguelras nas bicas da rede de distribuição de água para uso doméstico em virtude de tal ser uma posição de

privilegio e contribuir para o esgotamento do furo. Foram também levantados outros problemas para a comissão apresentar às entidades competentes.

No segundo ponto e atendendo à necessidade de alargar o mais possível a comissão de moradores, procedeu-se à eleição de mais três elementos ficando agora a comissão a ser constituída por nove pessoas. Finalmente, no terceiro ponto, tomando em consideração que o parque des-

portivo de Cacela recentemente acabado e para o qual a Comissão de Moradores já possui a promessa de uma verba para a vedação, necessita de ser orientado a fim de nele se praticar um autêntico desporto de massas ao serviço do povo. Procedeu-se à nomeação de uma Comissão Desportiva encarregada de estudar todos esses aspectos.

CRÓNICA DE FARO

por JOÃO LEAL



Habitação degradada

SEM dúvida que um dos grandes problemas que a população portuguesa enfrenta é o da habitação. Já o era antes do 25 de Abril e logicamente veio a conhecer maior expansão, por razões compreensíveis, com o regresso dos retornados e refugiados das ex-colónias. Um assunto a pedir, sem dúvida, um esforço gigantesco para que efectivamente o parque habitacional português conheça índices compatíveis com as reais necessidades da população.

Claro que o caminho apontado parece ser o da construção de novos fogos, até porque existindo terrenos e mão-de-obra disponíveis, esta tarefa, com resultados económicos e sociais concretos, viria atenuar em grande parte o terrível problema do desemprego no importante sector da construção civil. Mas ninguém pode ignorar a vastíssima extensão da dita «habitação degradada», em grande parte recuperável.

O assunto é tanto mais actual, quanto os órgãos governamentais dispõem de muitos edifícios nessas condições, imóveis que podiam servir a comunidade, quer aliviando os cofres públicos das verbas pagas com aluguéis, quer facultando o alojamento de repartições pessimamente instaladas, quer ainda para habitação.

É tão neste caso, e porque Faro, infelizmente, não foge à regra, os edifícios semidestruídos existentes na Rua Monsenher Boto e, ao que cremos, propriedade do Município. Habitação com características arquitectónicas próprias (telhados de quatro águas), numa zona de cumho demarcado (Vila-a-Dentro) impõe-se o seu efectivo e urgente reparo. As razões são por demais evidentes e inscrevem-se nos mais variados quadrantes e aptidões. A sua utilização futura pode responder a várias carências. Muitos desempregados ali podem encontrar uma ocupação.

Habitação degradada: uma recuperação necessária e à vista, a que os organismos oficiais não podem ser estranhos.

lho do sector.

COMISSÃO DE MORADORES DO ALTO RODES

No Fumeiro (Rua de São Gonçalo de Lagos), decorreu uma reunião da Comissão de Moradores do Alto de Rodes, no decurso da qual foram distribuídas as tarefas da comissão directiva e apreciada a actividade do Coopfar (Cooperativa de Consumo de Faro).

*Jornal do Algarve, 1976-07-30,
p.5*

Plenário de Comissão de Moradores em Olhão

○ BAIRRO 28 de Setembro é um bairro de pobres, composto na maioria por pescadores e reformados. Ao longo da sua existência, a Câmara Municipal, proprietária do bairro, praticamente em nada beneficiou as casas do bairro, estando todos os encargos de conservação a cargo dos moradores. Por tal facto, em boa hora a comissão de moradores pediu a cedência das casas, por parte do Estado, para os actuais moradores.

Felizmente os intentos foram alcançados e no dia 9 do corrente, às 16 horas, na Cantina da Escola Preparatória, a comissão de moradores levou a efeito um plenário que teve a presença de numerosos moradores, de algumas comissões de moradores e do presidente e respectiva Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Olhão que se deslocaram ao bairro para dirigirem algumas palavras à população do bairro 28 de Setembro, dando a tão desejada notícia da cedência das casas para os seus ocupantes.

*A Comissão de Moradores
do Bairro 28 de Setembro*

Campanha de alfabetização em Olhão

Promovida pela Associação de Moradores do Bairro 28 de Setembro, de Olhão, com a colaboração de um grupo de jovens, vai decorrer ali uma campanha de alfabetização, efectuando-se as aulas na escola primária daquele bairro.

Jornal do Algarve,
1977-01-07, p.5

PROBLEMAS ENTRE A COMISSÃO DE MORADORES DE ODIÁXERE E A IGREJA

Porque a actual Câmara está empenhada na solução dos problemas do concelho, vem contactando directamente e através das Juntas de Freguesia, com diversas pessoas e assim, já estabeleceu contactos com o bispo do Algarve para solução do problema que desde há muito se arrasta, entre moradores de Odiáxere e uma propriedade da Igreja.

Temos conhecimento que das diligências para a posse legal do terreno, resultou a venda do terreno, à Junta de Freguesia que uma vez na posse de direito poderá concluir as obras iniciadas, com benefício para toda a população de Odiáxere e mesmo a estranhos que por ali passem.

A princípio, o acordo surgiu até mas, ao que consta, elementos menos conscientes de que palavra dada deve ser cumprida, já se opõem à solução prevendo-se que a Assembleia de Freguesia tenha de tomar posição.

Oxalá não se faça tardar o abraço fraterno entre todos os habitantes de Odiáxere, para que, unidos sem ressentimentos, levem a bom termo, dentro da legalidade, não só as obras em terreno que por ora é da Igreja, como quaisquer outras de que a povoação careça para servir condignamente todo o povo da freguesia que sendo das mais laboriosas nos sectores agrícola e pecuário, não dispensa a união entre todos para o progresso social que se deseja.

Joaquim de Sousa Piscarreta

Alfabetização em Olhão e Ferragudo

A Comissão de Moradores de Ferragudo arrancou com um curso de alfabetização, para adultos, que funciona às sextas-feiras, das 4 às 6 da tarde. Também a Associação 18 de Maio, de Olhão, tem a funcionar na sua sede um curso de alfabetização.

Jornal do Algarve,
1977-02-11, p.5

PADERNE

PROJECTOS E REALIDADES

EM Paderne, como em quase todas as freguesias do Algarve, já se encontram a actuar as Juntas eleitas. Quando lá nos deslocamos, tentamos sempre saber algo do que se passa, contactando com diversas pessoas e até com os dirigentes locais.

Recentemente, os trabalhadores terra reuniram, no primeiro dia com os professores primários e os animadores desportivos para elaborarem planos de actuação. Aludiram os responsáveis pelo ensino à vantagem de os técnicos ou profissionais de vários sectores se deslocarem às escolas, a fim de com a sua experiência e conhecimentos, exporem algo do que sabem.

Ficou assente que um antigo funcionário dos Caminhos de Ferro fosse falar sobre a importância daquele, levando consigo o maior número possível de elementos de fácil captação, pelas crianças, no muito que o assunto tem de útil e fascinante.

Na altura não podia garantir-se a ida de um artista de artes plásticas por não se encontrar presente; hoje temos a confirmação dessa ida, por conjugação de tempos livres.

Foi também aceite a ideia da criação de um pequeno mostruário, mais tarde talvez museu regional, de utensílios agrícolas fora de uso, vestuário antigo, artesanato e tudo o que se relacione com a antiga vida local. Não foi esquecido o jornal «A Avezinha», pensando-se em tornar realidade a sua reedição, suspenso que foi em Setembro de 1969.

No dia seguinte, apenas com falta de um elemento, reuniu a Junta de Freguesia para apreciar pedidos dos habitantes da povoação e outros sítios dos arredores.

Os caminhos de acesso aos vários locais de habitação foram os pedidos mais em foco. A Junta, para os satisfazer, teria de gastar alguns milhares de contos, quando apenas pode dispor de 22. Face a

por Francisco Teodósio Neves

tal disparidade, foi aprovado dar-se prioridade aos locatários que mais interesse mostraram pela realização da obra contribuindo com donativos e trabalho para a mesma. Assim, estará em primeiro lugar um caminho no Carrasqueiro com cerca de um quilómetro, para o qual os habitantes dispõem de 20 contos, seguindo-se arranjos nos caminhos da Ribeira de Alte, Cabanita e Lentiscais, para os quais a Comissão de Moradores contribui com 7 contos e mão-de-obra.

Para o Cerro do Roque, a Comissão de Moradores tem cinco mil escudos, para o da Centieira também há donativos e os pequenos arranjos nos das Almejoafas, Monte Gordo, Quinta da Palma, Monte Novo, Fonte, Cerca Velha e Malhão constituem o total dos trabalhos a efectuar com mais urgência.

Como será possível tanta coisa com tão pouco dinheiro? Primeiro, porque a Junta tem o apoio das populações e também porque há desperdícios das cerâmicas locais que, à falta de melhor, formam um piso ideal para este tipo de caminhos.

Foi dado ainda conhecimento de empreitadas para os caminhos municipais da Alcaria e Lentiscais, em betuminoso, e empedramento da Estrada 524 a Matos de Cima. A ponte do Castelo ficou em agenda e oxalá ela seja feita por técnicos que estudem a sua função sem afectar-lhe o valor histórico.

Não ficou em aberto o valor das regas facultadas pela ribeira de Algrebe, que possuía nesta zona uma rede de aproveitamento bem estruturada, com açudes e levadas, complementada por longas regueiras, hoje destruídas pelas máquinas agrícolas, sendo proposta a sua abertura, para as poderem utilizar no próximo Verão.

A luz, cuja falta tanto se faz sentir em quase toda a freguesia,

foi objecto de apreciação e para os sítios de Cerca Velha, Almejoafas, Cerro de Ouro e Ribeira de Alte os estudos e a implantação vão ser concretizados, cremos que em data já próxima. Sobre água ao domicílio, na povoação e sítios limítrofes, aguarda-se que se cumpram os projectos.

Com vontade de servir nos cargos para que foram investidos, os representantes do povo deram-nos uma panorâmica do que é possível fazer. A sua acção, junto de quem mais pode, deverá também sentir-se.

Fevereiro de 1977

CRÓNICA DE FARO

por João Leal



A estrada do Montenegro, uma via a reaproveitar

É O Montenegro, uma zona em efectiva expansão, colocada a meio caminho entre a capital sulina e o Aeroporto, local que há anos era zona de passeio e hoje constitui já uma derivação da cidade, um subúrbio com evidente desenvolvimento e que será no futuro, uma nova Faro. Assinale-se o surto de obras operadas após o 25 de Abril, numa conjugação de entendimento entre a Comissão dos Moradores, eivada por um espírito efectivamente construtivo e realista e a autarquia municipal, que possibilitou um conjunto de realizações, algumas das quais ainda em curso e tendentes ao aumento do nível e qualidade de vida da comunidade do Montenegro. Situaam-se, entre elas, o abastecimento domiciliário de água, a rede de esgotos, a extensão da rede eléctrica e melhoria da iluminação pública, a construção do parque infantil, o curso de alfabetização, a recolha de lixos, etc.

Bem merece o Montenegro, pelas condições que oferece a um desenvolvimento urbanístico como zona de expansão da capital algarvia, com todas as vantagens locais e económicas daí advindas, um efectivo e sério apoio à concretização de uma política de progresso. Hoje, queremos citar a total vantagem que oferece a reparação e ampliação, melhor dizendo o aproveitamento da antiga estrada que liga directamente a povoação a E. N. 125, junto às Pontes de Marchil. Durante décadas e décadas ela foi a única via de acesso, servindo, como hoje ainda serve, uma série de explorações agrícolas e muito público ali residente, bem como de natural escoamento ao elevado tráfego que a entrada de acesso ao Aeroporto e praça de Faro determina, mormente no Verão. Possibilita ainda a visão de um dos mais belos panoramas da cidade, com a ria a seus pés. Mas num sentido prático e com o dispêndio de verbas, relativamente pouco elevadas, algumas obras de beneficiação, transformá-la-iam na estrada de autêntico acesso ao Montenegro. Citamos o alargamento do betuminoso a uma maior extensão de largura, tarefa de fácil realização, ao que supomos.

A redução, em pequena extensão, para facilitar a visibilidade em boas condições, no troço de curvas, do muro circundante à via e a regularização das bermas, assim como um mais eficiente serviço na passagem de nível, são tarefas a enquadrar na recuperação da es-

trada de acesso ao Montenegro, cuja utilidade é por demais evidente, já que num País sem grandes nem médios recursos financeiros, importa conservar e aproveitar ao máximo as possibilidades existentes. Daqui que se lance ao Município a sugestão da concretização da ideia aqui expressa: transformar a antiga estrada do Montenegro em estrada do nosso tempo.

A ACTUAÇÃO NO ALGARVE

DAS COMISSÕES DE MORADORES E DO PODER LOCAL

COMEÇADO o novo ano da esperança, o *Jornal do Algarve* traçou novos rumos, após o início da actividade das autarquias locais, conduzidas agora por elementos escolhidos pelo povo e entre o povo. As últimas eleições foram as sementes do almejado poder local que poderá ser ajudado pelo gradual despertar da consciência colectiva para os benefícios do cooperativismo. Tudo, ainda, dependente de apoios centrais técnicos e sobretudo financeiros, indispensáveis a que as populações, em comunhão de interesses com os seus mandata-

por José Manuel Belchior

dos, consigam ultrapassar as dificuldades carenciais numa óptica de progresso comunitário, o poder lo-

(Conclui na 6.ª página)

6

Comissões de Moradores

(Conclusão da 1.ª página)

cal enceta os primeiros passos num novo processo de trabalho: a lidar anseios antigos às realidades e possibilidades presentes; a dar meças a tarefas urgentes, algumas inadiáveis, prioritárias; a transformar o velho e gasto por novo e duradouro; a visionar o melhor processo de actuação com a comunidade participante e ao mesmo tempo juiz, sancionante moral e correctora de desvios.

Temos, sem dúvida, o futuro nas mãos, mas só o teremos de facto assegurado, julgo, se ajudarmos a construir o que for da vontade colectiva, conjugando os nossos esforços, procurando o entendimento recíproco e colocando em segundo plano as divergências salutares de uma vivência democrática.

No limiar desta entreajuda entre povo e poder executivo, pontua a Imprensa provincial e local, com a divulgação de projectos nas diferentes terras deste Algarve, muitas delas debatendo-se com problemas próprios ou idênticos; com a discussão de ideias construtivas e realizações válidas; dando incremento aos progressos registados na tentativa de aperfeiçoamento do pouco que está feito e no rasgar de perspectivas ao muito que há por fazer.

Parece importante começar pelas necessidades básicas, em colaboração intensiva com as comissões de moradores existentes ou a criar nos centros populacionais afastados dos centros urbanos, verdadeiros embriões do poder popular nascidos de entre o povo logo no começo da Revolução de Abril, mas a actuar, por falta de legislação reguladora, de uma forma pouco eficiente, pois o oportunismo egoísta de alguns levou a constituírem-se comissões minoritárias, não representativas, a par de outras formadas por pessoas sérias e honestas que, sentindo o atraso da colectividade, saíram de si próprias em abnegado dinamismo, credoras da confiança dos cidadãos que faziam despertar, embora contestadas por grupos manobrados pelo caciquismo que minavam e boicotavam as suas actividades, semeando a desconfiança nos seus elementos.

A par das imposições e de acetações por mérito de iniciativa, em algumas comissões, houve eleições muito ou pouco participadas, com maior ou menor interesse partidário, que lhes davam um cunho representativo e lhes conferiam melhor actuação conjunta com os gabinetes de dinamização do M. F. A., do poder por nomeação e de organismos criados e dissolvidos pelos sucessivos governos provisórios.

No entanto, o acalorado processo revolucionário, aos solavancos e com algumas contradições, a inoperância de alguns sectores na expectativa, as rivalidades partidárias e o jogo de interesses particulares inconciliáveis com os objectivos colectivos, levaram muitos elementos válidos ao desfalecimento progressivo e à desistência perante a falta de legislação relativa.

Abrem-se agora novas perspectivas à formação e continuidade das necessárias organizações populares de base, reguladas pelas leis fundamentais do País, consignadas na Constituição da República Portuguesa e que interessa referir:

Artigo 264.º: Constituição e área. 1 — A fim de intensificar a participação das populações na vida administrativa local, podem ser constituídas organizações populares de base territorial correspondentes a áreas inferiores à da freguesia. 2 — A assembleia de freguesia, por sua iniciativa, ou a requerimento de comissões de moradores ou de um número significativo de moradores, demarcará as áreas territoriais das organizações referidas no número anterior, solucionando os eventuais conflitos daí resultantes.

Artigo 265.º: Estrutura. 1 — A estrutura das organizações populares de base territorial será a fixada na lei e compreende a assembleia de moradores e a comissão de moradores. 2 — A assembleia de moradores é composta pelos residentes inscritos no recenseamento da freguesia e pelos não inscritos maiores de 16 anos que comprovem, documentalmente, a sua qualidade de residentes. 3 — A assembleia reúne quando convocada publicamente, com a devida antecedência, pelo menos, por vinte dos seus membros ou pela comissão de moradores. 4 — A comissão de moradores é eleita, por escrutínio secreto, pela assembleia dos moradores e por ela livremente constituída.

Artigo 266.º: Funções. 1 — As organizações populares de base territorial têm direito: a) De petição perante as autarquias locais relativamente a assuntos administrativos de interesse dos moradores; b) De participação, sem voto, através de representantes seus, na assembleia de freguesia. 2 — As organizações populares de base territorial compete realizar as tarefas que a lei lhes confiar ou os órgãos de freguesia nelas delegarem.

Daquíl se pode inferir a livre constituição das comissões de moradores dentro da lei, com participação de relevante valor junto das autarquias locais. Incentivando a sua formação, poderemos acreditar numa democratização total do País, em que um poder local operante poderá desempenhar cabalmente a sua missão, apoiado, enquanto for

PARA QUE CONTINUA ENTÃO O ALGARVE A MANTER EM GESTÃO O GaPA?

O Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, vulgarmente conhecido por GaPA, foi criado na vigência do IV Governo Provisório, pelo Decreto-Lei n.º 278/75.

Destinava-se este órgão a constituir um apoie eficaz àquilo que poderia ser a primeira Região do País, com independência Administrativa, que planeasse e dispusesse dos recursos do Algarve, libertando-o da constante ameaça tutelar de outras regiões, sem afinidades de espécie alguma, ou do paternalismo sugador dos salões do Terreiro do Paço.

Não é a primeira vez que aqui lamentamos a constante «traição» para com a nossa Província, fruto de um centralismo prepotente, que nem o anarquismo do regime gon-

çalvista dispensou, permitindo essa liberdade do Algarve dirigir os seus destinos.

Daí que o GaPA continuasse a ser o clássico ex-Gabinete de Obras da Comissão Regional de Turismo do Algarve, que mudando de nome e superlotando-se de funcionários (76 técnicos, 40 administrativos, 28 auxiliares, num total de 144), não correspondendo de modo algum às aspirações desta Província.

Sobre este problema teve o deputado do PS, Manuel Proença, muito recentemente, uma intervenção na

Assembleia da República, de cujo discurso transcrevemos parte:

Ninguém duvida e os algarvios muito menos, que o Algarve constituirá uma região quer administrativa, quer Plano, tal como estão previstas na Constituição. Todas as hipóteses apresentadas até agora para a divisão do País em regiões assim o entendiam. Qualquer proposta que não contivesse esta afirmação encontraria a mais forte oposição dos algarvios e dos seus representantes.

Partindo deste princípio comum-

(Conclui na 7.ª página)

Cartas à Redacção

As casas do bairro operário em Vila Real de Santo António

Sr. director,

Venho por este meio e através do seu jornal, focar um problema que afecta os moradores, senão todos, pelo menos uma grande parte dos moradores do Bairro Operário: é ainda o tão falado caso das novas casas, que foram feitas, deitadas a baixo e novamente construídas e que tanto dinheiro levaram à Câmara.

O problema agora é o seguinte: as casas ficaram inacabadas, e os moradores, por falta de casa, e por as condições em que viviam não serem as melhores, quiseram mesmo assim habitá-las. O certo é que por as casas não terem luz foram-se queixar à Câmara, que mandou fazer umas ligações provisórias, ligando às caixas das antigas ligações, isto é, às nossas casas.

Pois nós, os moradores das casas antigas agora (e isso se verifica há já alguns meses) não temos direito de ver televisão, porque a luz não tem força; os frigoríficos não fazem frio, e nas casas, com a luz tão fraca, pouco vemos, com a agravante de estragar todas as máquinas electrodomésticas.

Por isso pedimos a quem de direito, que resolva o problema.

Austeridade, mas não tanta!

Matias Duarte

◆ PLANEAMENTO FAMILIAR

A Comissão da Condição Feminina, organismo oficial na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, editou uma brochura intitulada: «Planeamento Familiar: Ser responsável pelo nascimento dos nossos filhos».

Respigamos algumas passagens da literatura nela inserida: «Todos temos o direito de decidir o número de filhos que queremos ter e quando os queremos ter (...). As relações sexuais não devem ser um pesadelo ou uma aflição constante, por medo de se ter um filho (...). Hoje em dia há maneiras bastante seguras de evitar a gravidez (...). A consulta de Planeamento Familiar é inteiramente grátis.

Indica também os locais onde funcionam em todo o país estas consultas. Para o Algarve a assistência governamental neste aspecto é feita nos Centros de Saúde de Faro, Lagos (a abrir), Portimão, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Inquérito à habitação em Albufeira

UMA comissão criada pela Assembleia Municipal de Albufeira, vai estudar as condições de habitação no concelho, bem como as soluções a aplicar.

Será constituída pelos presidentes das Juntas de Freguesias de Albufeira, Guia e Paderne. Os resultados, a apresentar até princípios de Dezembro, serão então debatidos pela Assembleia e canalizados para os organismos competentes.

Jornal do Algarve,
1977-11-18, capa

FARO e

REUNIÃO DA UMAR

A UMAR (União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias) promoveu na Casa da Cultura da Juventude, em Faro, uma sessão em que foram explanados os objectivos da organização e do congresso a realizar em Lisboa sob o tema «Mulheres unidas não deixaremos morrer o 25 de Abril».

*Jornal do Algarve,
1977-12-09, p.4*

O QUE DIZER SOBRE O TEATRO ALGARVIO?

A CONTECEU no Algarve algo de maravilhoso. Com todas as suas deficiências, algumas delas justamente criticáveis, a verdade é que pela primeira vez se assistiu a um festival de teatro amador na região algarvia. Percorrendo esta Província, esforçando-se por transmitir algo de útil às populações que assistiram às suas exibições, cada grupo teatral soube demonstrar que o teatro amador é uma realidade com importância decisiva no desenvolvimento cultural do País.

É necessário que se assista, e cada vez mais velozmente, a uma descentralização da cultura, pois Portugal é todo um povo que tem as suas próprias tradições mas que deve ter acesso a um conhecimento mais completo daquilo que o rodeia.

Este encontro teatral, teve, quanto a mim, uma importância fundamental na dinamização de

por Fátima Esperança

uma manifestação artística praticada durante tantos séculos. Mas, será que basta essa dinamização? Dentro do meu ponto de vista, penso que é um passo importante mas não o considero suficiente. A dinamização possibilita captar determinados indivíduos para uma actividade, levando-lhes, ao mesmo tempo, uma técnica ligada a essa mesma actividade, técnica essa que é propriedade de uma camada restrita da população portuguesa.

Efectivamente, este encontro de teatro amador não se considerará em vão, se a ele se suceder uma fase de animação. Poderão perguntar-me o que entendo por animação. A esse respeito deverei dizer que a considero importantíssima, pois, consiste em levar determinados indivíduos nos quais se despertou o gosto por uma actividade artística específica, a praticá-la, a ligá-la à sua própria vida quotidiana e a ser a imagem das

(Conclui na 3.ª página)

DENTRO

O QUE DIZER SOBRE O TEATRO ALGARVIO?

(Conclusão da 1.ª página)

suas aspirações, dos seus sentimentos, da sua consciência como seres sociais. Que surjam, portanto muitos grupos teatrais e, sobretudo, que surja a verdadeira arte popular: a arte do povo para o povo.

Na fase que atravessamos, em que cada um de nós aspira por um mundo melhor, creio que a nossa própria maneira de pensar se deve ir ajustando à nossa aspiração. Quero eu dizer, que nós, inconscientemente, estamos marcados por uma educação extremamente rígida, «machista» até, se assim a quisermos denominar. Talvez por ser mulher, considero que o sector feminino tem um papel importantíssimo no avanço cultural desta região e deste País. Não nos esqueçamos de que as mulheres são «a outra metade do céu».

É frequente nos grupos teatrais assistir-se a uma necessidade significativa de elenco feminino. A que factor atribuir semelhante realidade? Não creio que a resposta esteja apenas na vida agitada que, hoje em dia, todos nós vivemos. A verdade é que é exercida sobre a mulher toda uma repressão ideológica que começa logo em criança e se prolonga no decorrer de toda a sua vida, não permitindo que se ocupe de coisas «tão impróprias para a sua condição» (de MULHER).

Ser mulher implica ser mãe, esposa mas (convém que pensemos nisto), sobretudo, ser um indivíduo que sabe onde está, onde quer chegar e que participa na luta por atingir uma determinada meta.

As grandes transformações sociais sempre foram feitas pelo povo e o povo é formado por homens e mulheres. Que elas participem, também, para que, em cada aldeia, vila ou cidade, floresçam mais grupos teatrais.

Fátima Esperança

Inventariação de carências habitacionais em São Brás de Alportel

TENDO em vista a elaboração do plano de recuperação de casas degradadas face à carência habitacional no concelho, a Câmara Municipal de São Brás de Alportel vai proceder ao recenseamento dos munícipes instalados em casas deficientes. Os interessados devem fazer a sua inscrição naquele órgão autárquico.

Problemas de habitação em Monchique

NA Câmara Municipal de Monchique encontra-se aberto concurso para distribuição de um crédito de 1 200 contos, o qual pode vir a ser ampliado, tendo em vista a recuperação de casas degradadas no âmbito do plano do Fundo do Fomento de Habitação. No ano findo, aquele Município distribuiu 5 300 contos que possibilitaram a recuperação de 70 fogos.

A V I S O

DISTRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES DO PROGRAMA HABITACIONAL EXTRAORDINÁRIO DO MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO; URBANISMO E CONSTRUÇÃO E COMISSARIADO PARA OS DESALOJADOS. CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Torna-se público que do dia 6/3/78 ao dia 11/3/78 se encontra à reclamação, na Câmara Municipal citada a classificação provisória dos candidatos que oportunamente se habilitaram ao concurso para distribuição de habitações do Agrupamento de Vila Real de Santo António.

Voz de Albufeira

O grave problema da habitação

UM dos problemas que mais aflige a nossa sociedade é a carência habitacional.

A Constituição aponta esta regalia e direito como benefício de todos, nomeadamente daqueles cujas posses não lhes permitem residir em prédios de renda elevada, apartamentos, ou mandar construir as suas próprias moradias.

São milhares as famílias que habitam em barracas, quartos ou casas sem condições de higiene e comodidade, agravando-se a situação quando o número de familiares é grande e obriga a viver em autêntica promiscuidade. Conhecemos indivíduos que, após um dia de trabalho exaustivo, se dirigem à taberna, preferindo-a à «choça» ou «pocilga», conforme afirmam.

No concelho de Albufeira, cuja população tem vindo a aumentar

consideravelmente, a gravidade deste problema é desesperante. Constroem-se hotéis, apartamentos, vilas, etc., excepto habitações sociais. Tais empreendimentos conduzem a esta vila grande número de trabalhadores da hotelaria e outras profissões que depois encontram dificuldade em conseguir uma casa para viver.

Aqueles que a conseguem, vêem o ordenado absorvido pela quantia exorbitante que pagam de renda, retirando-lhes a possibilidade de compra de produtos que vão desde o vestir e calçar à alimentação.

Os que não arranjam casa, por força das circunstâncias sujeitam-se a residir em locais que nada têm de habitação e onde a doença e preta a todo o momento, através

(Conclui na 4.ª página)

VOZ DE ALBUFEIRA

(Conclusão da última página)

das péssimas condições de alojamento e sanidade. Regista-se ainda a exploração quanto ao pedido de rendas referente a prédios acabados de construir; as manobras utilizadas quando algum prédio é desocupado e o senhorio, não podendo aumentar a renda, conforme a Lei determina, exige uma quantia exorbitante ao futuro inquilino, traduzindo tal atitude em pura chantagem; a exploração efectuada por inquilinos que alugam quartos ou parte da casa da sua habitação; o trespasso de habitação feito pelos inquilinos a preços de exploração, a candidatos que necessitam de casa para habitar, enfim, uma série de ocorrências que não se justificam em qualquer sociedade onde a exploração do homem pelo homem não tem cabimento.

O 25 de Abril, entre várias regalias, trouxe ao povo a esperança de melhores dias, e no campo habitacional debruçou-se o Governo possibilitando a criação de associações de moradores e outros organismos congêneres. Assim, em 16-12-76 formou-se em Albufeira uma Associação de Moradores, a qual muito tem lutado, dando o melhor do seu esforço e dedicação com o fim de levar a efeito a construção de 250 moradias.

Há tempos, foram distribuídos pela vila impressos a incentivar as populações para se dirigirem à Câmara Municipal a fim de se esclarecerem quanto à forma de resolver o problema habitacional, através de Cooperativas, Associações de Moradores, individualmente, etc.

Esta iniciativa e outras congêneres, nomeadamente o Dec. Lei n.º 794/76, não correspondem de todo à realidade, visto que a Associação de Moradores de Albufeira, com 14 meses de actividade constante, quase só tem encontrado dificuldades, contrariando-se assim todo um processo alusivo à habitação. As dificuldades existentes, não têm impedido a Associação de continuar a sua luta, pois que as leis são para se cumprir.

Noutras localidades do País já foi iniciada a construção de habitações sociais e Albufeira, centro populacional e turístico por excelência, que tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, não deve ficar no último. Compete ao Governo debruçar-se com maior interesse sobre este grave caso da habitação, resolvendo-o aqui o mais urgentemente possível, conforme tem feito noutros casos e com ou-

tros talvez considerados de menor urgência, onde avultadas somas têm sido gastas.

Uma das últimas sessões públicas realizadas na Câmara, teve a presença de aproximadamente 130 associados da Associação de Moradores local, não se verificando maior número devido ao dia e hora a que a mesma se processou. Procuraram os presentes ser esclarecidos sobre o impasse existente e nesse sentido ouviram elementos da Câmara Municipal que relataram diligências feitas e, nomeadamente as dificuldades postas pelos proprietários de terrenos, um dos quais já baixou o custo por metro quadrado para uma taxa que todavia ainda não satisfaz.

Foi posto em relevo, o interesse da Câmara, que tem procurado resolver o problema habitacional através da aquisição de terrenos tendo já adquirido cerca de 26 mil metros quadrados no sítio de Ferreriras para a Associação de Moradores local construir 60 fogos para os seus associados.

Foi também afirmado que na sede do concelho onde é enorme a carência habitacional, a Câmara deliberou fazer a aquisição de uma zona de expansão com um programa de utilização em que conta fundamentalmente a preocupação de construção da habitação social, para se poder responder às necessidades e, fundamentalmente, fazer entrega de terrenos à Associação de Moradores local e a uma cooperativa de habitação já organizada.

Foram efectuadas diligências junto das entidades que orientam e financiam a aquisição de terrenos bem como junto ao proprietário do mesmo terreno. Pelo proprietário foi pedida uma verba que após os estudos feitos pelo Gabinete do Planeamento do Algarve, foi indicada ao ministro de habitação e urbanismo, proposta que o Gabinete considerou ser a melhor apresentada.

Pelo ministro da Habitação e Urbanismo foi posta à disposição da Câmara uma verba com a qual o proprietário do terreno concordou, não se realizando assim a venda do mesmo.

Deste modo, não sendo possível o acordo imediato, orientou a Câmara as diligências em dois sentidos: o da organização de um processo de expropriação por utilidade pública com posse administrativa e imediata, ou fazer um pedido de reforço da verba concedida, a fim de mais rapidamente solucionar o grave problema de aquisição de terrenos.

Neste momento ambas as situações estão em estudo na procura da melhor e mais rápida solução do problema. Em breve deslocar-se-ão a Lisboa elementos da Câmara Municipal, a fim de, em reunião com o director-geral de Urbanismo, esclarecerem e encontrarem as soluções mais rápidas.

Matos Alves

Técnicos suecos colaboram na solução de problemas habitacionais portugueses

DECORREU no Hotel Alvor Praia, no âmbito da cooperação luso-sueca para a habitação, uma reunião sobre problemas habitacionais que teve a participação de técnicos suecos.

Presentes 25 elementos, em representação dos Ministérios das Finanças, da Habitação e Obras Públicas, estabelecimentos bancários e associações empresariais da construção civil. Entre as questões abordadas inseriam-se as de financiamento e aquisição de terrenos para urbanização habitacional, apoio à construção civil, financiamento do consumo habitacional e aspectos macroeconómicos do problema.

Problemas habitacionais de Lagoa

A Cooperativa de Habitação de Lagoa promoveu na tarde de domingo, uma reunião para estudo dos problemas habitacionais que afectam o concelho. Presentes especialistas do Fundo do Fomento da Habitação e os técnicos suecos que participam no Acordo Luso-Sueco de Cooperação no domínio da habitação.

Jornal do Algarve,
1978-05-19, p.7

MEMORANDO SEMANAL

por José Cruz

◆ HABITAÇÕES DEGRADADAS: APENAS 1 200 CONTOS PARA 1978, POR CÂMARA

NO âmbito do programa PRID (Plano de Recuperação de Imóveis Degradados) as Câmaras Municipais irão receber apenas 1 200 contos cada uma, verba substancialmente inferior à recebida em 1977. O Fundo de Fomento de Habitação é o responsável pela atribuição.

O problema dos imóveis degradados reveste-se de grande significado, uma vez que os senhorios têm vindo a recusar-se a efectuar melhoramentos, sobretudo nas casas menos novas e que, por diversos motivos, estão habitadas pelas populações de menores recursos, sem possibilidade de lhes fazerem beneficiações.

*Jornal do Algarve,
1978-05-26, p.8*

O problema habitacional em Silves

PROCURANDO dar resposta à difícil situação habitacional na cidade, idêntica aliás, às de todo o Algarve, o Município de Silves desenvolve várias acções. Assim, tem para entrega imediata 60 fogos, a que concorreram 200 famílias e dentro em breve terá concluídos mais 30 fogos no âmbito do plano do Fundo do Fomento da Habitação. Vai igualmente ser lançada a construção de mais 160 fogos, colaborando ainda o Município com a Cooperativa de Habitação na cédência de terreno, em São Bartolomeu de Messines, para cuja aquisição já foi pedida participação oficial.

Jornal do Algarve,
1978-07-21, capa

Construção de 136 fogos em Olhão

○ FUNDO de Fomento da Habitação vai construir em Olhão no seu programa habitacional, 133 fogos, procurando atenuar a grave carência de habitações existente naquela vila. O valor total do empreendimento ronda os 130 mil contos.

Jornal do Algarve,
1978-08-04, p.6

Cartas à Redacção

A PRECÁRIA SITUAÇÃO EM QUE VIVE UMA FAMÍLIA NUMEROSA PRÓXIMO DE CASTRO MARIM

Se há casos que bradam aos céus no que ao sector de habitação respeita, um deles é o do agregado familiar do sr. João dos Santos Emídio, residente no sítio da Zambujeira, entre o posto da Guarda Fiscal do Seixo e o Monte Francisco (Castro Marim).

O sr. Emídio, de 41 anos, é guardador de gado, vive com a mulher, sr.ª Maria Etelvina da Fonseca, e as filhas, Manuela da Fonseca dos Santos Emídio, de 5 anos; Célia Fernanda da Fonseca Emídio, de 5 anos (trata-se de gémeas); Maria de Lurdes da Fonseca Emídio, de 6 anos e Sónia Cristina da Fonseca Emídio, de 2 anos, num cubículo de escassa dimensão. Neste, cabem dificilmente uma cama, uma mesa pequena, um berço, onde se acomodam duas das filhas e um caixote, onde dorme a mais pequena.

A minúscula construção onde vive este relativamente grande agregado familiar, cujos rendimentos não vão além de 150\$00 por dia auferidos pelo sr. Emídio, torna-se agora ainda mais pequena, face ao nascimento de outra filha ao casal. A quando deste, há poucos dias, um bombeiro-socorrista da Corporação de Vila Real de Santo António, morador no Monte Francisco, prestou os primeiros socorros à parturiente e alertou a Corporação para as dificuldades em que a mesma se encontrava. E foi a muito custo que se pôde fazer entrar na casa-dependência a maca dos bombeiros, para levar a senhora ao hospital vila-realense, onde se encontra, tendo alguns vizinhos tomado entretanto conta das crianças.

O sr. Emídio está inscrito na Previdência com o n.º 133 042 486 (Castro Marim) e a propriedade onde trabalha é dos srs. Domingos Antunes Madeira, Manuel Firmino e António Firmino. Face à difícil situação desta família, que não deve ter igual nos dois concelhos vizinhos (Castro Marim e Vila Real de Santo António) e considerando a quadra festiva de Natal que se avizinha, não seria possível fazer alguma coisa que lhes tornasse a vida menos áspera? Aqui deixamos o assunto à consideração dos Serviços de Assistência, da Casa do Povo e da Câmara castro-marinense.

B. Pinho

Problemas do Bairro do Matadouro de Vila Real de Santo António

A COMISSÃO de Moradores do Bairro do Matadouro, de Vila Real de Santo António, enviou-nos o seguinte comunicado:

Depois de contacto efectuado por esta Comissão de Moradores com o engenheiro responsável pelo saneamento básico e o vereador Manuel Mória, responsável na Câmara Municipal pelos arruamentos e organizações populares de base, a respeito do prosseguimento das obras do Bairro do Matadouro, no que diz respeito aos esgotos e arruamentos, fomos informados do seguinte:

1.º — Se já não se concluiu é porque se verifica que há roturas nos canos que podem causar inundações e prejuízos para os moradores.

2.º — Os empreiteiros responsáveis dos esgotos e arruamentos acusam-se mutuamente e culpam também alguns moradores de terem feito ligações aos canos antes de finalizados os ensaios necessários para o bom funcionamento dos esgotos.

3.º — A Câmara Municipal aguarda a vinda de uma electrobomba para o ensaio dos esgotos e posteriormente prosseguirem o trabalho.

Nestas condições, esta Comissão de Moradores vem informar os moradores que continua a tentar, junto da Câmara Municipal para que este problema seja resolvido o mais breve possível.

Também queremos alertar os moradores para que não partam ainda as fossas, pois a rede não oferece confiança.

4.º — A Comissão de Moradores vinha anunciando anteriormente um parque infantil. Ele aí está, ainda incompleto, mas em breve se procederá ao seu acabamento. Ainda falta relvar o terreno, plantar árvores junto aos brinquedos, fazer uma vedação para evitar que os menos cautelosos estraguem os brinquedos, para tal se evitar temos de ter uma pessoa responsável diariamente, o que já se está a tratar.

A Comissão de Moradores também fez uma carta à Câmara para que ela faça a electrificação completa do Bairro do Matadouro, pediu contentores para recolha do lixo e pediu que a Câmara Municipal se deslocasse ao sítio da Palmeira, devido ao estado lastimoso dos caminhos, pedindo, como medida de emergência, que mandem deitar barro nas ruas.

Vila Real de Santo António, 12 de Dezembro de 1978.

MEMORANDO SEMANAL

por José Cruz

◆ CAMARA DE LAGOS PROSEGUE POLÍTICA DE INFORMAÇÃO AOS MUNICÍPEIS

A CAMARA Municipal de Lagos divulgou mais uma «Folha Informativa», a n.º 14, destinada ao esclarecimento dos munícipes sobre os actos de sua administração, prática que, infelizmente, não vemos seguida por outras Câmaras algarvias.

Na nota introdutória, assinada pelo presidente da autarquia, sob o título «Notas para um Natal», afirma-se: «A revolução é um acto colectivo, conscientemente vivido ou aceite, que vincula um povo para o futuro. Prolonga a revolta interna de cada um, a sua insatisfação cultural ou material, obrigando-o a um esforço de intervenção política e social». A todos é desejado que, além dum Feliz Natal e Ano Novo o próximo ano consolide as liberdades fundamentais, políticas e económicas e o crescimento da nova sociedade, mais fraterna, mais pacífica e mais humana.

Desenvolvendo considerações sobre obras a executar ou em execução, em diversos domínios, nomeadamente obras municipais, jardins e zonas verdes e o programa habitacional, com grande incidência sobre o projecto SAAL, o boletim parece cumprir a sua missão.

É agradável verificar que o reparo feito no Jornal do Algarve, a uma utilização indevida da última página, foi preciosamente aproveitado. Nesta edição, a mesma página é utilizada para incentivar os cidadãos ao cumprimento da tarefa cívica do recenseamento. Ao contrário de outras Câmaras que se mantêm surdas aos apelos que fazemos.

AVISO

CONCURSO PARA DISTRIBUIÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS QUE CONSTITUEM O BAIRRO JUNTO AO FAROL, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

1 — Torna-se público que está aberto concurso pelo prazo de 20 dias, de 8 a 29 do corrente mês de Janeiro, para atribuição, em regime de arrendamento, das 92 habitações sociais que constituem o bairro junto ao Farol, em Vila Real de Santo António.

2 — Este concurso far-se-á por classificação dos concorrentes, de acordo com o Regulamento dos concursos para atribuição de habitações sociais, promulgado pelo Decreto-Regulamentar n.º 50/77, de 11 de Agosto e demais legislação em vigor.

3 — Nos termos da mesma legislação, o concurso será válido por 1 ano podendo habilitar-se ao mesmo os cidadãos nacionais, maiores, cujos agregados familiares auferam rendimentos que não ultrapassem os seguintes limites:

3 pessoas	21 375\$00
4 pessoas	22 800\$00
5 pessoas	25 650\$00
6 pessoas	27 360\$00
7 pessoas	29 925\$00
8 pessoas	31 920\$00

4 — De acordo com a Portaria n.º 368/77 de 25 de Junho, e relativamente aos agregados familiares que auferam rendimentos inferiores a 17 100\$00, as rendas dos fogos serão calculadas em função do mesmo rendimento e número de filhos.

5 — A área de influência do Agrupamento é limitada ao concelho de Vila Real de Santo António.

6 — Os questionários para habilitação ao concurso, deverão ser obtidos na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, onde se encontra afixado o Programa do Concurso, devendo ser entregues na mesma Câmara dentro do prazo estipulado directamente ou por meio de carta registada com aviso de recepção.

7 — Todos os esclarecimentos podem ser prestados na Câmara Municipal e no Fundo de Fomento da Habitação — Avenida Columbano Bordalo Pinheiro n.º 87-6.º — Lisboa.

Lisboa, 5 de Janeiro de 1979.

IMPRESSOS E CASAS

A **CRISE** da habitação e o quantitativo das rendas actuais são de tal modo elevados que, o concurso que a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António promoveu para atribuir as casas do bairro, junto ao Farol, despertou o imediato interesse dos vila-realenses.

No primeiro dia de distribuição dos impressos, longas filas de pessoas se acumularam nos corredores camarários e rapidamente os esgotaram. Contudo, pessoas há que afirmam ter recebido impressos pela chamada «porta do cavalo», prática que se desejava ver banida da administração democrática.

Segundo nos informámos na própria Secretaria da edilidade, não faltam impressos, sendo a avaliação dos concorrentes efectuada por um grupo de técnicos do Fundo de Fomento da Habitação que à Vila Pombalina se deslocará para o efeito.

Por aquilo que temos conhecimento, do que se passa no resto do País, receamos que as rendas de casa se cifrem em quantias que possam ultrapassar as possibilidades económicas das famílias concorrentes. A Câmara está aparentemente alheada da avaliação das rendas e da atribuição das casas, tendo perdido a iniciativa a favor do Fundo.

Terão conhecimento de que as rendas ainda não foram estabelecidas as pessoas que já entregaram os impressos?

Entretanto cerca de 40 casas pré-fabricadas, situadas próximo da Praça de Touros, atribuídas já há vários meses, ainda estão por terminar e sem infra-estruturas (água, luz e esgotos).

J. C.

A HABITAÇÃO UMA NECESSIDADE E UM DIREITO DE TODOS OS PORTUGUESES!

TODOS aqueles que têm uma casa com algumas comodidades, sabem como é reconfortante descansar sentado numa cadeira depois de um dia de trabalho ou nos dias de descanso. Mas, infelizmente, grande parte dos portugueses não pode usufruir desse direito e satisfazer essa necessidade, dado que, em 1977, foram calculados como necessários cerca de 600 000

Por Geleate Canau

novos fogos, prevendo-se, de acordo com a taxa de crescimento da população, que até 1990 serão necessários cerca de um milhão.

Apesar dos direitos consagrados no art.º 65.º da Constituição da República Portuguesa, o montante dos quantitativos monetários para a construção destas habitações (fogos) implicaria, a preços de 1978, a imobilização, em capital fixo, de cerca de 800 milhões de contos, quantia que nos parece difícil de conseguir num País que luta com défices, tanto nas trocas com o

(Conclui na 5.ª página)

26-1-79

A habitação uma necessidade e um direito de todos os portugueses!

(Conclusão da 1.ª página)

exterior, como no Orçamento Geral do Estado.

Em face desta problemática que poderemos nós, portugueses, fazer?

De forma alguma o Estado pode alhear-se do problema, aliás dentro do espírito e letra do já referido art.º 65 da Constituição. Assim, quanto a nós, as principais medidas de política habitacional serão:

- O acesso generalizado ao crédito para habitação própria;
- O subsídio de habitação, dentro dos limites financeiros existentes;
- A disciplina de actualização e controlo de rendas;
- O condicionamento do solo urbanizável.

Quer dizer que o Estado deverá conceder bonificações de juros, dentro de certas condicionantes do solo, da superfície coberta e dos preços, além de tornar compatíveis os rendimentos da família com os encargos da habitação e, ainda, com uma disciplina de actualização e controlo de rendas.

Além disso, para evitar o agravamento da actual construção clandestina, é necessário que todas as construções de novos fogos e a recuperação dos degradados sejam condicionados pela sua integração em planos municipais de urbanização, devidamente aprovados e integrados no ordenamento físico do território.

Parece-nos que estes pressupostos vão, aliás, ao encontro de uma política de habitação e do direito ao trabalho, pois são as necessidades deste último que deverão condicionar a primeira e vice-versa, evitando-se assim um dos grandes factores alienantes das sociedades capitalistas modernas — as cidades dormitório, com todos os custos supérfluos de transportes, educação, saúde, etc., e, ainda, da desagregação da vida familiar e consequentemente da qualidade de vida.

Há um outro aspecto que ainda não abordámos. Trata-se de quem irá construir, se a indústria privada, a pública e/ou, ainda, a das cooperativas.

Sem dúvida que este é um sector da actividade económica onde a actividade privada poderá e deverá traba-

lhar dentro de lucros justos, mas respeitando as leis vigentes do trabalho e das finanças, além de ter um quadro permanente de pessoal, pondo de parte o recurso aos contratos a prazo que consideramos bastante degradante dos direitos dos trabalhadores.

Quanto às empresas públicas da construção civil, pensamos que são consequência directa das nacionalizações ou intervenções, numa óptica de assegurar emprego, umas, outras derivadas das nacionalizações da banca e dos seguros, pelo que será da mais elementar justiça social assegurar-lhes condições iguais às privadas, através da sua transformação em empresas mistas de capitais públicos e privados.

Finalmente as cooperativas poderão vir a ser um dos melhores instrumentos para resolver o problema habitacional português, porque podem associar-se os investimentos do Estado com o trabalho dos associados que poderão, nas suas horas vagas, contribuir com horas de trabalho gratuitas que deverão ser contabilizadas no pagamento da sua habitação.

Actualmente, parece que os empréstimos do Fundo de Fomento de Habitação às cooperativas (projectos SAAL e outras) foram suspensos, pelo que muitos dos operários foram despedidos e surgiu uma situação que consideramos contraproducente, caricata e prejudicial ao País.

— Não se podem pagar salários de 6500 a cerca de 9 000 escudos mensais aos operários para trabalharem, todavia, talvez, se vão pagar de 4 000 a 5 000 escudos, também mensais, para nada fazerem, através do subsídio de desemprego.

Não pretendemos fazer mais comentários, os nossos leitores decerto os farão por nós.

COMUNICADO

O Secretariado Coordenador das Associações de Inquilinos divulgou o seguinte comunicado:

«A imprensa tem ultimamente referido declarações do sr. ministro das Obras Públicas e da Habitação relativamente à revisão do regime das rendas de casa, em que se prevê o seu aumento.

O Secretariado Coordenador das Associações de Inquilinos (SCAI) manifesta forte preocupação quanto a este projecto, porquanto, ao contrário do que se afirma, o aumento das rendas não promoveria o investimento privado na construção de habitações acessíveis à grande maioria das 600 mil famílias actualmente sem alojamento digno, agravaria a situação económica da população e o conflito social senhorio-inquilino, com a inevitável sobrecarga dos tribunais.

O SCAI protesta que, em face da grave crise habitacional, se procure

aumentar as rendas e não se adoptem medidas que obriguem o aluguer das casas vagas, que promovam o aproveitamento de casas degradadas ainda recuperáveis e se não suspendam os despejos que têm causado e estão causando tanta dor e miséria.

As associações de inquilinos declaram mais uma vez ser por demais evidente que a política habitacional que interessa ao país tem de englobar múltiplos aspectos, que se interpenetram, e não, como se tem feito e se quer continuar a fazer, adoptando medidas parcelares sempre em prejuízo dos inquilinos e das associações e cooperativas de moradores.

As Associações de Inquilinos apelam para a população convidando-a a reclamar a criação, no quadro da Constituição da República, dum Serviço Nacional de Habitação, cujas bases as mesmas associações entregarão proximamente à consideração dos deputados à Assembleia da República.»



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO
ANO 22.

DIRECTOR: ANTONIO BARÃO
SEXTA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1979

CHEFE DE REDACÇÃO: JOSÉ ESTEVAO CRUZ
AVENÇA N.º 1145

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO
OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTONIO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTONIO — TELEF. 254 LISBOA — TELEF. 361839 FARO — TELEF. 22322 AVULSO \$500

ASPECTOS PARTICULARES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (3)

ETAPAS PRÉVIAS/PLANO

As acções prévias, necessárias ao estabelecimento do Plano, deverão estar sincronizadas com o processo do Planeamento Regional, isto é, com as operações globais ou sectoriais de desenvolvimento regional que irão condicionar, fortemente, a programação e, porventura, escalonar e estabelecer prioridades nos programas de actividades dos vários concelhos.

Quem, neste momento, programa e planifica aquelas operações no quadro das necessidades e prioridades regionais? Quem controla e coordena as acções que concretizam essa programação, a nível regional global e inter-concelhio?

Na Região do Algarve continua a ter graves consequências e a fazer perigar o processo de desenvolvimento o facto de não se encarar a programação imediata de operações, tão decisivas para a Região, como aquelas por nós propostas há já cerca de três anos e das quais destacamos:

— *Estabelecimento das zonas prioritárias de desenvolvimento turístico.*

Não é mais possível continuar-se, indiscriminadamente, a «atirar» para qualquer ponto do tecido do território da Região, com empreendimentos que, pela inexistência de infra-estruturas de apoio — rodoviárias, de saneamento básico, de serviços ou outras — dificilmente se inserem no contexto da respectiva zona.

Tem sido política desastrosa que obriga a Administração a obras muito dispendiosas, por dispersas, ao longo de toda a Região. Necessário se torna pois estabelecer política de turismo, integrando o esclarecimento sobre planos internacionais e nacionais de

férias, — aproveitamento integral das instalações —, concentrando as operações e programando-as para as zonas de maior capacidade e aptidão.

É importante para os órgãos autárquicos, na medida em que o problema se insere nas acções — Planos — dos vários concelhos e na forma de coordenar a iniciativa privada, levando-a a agir de forma disciplinada, esclarecendo-a das vantagens da concentração organizada e fornecendo-lhe os elementos necessários à programação da participação dos promotores turísticos.

— *Zonas de protecção às zonas húmidas e de preservação do ambiente.*

Estas zonas dizem respeito aos territórios com valores de ambiente ou culturais a preservar. Listagem inserida em relatório elaborado pelo paisagista Fausto Nascimento.

Parque natural algarvio. Área florestal. Reserva natural da ria Formosa, incluindo a reserva natural do Ludo e a zona drenante da ria de Faro. Reserva zoológica de Vila Real de Santo António. Reserva natural do Sapal de Castro Marim. Reserva natural da Guadiana. Reserva natural da serra algarvia. Reserva natural do rio Arade. Reserva natural de Monchique. Reserva natural e histórica de Sagres. Reserva natural de Aljezur. Protecção e preservação dos elementos arqueológicos existentes — com

pleto arq. Rui M. Paula

plemento da carta arqueológica. Protecção e preservação de zonas especiais da orla marítima — arrabas, dunas, areias do cordão litoral, etc.

— *Saneamento Básico*

Estabelecimento de política de actuação, a nível regional, sobre saneamento básico. Princípios a que deverá obedecer, por forma a servir o maior número possível de população no mínimo prazo de tempo. Diagnóstico da situação e medidas globais de actuação. Equiparação e uniformização de processos e técnicas.

— *Reorganização e reestruturação das indústrias tradicionais da Região* — pescas, conservas, etc.

Estabelecimento das prioridades no planeamento portuário. Planeamento da indústria do Frio.

— *Equipamento regional*

Planificação e distribuição das grandes peças do equipamento urbano regional.

— *Reordenamento da espinha dorsal regional — EN 125*

Geometria do seu traçado. Grandes pontos de conflito. Variantes aos aglomerados urbanos.

— *Variante à EN 125 em Portimão*

Dada a situação caótica desta via, necessidade urgente de novo traçado, (Conclui na 3.ª página)

Aspectos Particulares do Desenvolvimento Regional

(Conclusão da 1.ª página)

interessando os concelhos de Lagoa, Portimão e Lagos. Sua inserção no Plano Integrado Lagos/Portimão.

— *Habituação Social*

Os núcleos já existentes — caso dos antigos bairros municipais — estabelecimento de política regional face às necessidades de manutenção e conservação e da transferência dos direitos de propriedade. Apoio às populações, urbanas ou rurais, na recuperação das habitações degradadas. Plano de fomento habitacional à escala da Região.

Por aqui se vê, conforme vínhamos afirmando, da necessidade de esclarecer, a nível regional, os condicionamentos a impôr a cada zona (concelho) ou aos programas de actuação sectoriais. Portanto, primeira acção prévia, porventura condicionante do Plano Director Concelhio ou Inter-Concelhio — *Integração dos dados regionais nos programas de desenvolvimento dos Planos Directores dos vários Concelhos ou Inter-Concelhos.*

Em todas as «etapas prévias» a presença das populações é fundamental (e de direito) nas várias opções a tomar. O esclarecimento dos problemas que dizem respeito às populações é feito através da sua própria participação, porque os objectivos das operações a realizar deverão ter uma aceitação o mais alargada possível e devem ser orientados no esclarecimento e dinamização dos Grupos Sociais interessados.

Por outro lado que tipo de promotores vão intervir. São públicos ou privados? Qual o grau de participação de cada um? Com que créditos se faz essa intervenção?

Mais, que Grupos Sociais vão viver e usar as estruturas a criar?

Parece portanto impor-se, também e ainda, como processo de diagnóstico, a análise da situação sócio-económica e cultural existente, o esclarecimento das inter-relações das várias zonas, a definição dos parâmetros de desenvolvimento e as prioridades, bem como as aspirações e necessidades das populações. Factores estes que virão a estabelecer a política de actuação do Município ou Inter-municipal, a planificação da sua acção e, fundamentalmente, os princípios e bases orientadoras do Plano Director.

Esta última etapa, dirigida muito concretamente à elaboração do Plano, define as grandes linhas de desenvolvimento a que o Plano se deverá submeter, as metas a atingir e os objectivos a alcançar.

Por outro lado, esclarece a vocação das grandes concentrações populacionais e a medida de desenvolvimento dos núcleos urbanos. Define ainda, por força de determinados critérios, o âmbito da intervenção e estabelece o «modelo» de decisões que garanta a execução, por forma coerente e gradual, das linhas de acção definidas no Plano.

Passemos agora à análise, embora sumária, do problema «elaboração do Plano».

Coligidos os dados e estabelecidas as conclusões das «etapas prévias», elaborado o dossier que define a orientação a seguir no desenvolvimento e concretização das várias fases do Plano, pretende-se, consequentemente, obter um instrumento útil à acção municipal que contribua para o estabelecimento dos programas de actividades dos Municípios, que oriente a iniciativa privada, que esclareça os municípios, que garanta as opções feitas pelas populações e que contribua, efectivamente, para a criação de bem estar e riqueza em benefício dessas mesmas populações.

Quem deverá elaborar o Plano? Quais os critérios que deverão orientar não só a orgânica e a estruturação das equipas técnicas como também a escolha dos próprios elementos que as virão a compor?

Mais, que esquemas se oferecem aos Municípios para avaliação das possibilidades, conforme o grau de decisão a tomar?

Vejamos. Embora pensem que se

poderá recorrer a Grupos de Trabalho pluridisciplinares, quer por Concurso Público ou privado (aqui a participação das Associações profissionais é imprescindível, dada a necessidade de estabelecer normas, regulamentos e sua divulgação pelos técnicos bem como o esclarecimento dos critérios de avaliação, juris, etc. — caso do êxito obtido no Concurso Público para a elaboração do Plano Director de Évora.) quer por contratação de técnicos qualificados, isolados ou em associação, pensamos também que as soluções a adoptar deverão estar, preferencialmente, na criação de estruturas técnicas de apoio, interessando os técnicos e os seus gabinetes implantados na Região e mobilizando os recursos humanos existentes na participação e resolução dos problemas locais.

Essas estruturas técnicas actuarão no sentido de assumirem, junto do Município, uma função de intérprete das linhas orientadoras definidas para o desenvolvimento da Região, apoiando as decisões a tomar em matéria de política urbana, definindo as medidas necessárias que permitam aos Municípios exercer uma acção cautelosa imediata, estabelecendo as zonas prioritárias de intervenção para as quais se proporão formas específicas de actuação e, finalmente, elaborando um «sistema de acções», devidamente enquadrado numa estratégia global de aplicação do Plano.

Tal dinamização de recursos pressupõe, certamente, a interferência na organização de trabalho, as garantias de continuidade de actuação, o apoio financeiro, etc.

Serão os Gabinetes Técnicos de apoio às Federações ou Agrupamentos de Municípios que terão a responsabilidade das propostas ao respectivo Colectivo no sentido de, de acordo com o grau de intervenção pretendida, esclarecer as formas que a resolução dos problemas exige. Serão eles que coordenarão, dentro do processo Plano, a leitura e a transposição da análise dos elementos recolhidos e das orientações estabelecidas, transformando-as em propostas de ordenamento regional ou concelhio que seja sentido pelas populações como seu e no qual, no interesse da comunidade, encontrarão as soluções para a resolução dos problemas.

A mobilização dos órgãos de base — juntas de freguesia, comissões de moradores, associações profissionais, etc. — no sentido da permanente actualização dos dados, permitirá ainda garantir a constante revisão e ajustamento das propostas feitas, da justiça dos princípios que as informou e a sua correcção em presença de novos elementos.

Por outro lado, com um Plano assim organizado, os órgãos autárquicos passarão a dispor de um instrumento que lhes permitirá o domínio da iniciativa, estabelecendo, se necessário, alternativas às propostas da iniciativa privada cuja satisfação viesse colidir com os interesses da colectividade. Igualmente conciliará, a partir dele, as acções tomadas a nível do interesse regional e nacional com as realidades locais e articulará as disponibilidades orçamentais com as possibilidades de execução prática.

Os organismos públicos intervenientes deverão ser comprometidos na concretização dos objectivos que o Plano se propõe atingir, pelo que a sua responsabilização deverá ser uma realidade bem como o esclarecimento sobre investimentos, sobre jurisdição das áreas de intervenção, sobre grau de intervenção, etc.

De forma extremamente relevante, a clareza e a adaptação às realidades das decisões e opções tomadas, quer globalmente quer em casos pontuais, que serão a consequência natural da acção municipal, permitirão a ultrapassagem de tensões e anularão as tentativas de sobreposição dos vários interesses.

Consideramos que, neste momento, tem a maior importância e oportunidade o esclarecimento dos problemas ligados ao Planeamento Regional e ao Desenvolvimento das Regiões e pensamos que esta nossa participação tenha, de qualquer forma, contribuído para atingir esse objectivo.

Conforme esclarecemos no artigo anterior, foi nossa intenção chamar a atenção dos Municípios para aspectos de grande relevância da sua acção — política municipal, planos de acção, metodologia de processos, etc. — e para a responsabilidade que irá ser exigida aos elementos que compõem as Câmaras, no momento da aplicação da Lei das Finanças Locais e início da Descentralização Administrativa, dado que não poderá vir a ser posta em causa a capacidade da região autárquica.

À PONTA DA AREIA

Câmara de Vila Real de Santo António reuniu em Cacela com a população

DANDO corpo a uma proposta da Aliança Povo Unido, aprovada por unanimidade no final do ano passado, o colectivo da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António deslocou-se a Vila Nova de Cacela, pela primeira vez, para ouvir a população e saber das suas carências, a fim de melhor conhecer a dimensão dos problemas que, naquela freguesia, carecem de resolução.

Bastante concorrida, a sessão realizou-se numa sala do cinema local, tendo figurado na mesa, além dos vereadores e do presidente do executivo municipal, o presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela.

Das muitas intervenções havidas, salientou-se que a população de Vila Nova de Cacela vive preocupada com quatro grandes problemas essenciais: a falta de água, a ausência de esgotos, a falta de electricidade, em alguns pontos da freguesia, e o mau estado dos caminhos municipais que unem os diversos lugares.

A Câmara informou os representantes da Comissão de Moradores da Corte António Martins de estar já encomendado o projecto para a obra do «Pontão do Pomar» a uma equipa técnica que o irá entregar com urgência e que a mesma é, por enquanto, uma obra do Gabinete do Planeamento do Algarve. O vereador sr. Fernando Vargas fez uma longa exposição, entrecortada por pedidos de esclarecimento e notas para consideração, sobre caminhos rurais, pelouro que tem sob a sua responsabilidade.

Gerou-se larga controvérsia acerca do alargamento da estrada que une a Corte António Martins à Venda Nova, tendo a Câmara informado que encomendou o projecto para alargamento da estrada para seis metros, a fim de melhorar as condições do trânsito, uma vez que a estrada é estreita. Aqui o sr. António Reis, presidente da autarquia, manifestou o seu desacordo em que se alargasse de imediato a estrada, uma vez que existem na freguesia outras obras prioritárias. Por seu lado o vereador responsável pelo pelouro dos transportes, o sr. Manuel

Rosa, negou que houvesse qualquer imposição da Rodoviária Nacional para que fosse alargada a estrada da Corte, uma vez que a carreira se encontra apenas pendente de autorização ministerial.

Contudo, a Câmara mantém o projecto de alargamento encomendado, pretendendo ainda estender a estrada ao Monte Novo e estabelecer uma rede de comunicações no interior da freguesia, ligando-a aos concelhos de Castro Marim e Tavira.

A Comissão de Moradores da Corte António Martins informou a Câmara de que os esforços conjuntos da autarquia e dos moradores haviam levado a que fossem arranjados todos os caminhos daquele sítio, trabalho que as últimas chuvas havia danificado profundamente, pelo que se tornava necessário pensar em alcastrar os mesmos, pois o escoamento de produtos só beneficia as populações e, para tal, são necessárias boas comunicações.

O sr. Vargas informou ainda ter proposto e ter sido aceite pela Câmara a compra de uma máquina para arranjo dos caminhos da freguesia que, obviamente, também poderá funcionar algum tempo em Vila Real de Santo António.

Alguns habitantes pediram ainda a reposição da calçada, como foi o caso dos da Bornacha e do Buraco e outros salientaram que, na Estrada da Manta Rôta, uma pequena chuva enchia de água o pavimento, impedindo o trânsito. A Câmara informou ter conhecimento do problema, propondo duas soluções: ou o levantamento da estrada ou a fixação de ma-

(Conclui na 6.ª página)

JORNAL DO ALGARVE

À PONTA DA AREIA

(Conclusão da última página)

nilhas apropriadas para o escoamento da água do barranco, tendo o sr. Vargas afirmado que o erro vem do início, quando da construção.

Também se falou na mudança de local da praça de táxis, tendo o sr. Manuel Rosa, vereador com o pelouro dos transportes, explicado as várias soluções possíveis, uma vez que a Junta Autónoma das Estradas não autoriza durante mais tempo que a mesma continue a funcionar no sítio actual. Foi longamente debatida a implicação na vida de diversas pessoas da instalação de um posto de abrigo e paragem das camionetas frente aos correios, tendo ficado claro existir uma resistência à posição da Rodoviária Nacional. O sr. Manuel Rosa informou ainda que iriam ser colocados contentores para o lixo na Corte António Martins. Também os taxistas locais viram os seus problemas discutidos, não só com a questão da praça de táxis, como também pela discussão sobre futuros alvarás.

O sr. Manuel Moia fez uma intervenção sobre o problema da água e dos esgotos, problemas que passam por soluções a longo prazo, como afirmaram a construção de barragens como as do Alqueva, Odeleite e outras, bem como por soluções a curto prazo como os furos em diversos locais, com a instalação de depósitos, como em Santa Rita e em Cacela-a-Velha, a fim de não se estragarem trabalhos já efectuados com os esgotos.

Nesta matéria, também o presidente António Reis marcou a sua posição considerando prioritário o problema da água e dos esgotos, tendo anunciado que foi impedido, pela Reserva da Ria Formosa, o lançamento de esgotos sobre a ria, o que o leva a pensar em várias alternativas de construção de estações de tratamento, financiadas por dois concelhos, Vila Real de Santo António/Castro Marim, com a comparticipação do Estado, conforme mecanismos previstos

na lei de Finanças Locais. Alguns municípios lamentaram ter de subir dois andares com baldes de água, salientando a existência do perigo para a saúde que representa a existência de esgotos sem água.

A uma pergunta sobre a mudança do dia do mercado local para o Domingo o vereador sr. Manuel Clemente informou ter conhecimento pessoal da deliberação da Assembleia de Freguesia sobre o assunto, mas que, contudo, a mesma ainda não tinha chegado à Câmara, vinda do presidente da Junta de Freguesia. Por seu lado, este acusou a Assembleia de Freguesia de não reunir, para aprovar as actas da sessão onde tal foi deliberado.

Acrescente-se que, desde a sua formação, a Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Cacela, de maioria absoluta PSD, ainda nem sequer deu à luz o regimento e já lá vão nove meses!

Bastante positiva e frutuosa esta reunião que voltará a repetir-se ainda mais uma vez este ano, não se sabe ainda quando. A APU havia inicialmente proposto quatro sessões desta natureza, tendo sido porém só aprovadas duas. Espera-se contudo que, face aos bons resultados obtidos, os vereadores da Câmara venham a rever a sua decisão e aumentem o número de sessões numa freguesia que dista 16 quilómetros da sede do concelho e durante tanto tempo abandonada.

Resta acrescentar que, com esta deslocação da Câmara, se reforçou o poder da administração democrática face aos métodos autoritários do antigamente, tendo sido demonstrado que o diálogo é sempre a chave do entendimento seguro entre as autarquias e as populações. Gostariamos de ver esta prática seguida noutras câmaras do Algarve, onde as distâncias são maiores entre a sede do concelho e as freguesias, onde o conhecimento dos problemas nem sempre é o mais perfeito.

J. C.

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO FACTOR DE PROGRESSO

O DESENVOLVIMENTO turístico na Região do Algarve tem correspondido a uma política desastrosa, não planificada, contendo, no seu processo corrente, factores anómalos forçadamente introduzidos no sector.

O Plano Regional e os consequentes Estudos Sectoriais de Desenvolvimento tiveram como preocupação primeira o estabelecimento de umas quantas regras, poucas, que disciplinassem o aproveitamento e a ocupação do território da zona marítima mais susceptível de cativar possíveis interessados nos grandes empreendimentos turísticos, nacionais ou estrangeiros, acentuando-se assim as assimetrias já existentes.

E um Plano todo ele voltado para a «exploração» turística.

Recuperação das indústrias tradicionais — pescas, conservas de peixe, etc. — ordenamento da ria Formosa e de toda a sua zona de influência — talvez o factor principal na economia regional ligada directamente a populações — criação de condições para o desenvolvimento dos sectores da agro-pecuária e planificação das respectivas indústrias transformadoras, são problemas não contemplados nas propostas e que constituiriam, noutras condições, princípios fortemente condicionantes nas opções, ao nível do Planeamento.

Por outro lado, de acordo com aqueles Planos e obedecendo a leis de planeamento urbanístico, obsoletas e ultrapassadas, mas em vigor, vão aparecendo, implantados indiscriminadamente por todo o território, empreendimentos que nada têm a ver com o contexto da zona em que se inserem. São mundos desgarrados da realidade da terra e das gentes. São formas de arranjar dinheiro fácil dado que o terreno é esquartejado e, vendido aos bocados, quer a nacionais quer a es-

trangeiros, incondicionalmente, ludibriando, muitas vezes, os presumíveis compradores porquanto prometer infra-estruturas, equipamentos vários desde escolas e centros comerciais a parques de diversões, reservas de caça e aeródromos, é fácil, como fácil é visualizar modos de vida, ambientes, etc. É só editar folhetos de propaganda e conseguir o beneplácito das entidades.

A ENCRUZILHADA

A Região do Algarve está hoje numa importante encruzilhada.

Ou continua a trilhar os mesmos caminhos que tem vindo a percorrer de forma anárquica e incoerente com as potencialidades locais existentes e

pelo arquitecto Rui M. Paula

cujo processo foi desencadeado há cerca de duas dezenas de anos, ou segue em direcção ao Planeamento Regional que a Lei das Finanças Locais e a consequente estrutura regional inerente à sua aplicação, lhe possibilita.

Por outras palavras e no que diz respeito somente ao planeamento físico ou continua a «agredir» o tecido do território, o ambiente e os núcleos urbanos da orla marítima — por vezes destruindo-os irremediavelmente — beneficiando capitais que se identificam com o maior lucro possível no mais curto espaço de tempo, absorvendo em seu proveito as mais valias respectivas, ou estabelece, de facto, conforme o Sistema Nacional de Planeamento preconiza e o esquema de descentralização em curso faz prever, a integração do processo de desenvolvimento turístico no Planeamento Regional, como em todas as acções sectoriais, criando as condições necessárias ao bem estar das populações algarvias.

As potencialidades turísticas são excepcionais.

(Conclui na 2.ª página)

Desenvolvimento turístico factor de progresso

(Conclusão da 1.ª página)

Será pois evidente que o aproveitamento dessas potencialidades é ponto forte e até talvez decisivo nas acções programáticas correspondentes ao desenvolver da política regional.

Até hoje, todo o planeamento estabelecido ao longo destes anos que se identificam com a última «descoberta» do Algarve, teve como objectivo, unicamente, o desenvolvimento das estruturas turísticas, desconhecendo, territorialmente, toda a zona do interior e desconhecendo até os outros sectores de actividades, importantíssimos para a economia da Região e, ao mesmo tempo, geradores, eles também, de riqueza.

Dentro do esquema de gestão em que as autarquias se movem, estas têm a tentação de cativar o maior número de promotores e de absorver, para dentro dos limites dos seus concelhos, tantos empreendimentos quantos as disponibilidades de terrenos o permitam.

PROGRAMAR O DESENVOLVIMENTO

Na Região do Algarve terá graves consequências o facto de não se encarar a programação imediata de operações decisivas para o seu desenvolvimento (instituição de zonas prioritárias de desenvolvimento turístico, criação de zonas de protecção às zonas húmidas e de preservação do ambiente, parques e reservas naturais, etc.), como será inoportuna a elaboração de Planos Directores Concelhios se não estiverem estabelecidas estruturas que definam os princípios e as bases orientadoras do desenvolvimento regional e coordenem as opções das populações. De nada servirão como instrumento de apoio às decisões camarárias ou então aplicar-se-ão em regime de critérios de momento, de oportunismos.

É condição fundamental agir democraticamente, estabelecer acções esclarecedoras e forçar o aparecimento de estruturas regionais que, simultaneamente, possam contribuir para as propostas do Plano Nacional.

A descentralização necessária a esse fim, completa-se com o processo de regionalização que a Lei das Finanças Locais veio tornar possível e que poderá consubstanciar-se na reorganização e reestruturação dos órgãos do Poder Central, no estabelecimento das Regiões Administrativas e do Plano, na instituição dos restantes órgãos autárquicos regionais, na definição das competências a nível central, regional e local e consequentemente na estruturação dos serviços municipais e na participação das populações na vida pública e na gestão da administração autárquica.

A COMISSÃO REGIONAL DE TURISMO

Definido o processo de Planeamento Regional impõe-se a coordenação ao nível das acções de turismo.

A actual Comissão Regional de Turismo do Algarve beneficiando de receitas do imposto de turismo, teve, até à instituição do Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, em Julho de 1975, a incumbência da execução de um Plano de Infra-estruturas, acto este que justificou o terem-lhe sido atribuídas aquelas receitas e na medida em que foi necessário montar e «pagar» certa máquina técnico-administrativa. Isto para além das centenas de milhares de contos de comparticipações para cobertura das obras integradas naquele Plano.

Neste momento, com a Lei das Finanças Locais aprovada, os Municípios passam a dispor dessas receitas — como sucedia até 1970, altura da cria-

ção da CRTA — para fazer face à execução dos respectivos Planos de Actividades.

O apoio financeiro a qualquer órgão externo das Direcções Gerais são encargos dos orçamentos respectivos, integrados no Orçamento Geral do Estado, como terá de suceder, obviamente, com o órgão de funções de promoção turística a implantar no Algarve e que, certamente, se estruturará a partir da actual Comissão.

O Planeamento Regional com programas de acções estabelecidos através das estruturas regionais beneficiará o sector turístico de acordo com a política de actuação que a Região definir e o Plano Nacional aprovar.

As acções de promoção terão de ser apoiadas por um Conselho Consultivo Regional no qual deverão estar presentes, além dos delegados do Poder Central, as autarquias, os promotores e a indústria e os sindicatos do respectivo sector.

REGIÕES, PLANEAMENTO, DIRECTIONAMENTO REGIONAL

A Constituição da República define que a organização económica e social do país deve ser orientada, coordenada e disciplinada pelo Plano, o qual deve garantir o desenvolvimento harmonioso dos sectores e regiões, a eficiente utilização das forças produtivas, a preservação do equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo português... O Plano a médio prazo contém os programas de acção sectoriais e regionais, devendo a sua implantação ser descentralizada através das Regiões Plano.

Por outro lado, estabelece que as Regiões Administrativas como órgãos autárquicos deverão corresponder às Regiões Plano, participando na elaboração e execução do Plano Regional, tendo todos os cidadãos o direito de tomar parte, directamente ou por intermédio dos seus representantes, na direcção dos assuntos públicos do país. Têm ainda o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado.

Cabe ao Estado a incumbência, entre outras, de ordenar o espaço territorial de forma a constituir paisagens biologicamente equilibradas, criando e desenvolvendo reservas e parques naturais e de recreio e promover o aproveitamento racional dos recursos naturais. Tem também a incumbência de eliminar progressivamente as diferenças sociais e económicas entre a cidade e o campo.

De acordo com estes princípios e com o estipulado na Lei das Finanças Locais e concluindo as considerações antes formuladas, poderemos estabelecer três pontos fundamentais:

1.º, Definição de estruturas a nível local, fortemente apoiadas na Assembleia Regional, portanto INSTITUIÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ALGARVE.

2.º, Estabelecimento das grandes linhas de actuação e das acções conducentes ao desenvolvimento regional, portanto COORDENAÇÃO E CONTROLO DO PROCESSO ATRAVÉS DO PLANEAMENTO REGIONAL.

3.º, Criação do órgão externo do aparelho de Estado, com funções de promoção turística, internamente e no estrangeiro, portanto PROMOÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE ATRAVÉS DA «DIRECÇÃO DE TURISMO DO ALGARVE», apoiada por um CONCELHO REGIONAL DE TURISMO.

O Jornal do Algarve vende-se em Faro, na Tabacaria Farcacha, Rua D. Francisco Gomes, 42.

FARO em notícia

ARQUITECTOS URBANISTAS SOVIÉTICOS NO ALGARVE

No âmbito do intercâmbio cultural existente entre Portugal e a União Soviética realizou-se uma visita de arquitectos urbanistas soviéticos ao Al-

garve, promovida pela Associação Portugal — URSS.

Os arquitectos Bazalev, Solopov e Timianski pronunciaram na Assembleia Distrital de Faro uma conferência sobre «A solução arquitectónica da cidade considerando a implantação das respectivas zonas verdes e florestais, bem como a organização do descanso dos habitantes tomando como exemplo a cidade de Moscovo». Efectuaram ainda um encontro com técnicos portugueses da construção civil, na Conscoop.

A PONTA DA AREIA

Ao longo da avenida

EM nossas deambulações Avenida da República acima, olhámos o edifício em ruínas e, simultaneamente, formulámos a pergunta a nós próprios, a mesma que ocorre certamente a muitos vila-realenses, se, na derrocada do mesmo, não teremos vítimas a lamentar, o que, a acontecer, ligaria aos autarcas bombalinos pesares que não seriam remediáveis depois.

Falou-se muito na possibilidade da Câmara Municipal poder vir a adquirir o referido edifício e ali instalar uma casa de cultura, o que, certamente, seria uma bela iniciativa e inestimável serviço a prestar à futura preparação da juventude no campo cultural, assim como uma forma de convívio social. Queremos crer que é uma obra importantíssima, ainda que cheia de dificuldades, sobretudo no campo económico. Mas é na conjugação de esforços e no dinamismo que se vencem os obstáculos. Mãos à obra, amigos!

Na continuação do passeio, voltando numa das ruas em sentido oposto, encontramos o bairro de casas sociais, tão desejado por todos, mas tão parecido com o brumoso dia em que D. Sebastião partiu para a batalha de Alcácer Quibir e então, frente à realidade, verificámos como aquilo nunca mais tem fim!

Prosseguindo no nebuloso passeio de uma manhã chuvosa e triste, vamos encontrar os mais variados objectos ao longo dos passeios, (normalmente utilizados pelos transeuntes vigas de cimento, ferro para construção, paus de várias medidas, entulho, etc., e sem reparar, alcançamos a rua Gen. H. Delgado (leia-se Humberto Delgado), logo seguida da Garrete (leia-se Garret) e, lá ao fundo, como que envergonhado e arrumadinho à praça de touros, um aglomerado de casas pré-fabricadas que, pela morosidade na ligação dos esgotos, estamos em querer que val ganhar as obras de Sr.º Engrácia.

Antes de terminarmos este apontamento não queremos deixar de referir o maravilhoso trabalho de alguns professores primários, coadjuvados por colaboradores de várias profissões, ao darem continuidade ao curso de alfabetização e cultura, tal como há vários anos e pela primeira vez surgiu, desta feita em Monte Gordo, já em funcionamento, promovido pela Associação de Moradores do Povo Unido, na escola n.º 2, e aberto a todos os adultos.

Aurélio Bonança

O Conselho Municipal de Loulé exige aprovação da Lei das Finanças Locais

● A PROPOSTA PARTIU DO DELEGADO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

REUNIDO em Sessão Extraordinária o Conselho Municipal de Loulé aprovou com 11 votos a favor, 2 contra e 1 abstenção, por proposta do delegado representante das Associações de Moradores a seguinte Moção:

Considerando:

1 — Que o Art. 240 da Constituição da República Portuguesa define que as Autarquias terão património e finanças próprias e que o regime financeiro a instituir deverá visar a justa repartição de recursos públicos pelo Estado entre Autarquias do mesmo grau.

2 — Que quase três anos após a entrada em vigor da Constituição e ano e meio sobre o início dos debates dos Projectos de Lei das Finanças Locais e três meses volvidos sobre a sua aprovação na Assembleia da República, continua ainda a especular-se sobre a sua aplicação.

3 — Que se assiste a uma campanha orquestrada a vários níveis tendente à não aplicação da Lei ou proterlar a sua aplicação por vários anos, frustrando-se deste modo, as expectativas dos órgãos autárquicos e as aspirações das populações respectivas.

4 — Que a actividade das Autarquias tem estado atrofiada em resultado de um rígido e apertado centralismo financeiro, técnico e institucional.

5 — Que o Orçamento Geral do Estado, em boa hora rejeitado na Assembleia da República, não respeitava o conteúdo real da Lei das Finanças Locais, e uma vez aprovado, as Autarquias iriam defrontar-se com graves dificuldades, que naturalmente se reflectiriam nas populações que representam e especialmente na satisfação das suas necessidades mais prementes.

6 — Que o Poder Local tem demonstrado que em íntima ligação às populações e aos seus órgãos representativos tem maior capacidade para levar a cabo acções e investimentos necessários às populações, desde que lhe sejam dados os meios indispensáveis, substituindo muito da ineficácia, burocracia e compadria da administração central.»

O Conselho Municipal de Loulé, em reunião extraordinária de 24 de Março de 1979, entende:

a) — Dever manifestar a sua apreensão pelas diligências desenvolvidas pelo Governo, para tentar negociar a não aplicação total da Lei e exprime a sua convicção de que é possível e necessário aplicá-la já no corrente ano;

b) — Exigir que a Assembleia da República que aprovou esta lei por unanimidade e depois de ter rejeitado o O. G. E. imponha a sua aplicação imediata;

c) — Que para uma eficiência e resultados da sua execução torna-se necessário que a administração central dê todo o apoio técnico e institucional necessário que permita uma efectiva descentralização e autonomia;

d) — Que esta moção a ser aprovada, se dê conhecimento à Assembleia da República, ao Exmo. Sr. Presidente da República, à Assembleia Municipal de Loulé e aos Órgãos da Comunicação Social.

Concluída a rede de esgotos do Bairro do Matadouro

FORAM ligados no domingo de Páscoa, à hora a que decorria um espectáculo da respectiva Comissão de Moradores, os esgotos do Bairro do Matadouro, havendo já autorização da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António para as ligações domiciliárias.

Entretanto foi já adjudicado o projecto de levantamento, para identificação, da rede de esgotos da vila pombalina.

À PONTA DA AREIA

Justiça de computador

A HABITAÇÃO é uma carência real das populações. E também um sector bastante sensível, por isso mesmo. Aqui, nesta Região turística assume ainda mais acuidade, pois não bastava já a crise geral das mentalidades e dos chamados «incentivos» dos construtores civis tradicionais, os que se regem por critérios de lucro, pois que da construção fazem vida, se não, ainda, a legislação.

Com efeito, ao abrigo da lei, as casas podem permanecer fechadas durante meses em cada ano, desde que se destinem a aluguer turístico. E como o turista paga qualquer exorbitância que lhe peçam (por enquanto) os senhorios lá vão preferindo um inquilino que não lhes dá problemas de maior, pois a cada quinze dias se põe voluntariamente na rua, permitindo sempre a elevação anual das rendas, de acordo com as taxas de inflação — e os índices da especulação. O problema não está nos senhorios, não senhor, mas sim no sistema que permite este funcionamento assim. Claro que existe alternativa.

Por aí se tem tentado caminhar: a habitação social, as casas de renda económica, a habitação própria. E aqui chegámos ao cerne.

Na vila pombalina, existem hoje dois processos pendentes. O das casas pré-fabricadas e o das casas junto ao Farol, do Fundo de Fomento da Habitação. As casas pré-fabricadas estão atribuídas, apesar de não terem água, electricidade e esgotos. Contudo, de acordo com uma proposta aprovada na Câmara e da autoria do respectivo presidente, os inquilinos que se sujeitem aos inconvenientes de viver nestas circunstâncias estão autorizados a ocupá-las.

Quem ocupará, contudo, as casas do Fundo de Fomento da Habitação?

A justiça humana, falível, claro, mas humana, deveria ocupar-se desta questão? Já foram feitos inquéritos, já correram boatos, mentiras, calúnias próprias do facto de serem poucas casas para muita gente.

O processo encontrado não parece, no entanto, ser o mais apropriado. Vai fazer-se justiça de computador, portanto cega, portanto inflexível, portanto desumana. Uma máquina vai decidir quem irá ocupar as casas! É certo que decide sobre dados introduzidos por pessoas e depois os analisa, de acordo com uma lógica pré-concebida e toma, dentro dela, uma decisão lógica. Mas o homem é infinitamente mais capaz de decidir sobre situações humanas que o computador. Porque vê e sente mais.

Recordemos o que o computador fez com as famílias dos professores. Enquanto mandou o marido para Bragança, colocou a mulher em Vila Real de Santo António e outras como essa.

Na atribuição das casas, não poderia ser feita outra justiça que não a de computador?

Ou andar-se-á a fugir à seringa, lançando depois as culpas para cima duma coisa inanimada, como são os circuitos electrónicos?

A MATA

Estamos em crer que o pinhal que defende Vila Real de Santo António da invasão das areias, fixando as dunas e protegendo a agricultura da zona das Hortas, não se encontra inscrito nas preocupações dos responsáveis, quer da Câmara Municipal, quer das Matas Nacionais ou outros organismos ligados à defesa do património florestal.

Além dos constantes cortes — para alargamento da EM 511, para alargamento da zona hoteleira, para alargamento do processo SAAL — ainda se verifica que, no seu interior, as árvores iniciaram um processo de decadência, rumo à morte, atacadas pelos parasitas a que não se tem doído conseqüente combate. Além da degradação, pelo lixo, que a grande época turística traz.

Não basta fazer aprovar — e a Câmara fez — que por cada árvore derrubada duas novas serão plantadas. De boas intenções estamos nós bem aviados. Passemos da palavra aos actos, rapidamente. Quem o seu descara...

J. C.

À PONTA DA AREIA

BAIRRO DO MATADOURO A SOLUÇÃO QUE TARDA

A indignação no Bairro do Matadouro perante as peias burocráticas que atrapalham a solução desejada para os problemas dos esgotos e arruamentos é grande.

A população daquele populoso bairro de Vila Real de Santo António encontra-se deveras desesperada e capaz de acções que podem não ser as mais éticas, mas que imaginam ser as mais eficazes. Alguns moradores, com quem conversámos, apresentavam-se dispostos a fazer despejos de latas de sujidade à porta do presidente da Câmara local.

Se estas acções não são as mais próprias para resolver o problema, tem de ser encarada rapidamente a hipótese de ultrapassar todos os obstáculos que estão a dificultar a entrada em funcionamento do sistema de esgotos.

Duas fossas abertas a céu limpo, em plena rua, fazem aos moradores, à mistura com a lama (quando chove) e o pó (agora), uma vida de inferno.

— Veja lá se eles podem fazer alguma coisa! Levante o problema no seu jornal. O meu filho não consegue viver uma hora de saúde. Está doente, com asma, é alérgico às bactérias! Maldita hora em que vim para este bairro... — lamenta-nos uma mãe aflita.

O último problema surgido com as bombas veio do motor. Era demasiado rotativo para a bomba. Antes tinha sido o problema com a bomba, faltava-lhe uma chave, faltavam as verbas

para desalfandegar, enfim, burocracias que as necessidades não toleram.

Antes, a inconsciência de alguns moradores mais necessitados dos esgotos que transformaram a rede numa grande fossa — a leitaria, o café, outros ainda mais desesperados. Antes, uma máquina que havia partido alguns bocados — poucos — da rede, dando aso ao empreiteiro para dormir na forma.

Uma obra mal pensada, apressada. O Gabinete de Planeamento do Algarve que, para fazer avançar tudo mais depressa cedeu as obras a dois empreiteiros distintos. Seria correcto, se os empreiteiros não se tivessem aproveitado disso para ganhar tempo, emperrando-se um ao outro.

Quanto aos arruamentos, a casa da Ti' Cavaca atravanca a rua. É um dó que uma só pessoa possa afectar tantas, sobretudo quando já existe verba para se comprar uma nova casa à velhota.

É necessária uma acção decidida da parte da Câmara! Um técnico asseverou-nos que o problema, caso houvesse uma vontade firme, poderia ser resolvido em cerca de 48 horas. Vamos ver quanto tempo demora ainda!

J. C.

Técnicos belgas de habitação no Algarve

ACOMPANHADOS por elementos do Fundo do Fomento da Habitação estiveram no Algarve técnicos do «Institut Nationale du Logement», da Bélgica que se deslocaram ao nosso país a fim de apreciarem a concretização do apoio belga no domínio da habitação.

Visitaram núcleos integrados em cooperativas agro-pecuárias nas zonas de Almansil, Alcantarilha, São Brás de Alportel, Boliquiteime, Loulé e Ludo, constituída em especial por retornados das ex-colónias.

Secretariado das Cooperativas de Habitação Económica reúne em Portimão

REALIZA-SE nos próximos dias 9 e 10 de Junho, uma reunião do Secretariado Nacional, das Cooperativas de Habitação Económica, na CHE Instaladora de Portimão na Quinta do Amparo, junto do posto médico dos Serviços Médicos-Sociais.

No sábado, dia 9, o início dos trabalhos e às 15 horas e no domingo, dia 10, o encerramento às 12.

Como ordem de trabalhos está o resumo das actividades do SENACHE, a situação de cada zona (todos os Secretariados deverão indicar as moradas das CHE's, o número de associados de cada uma delas e a situação dos seus programas), o balanço de actividade dos Regimento do Secretariado Nacional e o grupo de trabalho (os Grupos de Trabalho de Seguros, de Código Cooperativo e Legislação, de Terrenos e Direito de Superfície, de Gestão e Formação Cooperativa, Conclusões do Congresso e Imprensa Cooperativa, deverão apresentar nesta reunião os trabalhos já efectuados), bem como questões de Tesouraria, Cooperação Luso-Sueca, e o II Congresso das CHE's.

MULHERES DE PESCADORES DE MONTE GORDO LUTAM PELO PÃO

CANSADAS dos lamentos da numerosa prole, vivendo a situação aflitiva de quem tem de alimentar várias bocas sem ter de onde lhe vir o sustento, as mulheres dos pescadores de Monte Gordo que se dedicam à pesca artesanal em mares de Espanha entraram em luta. «Invadiram» pacificamente a Capitania do Porto de Vila Real de Santo António, em busca de uma solução para as suas vidas.

Devido à falta de um acordo de pesca luso-espanhol que regule a faina destas embarcações, estão as mesmas paralisadas na doca da vila pombalina já vai para quase um mês.

Muito bem recebidas pelo capitão do porto as mulheres ficaram a saber que as autoridades procuram uma solução, tendo, numa primeira fase, sido adiada a data da passada segunda-feira para uma tentativa de solução que foi adiada para o dia 14, comprometendo-se as mulheres e os pescadores a aguardar.

Os barcos vão buscar ao mar de Espanha essencialmente bicas e besugos. Pela sua fragilidade e calado, só podem operar numa zona compreendida entre as duas e as seis milhas da costa, pescando com redes de

(Conclui na 4.ª página)

Mulheres de pescadores de Monte Gordo lutam pelo pão

(Conclusão da 1.ª página)

malha de 4 mm. «As nossas redes não fazem mal a ninguém...» — adiantam.

Estão dispostos a encarar a hipótese de pedir às autoridades portuguesas que deixem os espanhóis vir arrastar o marisco para perto de terra. «São gente como nós... — dizem. — Vivem também com muitas dificuldades. Não queremos o nosso pão à conta do deles!». Para tanto só pedem que seja imposto um defeso, na mesma época que os espanhóis o fazem.

A reconversão dos barcos dos pescadores de Monte Gordo para a apanha do marisco é, neste momento impraticável. Não existiria no Algarve capacidade para absorver as quantidades apanhadas, nem segurança no preço para que pudessem operar com a certeza de ganhar o pão para as famílias.

Financiamento às Cooperativas de Habitação

EM execução do disposto no decreto-lei n.º 268/78 de 31 de Agosto de 1978 — que autoriza o Fundo de Fomento da Habitação a conceder às cooperativas de habitação empréstimos com bonificação de juros a cargo do Estado, destinados à aquisição ou construção de habitações para os seus associados — os Ministérios das Finanças e do Plano e da Habitação e Obras Públicas elaboraram uma portaria conjunta, publicada na primeira série do Diário da República, no dia 2 de Junho de 1979, na qual se estabelecem os escalões de rendimento, as classes de construção, o montante máximo dos empréstimos e as taxas de juro a praticar.

De acordo com este diploma normativo foram fixados os seguintes escalões de rendimento: Escalão I — até 50 000 00; Escalão II — de 50 000 00 a 80 000 00; Escalão III — de 80 000 00 a 100 000 00; Escalão IV — de 100 000 00 a 120 000 00.

Por outro lado, as classes de construção, definidas em funções do valor por metro quadrado, ficaram assim fixadas:

Classe A — até 8 000 00; Classe B — de 8.000 00 a 9 000 00; Classe C — de 9 000 00 a 10 000 00; Classe D — de 10 000 00 a 11 000 00.

Recorde-se que, nos termos daquele decreto-lei, o valor por metro quadrado dos fogos a adquirir ou a construir e o escalão de rendimento em que se integra a média aritmética dos rendimentos anuais por capita dos agregados familiares dos sócios da cooperativa beneficiada são elementos condicionadores da bonificação, do prazo e do montante de cada empréstimo.

O montante máximo dos empréstimos a conceder por fogo é de 1 450 contos, sendo o valor máximo dos fogos fixado em 1 600 contos.

Em anexo à portaria 256/79, são estabelecidas as taxas de juro iniciais a cargo do mutuário, as quais se cifram entre 5 e 15 por cento em função dos escalões de rendimento e da classe de construção.

Fundo de Fomento da Habitação

AVISO

Distribuição de Habitações Sociais

Concelho de Vila Real de Santo António

Torna-se público que do dia 21 a 28 do corrente mês se encontra à reclamação na respectiva Câmara Municipal a classificação provisória dos candidatos que oportunamente se habilitaram ao concurso para distribuição do Agrupamento de Vila Real de Santo António (Farol).

555

A atribuição das casas do FFH

ESTAVA a causar bastante celeuma, à hora em que fechamos esta edição, a questão de distribuição das casas do Fundo de Fomento da Habitação, junto ao Farol da vila pombalina. Numerosas pessoas dirigiam-se para a Câmara Municipal para assistir à sessão e exporem as suas reclamações, relativas ao critério de atribuição das habitações, os quais causaram profundo descontentamento entre a população.

Entretanto havia já regressado a brigada de dez pessoas que se haviam deslocado a Lisboa, trazendo a promessa de que o processo seria cancelado e que seriam revistos um a um os casos das pessoas que requereram a habitação, deslocando-se, para o efeito, a Vila Real de Santo António três assistentes sociais do Fundo de Fomento da Habitação, ao que parece as mesmas que já cá tinham estado, para fazer agora uma reavaliação dos dados.

Soube-se entretanto que a listagem provisória havia dado entrada na Câmara Municipal no dia 29 de Maio último, não sendo compreensível a demora na sua revelação que veio a ocorrer cerca de 20 dias depois, tendo estado entretanto na posse do presidente da Câmara, responsável pelo pelouro da habitação.

Nalguns processos foram detectadas informações de um vereador, dizendo que era de atribuir casa à pessoa e alegando conhecimento pessoal. Pelos processos até agora tornados públicos, apenas foi detectada a assinatura do vereador Manuel Rosa.

Também se soube que havia pessoas com inscrições em dois lados e, segundo nos foi dado observar, o processo número 141, contemplado, pertencia a um indivíduo já contemplado

com outra casa, com um processo sem número, o que demonstra uma falta de cuidado notória na verificação dos dados.

Na próxima edição daremos mais pormenores sobre este caso que tem apaixonado a opinião pública de Vila Real de Santo António e que envolve cerca de 90 casas a serem distribuídas por 500 requerentes.

JORNAL do ALGARVE

A PONTA DA AREIA

A Barraca das Barracas

TODOS temos, por certo, observado que, nos últimos tempos, as ruas da vila aparecem encamadas de barracas e barraquetas. Têm vários aspectos estes exemplares. Um são de madeira pintada, outras de alumínio reluzente, brilham do ao sol, desafiantes. De comum têm duas características. A primeira: destinam-se a ganhar pão das esposas de uns senhores que não lhes encontram trabalho de outro modo; a segunda: são normalmente plantadas nas «bocas ruas» ou no centro de algumas praças.

Uma delas, talvez a mais reluzente, já suscitou a atenção dos moradores das redondezas, expressa por um abaixo assinado enviado à Câmara Municipal da vila pomalina como vegetal de protesto.

Irmãs destas barracas, outras vêm crescendo a esmo, sem critério e sem cuidado, na praça de

Monte Gordo.

Não sabemos que febre deu nas pessoas, em quem autoriza, em quem urbaniza, em quem cuida, em quem vela, em quem preside. É a degradação total do ambiente a troco da febre do lucro ou da cura do obsessão do desemprego, por processos incorretos e seus agravantes. Os turistas não vêm para aqui para ser explorados. Exigem um ambiente que lhes inspire uma ideia de descanso, uma paisagem não agressiva que os transporte para um mundo diferente do próprio quotidiano, já ofendido.

O ambiente urbano, já de si degradado por alguns «criminosos» inadvertidamente ou malevolamente cometidos, exige que se ponha cobro a esta implantação desmesurada de quiosques e quiosquetas. Antes que se comente à boca cheia que isto é uma barraca. — J. C.

POR UM FUTURO DE PAZ E SEGURANÇA PARA TODAS AS CRIANÇAS

A decisão das Nações Unidas de proclamar o Ano Internacional da Criança foi acolhida pela opinião pública mundial com grande satisfação. Abrem-se assim novas possibilidades, às organizações sociais, para actuarem conjuntamente na defesa da criança e seus direitos.

A Declaração dos Direitos da Criança, adoptada há já vinte anos pela ONU, estipula: «A Humanidade deve dar à criança o melhor de si mesmas».

artístico e físico, a protecção na saúde e outros problemas relativos ao bem estar das crianças, à paz e ao desenvolvimento.

O Comité Internacional Preparatório que agrupa numerosas organizações internacionais, convida:

- as organizações sociais internacionais, regionais e nacionais;
- as organizações femininas, de jovens, de estudantes e de crianças;
- as organizações sindicais, profissionais e religiosas;
- e todas as pessoas progressivas.

Silvadas

SILVOU aqui em Silves que as habitações da cerca da Feira que pertencem ao FFH e que em princípio já deviam estar distribuídas não o serão tão cedo. Motivo: o ter sido devolvido o processo de distribuição feito pelo famoso computador do Fundo de Fomento de Habitação. Face ao grave problema da carestia habitacional a gente desta terra já diz amaldiçoado computadores.

Recorde-se que já anteriormente noticiámos a presença de técnicos daquele fundo para sim loz tentarem uma distribuição mais justa, que parece não ter acontecido. De quem é a culpa? É segredo!

Ainda a habitação tema quente. O que se passa com o Bairro Car, localizado na Caixa de Água? Será que ele faz jus ao nome do local onde se encontra e, por isso, as autoridades competentes têm medo de distribuir as habitações referidas? Mais um fenómeno para o qual a solução ainda não silvou!

Dizia-se ainda há pouco tempo, num café citadino, que os terrenos na cidade estão tão bem aproveitados que, quando se constrói uma nova habitação, os materiais para a sua edificação têm que obrigatoriamente ocupar as vias de circulação, tais como passeios e estradas. Será por isso?

As eleições são a sombra dos partidos. E, ao que parece, por estas bandas e ao nível de autarquias o «líder» vai mudar, dizem as estatísticas. Também é tema diário que o maior partido (mais votos alcançados no concelho de Silves nas últimas eleições) já terá firmado contrato com um novo avançado centro dispensando os serviços do actual. Porque será?

Cooperativa de Construção Civil 'Fazhabita'

COMPLETOU 4 ANOS

COMEMOROU-SE em Silves, no passado dia 30 de Junho, o 4.º aniversário da cooperativa de construção civil «Fazhabita». Um grande almoço de confraternização entre cooperantes e alguns convidados, intervenções e diálogos sobre o movimento cooperativo, ocupariam todo o dia e parte da noite, àqueles que acreditam (e trabalham para isso) que a «Fazhabita» já é uma grande Cooperativa.

Como convidado de honra, um homem de Abril, o Almirante Rosa Coutinho que trouxe à festa uma alegria ainda maior, dialogando com todos os cooperantes e a todos eles dando uma palavra de coragem e esperança, fazendo perguntas e visitando demoradamente as instalações da Cooperativa.

Na memória de muitos, ficará a imagem de um grande dia, a imagem de uma obra saída do esforço colectivo, o erguer da Cooperativa Fazhabita, na presença de um daqueles que, em 25 de Abril de 1974, criaram as condições necessárias para que, em democracia, o povo se associasse livremente.

Nascida após Abril 74, em resposta à crise que no Algarve a Construção Civil, atravessava, a «Fazhabita» surgiu com seis cooperantes de princípio. Os estatutos aprovados deram ânimo a estes homens que não se amedrontaram e a outros que a esta iniciativa vieram a aderir, ao longo do processo, vencendo todas as oposições, oficiais e particulares. A «Fazhabita» pode

hoje dar a resposta, por actos concretos, àqueles que demagogicamente ainda hoje tentam denegri-la. Esta, a opinião que todos fizeram questão de salientar.

Com uma nova direcção eleita em Maio deste ano, a Cooperativa arranca para o seu quarto ano de actividade com um total de 170 mil contos de obras em curso, associada na Conscoop., União de Cooperativas de Construção Civil do Algarve, na construção do bairro de habitação da «Che» lagoense que ronda os 70 mil contos. Tem um parque de máquinas que se vem valorizando, atingindo hoje os 664 090\$00, viaturas no valor de 1 425 815\$00, ferramentas 146 543\$00, tendo gasto em instalações 370 584\$00, em móveis e utensílios 184 469\$00, e produzido, no ano de 1975, 486 581\$00 no de 1976, 7 mil contos, no de 1977 13 mil, e no de 1978, 22 mil.

Com um total de 110 cooperantes a Fazhabita tem a funcionar, além das obras, escritório, transportes e as secções de carpintaria e alumínios, estando agora a desenvolver a secção de serralharia.

No aspecto económico e no sócio-cultural dos seus cooperantes, a cooperativa não pode ainda hoje, como seria sua vontade, satisfazer as suas totais necessidades, embora toda a actividade aponte para essa meta. Os vencimentos têm vindo a su-

(Conclui na 3.ª página)

Cooperativa de Construção Civil FAZHABITA completou 4 anos

(Conclusão da 1.ª página)

bir gradualmente. Um servente, que em 1975 auferia 5 500\$00, ganha hoje 7 700\$00 e um oficial passou em igual período de 6 300\$00 para 9 400\$00, sendo ainda lançado nas suas quotas 9% do remanescente.

Para este ano há projectos para a criação de um centro cultural, funcionamento de cursos de alfabetização e de arquitectura, tendo em vista a valorização cultural de cada um, aspecto que só agora a Cooperativa pode considerar devido à sua estabilidade financeira finalmente alcançada.

Esta a imagem síntese colhida num dia de visita à Cooperativa de Construção Civil Fazhabita, no dia do seu aniversário, em que os seus membros, embora em comemoração, não esquecem que o dia seguinte é de trabalho. Eles lamentam a falta de legislação que os proteja, o facto de pagarem à previdência como qualquer outra entidade patronal, que não têm juros bonificados, que os organismos de apoio os esquecem sistematicamente.

Como diria aquele cooperante «...apesar de tudo, no 5.º aniversário o relatório deste ano ficará desactualizado, não só no tempo como também no conteúdo dos números».

Carlos Alvo

Ainda as Casas do Fundo de Fomento

SEGUNDO conseguimos apurar, não está ainda correcto o processo de investigação sobre as necessidades de casa dos requerentes dos fogos do Fundo de Fomento da Habitação, junto ao Farol, que tanta controvérsia levantaram na vila pombalina.

Com efeito, após ter sido unanimemente reconhecido que a justiça havida não era perfeita nem desejável, foi tudo anulado no decorrer de uma sessão da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António que ficará na memória de todos quantos assistiram.

Nessa reunião, talvez a mais concorrida de sempre, tinha ficado assente que a análise dos casos se faria um por um, com uma comissão constituída por representantes da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, da Junta de Freguesia, do Fundo de Fomento da Habitação e de uma representação dos requerentes, constituída pelos nove elementos que se haviam deslocado a Lisboa.

Ora as coisas não se têm estado a passar de acordo com esta resolução. Apenas as enviadas do Fundo de Fomento têm estado a inquirir, tendo já sido detectadas falsas informações, nomeadamente um caso de que nos dispensamos divulgar os nomes, por razões óbvias, em que foi declarado que uma pessoa que vive em Castro Marim co-habita com um dos requerentes.

A LEGALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS FOGOS DO BAIRRO DA CAIXA

Foram recebidas, na passada segunda-feira, pelos ocupantes das Casas do Bairro da Caixa, as intimações para o pagamento das rendas de casa. Segundo nos informaram algumas pessoas, as rendas vão desde os 900\$00 aos 3 800\$00, havendo ainda lugar ao pagamento de retroactivos.

De acordo com a experiência que se colhe do acontecido noutras zonas do País, os moradores que ocuparam as casas no dia 10 de Março de 1975, vão ter de optar por pagar, porque a alternativa que existe é a operação de despejo, com todo o cortejo de tragédias que a acompanha.

Mal aconselhados, anos atrás, os moradores haviam recusado uma proposta de pagamento de 10% do rendimento do agregado. A este súbito acelerar do processo não deve ser estranha a tentativa de ocupação das casas do Fundo de Fomento da Habitação recentemente verificada e impedida pela PSP.

No passado domingo, havia feito uma visita ao Bairro uma delegação da República Popular da Albânia, a convite do núcleo local de PCP(R).

COOPERATIVAS

SECTOR ECONÓMICO EM CRESCIMENTO

NA Constituição da República Portuguesa está consagrada a existência de um Sector Cooperativo, constituído pelos bens e unidades de produção possuídos e cuja gestão é efectuada pelos cooperantes. A Constituição aponta também para que a propriedade social dos meios de produção se torne predominante, através do alargamento do sector público e cooperativo, sem esquecer obviamente o papel que o sector privado desempenha numa economia de transição, ainda que a mesma se encontre em obediência ao Plano.

Ao Estado pertence o papel de apoiar o desenvolvimento do sector cooperativo, numa perspectiva da defesa do consumidor, bem como o de estabelecer os benefícios fiscais e financeiros e boas condições para obtenção de crédito e auxílio no campo técnico às cooperativas.

Contudo, a legislação do Sector Cooperativo demora, sendo de concluir pela falta de vontade política para o apoiar, antes se tendo visto certas destruições nalgumas zonas do país ligadas à produção agrícola, com o conseqüente aumento do desemprego e a quebra da produção.

As cooperativas têm uma raiz de nascimento popular, englobando os trabalhadores e outras camadas da população em luta contra o agravamento das suas condições de vida, uma forma de fugir ao estrangulamento,

que a economia de mercado produz, às formas de exploração desenfreadas. E, assim, aparecem as cooperativas de consumidores, de habitação, de distribuição, para combater ao parasitismo intermediário e à especulação imobiliária; até que se atingem formas elevadas como as cooperativas de produção agrícola e industrial.

Em torno de todas elas formam-se polos de uma nova vida em comum, vértices irradiantes de cultura e instalam-se serviços sociais de elevado interesse, sobretudo nas zonas rurais, onde as políticas de concentração do capital provocaram enormes êxodos das populações, reduzindo os campos a vazios humanos. Os cooperantes têm a felicidade de tudo ver nascer do seu próprio esforço e, mais importante, em seu próprio benefício.

(Conclui na 3.ª página)

Portimonense estreia-se a ganhar

comentário na Página do Desporto

Cooperativas sector económico em crescimento

(Conclusão da 1.ª página)

A primeira lei publicada em Portugal sobre cooperativas data de 2 de Julho de 1868, com a chamada Lei Basilar sobre Sociedades Cooperativas, tendo a primeira cooperativa nascido em 1858, dez anos, portanto, antes da lei.

Segundo dados estatísticos de 1978, existiam no nosso País 3596 cooperativas sendo 1356 agrícolas, 769 diversas, 572 de produção industrial, 474 de consumo, 229 de habitação, 132 de crédito e 64 de pesca.

Para se fazer uma ideia daquilo que são estes números, basta comparar-se a data da fundação da primeira cooperativa, saber-se que em 25 de Abril de 1974 existiam apenas 981, tendo, em quatro anos, portanto, de liberdade quadruplicado. Esta realidade está, por certo, presente no espírito dos milhares de cooperantes espalhados Portugal fora. Só o regime democrático saído de Abril permitiu tal explosão e só em liberdade o Sector Cooperativo poderá continuar a expandir e a desenvolver-se.

Ataques às cooperativas só podem vir dos inimigos da liberdade.

J. C.

TEMA HABITAÇÃO

A falta de casas põe a nu os erros do sistema (I)

As casas que faltam em Portugal foram, nestes últimos dias, objecto de especulação jornalística para muitos.

Casas — que são, no dizer de certos «técnicos» do sector, 700 mil. Casas — que são, repetindo a primeiro-ministro, Maria de Lurdes, 1 milhão.

Um milhão ou setecentas mil (para mim) tanto faz. Porque tais números põem a nu a gravidade de uma situação num dos mais importantes aspectos de qualquer sociedade — o direito de habitação. Porque eles revelam, acusando, os erros do sistema económico que nos vem regendo, sabe-se lá desde quando!...

Ao apontar-se como vector da crise tão elevado número de falta de casas, corre-se o perigo de dar cobertura aos eventuais intentos daqueles que, sonhando mais exploração e mais lucro através do citado direito de habitar que em cada um de nós mora, só pretendem abrir espaço para novas facilidades no fisco e no crédito, com o pretexto de que são imprescindíveis, de que o Estado deverá (por isso) apoiá-los, de que a sua actividade (dita industrial) é urgente e prioritária, de que se não forem «estimulados» terão de encerrar portas e, logo, a construção civil irá parar com todas as (habitais) consequências...

Os erros do sistema, esses sim — não devem ser esquecidos. Aí se encontra a raiz do problema que se agrava mais e mais, dia após dia. Erros que a *Revolução de Abril* parecia anostada em combater de imediato. De facto, tal foi tentado com dinamismo dentro de um bem caracterizado período da vida portuguesa; mas, as travagens e inversões do processo boicotaram, primeiro, o ritmo imposto para as soluções e depois as próprias soluções.

Hoje, lançam-se leis para aumento

das rendas de casa com a desculpa de que é isso que falta para que haja mais construção, para que cada um de nós possa ter habitação (opinião já vertida por Mota Pinto, na sua passagem publicitária por Faro). Leis de rendas, em vez de projectos habitacionais. Em vez de campanhas de apoio, por exemplo, às cooperativas.

NO ALGARVE QUANTAS CASAS HÁ FECHADAS?

Valeria a pena, aqui, neste breve apontamento-esboço de tão grave problema (que continuaremos a levantar), perguntar quem destruiu o processo SAAL e que alternativas foram colocadas para a sua substituição? Quais as forças que actuaram contra ele e por que motivo?

Valeria igualmente a pena reflectir sobre quem tem travado o desenvolvimento do processo cooperativo e quem, no Algarve, em cada Câmara Municipal, tudo tem feito para obstar a que as cooperativas recebam os terrenos pedidos para construir.

Valeria também a pena interrogar os leitores e a gente que anda nessa luta se conhecem quem são tais for-

por Marcelino Viegas

ças e a favor de quem recai o atraso ou a paragem do movimento cooperativo.

E, depois das respostas, relacionadas. Que as «razões» (políticas) ficarem encontradas. Que os «erros do sistema» surjam claros.

Valeria a pena. Mas, por agora, deixaremos os leitores com outra questão: quantas casas há, no Algarve, fechadas?

Ajudando à resposta, adiantaremos que são muitas. São centenas. São milhares. Umhas, porque os «senhores» são ricos e possuem diversas. Outras, porque «dá resultados» não alugar e ficar à espera que seja Verão — quando um apartamento é alugável por 40/50 contos mensais. Algumas, para manter a carência, o nível altíssimo dos preços, a comercialização deste ramo de «negócio». Ramo que, infelizmente, continua assim entendido. E não como uma das necessidades fundamentais do extracto social, aliado à saúde, ao ensino, à cultura, ao direito ao trabalho. Em suma, ao direito de viver.

Cartas à Redacção

PROBLEMAS DA HABITAÇÃO

Sr. Director,

Venho pela presente solicitar a V. Ex.^{sa} uma reportagem a uma nova Urbanização na Porta Nova, em Tavira, ou publicação da carta pois já existem casas feitas e a Câmara Municipal de Tavira, que chamou a si a responsabilidade das infra-estruturas ainda não fez nada.

A Câmara Municipal de Tavira responsabilizou-se pelas infra-estruturas duma Urbanização na Porta Nova (Tavira), tendo recebido as mais valias há cerca de um ano e já existem casas feitas e uma pronta; mais não há ainda, porque alguns lotes de terreno são de emigrantes.

Sabe-se particularmente que esta zona a urbanizar foi adjudicada recentemente, mas ainda não começou, porque ainda as ruas não têm cotas. Talvez com as chuvas apareçam as medidas feitas.

A maior parte das casas são feitas com créditos concedidos pela Banca, o que equivale a dizer que algumas pessoas terão de pagar importâncias referentes a duas rendas de casa (vive nos País muito rico) e com os inconvenientes de as crianças não terem habitação condigna; umas dormem no mesmo quarto, outras têm de dormir com outros familiares, pois no seu lar não cabe uma cama para dormirem.

Isto é deveras inadmissível, numa sociedade que se diz justa e democrática e ainda por cima quando é o «Zê» a pagar.

Quanto ao posto de transformação da luz, em 27-3-79 estava o seu estudo concretizado, mas o pior é a realização que está longe de se alcançar.

Neste País parece que está em voga «é fino» ser-se incompetente não ajudar os outros e ajudar a corrupção.

Espero que a CMT não fuja às suas responsabilidades e não aproveite esta Urbanização para as próximas eleições autárquicas, como uma maneira de ganhar votos. De falsos profetas está o povo farto.

José Madeira — Tavira

A HABITAÇÃO NO CONCELHO DE FARO

UMA habitação condigna é um direito de todo o ser humano, incluindo água, luz e saneamentos. Conjuntamente com uma alimentação racional, ajuda bastante qualquer serviço de saúde e embora não substitua

totalmente os cuidados médicos curativos, torna-os menos necessários.

Por isso, a Assembleia Constituinte ao elaborar a nossa Constituição fixou no art.º 65 o direito à habitação que transcrevemos:

pelo dr. Geleate Canau

N.º 1 — Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

No Concelho de Faro, a Câmara cujo executivo esteve no poder (Partido Socialista), durante o triénio de 1976/79 chegou à conclusão que faltavam na autarquia cerca de 3 000 fogos.

Assim, em 1977 elaborou um projecto de 40 fogos na Rua de Berlím que foi a concurso, tendo aparecido apenas um concorrente, mas a sua

(Conclui na 3.ª página)

A habitação no concelho de Faro

(Conclusão da 1.ª página)

proposta foi superior ao fixado pelo Fundo de Fomento de Habitação e, apesar de várias demarques não foi possível ainda resolver o impasse.

Ainda em 1977, a «GEOBRA» adjudicou a construção de 58 fogos, no Bom João, mas esta falhou e os blocos ficaram em meio, à espera de posterior adjudicação a outra empresa para os terminar...

No início de 1978, a Câmara junto do F. F. H. diligenciou a construção de um bloco de apartamentos para o alojamento dos trabalhadores do Hospital (45 fogos) e um bloco de 36 fogos, no Largo do Carmo, para o realojamento dos moradores que ocupam as casas degradadas desse Largo.

Por divergências com a Diocese quanto à cedência de terrenos pertencentes à Ordem do Carmo, por trás da Igreja cerca de 392 m², em que esta exigia cerca de 5 000 contos e, parece, um terreno igual ou maior, avançou a proposta para a construção de cinco blocos na Carreira do Tiro (225 fogos) que foram adjudicados à firma «OPERCAL», pela importância de 187 976 477\$60, tendo-se já entregue como adiantamento 40% deste valor o que não permite revisão de preços, quanto a materiais.

Um desses blocos destina-se aos moradores das casas degradadas do Largo do Carmo e outro aos trabalhadores do Hospital Novo e os restantes são para o público em geral.

Também houve a hipótese de aquisição de uma propriedade nos Salgados onde poder-se-iam construir de 700 a 800 fogos, por um preço bastante baixo por m² (30\$00), no entanto o parecer da Comissão Instaladora da Ria Formosa foi negativo e o projecto foi-se...

Quanto à habitação social, a Câmara conseguiu terrenos para a Associação «Os Bons Camaradas», junto à Estrada do Moinho da Palmeira e para a «COOBITAL» tentou a expropriação (o processo está em curso) no Alto de Santo António, Quinta do Comandante Nascimento. No final de 1978, a Câmara cedeu terrenos, na Carreira do Tiro, às Cooperativas «COOBITAL» e «CHASFA», visto que tardava a resolução do problema dos seus terrenos.

Também foram cedidos três lotes de terreno na Conceição de Faro para famílias necessitadas.

Os candidatos à Câmara Municipal de Faro, pelo Partido Socialista, preconizavam 20 medidas, a primeira das quais seria a expropriação de terrenos inculcos dentro da cidade, depois de um inquérito exaustivo e de convites aos donos dos mesmos para construir.

Aliás, através desta medida seria dado cumprimento ao n.º 4 do mesmo art.º 65:

N.º 4 — O Estado e as autarquias locais exercerão efectivo controlo do parque imobiliário, procederão à necessária nacionalização ou municipalização dos solos urbanos e definirão o respectivo direito de utilização.

No entanto, os munícipes não lhes deram a maioria pelo que julgamos que outras formas irão ser encontradas pelos eleitos para resolver o problema da carência das 3 000 habitações.

Talvez que a iniciativa particular consiga, vendendo apartamentos próximo dos 2 000 contos ou arrendando-os a mais de dez mil escudos mensais...

O futuro o dirá!

MONTRA DA IMPRENSA

OS CONSUMIDORES QUE PAGUEM A CRISE!

É ESTA a directiva dos que querem, sem respeito pelos direitos humanos e pela Constituição, manter o sistema de relações económicas capitalistas ainda dominante no país, sempre que surgem crises económicas globais ou sectoriais.

Assim é também na Habitação. A indústria da Construção Civil está em crise. Os rendimentos dos senhores foram parcialmente absorvidos pela inflação que mina o país há dezenas de anos. A solução maravilhosa que quem domina quer impôr é sempre a mesma: os consumidores — neste caso os inquilinos — que paguem as custas de uma política que nunca esteve virada para as exigências sociais, e sempre procurou manter a Habitação como negócio onde campeia a especulação.

Depois dos decretos dos despe-

jos e das desocupações, depois da especulação com a venda de andares, é agora o aumento das rendas o meio achado excelente para obrigar os inquilinos a pagar a crise e a sofrer os efeitos da inflação.

As Associações de inquilinos, através do seu Secretariado Coordenador — o SCAI — têm reagido com todas as suas forças contra o Decreto-Lei 387/79, que quer impor o aumento das rendas, pondo em evidência as nefastas consequências que resultariam da sua aplicação.

Em conferências de Imprensa, em comícios — Lisboa, Porto, Almada, Amadora, Setúbal — e em reuniões com inquilinos nestas e noutras localidades, o SCAI denunciou o carácter anti-social daquele decreto, e a mentira de que os aumentos de rendas irão promover a construção de novas casas. Um manifesto — de que se editaram 200 mil exemplares — foi distribuído em todo o país, com uma análise crítica da lei. Em 15 de Novembro, foi entregue na residência oficial do Primeiro-Ministro uma carta do SCAI,

(Conclui na 4.ª página)

Montra da Imprensa

(Conclusão da 1.ª página)

transcrita neste boletim, protestando contra a política do Ministério da Habitação e Obras Públicas que persiste em continuar o programa odioso de Mota Pinto-Almeida Pina contra os inquilinos. Ainda em Novembro foi entregue ao Primeiro-Ministro um abaixo-assinado subscrito por mais de 75 mil cidadãos.

Em todos estes documentos, o SCAI reclama a suspensão do Decreto-Lei das rendas até à sua apreciação pela Assembleia da República, e a discussão pública do projecto Mota Pinto-Almeida Pina em pé de igualdade com a proposta alternativa das Associações de inquilinos de ser criado o Serviço Nacional de Habitação.

Inquilinos! Organizem em todos os locais comissões de defesa dos vossos lares! Protestem por todos os meios — por cartas, por telegramas, de viva voz — contra o aumento das rendas!

Lutemos pelo Serviço Nacional de Habitação!

«Habitação» Órgão da Associação de Inquilinos Lisbonense

Voz de Albufeira

ATÉ QUANDO A CARÊNCIA HABITACIONAL DESESPERO DE MILHARES DE FAMÍLIAS?

— por Matos Alves

SAÚDE e habitação são os problemas que mais afligem a nossa sociedade, tendo a primeira dado já um passo em frente a caminho de uma melhoria cujo ritmo certamente atingirá o alvo que se pretende.

Quanto à habitação e conforme relatos na Imprensa e imagens televisivas, a sua falta é desesperada, havendo situações que sensibilizam os corações mais empedernidos, pondo em perigo a saúde do ser humano no seu desenvolvimento físico e mental.

A partir do 25 de Abril, os programas políticos têm vindo a declarar a carência habitacional prometendo a respectiva solução. Pois que os responsáveis pelo assunto passem das palavras à acção, dando, assim, satisfação a uma autêntica democracia.

A construção de habitações sociais em algumas localidades do País, não satisfaz as necessidades existentes, devido ao reduzido número de fogos construídos os quais não acompanham o crescente aumento populacional.

Outras construções, iniciadas há bastante tempo, têm caminhado a passo lento, por falta de verba e algumas, se mais adiantadas estão deve-se ao sacrifício dos futuros utentes, colocando os seus braços nas respectivas obras ou dispondo de importâncias retiradas dos seus magros salários, a exemplo da «Associação de Moradores de Ferreiras».

Em Albufeira, o problema habitacional, também se apresenta aflitivo.

Pais, filhos e outros familiares utilizam o mesmo quarto, vivendo em autêntica promiscuidade.

Há famílias de cinco e mais pessoas que habitam em casas (se

este nome se lhes pode dar) com duas assoalhadas e sem o respectivo saneamento.

No entanto, existe grande número de habitações degradadas e ao abandono, cuja reparação iria beneficiar dezenas de famílias.

Também a construção de 250 fogos em Albufeira e solicitada pela Associação de Moradores local, em 1976, ainda não se iniciou, tendo-se conseguido apenas o terreno, pois quanto ao início das obras o impasse existente é revoltante, ocasionado por acontecimentos de que, devido à sua extensão, oportunamente faremos o devido relato.

Acrescentamos o grande número de casas fechadas na época de Inverno e a aguardar o Verão, para se exigirem alugueres que ultrapassam, muitas vezes, 20 contos mensais!

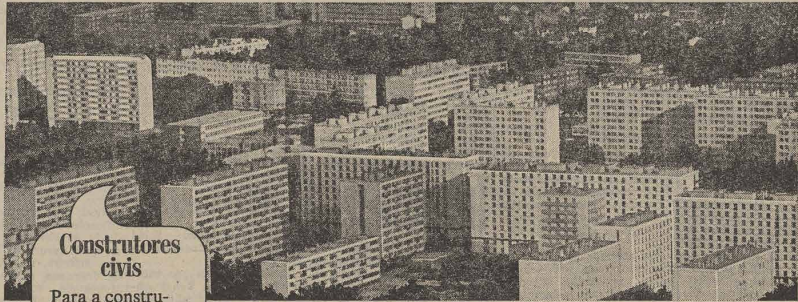
O mais lamentável é que parte dessas habitações são exploradas por estrangeiros, não efectuando o pagamento de qualquer imposto e cujas receitas levam para os países de sua naturalidade.

A terminar, aludimos ao edifício situado junto ao INATEL, cujas obras, em fase de acabamento, se encontram paralisadas há seis anos, à espera não se sabe de quê para a sua concretização.

O objectivo desta realização foi de aceitar um maior número de colonos que aqui vêm passar férias, contrariando-se o desejo de muitos, por falta de alojamento nas instalações actuais.

Tal atraso leva-nos a pensar que talvez a respectiva organização não pretenda avançar com o projecto inicial e, sendo assim, resta-nos uma pergunta.

Porque não se transfere o empreendimento para o Fundo do Fomento da Habitação, transformando o Bloco em habitação social?



Construtores civis

Para a construção, destinada a venda, de habitações, espaços comerciais ou unidades turísticas — sejam grandes ou pequenos os empreendimentos — poderão dispor de um crédito até 80% do seu custo final.

Crédito **BPA** para a Construção Civil

Vamos ajudar a construir as habitações de que o País precisa

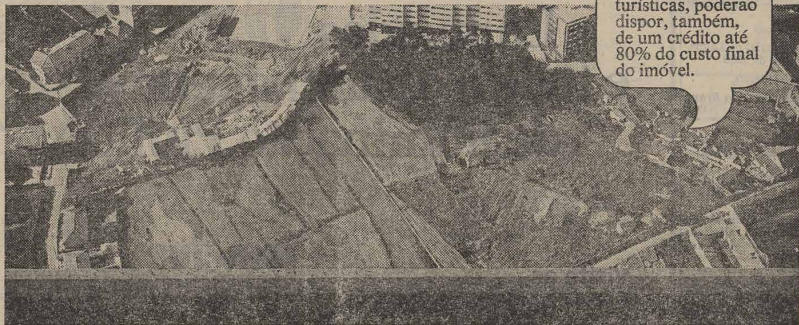
Construir as habitações de que muitos milhares de famílias necessitam é um dos grandes desafios para o Portugal dos anos 80. Um desafio que, pela nossa parte, é enfrentado desde já: criamos o Crédito BPA para a Construção Civil com o qual ajudaremos a resolver um dos grandes problemas do País, ao mesmo tempo que apoiamos um sector-chave da economia portuguesa.

Empreendedores imobiliários

Se em terreno próprio, com o respectivo projecto aprovado, quiserem mandar construir, para venda, habitações, espaços comerciais ou unidades turísticas, poderão dispor, também, de um crédito até 80% do custo final do imóvel.

BPA

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



Crédito para o sector da Construção Civil

É sabido que a Construção Civil — um dos sectores-chave da economia portuguesa — vem atravessando uma situação recessiva, o que, naturalmente, muito dificulta a resolução de um dos grandes problemas do País que é o da falta de habitações.

De facto, a evolução ainda positiva que se registou no sector da Construção Civil em 1978 não foi mais do que o prolongamento do razoável ritmo de 1977, por efeito, sobretudo, de construções iniciadas em anos imediatamente anteriores.

No ano passado, porém, os indicadores disponíveis levam a admitir uma quebra significativa em relação a 1978, o que não terá deixado perspectivas muito animadoras para as centenas de milhares de famílias portuguesas necessitadas de uma habitação condigna.

Atento àquelas duas realidades — as dificuldades de tão importante sector da actividade económica nacional e as carências habitacionais do País — e procurando fazer-lhe face, o Banco Português do Atlântico decidiu lançar um novo Serviço, o «Crédito BPA para a Construção Civil», cujas principais características são as seguintes:

— a ele poderão recorrer as empresas de construção civil e/ou empreendedores imobiliários que desejem obter um financiamento para a construção de habitações, espaços comerciais e/ou unidades turísticas destinadas a venda e possuam o respectivo terreno, projecto e licença aprovados, programa da obra e planos de vendas e de financiamento;

— o montante do financiamento pode atingir os 80% do valor do empreendimento e a sua duração vai até 3 anos, de acordo com o ciclo de construção e venda;

— os interessados no «Crédito BPA para a Construção Civil» podem solicitar, em qualquer Balcão do Banco Português do Atlântico,

para que os respectivos serviços daquela Instituição de Crédito possam analisar e decidir rapidamente os seus pedidos de financiamento.

1431

15 000 fogos há a menos no Algarve

Nº decurso de uma entrevista radiodifundida, o governador civil de Faro, dr. José Vitorino, avaliou que são necessárias cerca de 15 000 novas casas, para fazer face às carências habitacionais da população do Algarve.

Dando balanço sobre a sua recente passagem pela maioria das Câmaras Municipais da nossa região, aquele representante do Governo afirmou ter encontrado graves carências quer no sector da habitação, quer no da saúde e ainda em infra-estruturas de saneamento básico e segurança social.

Jornal do Algarve,
1980-04-11, capa

Membros do Governo visitam o Algarve

Membros do Ministério da Habitação e Obras Públicas visitam o Algarve, hoje amanhã e domingo, constando do programa reuniões com cooperativas de habitação, associações de moradores e câmaras municipais, a fim de tomarem contacto com a realidade do sector da habitação, informou o Governo Civil, em nota distribuída à Imprensa.

Manifestação contra o Governo, em Faro

Por iniciativa da União dos Sindicatos de Faro realiza-se amanhã, dia 19, com concentração pelas 16 horas no Jardim Manuel Bivar, em Faro, uma manifestação contra o actual Executivo.

*Jornal do Algarve,
1980-04-18, p.2*



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO
ANO 24.º

DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO
SEXTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1980

CHEFE DE REDACÇÃO: JOSÉ ESTEVÃO CRUZ
AVENÇA N.º 1205

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

Propriedade — Ana Ascensão Lopes Baptista Barão e António José Baptista Barão
OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTONIO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — 8900 VILA REAL DE SANTO ANTONIO — TELEF. 43954 LISBOA — TELEF. 361839 FARO — TELEF. 22322 AVULSO 5\$00

SEIS ANOS DEPOIS 25 DE ABRIL NAS RUAS, NAS FÁBRICAS, NOS CAMPOS NO CORAÇÃO DOS PORTUGUESES

Ouvi banqueiros fascistas
agiotas do lazer
latifundiários machistas
balofos verbos de encher
e outras coisas em istas
que não cabe aqui dizer
que aos capitães progressistas
o povo deu o poder!
E se esse poder um dia
o quiser roubar alguém
não fleu na burguesia
volta à barriga da mãe!
Volta à barriga da terra
que em boa hora o pariu
agora ninguém mais cerra
as portas que Abril abriu!

José Carlos Ary dos Santos

ABRIL tem seis anos! Por todos os recantos do nosso País, onde quer que exista um democrata, um antifascista, a Revolução dos Capitães é saudada com entusiasmo, para além das diferenças, das diversas cores partidárias,

dos oportunismos, dos aproveitamentos e, porque não, também das traições.

Nestes seis anos decorridos desde a gloriosa madrugada, pode bem dizer-se que a Revolução ganhou as massas, ganhou a praça, as ruas, os campos, as fábricas, as oficinas, o coração dos portugueses.

É exaustivo, e ainda bem, noticiar as milhares de iniciativas levadas a efeito em todo o País por órgãos de poder central, autarquias, comissões de moradores, partidos políticos. São movimentações do mais diverso tipo que preavam a vitalidade do 25 de Abril, a necessidade do seu advento, a certeza da continuação,

O Algarve participa na euforia nacional, na Festa da Liberdade, na celebração do derrube do regime fascista. São as caravanas automóveis,

os bailes na praça pública, os espectáculos, as movimentações desportivas e culturais, a intervenção de grupos da canção política, as pinturas



A espera junto aos portões de Caxias.

das crianças, nos jardins e lugares públicos, o ar livre.

Em Portimão o circuito ciclista, em Faro a prova do «25 de Abril», as bandas e os cravos em Vila Real de Santo António, as pinturas infantis em Loulé.

Por toda a parte o povo movimentava-se, na esperança, na certeza de que a Alvorada de Abril, dada às três da manhã do dia 25 do ano de 1974, por um punhado de capitães progressistas, afastou para sempre as múmias, os fósseis, os parasitas monopolistas e latifundistas.

Hoje Abril é lei na Consti-

tuição da República Portuguesa de 1976. E os «constitucionais revisionistas» estão no poder. Por pouco tempo, supomos. Porque Abril se fez para cumprir, tem uma mensagem e uma missão pouco compatível com as destruições, atropelos e violações que hoje por aí se vêem todos os dias.

*Anda a galope ou a trote
uma besta à chicotada,
mas dos homens a chicote,
ninguém pode fazer nada.*

António Aleixo

Vamos todos para a rua celebrar a Liberdade! — E. C.

A PONTA DA AREIA

ARRANCOU EM MONTE GORDO A OPERAÇÃO SERTÃO

NO último sábado, responsáveis pela Operação Sertão, reuniram com a população, no pavilhão Gimno Desportivo de Monte Gordo, cuja inauguração está prevista para o dia 25 de Abril. Presentes o arquitecto Rui M. Paula, responsável pela operação, o assistente social Vítor Faria, o arquitecto José Veloso, da cooperativa de estudos e projectos Bloco, estudantes de sociologia, os vereadores da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Fernando Vargas e Manuel Mória, e, ainda, responsáveis pela direcção da Associação de Moradores «Povo Unido» de Monte Gordo/Projecto SAAL.

O arquitecto Rui M. Paula explicou à população os meandros desta Operação Sertão/Monte Gordo, anunciando que vai haver uma equipa no bairro, para ajudar a resolver os problemas, capaz de realizar obra de imediato, e garantindo que, dentro de 5 meses os planos para a recuperação do Bairro estarão prontos, ou seja no início do mês de Setembro.

A OPERAÇÃO SERTÃO/MONTE

TE GORDO destina-se a pôr termo a uma das situações mais graves de degradação urbana, existente na Região do Algarve.

O Sertão, em Monte Gordo, — também conhecido pelo bairro das cabanas — aglomerado de barracas, construídas à margem da povoação que foi crescendo devido a um saldo fisiológico importante e a um afluxo daquelas populações que foram vendendo as suas casas (expansão de residências de férias e da zona turística) e se deslocaram para uma zona limite da povoação, estabelecendo-se ali, a pouco e pouco, um novo bairro, segregado da forma de vida que se foi implantado em Monte Gordo.

O arquitecto Rui Paula considera que o Sertão constitui um núcleo populacional muito bem caracterizado na sua ocupação, onde faltam todas as infra-estruturas e os problemas da salubridade do ambiente estão por resolver. Que é um amontado de casas, construídas, na sua maior parte, clandestinamente, não subordinadas portanto a qualquer disciplina de plano ou regulamentos de edificações, nas quais se amontoam também dentro delas, inúmeras pessoas. Nalgumas casas várias famílias coabitam.

Os desequilíbrios existentes são gritantes se considerarmos sobretudo, que, paredes meias, existe outro núcleo, mais disciplinado mas também pouco estruturado, dispondo dos meios necessários a uma vivência normal e em funcionamento pleno só em parte do ano.

Na mesma povoação — Monte Gordo — duas situações antagónicas — entende o arq. Paula —: ou parte da povoação fica abandonada e a outra super habitada; ou, quando a primeira está ocupada — veraneantes, turistas, etc. — o Sertão encontra-se mais segregado ainda porquanto nada vem a ver com o esquema de vida urbana que então se processa. Tudo isto reflecte certa incapacidade na resolução destes problemas e, principalmente, a inexistência de uma política de actuação que contenha ou coordene o crescimento desordenado daqueles núcleos.

Caracterizando a situação actual, considera que embora, neste momento, estejam em curso obras de saneamento e de construção de arruamentos, a actual Câmara Municipal de Vila Real de Santo António iniciou o processo de Recuperação, de forma integrada, dando possibilidades de se instituir um Plano de Acção cujo objectivo se centra, fundamentalmente, no reordenamento do Sertão e na sua integração no tecido urbano de Monte Gordo. Que isto se processará de acordo com uma metodologia que, por operações sucessivas, conduzirá ao realojamento, em condições adequadas, das populações que ali vivem, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida.

Foi estabelecida determinada análise à situação existente e perante a realidade encontrada — situação das famílias, condições de habitabilidade das casas (adaptação e segurança), obras em curso de infra-estruturas, inexistência de estrutura urbana, etc. — propuseram-se os meios necessários conducentes à concretização de «pontos» de acção considerados oportunos e que a Câmara desde logo apoiou.

(Conclui na 3.ª página)

(Conclusão da última página)

EM QUE CONSISTE, POIS, A OPERAÇÃO SERTÃO/MONTE GORDO?

Fundamentalmente pretende-se obter à degradação que o bairro vem sofrendo e que conduz, de forma imperceptível, à degradação das próprias famílias. Pretende-se a sua integração num contexto mais vasto, que abraja a própria povoação de Monte Gordo, montando-se os dispositivos que esclareçam permanentemente as situações e programem as acções a desenvolver simultaneamente.

Pretende-se, portanto, intervir de forma global naquele território, diagnosticando todos os males e encaminhando, de imediato, para as respectivas soluções.

Cinco Acções foram estabelecidas, no sentido de se atingirem os objectivos propostos.

— Análise Urbana (Acção Um), visando o esclarecimento sobre a estrutura do bairro e a observação às condições de habitabilidade dos seus edifícios.

— Inquérito à Família (Acção Dois), pretendendo-se avaliar a constituição dos agregados familiares, da sobreocupação, da subsistência, das carências, da relação jogo/local de trabalho, etc.

— Plano de Recuperação (Acção Quatro), estruturando o conjunto edificado, dimensionando-o, organizando os espaços e estabelecendo o programa de instalações de apoio necessários à vida quotidiana das populações.

— Plano de Realojamento (Acção Cinco), perspectivando o alojamento das famílias, quer no próprio local quer por transferência, para outros mais de acordo com a forma de vida do agregado.

Estas quatro Acções, representando tarefas bem diversificadas, serão devidamente coordenadas pelo responsável da OPERAÇÃO que dirigirá uma Equipa Permanente de assistência às populações. Actuando no próprio local, tem a incumbência de analisar as pretensões dos moradores, de estabelecer um programa de obras — complementar das empreitadas em curso — e de as executar através de uma brigada de obra.

Esta tarefa constitui a Acção Três.

PLANO REGIONAL PARA O ALGARVE ANUNCIADO EM FARO

«TEMOS para o ano em curso um programa ambicioso que ultrapassa todos os objectivos algumas vezes fixados para o Fundo do Fomento da Habitação, mas é um programa realista que inclui o lançamento de 20 mil novos fogos, cujo custo ultrapassa os 17 milhões de contos» — afirmou em Faro o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, dr. Casimiro Pires, em conferência de Imprensa realizada no Governo Civil e com a qual encerrou uma visita de trabalho que durante três dias efectuou ao Algarve, no primeiro dos quais com a presença do Ministro da Habitação e Obras Públicas, eng. João Porto. Este presidiu a uma reunião com os presidentes dos municípios algarvieses em que foram debatidos problemas ligados à habitação, aos aproveitamentos hidráulicos, ao saneamento básico e às finanças locais.

O Secretário de Estado anunciou ainda a elaboração do «Plano Regional do Algarve», traba-

lho que, conforme referiu, visa promover um desenvolvimento físico e sócio-económico com disciplina de organização do espaço físico, sobretudo na faixa litoral, onde tantos desmandos têm sido cometidos, já que o desenvolvimento registado foi anárquico, não obstante o plano elaborado pelo arq. prof. Dodi, com uma filosofia própria, que era a que prevalecia na época em que foi elaborado.

Uma apreciação no próprio local das situações existentes e concretas para que as decisões sejam mais rápidas e eficazes foi como aquele membro do Governo definiu esta sua visita ao Governo em que, para além da reunião já realizada e de outro encontro às direcções das Associações de Moradores e Cooperativas de Habitação percorreu empreendimentos habitacionais em construção ou projectados nos concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, São

(Conclui na 4.ª página)

2-5-80

Plano Regional para o Algarve anunciado em Faro

(Conclusão da 1.ª página)

Brás de Alportel, Loulé, Albufeira, Silves, Lagoa, Portimão, Lagos e Vila do Bispo (ou seja 13 dos 16 concelhos), já que aos restantes três — Alcoutim, Aljezur, e Monchique, indisponibilidade de tempo não permitiu a visita, mas cujos «dossier habitação» foram também devidamente apreciados.

O problema da habitação atinge no Algarve, como aliás por todo o País, índices dramáticos, cifrando-se nesta província uma carência imediata da ordem das 15 a 20 mil casas.

Na sua reunião com a Imprensa, em Faro, passou em análise o sector apontando que, quando assumiu funções, estavam paralisados 221 empreendimentos com um total de 13 139 fogos, numa situação que considerou inadmissível, face à gravidade da situação do País. Optando pela definição de uma estratégia de intervenção disseminada por acções imediatas (concluir rapidamente os 13 139 fogos referidos), a curto prazo (um programa a executar em 1980 que inclui 20 mil novos fogos no valor de 17 milhões de contos) e a médio e longo prazo (a definição de uma política habitacional coerente e integrada que diz nunca ter existido), apontou depois, o dr. Casimiro

Pires, o facto de ter encontrado uma situação pouco correcta, com habitações concluídas e sem infra-estruturas, outras sem concurso para atribuição e outras paralisadas ou por falta de financiamento ou por dificuldades dos empreiteiros, não raro por dívidas para com estes de há 2 e 3 anos.

As obras paralisadas foram uma imagem que pairou nos vários contactos efectuados, como aconteceu em Vila Real de Santo António (mais de 100 fogos quase concluídos), Portimão (75 fogos), Loulé e Quarteira (casas pré-fabricadas não concluídas). Foram accionadas as acções para debelar esta situação e nestes três meses no Algarve, foi lançada a construção de 1 336 fogos, com valor estimado superior a um milhão de contos e todos os programas de casas pré-fabricadas prometeu, vão arrancar com conclusão na 1.ª quinzena de Maio. Aliás, o dr. Casimiro Pires fez menção de acentuar o dinamismo e dedicação das Cooperativas de Habitação e Associações de Moradores com que contactou nesta visita ao Sul do País. Referiu que em relação ao Algarve foram concedidos subsídios não reembolsáveis para projectos de 2 296 fogos na vigência do actual Governo.

Depois o Secretário de Estado e Urbanismo compararia os números registados neste período com a média dos últimos quatro anos.

No que se refere ao «Plano Regional do Algarve» diria o dr. Casimiro Pires que espera ele «possa constituir um instrumento útil e eficaz para apoio das actividades que os Municípios possam desenvolver em matéria de urbanismo» e que, na sua elaboração, haverá uma participação muito activa dos órgãos autárquicos. Serão linhas gerais desse Plano as seguintes: — Caracterização dos recursos e potencialidades da Região nas suas várias componentes; garantia de um melhor aproveitamento dos recursos; inventariação para recuperação e salvaguarda dos valores turísticos, arquitectónicos e paisagísticos; procura de soluções correctas para minimizar as intervenções humanas com defesa da qualidade de vida; definir as várias áreas mais vocacionadas para as várias actividades humanas; definir e caracterizar os actuais aglomerados humanos tendo em vista uma rede humana estruturada e equilibrada; contribuir em conjunto com diversos organismos interessados para o traçado da rede das infra-estruturas devidamente dimensionada.

No decurso de um período em que foram colocadas várias questões o eng. Pessanha Viegas, Director Geral do Equipamento Regional e Urbano, que se encontrava presente, teve o ensejo de referir a aprovação de um Plano Nacional de Jardins-Escolas João de Deus, elaborado pela Associação dos Jardins-Escolas, a sugestão daquela Direcção Geral, e que o primeiro a arrancar será o de Faro para o que foi concedida uma comparticipação de 80%.

Informou ainda que a despeito do subsídio previsto de 80% para a Associação do Conservatório Regional de Música do Algarve adquirir o Teatro Lethes, houve que encontrar outra solução já que a Cruz Vermelha Portuguesa, proprietária do artístico imóvel, recusa a sua venda. Encara-se assim a viabilidade de construção de um edifício de raiz na zona mais artística e monumental da cidade, a chamada «Vila-a-Dentro», em terrenos a negociar com a Misericórdia de Faro, junto ao Museu Arqueológico, no «espaço livre mais delicado que a cidade tem». Tal negociação prevê o apoio a prestar àquela instituição para instalar um Lar de III Idade no antigo edifício hospitalar.

Voz de Albufeira

exposição no Armazém atrás citado, podendo ser visitado pelos comerciantes e hoteleiros, para uma melhor análise, conforme nos disse o seu gerente sr. António Silva.

PARA BREVE O ANDAMENTO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS?

A convite do Governador Civil do distrito, entre outras associações e cooperativas de habitação do Algarve, deslocou-se a Faro a Associação de Moradores 17 de Julho, de Ferreiras, a fim de se discutir o andamento dos fogos há muito paralisados.

Na reunião que teve a presença do governador civil, secretário de Estado da Habitação, director da Delegação da Habitação do Sul e outras personalidades, procurou-se saber a posição das habitações sociais, a fim de tentar desbloquear-se a situação presente.

Mais acrescentamos que no passado dia 18/4 foi efectuada uma escritura de empréstimo àquela associação, sobre o qual oportunamente noticiaremos, bem como diversos problemas inerentes à sua actividade, através duma entrevista aos seus dirigentes.

Matos Alves

Correio de LAGOS

TERÁ O MUNICÍPIO ACTUADO NO SENTIDO DOS OCUPANTES DAS CASAS DOS DIVERSOS BAIROS ENTREGAREM AS CHAVES DAS CASAS QUE ANTES OCUPAVAM?

A PESAR de em Lagos terem sido construídos alguns bairros sociais, o problema habitacional está longe de solução condigna, havendo centenas de famílias que não dispõem de lar mesmo modesto.

Em contrapartida temos conhecimento de famílias ocupando Bairros como o dos Pescadores, do processo SAAL, e outros de carácter Cooperativo, que até agora não vagaram as casas que antes ocupavam, decerto por pagarem rendas reduzidas e até em alguns casos, poderem servir para colher proveitos, especialmente no Verão quando por um simples quarto se pedem contos de alu-guer.

Em tempos não muito distantes o inquilino de casa que vagasse fazia entrega da chave na Câmara Municipal para que através desta, fosse servida família sem lar das inscritas como necessitadas.

Não será de continuar na prática desta medida? A pergunta surge publicamente convicto que a Câmara publicamente, também não deixará de esclarecer o que se passa sobre o que consideramos abuso inqualificável de pessoas egoístas que, muitas vezes mostrando-se constrangidas pelos males dos seus semelhantes, vão aumentando as dificuldades dos mesmos.

Joaquim de Sousa Piscarreta

A PONTA DA AREIA

ANGÚSTIA NO BAIRRO CAR

UMA cobra de tamanho fora do comum para a região, mantém preocupadas as 40 famílias que habitam o «Bairro CAR», composto de habitações pré-fabricadas e situado entre a praça de touros e a linha do caminho de ferro, em Vila Real de Santo António. O bicho foi avistado a chupar uma cabra, no sítio das hortas, tendo-lhe comido uma teta. Depois, foram avistados rastros na areia que circunda as casas, razão pela qual os moradores se sentem tomados por uma certa angústia. Muitas crianças habitam aquele bairro e, de agora em diante, já os moradores não podem deixar as portas abertas, como faziam.

A Comissão de Moradores, recentemente eleita, elaborou um caderno reivindicativo que vai apresentar à Câmara Municipal, para que esta pressione o Fundo de Fomento da Habitação, responsável pelas infra-es-

truturas do local. O «Bairro CAR» está carênciado de água canalizada, iluminação pública, electricidade, arruamentos e esgotos e nele vivem cerca de 180 pessoas.

Entretanto e até à resolução por parte do FFH dos problemas das infra-estruturas, a Comissão de Moradores mostra-se disposta a mobilizar os ocupantes do Bairro para que estes auxiliem a Câmara, caso esta se encontre na disposição de construir fossas sépticas provisórias, ligadas às casas por mangas de plástico; a instalar mais algumas bicas públicas; efectuar a terraplenagem e limpeza dos terrenos; e desinfectar o local.

A LUTA PELA HABITAÇÃO SEGUNDO A IMPRENSA LOCAL DE TAVIRA E REGIONAL DO ALGARVE

2

O SAAL/ALGARVE

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) foi um programa público de habitação promovido pelo Estado Central no pós-25 de Abril, que previa a construção de novos bairros para as populações mal alojadas. O carácter inovador deste programa estava relacionado com o papel fundamental que conferia às organizações de moradores na iniciativa de construção do bairro e na gestão do processo. A experiência única e inovadora na História de Portugal contou com esperanças e aprendizagens, conflitos e obstáculos, e não foi igual em todo o país. A variedade das soluções urbanísticas, arquitetónicas e processuais encontradas resultou das especificidades a nível local e regional.

A região mais a sul do território continental cobria uma extensa área, chegando aos principais aglomerados algarvios. O SAAL/Algarve constituiu três equipas dedicadas às regiões do Barlavento, Centro e Sotavento, capazes de pôr a funcionar um processo mais fluído e apoiado por uma visão de convergência com as instituições regionais e, por vezes, com as comissões administrativas e os serviços municipais. As mais de quatro dezenas de notícias da imprensa aqui compiladas, ainda que abarquem toda a região, apontaram sobretudo para as operações SAAL lacobrigenses devido provavelmente à ininterrupta seção “Correio de Lagos” do *Jornal do Algarve*.

O SAAL/Algarve foi a região que mais construiu casas e bairros. Aqui, o desenho arquitetónico e a fase construtiva rumaram ao sabor da urgência, da discussão política e da participação popular - temas abordados nos três jornais analisados neste documento.

SERÁ DESTA QUE LAGOS SE LIBERTARÁ DOS BAIRROS DE LATA?

Em 10 deste mês pudemos assistir a uma sessão do M. D. P., através da qual ficámos inteirado de resultados satisfatórios acerca das diligências que o Movimento tem efectuado com vista à extinção dos bairros de lata que desde há muito mancham a cidade, motivando apontamentos sem fim, aos quais, regra geral, correspondiam os responsáveis pelos destinos do Município, com promessas de solução.

O Movimento valorizar-se-á na medida da atenção que dispensar à solução dos problemas que afectam o nosso meio, e assim, formulamos votos para que consiga pôr em prática as medidas tendentes à solução do habitacional, pois das conclusões a que chegam, face ao exposto pelo arq. Veloso, o Governo concederá a Lagos para os moradores dos bairros de lata e outros que habitem «pardieiros» de que a cidade está repleta, facilidades idênticas às das cidades de Lisboa e Porto.

CORREIO de LAGOS

O BAIRO 25 DE ABRIL PROMETE SER UM FACTO

Porque o trabalho é fonte de riqueza, e no domingo pudemos ver humildes pescadores, na quase totalidade do concelho de Vila Real de Santo António, pois a maioria provém de Monte Gordo, trabalhando com entusiasmo para que as barracas que instalaram a pouco e pouco nas dunas da praia de S. Roque (vulgo Meia Praia), sejam substituídas por casas mais compatíveis com as necessidades da época e da higiene, saúde e conforto que a todos devem ser dados, ficámos convencido de que o bairro para que esses pescadores escolheram o nome de «25 de Abril», virá em breve a ser um facto.

A televisão focou os primeiros aspectos das 43 moradias que ali serão construídas pelos Serviços Ambulatórios de Apoio Local (S. A. A. L.). Estivemos no local e apreciámos os movimentos preparatórios para as operações de construção, tendo registado que uma barraca desocupada foi transportada na íntegra para local conveniente à armazenagem de cimento, pelos interessados no bairro, que na altura da nossa visita descarregavam pedras transportadas por camioneta da empresa Palmares, que assim dá exemplo de como os capitalistas devem agir para ganharem terreno no campo democrático em que Portugal quer e deve viver.

A operação em curso, outras se seguirão para acabar com as barracas junto ao restaurante Duna e outras próximo da estação do caminho de ferro, e bairro da lata em Santo Amaro.

concelho e limítrofes, a expensas dos dirigentes do Movimento.

O eng. Laginha Serafim, ao encerrar a sessão, referiu-se com alegria e entusiasmo ao facto de recentemente o «Diário de Lisboa» haver defendido uma universidade popular no Algarve. Vamos, pois, todos lutar para que tal se concretize, porque assim um grande passo será dado para que os vindouros aprendam a ser mais democráticos.

CORREIO de LAGOS

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA DÁ CONTA DAS SUAS REALIZAÇÕES E PROJECTOS

Em 29 do mês findo, assistimos à primeira sessão pública de esclarecimento, das que a Comissão Administrativa realiza nas últimas quartas-feiras de cada mês.

Os assuntos focados foram a habitação social, a região autónoma do Algarve, e o jardim-parque da cidade. Antes da ordem do dia, o presidente, sr. Elói Correia Abreu, face a reparos feitos numa sessão do Partido Socialista sobre um livro tratando de assuntos de saúde pública, que de certo modo atingiam a Câmara por falta de divulgação do mesmo, deu explicações, que levaram o dr. Godinho a «penitenciar-se» sobre a forma como havia exposto o assunto na referida sessão.

Sobre habitação social, muito ouvimos que nos dá esperança de sensíveis melhorias em tão difícil problema, pois o bairro dos pescadores está a ser ultimado, a Câmara vai construir casas para venda e a S. A. A. L. activa as construções, tendo-se constituído já a Associação de Moradores 25 de Abril, junto ao Forte da Meia Praia, que alguns condenam a ponto de dizerem que se está estragando a Meia Praia, mas que nós apoiamos inteiramente, porque os pobres também têm direito a um lugar ao sol e, democratizados que sejam, é de esperar venham a formar centros de convívio que lhes permitam formação tendente a comportarem-se tão bem ou melhor, que muitos «senhores» que julgam os pescadores indignos de se instalarem em zonas de turismo.

Sobre a região autónoma do Algarve, pouco se adiantou talvez por ser assunto pouco falado e que merece estudo a nível distrital.

Sobre o jardim-parque da cidade, assunto debatido por Câmaras anteriores, durante a vigência das quais foi adquirida a casa do dr. Cabral para a sua instalação, muito há a fazer para se ajustar não só ao previsto então, como às necessidades do momento em que o Governo pretende a democratização do desporto, importando pois que à parte cultural se alie a recreativa e desportiva.

Com o fim de realizações que satisfaçam o melhor possível, fez a Câmara distribuir inquéritos-guias A, para que todos os munícipes possam pronunciar-se até 28 deste mês sobre a sua forma de pensar. E porque, com a colaboração de todos, poder-se-á conseguir obra mais de harmonia com o que a prática aconselha, oxalá muitas respostas surjam para que, juntas à nossa, venham demonstrar interesse por quanto possa valorizar a cidade.

pal, ao ponto de julgarem ofensivo defendermos cuidado e ponderação sobre a mesma.

Já diziam os nossos avós que «cautela e caldos de galinha não fazem mal a ninguém», e porque no momento de transição que a Nação atravessa justo se afigura reconhecermos a necessidade de caminhar bem e devagar para podermos democratizar, defendemos e temos fé em continuar a defender, que se procure vencer sem a violência que determinados partidos políticos parecem abraçar como a melhor arma para conseguirem fins que em parte admitimos menos benéficos para a reconstrução da sociedade. Esta só será verdadeiramente livre quando os homens se amarem uns aos outros como irmãos, auxiliando-se mutuamente e estudando a melhor forma de através de trabalho profícuo justamente remunerado, vencerem com honra as dificuldades do dia a dia.

Que se esqueçam de vez os 48 anos de obscuridade, que os verdadeiros democratas se empenhem em dar exemplos de acção dinamizadora e humanista; que as massas trabalhadoras dêem o melhor do seu esforço para demonstrarem que, sendo o trabalho fonte de riqueza, têm o direito a melhores condições de vida, mas que cessem ódios e vinganças.

CORREIO de LAGOS

A OBRA DA SAAL APRECIADA PELO SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO

Lagos teve no domingo a honrosa presença de entidades que se interessam pela solução do problema habitacional, sendo-nos grato registar a satisfação do secretário de Estado da Habitação e Urbanismo pelo que constatou junto ao Forte da Meia Praia, onde novos e velhos, que ali têm vivido em barracas, trabalham para dentro em breve poderem ter habitações, não diremos de luxo, mas com as condições de conforto e salubridade indispensáveis a qualquer ser humano. Constou-nos que um delegado da O. N. U. também se inteirou das obras em curso, ficando agradavelmente impressionado, o que nos anima a incitar os obreiros a prosseguir se possível em ritmo mais acelerado, porque tempo é dinheiro, e aproveitá-lo bem representa riqueza.

Apoio do Governo na construção de fogos habitacionais

O arg. Nuno Portas, secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, presidiu na Casa da Cultura em Lagos a uma reunião promovida pelo S. A. A. L. (Serviço de Apoio Ambulatório Local), daquela cidade. Assistiram à reunião, além dos membros da S. A. A. L., o comissário do Governo para o Gabinete de Desenvolvimento Económico do Algarve e membros das Comissões Administrativas de oito Câmaras Municipais do Distrito, interessados na solução do problema habitacional dos seus concelhos através do processo S. A. A. L.

A reunião de Lagos visou, sobretudo, apresentar os trabalhos já efectuados ou em fase bastante adiantada, e demonstrar como, através deste processo, com a participação activa das populações interessadas e o apoio técnico e económico do Governo, se pode caminhar para uma solução do problema habitacional.

Em Lagos, existem presentemente, as associações de moradores «25 de Abril» e «1.º de Maio», as quais, constituídas na sua maior parte por pescadores, estão a proceder à construção dos respectivos blocos habitacionais.

Desta maneira, houve uma ampla e frutuosa troca de impressões para a continuidade do processo S. A. A. L. e sua adaptação a outros concelhos do Algarve interessados em colaborar activamente na solução do problema. Foi sobretudo apontada a necessidade de uma política urbanística nos concelhos em que as Câmaras Municipais disponham de terrenos para oferecer às populações com vista à construção das suas casas, e a correlação entre o problema da habitação e o problema do urbanismo.

CORREIO de LAGOS

ESPECTÁCULO DE SOLIDARIEDADE

O 25 de Abril foi assinalado em Lagos por um espectáculo no Cinema Império com a exibição do filme chileno «A Terra Prometida».

Consideramo-lo de solidariedade, porque promovido pela Associação de Moradores 25 de Abril que na Meia Praia se vem empenhando na construção do seu bairro, visando auxílio para prosseguir com honra, isso foi compreendido por agentes da P. S. P., Bombeiros, trabalhadores do Cinema e da Tipografia e proprietários do filme e do cinema, que colaboraram gratuitamente demonstrando assim atenção pelos que através das lides do mar vêm contribuindo para que à nossa mesa não falte o precioso alimento que é o peixe.

Notámos a ausência de pessoas que vivem em condições mais desafogadas e como não é segredo que os projectos para as constru-

ções têm sido subsidiados pelo Estado, oxalá aos autores do mesmo seja possível dispensar parte dos subsídios em benefício da Associação de Moradores, que assim ficaria duplamente agradecida pela acção dos que tendo lançado a semente à terra bem lhes ficará acompanhar o nascimento e crescimento das «plantas». Estas, uma vez enraizadas poderão frutificar com benefício dos presentes e dos vindouros.

NOVO ESPECTÁCULO DE SOLIDARIEDADE

Está de parabéns a Associação de Moradores 25 de Abril, pela colaboração leal e desinteressada de quantos actuam no Cinema Império, com vista a facilitar-lhe meios para continuarem o seu bairro na Meia Praia. O filme exibido, «Viva la muerte», não se pôde considerar cultural, como dirigentes políticos classificaram, antes selvático, pois se não fora a presença de um menor com desempenho humanístico os espectadores talvez tivessem em grande maioria, abandonado a sala.

Valha-nos porém, o destino a dar à receita que, adicionada à do espectáculo anterior, deve ultrapassar os 20 contos, que constitui ajuda apreciável para estimular os moradores do bairro 25 de Abril.

Eliminação dos bairros da lata em Lagos

NA penúltima sexta-feira, o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lagos, sr. Elói Abreu, fez entrega à direcção da Associação de Moradores 25 de Abril, das primeiras verbas destinadas ao pagamento de salários e materiais de construção das moradias que aquela Associação está construindo para substituir as barracas existentes na Meia Praia.

Este é o primeiro pagamento efectuado pelo Fundo de Fomento de Habitação (SAAL), facto que foi aproveitado pelo sr. Elói Abreu para exortar as representantes da Associação a terem fé nas promessas feitas pelo Governo e a não darem ouvidos aos que, com intenções que certamente não são as que mais interessam aos trabalhadores, tentam desmobilizá-los do processo instituído no seu próprio interesse. Falaram também, o chefe da equipa S. A. A. L. de Lagos, arq. José Veloso e o eng. David Oliveira, que exortaram os trabalhadores a dar, nas obras em curso, o seu contributo para uma maior rentabilidade do dinheiro nelas empregado, quer pelo Estado, quer pelos interessados.

Campos internacionais de trabalho do Algarve

Decorreu na sede da Comissão Regional de Turismo do Algarve, uma conferência de Imprensa, no decurso da qual o sr. Deodato Santos, membro da Comissão Administrativa daquele organismo, deu a conhecer a acção já realizada para que os campos internacionais de trabalho sejam uma realidade. Centralizada a acção pela Comissão Regional de Turismo do Algarve, que após ter «luz verde» da Direcção Geral do Turismo se lançou na sua efectivação serão os mesmos organizados pelas autarquias locais, com a colaboração do M. F. A., Secretaria de Estado do Turismo e INATEL. Serão as referidas autarquias locais a definir as estruturas administrativas dando-lhes capacidade realizadora e evitando o serem «digeridas» pela máquina centralista. O principal objectivo desta iniciativa é criar um novo tipo de turismo, trazendo a juventude revolucionária internacional a colaborar com a juventude portuguesa na criação de um novo esquema de relações entre as pessoas e simultaneamente dar uma ajuda à construção de um País novo.

Deste modo e até 31 de Maio as autarquias locais (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Comissões de Moradores, etc.) enviam à Comissão Regional de Turismo do Algarve uma lista de melhoramentos colectivos que pretendam efectuar, com especial interesse para as freguesias rurais arredadas de todo o contacto com o «mundo do turismo que se vai à beira-mar».

O Movimento das Forças Armadas dá o seu apoio com o empréstimo de material de campanha, camiões, etc. e a alimentação (principal obstáculo económico) será suportada com apoio da Secretaria de Estado do Turismo.

Até este momento surgiram já adesões da Junta de Freguesia de Barão de São João (campo de trabalho agrícola de apoio ao pequeno campesinato), bem como das Câmaras Municipais de Portimão (projecto SAAL), de Monchique e de Silves. Colocada a questão de uma colisão na falta de emprego existente foi referido pelo sr. Deodato Santos que de modo algum os trabalhadores a realizar poderiam ser afectados por falta de recursos das pequenas autarquias. A Comissão Regional de Turismo do Algarve cabe neste assunto uma centralização de projectos e a dinamização dos campos. Prevê-se que os mesmos funcionem durante todo o Verão e procura-se também canalizar a juventude que «pratica o campismo selvagem» desde as fronteiras para os campos de trabalho. A juventude da região terá papel importante nos campos, sendo ela própria a dirigir-se, combatendo-se assim complexos inibitórios e para que não seja absorvida pela gente nova das grandes cidades. Por outro lado afirmou o sr. Deodato Santos: «Não se trata apenas de trabalho mas de uma acção colectiva em que a juventude revolucionária pode concretizar as suas teorias, saindo dos cafés e dos bancos da universidade para aprender em contacto com o povo».



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO

ANO 19.º

SÁBADO, 31 DE MAIO DE 1975

DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO

AVENÇA

N.º 949

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO

OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — TELEF. 254

LISBOA — TELEF. 361839

FARO — TELEF. 22322

AVULSO 2505

OITO MEMBROS DO GOVERNO ESTUDARAM EM FARO IMPORTANTES PROBLEMAS DO ALGARVE

CONFORME referimos no último número, ao longo de várias reuniões inter-Câmaras no Governo Civil do Distrito, foram equacionados múltiplos problemas que na presente conjuntura se vivem no Algarve e cuja solução se reveste da maior importância e urgência. Foram eles agora postos à consideração de uma ampla equipa governamental que no último sábado se deslocou a Faro. Durante muitas horas, num clima de franca e leal abertura e de

total honestidade e isenção, colocaram-se questões e buscaram-se soluções, num objectivo de dinamização autêntica.

Os trabalhos tiveram a presença dos ministros do Trabalho, do Planeamento e Coordenação Económica, e da Administração Interna, dos secretários de Estado da Administração Regional e Local, da Habitação e Urbanismo, do Emprego e do Planeamento dos Recursos Humanos, do subsecretário de Estado do Orçamento, do adjun-

to da Administração Interna e do presidente da Comissão Executiva Permanente do Programa Nacional de Emprego. De manhã, os visitantes reuniram exclusivamente com os componentes da Comissão Regional de Emprego, de recente constituição e para a concretização de cujo objectivo último de desenvolvimento sócio-económico e de um integral planeamento da região são fundamentais a definição de orientações de natureza qualitativa; elaboração de diagnósticos globais da região; formulação de medidas para a prossecução dos objectivos sócio-económico; indicação da adequação dos méto-

dos a utilizar nos problemas que se pretende resolver; identificação dos obstáculos ao desenvolvimento e elaboração de propostas conducentes à remoção das dificuldades; incentivação, promoção e apoio às iniciativas das populações que visem a sua organização em associações de carácter cooperativo; acompanhamento da execução das medidas adoptadas e avaliação dos resultados; articulação permanente com o Gabinete de Planeamento; e recolha e análise de todos os elementos estatísticos fornecidos à Comissão Regional de Emprego.

(Conclui na 4.ª página)

Oito membros do Governo estudaram em Faro importantes problemas do Algarve

(Conclusão da 1.ª página)

Na reunião da tarde, participaram representantes de todas as Comissões Administrativas dos Municípios algarvios e dos partidos, além dos elementos da Comissão Regional de Emprego e de funcionários superiores de serviços distritais.

A iniciar os trabalhos, o chefe do Distrito, dr. Ramires Fernandes, saudou os membros do Governo e o Conselho Superior da Revolução, ali representado pelo major Costa Martins, tendo expressado a esperança de que por este contacto os poderes centrais ficassem mais sensibilizados para os graves problemas que o Algarve atravessa.

O dr. Alvaro Café, da Comissão Administrativa da Câmara de Faro, leu um documento aprovado em reunião inter-Câmaras, em que os Municípios fazem a denúncia do Código Administrativo ainda existente, o qual, entervando a Revolução Socialista, impede que as autarquias tenham capacidade de resposta, o que motiva uma desmobilização das populações no seu entusiasmo inicial. Depois de exaustiva análise às causas que motivam a crise económica do Distrito, o documento sugere a criação imediata da Região do Algarve, com autonomia administrativa e financeira; reforma fiscal a nível dos Municípios; preenchimento imediato dos quadros de funcionalismo administrativo e de técnicos que se integrem num espírito verdadeiramente revolucionário; aceleração das inspecções aos Municípios, destacando-se para tal efeito um ou mais inspectores para todas as Câmaras da região; andamento imediato a todos os projectos de electrificação e delineamento urgente de um projecto de electrificação das zonas rurais; estabelecimento de um plano de emergência para o saneamento básico destinado a prevenir o aparecimento de novo surto epidémico de cólera; concessão de créditos necessários ao lançamento de um programa de habitação social em toda a região, com promulgação de medidas que simplifiquem a expropriação sistemática dos terrenos necessários à execução do programa; dotação com professores, das escolas rurais, neste momento paralisadas; acrescentar à Comissão Regional de Emprego técnicos de planeamento económico para constituírem o secretariado permanente da mesma Comissão; moralizar os vencimentos dos membros das comissões para o apoio às empresas do campo turístico e das comissões administrativas dos grandes grupos económicos do mesmo sector, por forma a que não choquem justamente os milhares de trabalhadores que nesse campo estão desempregados ou vivem paredes meias com o espectro do desemprego.

Em nome do Conselho da Revolução, o major Costa Martins, saudou os presentes, tecendo considerações sobre a actual crise económica, referindo a circunstância, a ultrapassar pela «batalha da produção», de o País consumir mais do que produz. Reafirmou o apoio do Governo às massas trabalhadoras, autarquias locais e sindicatos.

Seguiu-se um amplo período de intervenções, que durou largas horas e das quais damos uma resenha. Um representante da Câmara de Portimão referiu a impossibilidade de pagamento da próxima prestação de 650 contos, referente a um empréstimo de 10 000 contos feito em 1971 para aquisição de terrenos para o Matadouro e outros, e que a Junta dos Produtos Pecuários deve ao Município 3 200 contos, por transferência das instalações do Matadouro. A isto objectou o subsecretário de Estado do Orçamento, que a transferência das instalações do Matadouro determina também a transferência da responsabilidade dos encargos as-

sumidos para a sua construção.

Um representante da Câmara de Lagoa, disse que a dívida total do Município é de 4 000 contos, dos quais 700 de projectos. Há problemas de falta de abastecimento de água, existindo a 5 kms da sede do concelho um riquíssimo manancial cujo não aproveitamento encharca e inutiliza para a agricultura 40 hectares de terreno. Focou problemas de desemprego e a necessidade de reordenamento da vida económica regional.

O secretário de Estado da Administração Regional e Local aludiu ao projecto do decreto-lei em que as Câmaras terão autonomia financeira e disse que a de Lagoa receberá, dentro de dias, 395 contos, verba consignada a despesas com pessoal. Aquela verba faz parte de 500 mil contos a distribuir com idêntico fim a todas as Câmaras Municipais, e está envidando esforços para um reforço de 840 300 contos. Leu a lista completa dos subsídios às autarquias municipais do Algarve na consignação de «despesas com pessoal», dizendo que os Serviços Municipalizados irão também receber subsídios.

Um membro da Câmara de Faro, citou o problema dos reembolsos da Junta de Produtos Pecuários aos Municípios e a necessidade de electrificação das zonas serranas e de um desenvolvimento harmónico do Algarve para acabar com a assimetria entre o litoral e a serra.

O ministro do Planeamento e Coordenação Económica apontou a actualidade e vantagens da criação do Gabinete do Planeamento do Algarve e da Comissão Regional de Emprego, disse que as autarquias locais também beneficiarão com a nacionalização da banca e que está em estudo com a Secretaria de Estado do Turismo e Sindicatos da Hotelaria, a adopção de medidas urgentes para reanimar a indústria turística.

O secretário de Estado dos Recursos Humanos citou a necessidade de enviar para o Algarve um representante da Secretaria de Estado da Indústria, para que o Gabinete do Planeamento se possa lançar noutros sectores.

O ministro da Administração Interna teceu elogiosos considerandos à proposta das Câmaras Municipais e considerou que a visita permitia ao Governo uma maior consciencialização dos problemas do Algarve.

Um membro da Câmara de Castro Marim apontou a total impossibilidade económica do Município e as suas grandes necessidades.

Um representante do Gabinete de Planeamento do Algarve afirmou todo o apoio à Câmara de Castro Marim, concelho em que, dentro de dias, se inicia a construção de oito caminhos municipais e dezoito estradas municipais, além da dotação com um camião para a recolha do lixo.

O dr. Soares Ferreira fez referência a várias obras portuárias e à acção da Secretaria de Estado das Pescas.

O dr. Alvaro Café historiou o problema habitacional no Algarve e a falta de recursos, quer dos Municípios quer das famílias necessi-

tadas, que não podem pagar as casas em 17 anos. Referiu a extraordinária valia do Programa SAAL no Algarve mas que as obras em Lagos tiveram de parar, pois só agora foram recebidos 120 contos para as já construídas 47 habitações, quando se prevê 60 contos para cada.

O secretário de Estado da Habitação e Urbanismo disse poderem essas obras continuar e outras arrancar, pois encontra-se em estudo um esquema credencial para habitação de 60 a 90 contos, pagável em 20 anos e a 3% por ano.

Um membro da Câmara de Oihão fez referência à actual crise da pesca e conservas, com implicações em problemas sociais. Referiu a necessidade da criação de uma rede de frio, do aumento da frota pesqueira com unidades capazes de grandes deslocações e a conversão do sector das conservas de peixe para a industrialização, também, de frutas e produtos hortícolas.

O capitão Piteira Santos, representante do M. F. A. na Comissão Regional de Emprego, apresentou uma proposta, no final aprovada por unanimidade, de «sem prejuízo de outras obras em curso se elaborar, até fins de Julho, um estudo sobre a situação económica do Algarve, com indicações concretas das soluções realizáveis a curto prazo».

O eng. Morgado André, do M. D. P./C. D. E. disse não se colocar o problema da habitação social, pois há muitas casas para vender. Que o problema do desemprego, não se resolve com a constituição de empresas públicas de construção civil, mas sim com o arranque da reforma agrária e com a mobilização, nas cidades, de grupos que vão ajudar os proprietários das várzeas a fazer barragens de terra para aproveitamento dos recursos hídricos e também com a reconversão agrícola.

Um representante da Câmara de Loulé falou sobre o reordenamento regional agrícola e por fim o ministro da Administração Interna afirmou que em relação ao Governo Central, a reunião fora muito dinamizadora, facto que foi reforçado pelo chefe do Distrito, reafirmando que a mesma sensibilizaria ainda mais o Governo para os problemas do Algarve.

O encontro encerrou com palavras do major Costa Martins, que disse ser necessário andar para a frente na construção de um País novo, da melhor forma possível.

João Pombo Lopes

Médico estomatologista

(boca e dentes)

Cirurgia Oral

Ex-Assistente do Instituto Português de Oncologia.

Consultas diárias a partir das 16 h. na Rua Reitor Teixeira Guedes, 3-2.º — Faro — telef. 25855.

Trespassa-se

Estabelecimento com duas frentes e amplas montras, na Rua-Passeio Dr. Teófilo Braga, em Vila Real de Santo António.

Resposta a este jornal ao n.º 414/75.

QUANDO DESAPARECERÃO DA AVENIDA DOS DESCO- BRIMENTOS AS BARRACAS DA JUNTA AUTÓNOMA DOS PORTOS?

Que as barracas de madeira da Junta dos Portos, junto ao Palácio da Justiça constituem autêntica nódoa na Avenida dos Descobrimentos, não restam dúvidas a quem quer que seja.

Que os nossos apelos no sentido da sua transferência para local mais consentâneo com a sua utilização, datam de há muito, é do conhecimento público.

Que nos ocorre ter o dr. Figueiredo Luís quando presidente da Câmara dado conta de promessas feitas pelo director geral dos portos no sentido da transferência reconhecida como absolutamente necessária, é um facto.

Depois do 25 de Abril, não sei se os partidos e movimentos políticos que actuam em Lagos, se têm interessado pelo assunto. A propaganda política e eleições diversas praticamente à pressa, têm absorvido a sua atenção. Agora, porém, que a «febre» da propaganda passou, bom será que se entre em realizações que contribuam para melhorar o aspecto da cidade, entre as quais me permito destacar a transferência das barracas da Junta dos Portos e a reparação dos estragos causados pela propaganda política.

De válido por ora, temos as habitações em curso da S. A. A. L. que, sendo mais obra do Governo que dos dirigentes políticos locais, não os valorizam tanto como seria para desejar.

Projectos não têm faltado, manifestações também não, até algumas em poses abusivas, e porque se me afigura necessário realizar dentro do que se promete e com legalidade, oxalá nos seja dado ver passar da palavra à acção, tendo sempre presentes os princípios da democratização.

Vai a 750 mil contos o montante de obras a desenvolver até ao fim deste ano pelo Gabinete de Planeamento da Região do Algarve

O INICIO de um processo fundamental para esclarecimento dos problemas que incumbem ao Gabinete» foi como o arq. Rui Mendes Paula, director do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, definiu a reunião que teve com os representantes dos

órgãos de Informação.

O arq. Rui Paula, que se encontrava acompanhado pelos engs. Celestino Relvas, dos Serviços de Urbanização, Sousa Pires, da Comissão Regional de Turismo e Marques da Costa e arq. Luís Moreira, do Grupo de Trabalho do Gabinete, apresentou os aspectos fundamentais da estrutura e atribuições do novel organismo, de que tanto se espera para o progresso da Província sulina.

Depois de ter historiado o processo que levou à criação do Gabinete, processo que se desenrola desde Maio/Junho de 1974, esclareceu que a legislação prevê que sejam transferidas para o mesmo as competências que até aqui cabiam à Direcção de Urbanização, Junta Distrital, Comissão Regional de Turismo (obras de infraestruturas urbanísticas), Direcção Hidráulica do Guadiana (no que se prende com esgotos e abastecimento de águas), Direcção de Estradas (no que se prende a viação rural) e Fundo de Fomento de Habitação (no que cabe à apreciação e participação dos planos habitacionais das autarquias locais).

O Gabinete corresponde ao reconhecimento por parte do Governo da necessidade de criar novas estruturas para solução rápida dos

(Conclui na 4.ª página)

4

Vai a 750 mil contos o montante de obras a desenvolver pelo Gabinete de Planeamento do Algarve

(Conclusão da 1.ª página)

mais graves problemas que afectam as populações, mormente as classes trabalhadoras. Aliás, essa reconhecida necessidade de descentralização, já reforçada com a criação da Comissão Regional de Emprego, ficará mais amplamente definida quando, a curto prazo, for publicado o diploma que institucionalizará a autonomia da zona.

O director do Gabinete de Planeamento deu conhecimento das reuniões e contactos que já manteve e das realizações que serão lançadas a curto prazo. Assim, com o Fundo de Fomento da Habitação foram estudados problemas que se relacionam com o lançamento de novos programas que solucionem de imediato carências habitacionais da região, para o que se torna necessário o estabelecimento de uma política concreta e realista de expropriações, a fundação de «ateliers» em várias localidades e a atribuição de participações às Câmaras, com vista à realização de obras complementares ligadas ao sector da habitação social. Referiu uma reunião havida com os responsáveis pela Educação, afirmando, que «o MEC está muito interessado na regionalização do ensino».

O Gabinete, que funcionará em pleno dentro de aproximadamente dois meses, está empenhado na realização de uma série de empreendimentos a nível das autarquias, que envolverão, até final de 1975, mais de 750 000 contos, e em que assumem especial relevância os que se prendem com habitação social, abastecimento de águas, saneamento básico e electrificação dos meios rurais.

Foi ainda anunciado um colóquio, a realizar em Julho, em que, sob a denominação de «I Colóquio sobre Planeamento Regional do Algarve», serão abordados temas relacionados com a política de solos, administração municipal, saneamento básico, meio ambiente e estruturas urbanas.

Neste momento estão em construção, no âmbito de um plano que visa a aquisição de habitações de renda limitada, fogos cujo custo ultrapassa os 120 000 contos e que se localizam em Tavira, Silves, Vila do Bispo, Olhão, Lagos e Faro, isto para além de outros programas excepcionais em que se pensa investir, ainda em 1975, cerca de 46 000 contos, sendo salientado que em todas as empreitadas será dada prioridade à mão-de-obra algarvia e que em cada um dos concelhos os empreiteiros nunca poderão ter ao ser serviço menos de 10% de operários da própria área.

Com referência ao programa SAAL (Serviço Ambulatório para Apoio Local), cujo valor foi real-

gado, o director do Gabinete de Planeamento acentuou que já estão em fase muito satisfatória cinco núcleos, sendo quatro no concelho de Lagos e um no de Portimão, envolvendo este último mais de setenta famílias.

Outros aspectos sobre os quais aquele departamento vai debruçar-se em breve, ligam-se ao sector da saúde, para o que estão a ser elaborados estudos, de colaboração com a Direcção Distrital de Saúde, e ainda os que dizem respeito à solução das carências habitacionais de Oihão e Fuseta, que são muito graves.

O PROBLEMA HABITACIONAL

Com o puro objectivo de solucionar este problema, em Monte Gordo, foram já distribuídos «lotes de terreno para construção por conta dos interessados, encontrando-se neste momento essas construções muito adiantadas. Procura esta C. A. dar satisfação a outros pedidos de habitantes daquela povoação no sentido de ceder mais lotes de terreno para construção. Isto sem prejuízo do Bairro Social de 100 fogos, cujo projecto a Câmara tem paar aprovação e participação no respectivo Ministério há aproximadamente 6 meses. Esperamos contudo, e para isso existem fortes razões, que o problema se resolva muito breve.

Está também em curso a solução para a construção de casas, com o apoio do projecto S. A. A. L. organismo dependente do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, que visa servir as classes mais desfavorecidas.

Na sede do Concelho e com vista

a suprir a falta de habitação e o desemprego, iniciou esta C. A. a construção de 32 fogos, na qual, mau grado todos os esforços enviados nesse sentido, foi contra sua vontade, forçada a suspender os trabalhos, devido a uma série de anomalias que se tornaram impossíveis de controlar.

Espera a C. A. poder brevemente pôr a concurso público o termo daquela obra. Para iso, aguardamos a entrega do caderno de encargos, que está sendo elaborado por técnico competente.

Não pode nem deve esta Comissão esconder o seu desgosto pela falta de cooperação e colaboração da parte de alguns trabalhadores admitidos do Serviço Nacional de Emprego para aquela obra. Importa recordar que a mesma foi iniciada não só com o fim de suprir o problema da habitação como o de dar trabalho ao grande número de desempregados da construção civil que existia no concelho, devido à paralisação de várias obras que estavam em curso.

Tem ainda esta C. A. em estudo outro plano para solucionar o problema habitacional de muitas pessoas que estão interessadas na auto-construção e que apresentaram por intermédio desta Câmara, os seus requerimentos ao Senhor Ministro da Habitação e Ambiente Social.

Têm sido vários os encontros realizados entre esta C. A., os interessados e o Gabinete de Planeamento do Algarve, encontrando-se presentemente este assunto em vias de solução final.

No sector de obras particulares, tem esta C. A. dado todo o seu apoio à construção privada.

É com certo alívio que quase podemos garantir o recomeço das obras do Lazareto, pois, neste momento, encontra-se já preparado o caderno de encargos que vai servir de base ao concurso público.

Cartório Notarial de Tavira

Notária: Licenciada MARIA LUÍSA DOS SANTOS ANSELMO

Associação de Moradores Povo Unido de Monte Gordo

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação que no dia 28 de Maio último, de fls. 23 v. a fls. 32 do livro n.º A-25 de notas para escrituras diversas deste Cartório, foi exarada uma escritura da constituição da Associação em epígrafe outorgada por Domingos Teixeira Bartolomeu; José António Vicente; Miguel Viegas Rosa; José Manuel Ferreira Lopes; Fernando José Bandeira Lopes; João Peres Gomes; João Manuel Santos Romão; Joaquim Calvino Serrano; e José Miranda Rodrigues Chagas, residentes no Povo de Monte Gordo, constituídos em comissão organizadora, a qual associação se rege pelas regras seguintes:

Capítulo primeiro

DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS PRIMEIRO

A Associação usa a denominação «ASSOCIAÇÃO DE MORADORES POVO UNIDO DE MONTE GORDO», tem a sua sede no sítio dos Navegantes, freguesia e concelho de Vila Real de Santo António, e constitui-se por tempo indeterminado a partir desta data.

SEGUNDO

As suas finalidades são:

a) Promover e auxiliar o alojamento dos moradores do Povo de Monte Gordo que vivem em barracas no sítio das Areias, e, em precárias condições de habitabilidade noutros sítios do mesmo Povo.

b) Promover e desenvolver entre os seus membros actividades destinadas à divulgação e prática de cultura, da arte e do desporto, nos seus variados aspectos.

c) Fomentar e apoiar entre seus membros acções de cooperação no estudo e solução de problemas comuns de interesse social próprios do agregado habitacional, e, a interajuda entre todos os seus associados com base nos seus princípios de cooperativismo.

TERCEIRO

Para prosseguir as finalidades indicadas no artigo anterior a associação pode contratar e receber financiamentos, usar e adquirir a qualquer título, direitos imóveis e móveis e promoverá a construção das casas nos locais cuja utilização ou propriedade ela obtiver.

Parágrafo único — É a Assembleia Geral dos sócios que deliberará sob proposta da direcção, relativamente aos termos, cláusulas e condições dos financiamentos e do uso e aquisição dos direitos imóveis.

Capítulo Segundo

DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES, E DO FUNCIONAMENTO

QUARTO

Podem fazer parte da Associação

todos os actuais chefes de família em representação dos respectivos agregados familiares que vivem nas condições referidas na alínea a) do artigo segundo.

Parágrafo único — Consideram-se chefes de família os que, nas condições indicadas nestes estatutos, lhe sejam equiparados e os que habitualmente vivam só e economicamente independentes dos outros moradores.

QUINTO

A associação mobilizará todos os recursos que obtiver, quer do Estado quer do município ou de outras entidades públicas ou privadas, em ordem ao prosseguimento dos seus fins.

SEXTO

Cada Sócio concorrerá para a construção das habitações com trabalho, materiais de construção e dinheiro, e, para o património social, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

SÉTIMO

O trabalho e os materiais de construção prestados pelos sócios e calculados pelos preços correntes do mercado local à data da prestação bem como o dinheiro entregue serão contabilizados pela Associação a favor dos mesmos sócios.

OITAVO

O Sócio que, tendo possibilidade de concorrer para a construção das habitações, não o fizer será advertido pela direcção da Associação, no sentido de prestar concurso.

Parágrafo Primeiro — A advertência será feita unicamente no sentido de esclarecer o associado da necessidade da participação efectiva e colaborante nas tarefas comuns.

Parágrafo Segundo — Se, depois de duas advertências, o associado continuar a não prestar o concurso que lhe é possível, poderá ser excluído por deliberação da Assembleia Geral dos Sócios, sob proposta da direcção ou de qualquer associado.

Parágrafo terceiro — Nesta hipótese terá direito ao reembolso actualizado do que a seu favor tenha sido contabilizado, não se incluindo o que houver pago a título de quotas mensais fixadas para o património social.

NONO

Cada sócio, incorrerá nas penas previstas, no artigo anterior se também: a) não pagar pontualmente a quota fixada para o património social (Artigo 6.º);

b) não pagar, pontualmente a quantia que for estipulada pela direcção para amortização;

c) não contribuir para a solução de problemas da associação nomeadamente recusando, sem motivos ponderosos, a sua eleição para os cargos

sociais ou comissões especiais.

DÉCIMO

A Associação promoverá a construção de uma casa de habitação para cada unidade familiar e destinada ao seu alojamento.

Parágrafo Primeiro — Consideram-se familiares os parentes e afins que vivam habitualmente em comunhão de mesa e habitação e ainda as pessoas que nos mesmos termos vivam numa relação familiar de facto.

Parágrafo Segundo — As condições de habitabilidade e comunhão serão determinadas, pela Assembleia Geral dos Sócios.

DÉCIMO PRIMEIRO

As casas de habitação serão ocupadas pelos sócios quando todas estiverem concluídas e licenciadas.

DÉCIMO SEGUNDO

Quando o associado ocupar a casa de habitação ser-lhe-ão fixadas pela direcção da Associação e com parecer do Conselho Fiscal, uma quota de amortização e a periodicidade do seu pagamento.

Parágrafo único — Na determinação destes elementos ter-se-ão em conta o custo da construção, o valor das prestações com que o sócio concorreu para a mesma, o prazo de amortização do eventual financiamento obtido pela associação e as condições económicas do associado e do respectivo agregado familiar.

DÉCIMO TERCEIRO

O direito ao uso da casa é transmissível, por óbito do chefe de família, em conjunto a favor do cônjuge sobrevivente e dos filhos desde que pertençam ao agregado familiar ou a favor das pessoas que relativamente ao falecido estejam numa relação marital ou filial de facto.

DÉCIMO QUARTO

O direito ao uso da casa cessa verificando-se:

a) — O abandono justificado da casa pelo agregado familiar;

b) — A expulsão do agregado familiar;

c) — Por morte do chefe de família, ou se casado, por morte do cônjuge se este lhe sobreviver.

d) — A maioria do filho mais novo que sobreviva ao chefe de família ou ao seu cônjuge.

e) — Ou à morte de filho se incapaz ou vivendo em debilidade económica que sobreviva ao chefe de família e seu cônjuge.

Parágrafo único — É a Assembleia Geral dos sócios que deliberará sobre a justificação do abandono previsto na alínea a).

DÉCIMO QUINTO

Cessando o uso da casa pelos motivos indicados nas alí-

neas referidas no artigo anterior, terão os interessados direito à restituição em conjunto, do valor actualizado do que o chefe do agregado prestou em trabalho, materiais de construção e dinheiro para a construção da mesma casa e ainda o que haja pago a título de quotas de amortização.

Parágrafo primeiro — A restituição do valor será efectuada em prestações de montante e com periodicidade pelo menos iguais aos que tenham sido cumpridos pelo agregado familiar respectivo.

Parágrafo Segundo — Compete à Assembleia Geral dos sócios sob proposta da direcção, a fixação do montante a deduzir das prestações referidas no parágrafo anterior, tendo em consideração eventuais obras para o arranjo e reparação da casa deixada pelo agregado familiar.

DÉCIMO SEXTO

Os sócios são sempre responsáveis pela reparação material dos prejuízos causados pelo uso anormal dos bens da Associação.

Capítulo Terceiro

DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES

DÉCIMO SÉTIMO

São infracções disciplinares dos sócios os actos que perturbem, prejudiquem ou tornem impossíveis a existência de relações de convívio entre os agregados familiares e a cooperação permanente entre eles na defesa activa dos interesses sociais comuns.

DÉCIMO OITAVO

Podem ser aplicadas aos sócios as penas de advertência simples feita perante a direcção, advertência registada e expulsão.

DÉCIMO NONO

A advertência simples será aplicada quando à infracção não caiba qualquer das outras penalidades.

VIGÉSIMO

A advertência registada será aplicada quando, não sendo caso de expulsão, sejam praticados, habitual e repetidamente, actos que sejam punidos com pena de advertência.

VIGÉSIMO PRIMEIRO

A expulsão será aplicada ao sócio que cometa uma infracção, após ter sido castigado com três advertências registadas ou que pratique facto grave que, de per si, torne impossível o convívio entre os agregados familiares e a cooperação permanente entre eles na defesa activa dos interesses comuns.

VIGÉSIMO SEGUNDO

A pena de advertência simples será da competência da direcção da Associação e as outras da Assembleia Geral dos sócios, devendo a de expul-

são ser votada por três quartas partes dos votos.

Parágrafo Primeiro — Da decisão da direcção da Associação cabe recurso, a interpor, no prazo de oito dias para a Assembleia Geral dos sócios.

Parágrafo Segundo — O sócio expulso será reembolsado apenas e pelo valor actualizado do que houver prestado em trabalho, materiais de construção e dinheiro para a construção da casa.

Capítulo Quarto

DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

VIGÉSIMO TERCEIRO

Os órgãos da Associação são a Assembleia Geral dos sócios, a Direcção e o Conselho Fiscal.

VIGÉSIMO QUARTO

A Assembleia Geral é o conjunto de todos os sócios, composto pelos chefes de família, representando os agregados familiares, que deve deliberar sobre os assuntos que por lei e por força destes estatutos, sejam da sua competência, e nos casos em que pela sua gravidade especial, devam ser resolvidos pelo conjunto dos sócios.

Parágrafo único — A mesa da Assembleia Geral dos sócios é composta por três membros, sendo um deles o presidente.

VIGÉSIMO QUINTO

A Direcção é um conjunto de sete membros, sendo um deles o presidente, que administra a Associação, praticando os actos que por, por lei ou força dos estatutos, sejam da sua competência e decidindo e praticando tudo o necessário às finalidades da Associação previstas nos estatutos.

VIGÉSIMO SEXTO

O Conselho Fiscal é um conjunto de três membros, sendo um deles o presidente, que tem por função essencial a fiscalização da actividade econó-

mica e financeira da Associação, devendo praticar ainda todos os actos que lhe sejam atribuídos por lei e pelos estatutos.

VIGÉSIMO SÉTIMO

A mesa da Assembleia Geral, a Direcção, e o Conselho Fiscal serão eleitos por períodos de dois anos pela Assembleia Geral dos Sócios.

VIGÉSIMO OITAVO

A Assembleia Geral reúne obrigatoriamente, uma vez por ano, para aprovação do relatório e contas da Direcção, devendo reunir extraordinariamente para deliberar sobre os casos especiais, fixados na lei e nos estatutos e ainda sempre que requerido por um terço dos associados.

Capítulo Quinto

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E NORMA GERAL

VIGÉSIMO NONO

Cumpridas pela comissão organizadora as formalidades prescritas no artigo quarto do Decreto-Lei n.º 594/1974 (Lei das Associações) a mesma comissão convocará no prazo de dez dias uma reunião geral dos chefes de família do Bairro de latas do sítio das Areias, e, os que vivam em precárias condições de habitabilidade no referido Povo de Monte Gordo que pretendam ser sócios da Associação para cumprimento do artigo vigésimo sétimo dos estatutos.

TRIGÉSIMO

A Assembleia Geral dos Sócios deliberará sobre os casos omissos ou de interpretação dos estatutos e do acto de constituição, excepto quando for de aplicação obrigatória o disposto na lei.

Está conforme ao original na parte transcrita.

Cartório Notarial de Tavira, doze de Junho de mil novecentos setenta e cinco.

O Segundo-Ajudante,

João José Martins Cató

Actividades da equipa SAAL de Loulé

A EQUIPA do projecto SAAL de Loulé realizou uma reunião na Casa dos Pescadores de Quarteira, com vista à constituição de uma Associação de Moradores. Mais uma vez se verificou a adesão das populações ao processo que, desde o seu início, já promoveu a criação de 14 destas associações no Algarve.

Outras similares estão a ser dinamizadas pela equipa SAAL de Loulé, nomeadamente naquela vila e no Ameixial, onde foram feitas sessões de esclarecimento às populações sobre este processo. Nestas localidades estão abertas inscrições para os agregados familiares que se encontrem interessados na constituição destas associações, devendo para tal dirigir-se, no Ameixial, à Junta de Freguesia, em Loulé, à Câmara Municipal; e em Quarteira aos elementos da comissão provisória.

Operação «Povo Unido» no Sotavento algarvio

REINICIOU-SE há dias a operação «Povo Unido», organizada pelo Destacamento de Tavira do Regimento de Infantaria de Faro e em cuja 1.ª fase foram contactadas dezenas de localidades e povoados perdidos no nordeste algarvio, zona com problemas idênticos às de outras regiões do nordeste do País. O objectivo da operação «Povo Unido» nesta nova fase é, além do esclarecimento das populações, o contacto tendente à solução de problemas e questões pela participação activa e efectiva das populações e ainda a dinamização da formação de Comissões de Moradores e de Trabalhadores, como elo fundamental do processo Povo-MFA. Foram visitadas, entre outras, as aldeias de Guerreiros do Rio, Rio Seco, Foz de Odeleite, Laranjeiras e a vila de Alcoutim.

Reunião SAAL em Tavira

Realiza-se hoje às 10 horas, no salão da Câmara Municipal de Tavira, a segunda sessão plenária de estudo e organização do SAAL — Algarve, proposta pela RIE (Reunião Inter-Equipas) com a seguinte ordem de trabalhos: 1, estrutura nacional do SAAL, 2, regionalização do processo.

Estarão presentes o director nacional do SAAL, delegado do Conselho Nacional do SAAL, director do Gabinete do Planeamento Regional do Algarve ou seus delegados, governador civil ou seus delegados, delegados do M. F. A., dois delegados de cada associação SAAL constituída ou em constituição, presidente de cada Comissão Administrativa das Câmaras dos concelhos com associações SAAL constituídas ou em constituição, ou seus delegados.

CORREIO de LAGOS

OS PROBLEMAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Que o sector da construção civil é dos que mais se deve activar, não restam dúvidas a quem quer que seja. Após o 25 de Abril, os preços dos materiais têm aumentado em ritmo acelerado, os encargos com a mão-de-obra não menos, sem que se vislumbrem compensações para as empresas, que raro conseguem

equilíbrio entre a receita e a despesa, pois têm que vender o que constroem muitas vezes sem margem de lucros para a manutenção dos respectivos componentes. Uma vez verificadas pelos trabalhadores estas situações, ficar-lhes-ia bem criar condições para as melhorar.

Vive-se uma atmosfera de exigências, filhas da incompreensão dos que, talvez acorrentados pelos políticos de ocasião, vão cavando a sua própria ruína sem de tal se aperceberem.

AS OBRAS DA SAAL NO BAIRRO CAMARÁRIO

Por terem vindo até nós pessoas prejudicadas com as obras que a SAAL está efectuando na zona do Bairro Camarário, ali nos deslocámos, tendo notado prédios bem situados, especialmente na parte que confina com a cerca do sr. Salvador e outros, porém, cuja situação podendo ajustar-se a projectos previamente concebidos, pecaram por estrangulamento acentuado num arruamento e por ausência de atenção por ocupante de casa do bairro, que, tendo entrada privativa do quintal, justo seria não ficar privado da mesma enquanto não lhe fosse assegurada outra em condições de acesso. Tivemos conhecimento de que este está projectado, mas como sabemos que o estado de saúde do ocupante se agravou pelo que classificamos de atentado aos seus direitos, oxalá tudo se encaminhe para evitar males maiores.

Joaquim de Sousa Piscarreta

BOICOTE DE ALGUMAS AUTARQUIAS E DO APARELHO DE ESTADO AO PROCESSO SAAL NO ALGARVE DENUNCIADO NUMA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

«A QUESTÃO burocrática tem constituído o grande problema do processo SAAL no Algarve», foi afirmado no decurso de uma conferência de Imprensa, convocada pelo Secretariado das Comissões de Moradores SAAL, na Junta Distrital, em que foram feitas incisivas críticas ao emperramento da iniciativa, que não tem possibilitado a plena concretização dos objectivos e acções em vista.

Participaram na reunião elementos técnicos do SAAL e do Fundo de Fomento da Habitação, bem como representantes da grande maioria das doze comissões existentes no Distrito.

No final foi aprovada, por unanimidade, uma moção do seguinte teor: «O Secretariado de Comissões de Moradores SAAL do Algarve, reunido com alguns órgãos de informação, deu a conhecer o boicote que tem sofrido da parte das autarquias e do aparelho de Estado; exige a publicação no Diário do Governo de portarias de fundo perdido; exige a saída do Decreto de financiamento e a autorização de poseses administrativas imediatas; apoia a justa luta dos elementos do SAAL Norte; repudia energicamente os ataques bom-

bistas nas instalações do mesmo e a elementos ligados ao processo e exige a punição severa dos terroristas. Sim ao socialismo, não ao terrorismo, morte ao fascismo e a quem o apoiar».

No decurso da conferência de Imprensa foi também focada a importância de que para o Algarve se reveste o processo habitacional e a solução apontada pelo SAAL, bem como os entraves postos à execução das suas tarefas, apontando-se a morosidade na saída do diploma sobre a posse administrativa de terrenos, a exiguidade de alguns dos subsídios de fundo perdido, a burocracia que empata a atribuição de empréstimos e os entraves de ordem vária que se registaram sobretudo em Olhão, Monchique, Enxerim e Tavira.

Associação dos Moradores de Quarteira

Secretaria Notarial de Loulé

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO
NUNO ANTÓNIO DA ROSA
PEREIRA DA SILVA.

Certifico: que por escritura de 30 de Outubro do ano findo, lavrada de fls. 1 a 11, do livro n.º B — 86, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída uma associação de fim ideal, com a denominação em epigrafe, com sede na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, e cujo âmbito territorial se circunscreve à referida povoação, cujos objectivos são:

Promover e auxiliar o alojamento, construindo habitações, para as pessoas, que não tenham habitação, com as condições higiénicas consideradas

normais, que satisfaçam as necessidades sociais;

Promover a construção e manutenção de equipamento colectivo, tal como creches, escolas, postos médicos, salas de reuniões, etc;

Fomentar a cooperação entre os seus membros no estudo e solução dos problemas comuns de interesse social próprios do agregado habitacional de Quarteira;

Fomentar a cultura e a prática do desporto e educação física entre todos os associados e o povo em geral, participando, sempre com vista ao desenvolvimento do espírito, associativo com equipas representativas da associação nas várias modalidades desportivas ao gosto dos associados, em provas amadoras, não amadoras e profissionais, que a própria associação poderá tomar a iniciativa de organizar, para o que poderá contratar e receber financiamentos, usar e adquirir a qualquer título, móveis e imóveis e promover a construção das habitações nos locais cuja utilização ou propriedade obtiver.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé,
12 de Julho de 1976.

O 2.º Ajudante

Um comunicado dos gestores da Câmara Municipal de Lagos

(Conclusão da 1.ª página)

S. João; iniciou o Jardim municipal onde as crianças podem brincar; casas de habitação social e apoiou o SAAL, adquiriu terreno e vai construir o novo cemitério de Lagos; e adquiriu mais terreno para mais construções de habitação social — para os 64 fogos em acabamento há cerca de 200 pessoas interessadas. Isto em ano e meio a dois anos, só para falar das mais vultuosas.

Falando de habitação e sua necessidade, voltamos ao SAAL; apoiou-se intrinsecamente o SAAL em tudo o que nos foi pedido pela brava equipa aqui instalada, que fez da nossa terra a primeira a arrancar com tal processo no País, e por isso a beneficiar de tão meritória medida só comparável em valor social e humano à Reforma Agrária. E só no nosso concelho, distribuindo-se por seis Associações de Moradores em Lagos, Mela Prata, Dina, Sr.ª da Luz, Espiche e Bensafirim, estão projectados 254 fogos, 208 dos quais em construção encontrando-se neste momento já em fase de acabamento 134 fogos.

O dinamismo desta equipa deu tal arrancada ao processo SAAL, que já beneficiou quase todo o Algarve, pois são eles — os concelhos — de Vila do Bispo, Lagos, Lagos, Aljezur, Portimão, Silves, Monchique, Tavira, Loulé, Olhão, e Vila Real de Santo António num total de 1 201 fogos. Por ter iniciado em Lagos o processo, estamos de parabéns e em nome das populações beneficiadas os nossos agradecimentos.

Voltando à acção directa da autarquia e suas realizações, não podemos deixar de dizer que tudo isto foi possível porque a mesma vontade de homens desempoeirados e desejosos de resolver problemas prementes que encontraram, tomaram outra extraordinária medida que foi a criação do Gabinete de Planeamento do Algarve, e pondo à sua frente, na sua direcção um homem não menos desempoeirado, não menos zeloso de resolver os graves problemas de obras públicas de que todo o território carecia, em particular o da saúde pública por falta de infra-estruturas de saneamento básico — esgotos, lixo — e redes de distribuição de água potável às populações rurais.

Pessoa que em boa hora o Algarve conheceu e se habituou a estimá-lo, abrindo-lhe janelas para o futuro, criando-lhe possibilidades de execução imediata jamais havidas ou pensadas.

Este Gabinete foi, e é, o único pulmão por onde respiraram finanças e tecnicamente todas as autarquias do Algarve, em matéria de obras públicas.

E a título elucidativo se informa de que o orçamento desta Câmara Municipal era em 1974 de 15 403 373\$50, foi em 1975, de 30 970 562\$60 e em 1976 de 40 588 117\$60. Por este exemplo, o que não teríamos feito se tivéssemos sido promulgado o Estatuto de Autonomia Administrativa do Algarve?

Quem o tem na gaveta será o responsável pelo não avanço do Algarve, cerceando a nossa iniciativa, o nosso poder de realização, não nos deixando beneficiar da nossa fértil imaginação e do nosso poder criador.

E a quem tiver dúvida do que afirmamos, só pedimos que nos deixem experimentar.

Consideramo-nos demissionários, pois foi apresentado o nosso pedido de demissão ao sr. governador civil, e estamos à sua inteira disposição, tanto para fazer entrega da administração do concelho, como para, até lá, continuarmos na sua administração.

Aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos aos funcionários da Câmara e dos Serviços Municipalizados e seus chefes, pela ajuda que nos deram pondo o seu melhor trabalho à nossa disposição, às Juntas de Freguesia, às Comissões de Moradores, de Bairro, de Aldeia e outras, toda a colaboração e toda a compreensão nos casos difíceis.

As forças militares, os nossos agradecimentos pelo apoio e ajuda que nos deram na solução dos

milhentos problemas que deparámos, que não foram nem poucos nem fáceis.

As forças paramilitares, P. S. P. e G. N. R., os nossos agradecimentos pela colaboração que nos deram e sobretudo pela condescendência que sempre mostraram nos momentos de euforia e irreverência revolucionária da nossa população mais jovem.

Aos partidos políticos, um abraço de camarada pela maturidade cívica e política que mostraram, e disso demos periodicamente conta nos nossos comunicados, pois, havendo no nosso concelho todos os diferentes agrupamentos e partidos políticos, fizeram a sua política sem perturbações, sem agravos, num respeito mútuo que só dignificou e nos dignificou também.

Ao Povo que em nós confiou, com quem nunca deixámos de conviver, quer individualmente quer através das suas Comissões, convívio onde se sentiu sempre calor humano, muitas vezes «mais aquecido» pelas vivas discussões que se travaram, quando se pretendia encontrar uma melhor solução, ou uma prioridade mais justa, endereçamos as nossas desculpas por não o ter servido melhor, embora tivéssemos posto ao seu serviço toda a nossa acção, toda a nossa coerência, todo o nosso sentido de justiça.

UM COMUNICADO DOS GESTORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS

Da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lagos, recebemos o seguinte comunicado, pleno de saudável optimismo, que postosamente inserimos:

A população do concelho de Lagos: Amigos, a nossa missão chegou ao fim.

Resta-nos «arrumar a casa» e entregá-la à nova equipa, nossa sucessora, para novo mandato, para nova etapa na vida democrática do concelho.

Fomos mandatados pelas forças populares e políticas do concelho, à data da gloriosa manhã de 25 de Abril, para seus legítimos representantes. Coube desta forma, a nós, a honra de sermos os primeiros a iniciar a administração local nesta nova era da vida da população a caminho da democracia, ainda em revolução.

Ao aceitar missão tão honrosa, como difícil fizemo-lo sabendo em consciência, e disso demos conhecimento, de que não éramos os melhores para tal missão. Havia e há melhores. Todos temíamos as graves responsabilidades que íamos enfrentar na nova sociedade seduzida da liberdade adquirida e senda de justiça social.

Pertencíamos e pertencemos ao grupo dos optimistas e dos esperançasos.

Sabíamos que pouco ou nada mais do que o nosso desejo de servir tínhamos para tão pesada missão numa Sociedade que carecia de tudo e se não confiava.

Sabíamos, também que, enquanto há esperança, há possibilidade e assim partimos juntos, fazendo da nossa fraqueza força e juntos nos congratulamos de chegar ao fim.

Foi uma experiência fascinante, extraordinária a que tivemos nesta etapa da nossa revolução. E valeu a pena viver, para vivê-la!

Rica em contactos sociais, políticos e humanos de todos os matizes, de todos os carizes. Rica em realizações onde a vontade do povo se juntou — e imperou — generosa como sempre que compreende que está trabalhando para alguma coisa que lhe diz também respeito, e o aceitamos como igual, com a dignidade de que é possuído e cioso.

Formaram as suas comissões de moradores, de bairro, de aldeia, de desportos, de alfabetização, de intervenção, etc. E deram dinheiro e trabalho para: ajudar a arranjar a sua rua, o seu caminho, o seu lavadouro, adquirir as ligações de água (marcos, fontanários) e outros.

Elas insistiram para a obtenção de: redes de água e esgotos, estradas, pontões, lavadouros públicos, pavimentos de ruas, jardim público, etc., etc.

A autarquia limitava-se a comandar e dirigir tudo o que lhe pediam, que lhe ordenavam, que lhe exigiam e de tanto que se fez muito ficou por fazer, de tanto e tanto que o povo carecia e carece. A autarquia mandava fazer os projectos, pedia as comparticipações ao Estado e assim se construíram: pontões em Bensafirim, Arão, Odilxere, Almádena; estradas para o Bairro da Sr.ª da Glória, para o Colégio, para o Maranhão, para Arão, para Vale da Lama; lavadouros públicos de Portelas, Almádena, Espiche; redes de esgotos e água em Odilxere, Chinicoto, Bensafirim e de água em Barão de S. João, Portelas e nova adutora para a Sr.ª da Luz; pavimentação de ruas, em Almádena, Luz, Lagos, Bensafirim, Barão de

(Conclui na 4.ª página)

Os prementes problemas de Vila Real de Santo António

(Conclusão da 1.ª página)

OBRAS A COMEÇAR AINDA ESTE ANO

Terá início no ano em curso um bloco de 15 fogos junto ao quartel dos Bombeiros Voluntários e para o seu corpo activo mais necessitado, a construção dos pátios das escolas primárias de Monte Gordo; Hortas; Lazareto e Escola Feminina com campos de jogos polivalentes, estes com a participação da Delegação de Faro da Direcção-Geral dos Desportos; abastecimento de água à Aldeia Nova; construção de um balneário e retretas públicas em Vila Nova de Cacela e Manta Rota; construção e apetrechamento dos parques infantis de Manta Rota, Bairro do Matadouro e Vila Real de Santo António; o início da construção do parque desportivo junto ao Pavilhão, também participado pela Direcção-Geral dos Desportos estando os estudos a serem feitos pelo arquitecto Gomes da Costa; alargamento do parque automóvel dos Bombeiros Voluntários; esgotos e arruamentos em todo o Sertão de Monte Gordo para os quais se dispõe, para este ano, de 2 000 contos e para o ano de 1977 de 6 000 contos. Este projecto está sendo ultimado pelo eng. Barroso.

Vai igualmente ser feito o arruamento e parque de estacionamento junto ao Pavilhão; o arruamento dos caminhos do Pavilhão aos poços; a urbanização dos largos degradados envolventes às construções da Rua Padre Jorge Leiria e Luis de Camões, projecto também a ser estudado pelo arq. Gomes da Costa; o alargamento do Parque de Campismo e construção de novos blocos sanitários e arruamentos; a electrificação do Calço, Quatro Estradas, Pocinho e Cruz do Morto; o caminho da Ribeira da Gafa ao limite do concelho e as infra-estruturas para arranque do processo SAAL em Monte Gordo.

CORREIO de LAGOS

os drs. Telo e Clarinha que pela sua avançada idade, já não fazem o que desejaríamos.

JOVENS DELINQUENTES EM ACÇÃO

O edifício da firma Algarve Exportador, que outrora serviu para actividades conserveiras, proporcionando pão a muitas famílias de Lagos pelo labor dos que ali trabalhavam, está a transformar-se em escola de gatunos. Os proprietários do imóvel cessando as actividades, deram azo a que no período após o 25 de Abril, famílias desalojadas de cabanas sem condições, para dar lugar às obras do processo SAAL ocupassem fábrica, armazéns e quase todo o sector residencial.

Agora a sr.^a D. Maria Helena Pereira natural de Chaves e residente em Lagos, comunicou à Polícia que a sua residência fora assaltada, tendo-lhe sido furtado um cofre portátil em metal, contendo elevada quantia em dinheiro, um livro de cheques e outros documentos de interesse pessoal. Logo a Polícia se pôs em acção e porque um dos agentes suspeitou de dois menores que momentos antes tinham sido vistos no local do furto.

Um comunicado das Associações de Moradores SAAL do Algarve

As Associações de Moradores, SAAL do Algarve, deram uma conferência de Imprensa no dia 19 de Novembro/76, às 21 horas, no Círculo Cultural do Algarve, para a qual foram convocados 27 órgãos de informação, estando presentes nove, nomeadamente, R. D. P., «A Capital», «O Diário», «O Diário Popular»; «A Luta», «A Voz do Povo», *Jornal do Algarve*, «O Louletano», e «O Parafuso».

A finalidade dessa conferência era uma tomada de posição face ao despacho ministerial de 27 de Novembro/76, que introduz profundas alterações ao processo SAAL.

As Associações de Moradores do Algarve, representadas na sua totalidade por delegados, provaram, através do relato da experiência de cada Associação, as vantagens do processo na sua forma inicial, como processo organizativo de administração e participação geral na escolha e construção, por parte dos utentes das habitações. Mostraram as vantagens da utilização de técnicos que estão junto das populações, podendo a sua actividade ser controlada por elas. Apontaram ainda, como erro, os elementos numéricos fornecidos pelas entidades governamentais, referindo o grave perigo de serem feitas leis sem que os responsáveis apreciem no local a veracidade dos resultados apontados.

Foi referido com insistência o desejo de que os responsáveis pelos erros apontados ao processo SAAL, se deslocassem até junto das Associações de Moradores, para observarem os resultados obtidos.

Afirmaram ainda, os moradores, não quererem perder as vitórias alcançadas através do processo SAAL, apontando como principais entraves à maior eficácia do mesmo, os de carácter burocrático que sistematicamente lhes são postos pelo aparelho de Estado, prejudicando economicamente, o que denota má administração governativa.

Ficou muito clara a posição de força e segurança que adquiriram as populações através deste processo que as mantém participantes na sua totalidade, bem como a decisão firme de não quererem retroceder perante as vitórias alcançadas.

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES SAAL/ALGARVE CONTESTAM DESPACHO GOVERNAMENTAL

No Círculo Cultural do Algarve, as 23 Associações de Moradores SAAL do Algarve, promoveram uma conferência de Imprensa, em que focaram o que tem sido a sua luta em prol de uma habitação digna, na concretização de um direito que a Constituição da República Portuguesa assinala ao povo português, as tremendas dificuldades que têm encontrado, com toda uma teia burocrática a levantar problemas e o seu repúdio pela legislação recentemente promulgada, mormente no que se refere às Equipas de Apoio Local.

Associações de todos os locais da Província (25 de Abril, 1.º de Maio, e 28 de Setembro, de Lagos; 11 de Março, da Praia da Luz, Boa Hora, de Portimão; O Povo Vencerá, de Aljezur; Unidade, do Burgau, Boa Vontade, de Mexilhoeira da Carregação; Liberdade, de Espiche; Bairro Vermelho, de Enxerim; Progresso, de Silves; Boa Esperança, de Estômbar; Um de Maio, de Monchique; Zona Verde, de Ben-safrim; Bairro Popular, de Alvor; Um de Junho, e Progresso, de Portimão; 11 de Março e 18 de Maio, de Olhão; Quarteira, 26 de Junho, de Loulé; 1.º de Maio, de Alte; 17 de Junho, de Ferreiras; 1.º de Maio, de Tavira; Amigos Unidos, de Cabanas de Tavira, Povo Unido, de Monte Gordo, e 28 de Junho, de Vila Real de Santo António), apresentaram os seus depoimentos, elevados pelo entusiasmo e devoção a uma causa face a um problema instantâneo: o da resolução quanto à habitação, equacionado pela vontade firme e determinada das próprias classes trabalhadoras intervenientes no processo e dispostos a não recuarem face a desvios do processo ou ao erguer de barreiras à sua determinação.

Neste momento, o número total de fogos que a operação SAAL no Algarve engloba, atinge os 1 516 o que diz bem da importância desta iniciativa e da sua repercussão social, já que se destina fundamentalmente a sectores de poucos recursos e em alguns casos em aflitiva situação, conforme o testemunho de um membro da Associação Povo Unido de Monte Gordo. Aliás, na conferência de Imprensa foi afirmado que «O SAAL é que deu, neste País, o andamento para uma habitação digna para o povo trabalhador», como também se afirmou todo o apoio às equipas de apoio local.

Os termos do despacho dos Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção, de 27 de Outubro, motivariam viva contestação quer das Associações de Moradores SAAL como dos trabalhadores das Equipas de Apoio Local.

O PROJECTO SAAL PASSA, FINALMENTE, DA PALAVRA À ACÇÃO EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E MONTE GORDO

— EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO,
PROBLEMAS COM AS INFRA-ESTRUTURAS.

— EM MONTE GORDO, LUZ VERDE PARA
CONSTRUIR.

ARRANCARAM para a fase de construção das moradias, as Associações de Moradores 28 de Junho, de Vila Real de Santo António e Povo Unido de Monte Gordo. Já se avistam nos locais de construção, a norte de Monte Gordo e à entrada de Vila Real de Santo António, os primeiros tijolos daquilo que irão ser os barracões para armazenagem dos materiais de construção.

Em zonas onde as condições de habitação se agudizam, devido a factores a que não é estranho o turismo, a nossa reportagem quis saber pormenores e deslocou-se às sedes das duas Associações, a recolher dos responsáveis algumas impressões.

— Quando iniciaram as obras? — perguntámos ao responsável da 28 de Junho.

— No dia 13 de Janeiro.

— Qual o número actual de associados da 28 de Junho?

— Bem, neste momento podemos contar com cerca de 100.

— Qual o apoio que a Câmara concede ao projecto?

— Desde apoio técnico a ligações com o Fundo de Fomento da Habitação, que já nos concedeu 4 800 contos.

— Sabemos que vão a Lisboa. Existe algum problema a justificar a ida?

— O problema são as infra-estruturas. Falta a planta para podermos obter o dinheiro. E sem isso não se pode andar para a frente, não se pode construir as casas. É necessário que o dinheiro venha para arrancarmos em pleno, no que contamos com a ajuda da Câmara.

— Sabemos que o projecto esteve parado durante algum tempo. Que se passou? — Perguntámos.

— A maior parte dos associados deixou de acreditar. Tivemos muitas dificuldades. O povo não percebeu muito bem o auxílio que nos podia ser dado indo aos balles que fazíamos, a preços baixos. Conseguimos arranjar alguns fundos, mas podia ser mais. Vamos contrair um empréstimo na Caixa Geral de Depósitos e formar uma cooperativa para amortizar.

— Quanto custará cada casa ao associado. Que tipos constroem?

— Construímos casas que na maioria têm três quartos, havendo algumas com dois quartos, conforme um estudo feito às famílias.

— Alguns associados, ao saberem do começo da obra, manifestaram desejo de voltar. Qual a vossa posição?

— Serão bem-vindos. Readmitimos todos. Além disso, pensamos alargar a associação logo que haja garantias para mais casas, mas isso depende da unidade de todos.

— Quanto ao terreno...

— Temos o direito de superfície que pagamos a 100\$00 por ano e por casa, com contrato prorrogável daqui a 70 anos.

A ACÇÃO DA ASSOCIAÇÃO POVO UNIDO

A maioria dos problemas postos à Associação de Moradores de Mon-

por J. Cruz

te Gordo, são idênticos à da sede do concelho, havendo alguns aspectos diferenciados quanto à situação actual da obra e à maneira de encarar o problema da admissão de novos associados. Eis as perguntas formuladas e as respostas ouvidas.

— Quanto ao problema das infra-estruturas?

— Não há problema. Já temos até esgotos. Temos o dinheiro e esperamos pelo acabamento das tertraplanagens para, em breve, começarmos a construir as casas.

— E sobre novos associados?

— Não pensámos. Isto é rotativo. Quando esta fase terminar, outros virão. Pensamos é construir para filhos de sócios que venham a casar. Fechámos com 133 sócios.

— Tem alguma mensagem a dirigir aos associados?

— Que saibam não ser isto já um sonho, mas sim uma realidade. Oxalá todas as povoações onde ha-

EM OLHÃO, O PROJECTO SAAL ESTÁ VIVO COM AS ASSOCIAÇÕES 11 DE MARÇO E 18 DE MAIO

A NOSSA reportagem foi encontrar em perfeita harmonia as Associações 11 de Março e 18 de Maio, no final de uma reunião conjunta, num velho prédio, e trocou impressões com os responsáveis sobre os problemas que naquele concelho se põem ao projecto SAAL e à luta dos moradores de fracos recursos económicos pelo direito à habitação.

Tanto pela entrevista que em Olhão nos concederam, como pela que publicámos semanas atrás sobre Monte Gordo e Vila Real de Santo António, depreende-se que o SAAL passa por uma nova fase

por J. Cruz

de arranque, pois as obras começam a concretizar-se, pesem embora as adversidades e divergências.

* * *

A Associação 18 de Maio, perguntámos:

— Quanto ao terreno. A Câmara Municipal concedeu o direito de superfície?

— Como sabe, a 18 de Maio luta pelo terreno. A altura em que as outras associações começaram a sua construção era mais propícia; enfim, o sistema político era mais favorável, dava mais facilidades. Agora, na sequência do processo, tentámos fazer as coisas dentro da legalidade possível e tudo se torna demorado. Na certeza porém de que se os sócios da 18 de Maio se reunissem todos com vista ao seu principal objectivo, já estaríamos a construir.

— Então é a burocracia que impede o arranque da Associação?

— Absolutamente. De momento não se vê outra hipótese. Há muito boa vontade, temos tido um apoio extraordinário da Câmara, mas esse apoio é todo muito demorado; há uma série de decretos, houve o problema das eleições para

(Conclui na 4.ª página)

EIRA: PROBLEMAS VELHOS ES NOVAS

por Neto Gomes

territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.

Olhão e o projecto SAAL

(Conclusão da 1.ª página)

as autarquias, não se sabia quem ficava.

— Existindo já em Olhão outra Associação, a 11 de Março, que já tinha arrancado, que razões determinaram o aparecimento da vossa?

— Há uma razão para isso. Nos estudos que fizemos, chegámos à conclusão de que não cabiam junto à 11 de Março todas as casas da 18 de Maio. Por isso, tivemos de ir para outro terreno e não estarmos junto da 11 de Março.

— Que medidas concretas têm para propor à Câmara, para a resolução do vosso problema?

— Nos contactos com a Câmara, nada se tem feito de que os sócios não tenham conhecimento. A Câmara Municipal de Olhão tem mostrado sempre boa vontade em nos ajudar; inclusive, quando encetámos os contactos para escolher o terreno, foi a própria Câmara que indicou os que tinha disponíveis.

— Qual a composição social dos membros da Associação?

— Marítimos, muitos retornados, operários conserveiros.

— Quanto ao apoio para a vossa associação, que pensam disso?

— A 18 de Maio faz um apelo à população de Olhão para que, quando ouçam a palavra associação prestem muita atenção ao que ela significa e liguem o valor real à palavra e não o valor que muitas vezes é atribuído, especialmente em Olhão. Com o poder de iniciativa que existe, em vez de aqui haver duas Associações, deviam existir doze.

A ACÇÃO DA ASSOCIAÇÃO 11 DE MARÇO

O nosso questionário junto da Associação 11 de Março, iniciou-se da seguinte forma:

— O colega da 18 de Maio falou das facilidades da 11 de Março, devidas ao processo político a certa altura vigente, mas tiveram também dificuldades e nós gostaríamos de confirmar as facilidades e saber quais foram essas dificuldades:

— A 11 de Março pediu à Comissão Administrativa da Câmara Municipal, diversas vezes, que tratasse da expropriação do terreno onde se encontra agora a construir, mas não havia maneira de resolver a

situação. Estávamos em período de ocupações, em assembleia geral resolvemos ocupar o terreno e é a partir dessa data que a Câmara passa a tratar da expropriação, por utilidade pública, do terreno. Foi essa uma das facilidades, para começarmos a construir. Acontece porém que ainda continuamos com um processo em tribunal, por termos ocupado o terreno, apesar de já ter sido reconhecida a sua utilidade pública e já ter vindo publicada a posse administrativa do terreno. Temos a audiência marcada para 24 deste mês.

— Qual a posição da Câmara no processo judicial?

— É favorável à posse administrativa! Embora existam problemas com um herdeiro que afirma ter procuração dos outros herdeiros, mas que os outros agora dizem que ele não tem.

Então um dos problemas fundamentais da 11 de Março, é garantir a posse administrativa?

— Para que a Câmara nos possa depois ceder os terrenos.

— Quanto às infra-estruturas?

— Das infra-estruturas, está a SANAQUA a fazer o projecto, já estiveram aí os engenheiros, mas temos receio que aconteça aqui o mesmo que em outros bairros sociais, em que estão as casas prontas e as infra-estruturas ainda vêm longe. É essa situação que não queremos. Tenho conhecimento de que o presidente da Câmara tem enviado todos os esforços para que isso não aconteça.

— As casas já estão, no entanto, construídas?

— Mas tem de ser resolvido o problema judicial e das infra-estruturas.

— Quantos associados contam?

— 40 sócios para 40 fogos.

— Qual a vossa ligação com outras Associações do projecto SAAL?

— Sabemos que o projecto SAAL não corre igual em todo o Algarve, há concelhos onde não existe, ou, se existe, está nos primeiros passos. Claro que agora que as casas começam a construir-se já há mais associações a aparecer, despontando o SAAL de Albufeira, Loulé e Quarteira, quando começaram a ver Portimão, Lagos, Alvor e Olhão a construir.

«Quanto a ligação com as outras associações, já criámos um secretariado e estamos ligados por sectores. O sector 1 compreende Vila Real de Santo António, Cabanas, Monte Gordo, Tavira e Olhão; o 2, Quarteira e Alite, e o 3, Lagos, Portimão, Bensafirim e Silves.

J. Cruz



Moção das Associações de Moradores SAAL do Algarve

Em reunião de Associações de Moradores SAAL do Algarve (Barlavento, Centro e Sotavento), realizada na sala da Música Nova de Loulé em 2 deste mês, foi apresentada pela Associação Bons Camaradas, de Faro, e aprovada por todas, a seguinte moção:

Considerando que o 25 de Abril representa a queda do fascismo, que foi a partir daí que os trabalhadores conquistaram o direito de reunião e associação, que a União dos Sindicatos do Algarve vai organizar as comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio (Dia dos Trabalhadores), decidem as Associações de Moradores SAAL do Algarve, apoiar a iniciativa da União dos Sindicatos, bem como proceder à divulgação imediata desta tomada de posição junto dos órgãos da informação.

Associações presentes: 26 de Junho, de Loulé; 1.º de Maio, de Tavira; 18 de Maio e 11 de Março, de Olhão; Bons Camaradas, de Faro; de Albufeira; Bairro da Liberdade, de Espiche; de Alvor; Povo Unido, de Monte Gordo; 28 de Junho, de Vila Real de Santo António e Bairro Vermelho, de Silves.

Correio de LAGOS

ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

Temos presente a folha informativa n.º 3 da Câmara Municipal, que dá conta da actividade desenvolvida durante o mês de Março.

A integração da Associação de Moradores do Bairro da Zona Verde — Bensafrim, no processo SAAL é medida acertada por este estar a cargo da Câmara, pois, pelo que até nós tem vindo não abonou, em diversos aspectos, a administração anterior, com manifesto prejuízo para os carecidos de habitação.

São de louvar as propostas para levantamentos do Cotifo e Monte Ruivo, com vista à electrificação destes aglomerados rurais, aquisição de terreno na Torraltinha e Santo Amaro para construções, bem como o haver sido submetido à consideração do ministro dos Assuntos Sociais o referente à reclassificação do quadro de pessoal do Hospital de Lagos, e o desenvolvimento de acções tendentes à concretização do Hospital Distrital do Barlavento (Portimão e Lagos).

Foi suspensa a cedência da Casa da Cultura, enquanto não for estabelecido o seu estatuto e determinada a recolha do lixo a horas matutinas, algo que de há muito defendemos para poupar naturais e visitantes a espectáculos nada dignificantes, na chamada hora de ponta, e proibidas as inscrições ou pinturas nas paredes, sendo os cartazes colados unicamente nos «placards» a tal destinados.

CORREIO de LAGOS

O PROCESSO SAAL NÃO TEM SIDO ENCAMINHADO COMO ERA DE DESEJAR

Que as linhas mestras do processo SAAL apontam para um serviço social condigno, estão convencidos quantos conhecem a lei que deu vida a algo que, bem encaminhado que seja, pode proporcionar aos mais pobres habitação satisfatória, de harmonia com os proventos que auferem.

De que nos encarregados de velar pelas obras de alcance social como a do processo SAAL, abundam pessoas menos dedicadas às causas comuns, não restam dúvidas. Daí resulta que o processo SAAL, a mais de 2 anos do início de construções previstas de harmonia com as carências mais prementes de cada localidade, tenha poucas ou nenhuma casas em condições de habitabilidade, apesar das verbas avultadas despendidas e que, bem administradas que fossem, teriam permitido mais rendimento que o verificado na ocasião em que a Câmara Municipal passou a interferir directamente no processo, que diga-se em abono da verdade, não foi isento de política partidária com prejuízo para o seu bom andamento, acabando por abalar a confiança que os moradores nele implicados depositaram nas equipas de orientação dos trabalhos.

«O processo SAAL continuará», afirmou o presidente da Câmara na sessão da Assembleia Municipal do passado dia 26. Mas de que as dificuldades vão ser muitas, todos estão convencidos, por se ter perdido muito tempo e dinheiro por mau aproveitamento de pessoas e materiais, cuja reposição não se afigura fácil, devido à anarquia reinante na maioria dos serviços que importam ao bem-estar social e económico.

Notamos que o presidente da Câmara está disposto a lutar no sentido de conseguir que Lagos desperte para realizações que a valorizem. Mas através das suas declarações ficamos inteirado de que os meios escasseiam para levar a bom termo o que tem projectado, não só no respeitante a habitação, como no arranjo de caminhos, electrificação de zonas rurais, assistência médica e hospitalar, etc.

Teremos a dita de um auxílio do Estado e colaboração dos municípios para uma obra que valorize o concelho?

nhã, admitimos aderência total das escolas e Bensafrim reúne condições para concentrar ao ar livre todas as crianças do concelho, oxalá a Casa do Povo prossiga na obra agora encetada.

FOI ARQUIVADA A SINDICÂNCIA AO PROCESSO SAAL?

O processo SAAL, como já referimos, não tem sido bem encaminhado, e daí ter resultado uma sindicância para apuramento de responsabilidades.

Porque nos constou haver o arq. José Veloso declarado em sessão pública que a sindicância tinha sido arquivada, e temos razões para crer que o sr. presidente da Câmara já a conhece, onde estará a verdade?

Se há despesas injustificadas, devem elas ser conhecidas, e assim esperamos revelações públicas que nos levem a saber de que lado está a razão.

O proceso SAAL tem de continuar, com gente honesta que o prestigie.

Joaquim de Sousa Piscarreta

CORREIO de LAGOS

ESCLARECIMENTOS ACERCA DO PROCESSO SAAL

Empenhado no prosseguimento do processo SAAL em moldes que se ajustem ao determinado na lei, portanto sem as sombras que a política partidária lhe tem imprimido, não se tem o presidente da edilidade poupado a esforços para se esclarecer e esclarecer, e assim, esteve recentemente em Lisboa, contactando quem superintende no assunto, regressando com esperanças de conseguir algo tendente a caminho seguro para levar a bom termo as construções iniciadas e continuar na luta para que outras se iniciem.

* Em reunião dos moradores já integrados no processo, na Casa da

Cultura, no passado dia 18, não escondeu os prós e contras verificados, sendo estes em maior volume, visto não estarem legalizadas algumas posses de terrenos com construções relativamente adiantadas, e as estruturas, orçadas em 10 000 contos, não contarem presentemente mais de 4 000 contos. Declarou que a contabilidade fica a cargo das direcções das Associações de Moradores, pois a equipa dirigente dos trabalhos conta apenas com quatro pessoas. Acharmos adequada esta medida, para evitar brigadas que, duvidamos, tenham produzido em relação ao que receberam, durante a gerência do arq. José Veloso que, em sessão pública fez referências menos dignas relativamente ao presidente da Câmara, talvez por este esclarecer algo que entendemos necessário para se tirarem conclusões que permitam inteiro conhecimento da boa ou má administração de um processo que, bem encaminhado, pode vir a proporcionar habitação a todos os portugueses de minguados recursos.

As provas de má administração vão surgindo, pois já apareceram cheques sem cobertura passados pelas Associações de Moradores. Por ignorância? Por maldade? O

presidente da Câmara procura indagar para não assumir responsabilidades de possíveis irregularidades, antes de tomar conta do processo.

Porque também sentimos a necessidade de se impulsionar o processo SAAL, já nos declaramos pronto a dar conta das diligências que venham a verificar-se no sentido da obra se alicerçar, como convém, a bem dos carecidos de habitação, e do prestígio de Lagos.

Joaquim de Sousa Piscarreta

Seis mil contos para o Plano SAAL em Lagos

POR despacho do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, através do Fundo do Fomento de Habitação, foi concedido a várias Associações de Moradores do concelho de Lagos, no âmbito do SAAL, um empréstimo de cerca de 6 mil contos, o qual permitirá desbloquear uma situação de falta de verbas que se vinha verificando. O empréstimo destina-se à Associação de Moradores 25 de Abril, na Meia Praia (2 960 contos para construção de 41 fogos); Associação de Moradores 1.º de Maio (mil contos para construção de 18 fogos) e Associação de Moradores do Bairro da Zona Verde de Bensafrim (1 890 contos para a construção de 21 fogos).

CORREIO de LAGOS

O PRESIDENTE DA CÂMARA E O PROCESSO SAAL

Há certa «dôr de cotovelo», por o presidente da Câmara estar à frente dos destinos do processo SAAL e o mesmo recebeu em sua casa, de «Zé Povinho, Lagos», fotocópias de comunicado da Câmara Municipal de Seixal, repudlando as modalidades de aquisição de casas pré-fabricadas distribuídas pelo Grupo Social do Fundo de Fomento da Habitação, no verso do qual, alguém escreveu: «é isto que o oportunista do sr. presidente quer?»

Cuidado! Não brinques com o fogo.

Por um Partido Socialista forte e unido, a caminho do socialismo. A Câmara é do Povo e não do Presidente. Fim de citação. A bem da Nação».

O signatário conheceu o documento pelo facto de ter comunicado com o presidente no sentido de obter esclarecimentos sobre o andamento do processo SAAL, pelo qual todos se devem interessar. No dia do contacto foi acompanhado pelo mesmo às repartições onde funcionam os serviços técnicos da Câmara e do SAAL, e ali os funcionários procuram dar o melhor que podem e sabem. Disse então o presidente que não hesita em comunicar com qualquer representante dos órgãos da Imprensa para os esclarecimentos que interessam ao público. A prova de que o processo continuará já é conhecida pela atribuição de aproximadamente 6 000 contos pelo Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, destinados às Associações de Moradores 25 de Abril, 1.º de Maio e bairro da Zona Verde de Bensafim, havendo pois necessidade de estimular os que são pelo seu progresso e não os que o vêm atraíndo.

regateou a sua presença em actos que tendam a contribuir para o prestígio de Lagos, e se como constou, foram galardoados alguns componentes da Corporação que mais se têm distinguido, era justo que a população participasse nos actos.

Joaquim de Sousa Piscarreta

Secção de João Leal

Manuel Bivar, em Faro, a I Feira do Livro.

FESTA INFANTIL

Na Alameda João de Deus, em Faro, a Associação de Moradores Bons Camaradas promoveu uma festa infantil dedicada às crianças da cidade. A primeira parte foi preenchida com actividades de pintura e colagem em que foram temas propostos «A minha rua» e «A casa que eu tenho e a casa que eu gostava de ter». Seguiu-se uma parte desportiva e um espectáculo de variedades, em que colaboraram Greenwindows, o Rancho Infantil de Santa Luzia, os Irmãos Barão, Justiniano Xavier, Teresa de Fátima e Lenita Rodrigues.

CORREIO de LAGOS

SENHORES POLÍTICOS, NÃO ABAAEM O PROCESSO SAAL

Porque o processo SAAL, visando habitações condignas para os que da terra e do mar arrancam o necessário à nossa manutenção, é obra que deve ser olhada com «olhos de ver» por quantos se interessam pelo progresso da Nação, merecedora pois da atenção dos homens que presidem aos nossos destinos sejam quais forem as suas ideologias políticas, custa-nos que pessoas como o arq. José Veloso venham abalando à vontade dos que, especialmente em Lagos, procuram dentro das possibilidades de momento, prosseguir na obra que esteve a seu cargo, e que a avallar pelo que já foi referido em algumas sessões públicas, não abonam administrativamente.

O que nos foi dado ler num diário da capital com o título «Do Algarve com amargura — Destruir o SAAL em troca de quê?» resultado de entrevista com o arq. José Veloso, levou-nos à presença de alguém que acompanha o processo SAAL e nos foi informando que o facto de estarem interrompidas as obras das Dunas não justifica reparos que dêem a ideia de destruição de um processo que interessa a todos, e a Câmara está empenhada em continuar, carecendo pois da compreensão dos que o iniciaram, talvez mais por calor político de que por amor à colectividade, visto que ao que consta houve dispêndios com os mais directamente responsáveis pelo processo SAAL, incompatíveis com os princípios dos que dizendo-se progressistas, devem limitar as suas remunerações a importâncias nunca superiores a 20 contos mensais, ordenado que já julgamos excessivo em relação ao de trabalhadores que dizem defender, e em alguns casos não chegam a auferir o mínimo mensal de 3 500\$00.

Na entrevista em causa, nota-se uma certa relutância da parte do arq. José Veloso e seis elementos das Associações de Moradores, em aceitar que seja o P. S. a dirigir o processo SAAL, quando, bem vistas as coisas, em casos de política social como é a da habitação para os mais carecidos o que importa são dirigentes honestos e trabalhadores seja qual for o seu cariz político, e colaboradores não menos honestos que através do trabalho e de exemplos de bem servir se imponham, não perdendo tempo em comícios políticos, antes aproveitando-o de modo que ajude a formação compatível com os princípios de auxílio mútuo que contribuam para a nossa valorização social e espiritual.

Não sabemos a atitude que a Câmara tomará, mas porque com roupa suja ninguém se limpa, formulamos votos, para que o calor político de algumas pessoas se apague, neste caso, de forma a evitar polémicas desagradáveis com relatos de manchas que decerto existem e a água não conseguirá lavar, visto haver nódoas políticas que nem os bons detergentes fazem desaparecer.

Joaquim de Sousa Piscarreta

Notícias de Bensafrim

à edificação de um núcleo de vinte e uma moradias do projecto SAAL, que estão a ser implantadas no lugar das Eiras, a que para o efeito fora dado o nome de Zona Verde, tendo a comissão local da SAAL à disposição cerca de 1 800 contos de comparticipação controlada pela Câmara Municipal de Lagos, a quem está afecto todo o projecto SAAL do concelho.

É de lamentar porém, que a implantação do bloco residencial tenha ficado praticamente «divorciada» da povoação propriamente dita e sem possibilidades de jamais vir a fazer parte integrante do seu todo, quando a poente da povoação existe terreno que oferece as melhores condições para o desenvolvimento habitacional da localidade e há cerca de 4 anos estivera negociado ao módico preço de vinte escudos por metro quadrado. Nesse mesmo terreno (numa fracção) está edificado o pequeno bairro dos desalojados do sismo, construção levada a efeito pelo Fundo de Fomento da Habitação, entidade ainda detentora de razoável parcela de terreno, em tempo adquirido pelo preço antes referido.

A. S. Bago d'Uva

PROJECTO SAAL EM ACÇÃO

Encontram-se em fase de desenvolvimento, os trabalhos inerentes



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO
ANO 21.º

DIRECTOR: ANTONIO BARÃO
SEXTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1977

DIRECTOR-ADJUNTO: JOSÉ MANUEL PEREIRA
AVENÇA

PORTE
PAGO

N.º 1079

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO
OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — TELEF. 254
LISBOA — TELEF. 361839
FARO — TELEF. 22322
AVULSO 5\$00

- ★ Em 1978 serão executadas obras que, no fundo, constituirão a terceira fase da estruturação do porto.
 - ★ Os projectos SAAL estão, na quase totalidade, aprovados e comparticipados.
 - ★ Encontra-se já na cidade a maior parte da biblioteca de Júlio Dantas.
- disse a JORNAL DO ALGARVE o presidente do Município lacobrigense

(Conclusão da 1.ª página)

haver encontrado ambiente para louvável expansão. Poderá dizer-nos o que se lhe oferece sobre este assunto?

— Depois das obras do porto, o Projecto SAAL é a segunda batalha em que mais nos empenhamos. Ao entrarmos em funções, o SAAL tinha, no Gabinete de Planeamento do Algarve, apenas dois projectos de infra-estruturas. Hoje, poucos meses decorridos, todos os projectos estão, na maior parte, aprovados e comparticipados, apenas o da Meia Praia carecendo de alterações, para as quais, no entanto, já se dispõe de participações abrangendo os anos de 1977 e 1978. De um modo geral, todas as Associações SAAL têm dinheiro neste momento e pela primeira vez, para darem seguimento às suas pretensões. O projecto da Meia Praia vai no terceiro empréstimo e tem avançado mais, em qualidade e quantidade, nos seis últimos meses, do que nos dois anos anteriores.

— Como se encontra dimensionado o SAAL no concelho de Lagos?

— Em Bensafirim (21 fogos) e Espiche (31 fogos), tudo corre em condições normais. A Luz tem quase prontos os seus 18 fogos, o mesmo podendo dizer-se quanto aos 58 da Meia Praia, dos quais 17 correspondem a uma Associação e 41 a outra. Na Cerca do Cemitério (108 fogos), a construção vai bem, mas os órgãos da Associação estão a ser pressionados para melhor clarificação.

«Levamos muito sério o problema da habitação, que em 1978 terá neste concelho e integradas no SAAL, duas novas operações: uma em Lagos, de 160 fogos, para os quais se procura local, outra em Barão de S. João, de 15 fogos, para que já se dispõe de terreno. Haverá ainda, numa promoção directa do Fundo de Fomento de Habitação, cerca de 180 fogos. A Câmara adquiriu em Santo Amaro, por mais de 3 mil contos, o terreno necessário, que foi cedido ao F. F. H., nele estando prevista uma reserva de 10 a 20 por cento da área, destinada ao funcionalismo público. As construções neste terreno disporão de um mercado de apoio, de um centro de assistência social com gestão a cargo do Instituto Familiar de Apoio Social, de zonas verdes, etc.

«A Câmara tem cerca de 350 inscritos, aos quais vai propor a formação de uma cooperativa de habitação, para construir, em promoção directa, nos terrenos do F. F. H. Presentemente está a ser elaborado o estudo de um plano geral de urbanização.

CORREIO de LAGOS

O PROCESSO SAAL E A ASSOCIAÇÃO 28 DE SETEMBRO

Por terem vindo até nós pessoas prejudicadas pelo andamento das obras em relação à Associação 28 de Setembro, avistámo-nos com o sr. presidente da Câmara, que nos informou que o processo desta Associação não decorre com a normalidade que seria para desejar pelo facto de o seu presidente não ter satisfeito solicitações legais da Câmara, do que podem resultar graves prejuízos para os pretendentes às habitações.

Não consta, felizmente, que haja outras Associações prejudicadas, continuando a Câmara a dar todo o apoio possível para que as obras prossigam, sendo certo que a povoação da Luz está quase servida e Bensafrim e Espiche vão em bom ritmo.

blico, na generalidade, um aumento de 48\$50 por litro em relação aos industriais.

Haverá justificação para medidas desta natureza?

Joaquim de Sousa Piscarreta

Novos corpos gerentes

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUARTEIRA

Em assembleia geral, foram eleitos os novos corpos gerentes da Associação de Moradores de Quarteira, assim constituídos:

Assembleia geral: presidente, José Francisco Guillaume da Graça; secretário, Edmundo Gastão Ribeiro da Costa e Silva; relator, Aníbal Gonçalves Inácio.

Conselho fiscal: presidente, José Afonso de Sá Costa; secretário, Marcílio Brito dos Santos; relator, Olímpio Guerreiro Pardal.

Direcção: presidente, Emiliano José Correia Ramos; vice-presidente, José Francisco do Carmo Filipe; tesoureiro, José Augusto Oliveira Soares; secretário, Cipriano Ribeiro Filipe; vogais, Alfredo do Espírito Santo Camelo, Eduardo Ferreira Madureira e António Manuel da Silva Carvalho.

Os membros da Associação de Moradores 25 de Abril, de Lagos, mudam-se amanhã para as casas construídas pelo Projecto SAAL

A Associação de Moradores 25 de Abril, do sítio do Apeadeiro, na Meia Praia, em Lagos, que foi a primeira a começar a construir no País dentro do programa SAAL, em Janeiro de 1975, faz amanhã a sua festa de mudança para as casas novas destruindo as barracas em que os seus membros têm vivido até agora.

Não têm ainda nem água, nem luz, nem esgotos, nem arruamentos, mas propõem-se conseguí-los na próxima fase da sua luta, «que é parte da grande luta de libertação que o 25 de Abril começou».

QUEM BOICOTA O PROJECTO SAAL

Que o Mundo está repleto de seres humanos que pelas suas ideologias políticas abalam o andamento dos processos que interessam ao progresso social e económico das Nações, só

por Joaquim S. Piscarreta

não vêm os que dominados pelo materialismo que nos nossos dias ganha

(Conclui na 2.ª página)

11 - 5 - 78

Quem boicota o Projecto SAAL

(Conclusão da 1.ª página)

foros de civilizado, cavam, sem de tal se aperceberem, a ruína de tudo e de todos.

O processo SAAL, português, é, de tal, exemplo flagrante, pois legislado com bases que prometiam solução do problema habitacional dos mais carecidos, está longe, muito longe mesmo, de produzir frutos que correspondam à sementeira de início feita, com capitais que uma vez aplicados com critério e ponderação, permitiriam, a breve prazo, frutos sãos e maduros.

Lagos que, após o 25 de Abril, por intermédio de chefes políticos de então, agitou as massas populares no sentido de apoio ao processo, podia, uma vez que nos agitadores prevalecesse a vontade de servir a colectividade sem ter em atenção as ideologias de cada um, realizar obra útil e produtiva. Mas como o espírito ideológico se sobrepoz ao colectivo as deficiências multiplicaram-se, e o que fez está longe de satisfazer as

condições mínimas de habitabilidade, pois na Meia Praia a ocupação das casas construídas fez-se sem rede de esgotos, luz e água, apesar de se haver dispendido importância muito superior à orçamentada para o completo das edificações. Houve pois, estou convencido, gastos superfluos, ou administração deficiente, cujas responsabilidades consta terem sido apuradas, mas cujos resultados são segredo de políticos ou não políticos que teimam em esconder o que deve ser conhecido por todos, para se saber onde estão os homens que pela sua desonestidade vão cavando a ruína da Nação que se quer próspera e independente. Não será crime encobrir os que por qualquer forma prejudicam o bom andamento dos processos que interessam ao progresso da colectividade.

Joaquim de Sousa Piscarreta

CONVOCATÓRIA

A ESPERANÇA DO SUL COOPERATIVA OPERÁRIA DE PRODUÇÃO DE CONSTRUÇÃO CIVIL, SCARL, anuncia e convoca a todos os sócios e candidatos a sócios para a Assembleia Geral que se realizará no dia 18/3/78 (sábado) pelas 9 horas no local das Instalações da Obra SAAL com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — APRESENTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO DE 1977.
 - 2.º — PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS.
 - 3.º — ELEIÇÃO DE NOVOS CORPOS GERENTES.
-

O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PRETENDE CONSTRUIR UM COMPLEXO DESPORTIVO



Um trecho da extensa Avenida da República em Vila Real de Santo António

É UM plano concreto o que foi apresentado à Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, contendo os propósitos do Município para 1978. Nem ambições demasiadas nem limitações mínimas, mas um conjunto de realizações com perspectivas de concretização. O Município de Vila Real de Santo António dedica um interesse louvável à questão do equipamento desportivo. Assim, prevê-se ainda este ano o arranque do complexo desportivo junto ao Pavilhão, ocupando todo o terreno entre o mesmo e a cadeia comarcá, para o que está a ser elaborado o respectivo projecto.

É bem conhecido o Parque de Campismo de Monte Gordo, como os problemas surgidos pela satura-

ção da sua capacidade, face a uma procura que tem crescido vertiginosamente. No sentido de colmatar alguns desses problemas, o Município mandou construir, contando que já estejam prontos em fins de Maio, dois balneários-sanitários e chuveiros ao ar livre; ampliar os dois balneários já existentes; alçar novos arruamentos, melhorar a cobertura eléctrica e instalar um parque infantil e um posto de primeiros socorros, bem como preparar novas instalações de recepção e contabilidade e promover melhorias do parque desportivo. Foram iniciados os contactos com o Domínio Público Marítimo com vista a

(Conclui na 4.ª página)

por João Leal

O Município de Vila Real de Santo António pretende construir um complexo desportivo

(Conclusão da 1.ª página)

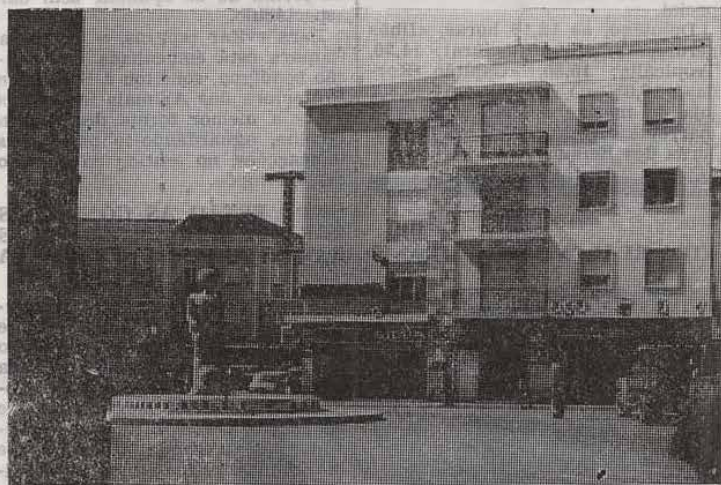
cedência de um terreno para instalação de um pequeno parque de campismo na praia da Manta Rota. Aguarda-se que o mesmo já esteja em funcionamento no próximo Verão, dispondo das infraestruturas mínimas, se forem coroadas de êxito os contactos entre o Município e as autoridades marítimas.

O anteprojecto existente para o «parque de campismo dos Três Pauzinhos», de amplas proporções, vai conhecer algumas alterações, sendo solicitado ao Fundo de Turismo o empréstimo necessário.

No aspecto de assistência, o Município colocou à disposição do IFAS um terreno com a área aproximada de dois mil metros quadrados para a construção de jardim infantil e creche. Prevê-se ainda a instalação de mais três parques infantis, a construir no Sertão (Monte Gordo), junto à Soliva, na Vila Pombalina e no complexo desportivo. Projecta-se também a criação de um lar para idosos e a construção de uma colónia de férias no actual edifício da cadeia comarcá.

A questão da habitação e urbanismo ocupa um papel especial neste plano de actividade. Assim, vai ser construído um bairro social na freguesia de Vila Nova de Caxela com 24 fogos, para o que a Câmara adquiriu um terreno com seis mil metros quadrados. Projecta também o Município dar início à construção, para venda em propriedade resolúvel, de 32 fogos, junto à Avenida Ministro Duarte Pacheco. O Município, ainda neste sector, propõe-se apoiar a criação de cooperativas de habitação, os programas SAAL, a construção de casas pré-fabricadas, mas somente em betão e o programa PRID. Com os concursos abertos pela Federação de Municípios pensa-se que todo o concelho ficará electrificado em 1978.

CARÊNCIAS E ASPIRAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LAGOS



Para o visitante de Lagos, é motivo de apreciação a discutida estátua do rei D. Sebastião, em que o artista João Cutileiro foge aos moldes tradicionais a que nos habituaram.

CONCEBIDO em termos de inovação, o plano anual de actividades da Câmara Municipal de Lagos traduz concepções políticas da gestão pública ao nível autárquico já que nele reflectem-se as opções, definem-se os objectivos e estabelecem-se os processos de actuação, derivados das perspectivas e conceitos que enformam a Câmara, e através dele será avaliada a justeza com que a acção desta irá corresponder aos anseios da população do concelho e irá respeitar o cumprimento das regras democráticas.

A incapacidade financeira (o arário municipal apenas permite custear parte dos vencimentos, complementar as comparticipações que não atingem os 100%, executar pequenas obras e atribuir algumas verbas a actividades de tipo assistencial, cultural, desportivo e recreativo), determina um cercear de projectos que não invalida o propósito de «uma firme decisão de respostas às carências do concelho e de lutar, dentro da lei e das regras democráticas, por um futuro melhor para a população».

No plano supra-concelhio, prevê-se a instalação, a partir de Janeiro, dos Serviços Municipais de Habitação para os Concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo e de intervenção na imediata cons-

por João Leal

tituição de um dos três Gabinetes de Apoio Técnico que vão ser instalados no Algarve.

Entre algumas das obras, apontamos as que se referem a equipamento rural e urbano (edifício municipal, novo cemitério de Lagos, mercado de Santo Amaro), saneamento básico (abastecimento de água a Espiche, Portelões, Meia

(Conclui na 4.ª página)

Carências e aspirações do Município de Lagos

(Conclusão da 1.ª página)

Praia, Torre e Monte Judeu; projectos e execução dos esgotos de Barão, Espiche, Almádena e Sargaçal e estudo dos esgotos de Lagos) e estudo concelhio sobre o lixo; obras municipais (mercados de Bensafrim, Odiáxere, praia da Luz e Almádena; caminhos rurais; recuperação da igreja das Freiras; oficinas municipais e arranjo da zona de Santa Maria); na cidade: arruamentos, praias, jardins, etc).

Serão distribuídas directamente às Juntas de Freguesia, para solução imediata de carências existentes, verbas de 250 contos a Odiáxere e Barão de São João; 200 contos à Luz e 150 contos a Bensafrim.

Entre o programado para 1978, a decorrer no concelho de Lagos com intervenção da Administração Central, incluem-se: o porto de Lagos; o lar da terceira idade; a escola secundária, a construir junto do Hospital Velho; a conclusão de 8 salas de aulas nas escolas primárias, já adjudicadas, bem como construir ou complementar as escolas de Chincato, Meia Praia e praia da Luz; electrificação de várias zonas rurais (Monte Ruivo, Montes Juntos, Cotifo de Cima, Vale da Lama, Montinhos de Burgau, Montinhos da Luz, Cotifo de Baixo, Farta Vacas, Pedra Branca e zona de expansão de Odiáxere); creche, jardim de infância em Santo Amaro; lota na praia da Luz e arranjos nas de Lagos; construção do quartel dos Bombeiros Voluntários e do Centro Cultural de Lagos.

A política habitacional merece um interesse especial neste plano de actividade, política que se desdobra por várias propostas sociais, controlando neste momento o Município, por decisão do Ministério da Habitação e Urbanismo o processo SAAL, de que decorre a construção de seis bairros no concelho.

No que se refere a «cultura e assistência», assinala-se: recuperação do futuro Centro Cultural de Lagos, onde, entre outras actividades, se instalará a biblioteca do dr. Júlio Dantas (à guarda do Município desde Outubro); construção ou conclusão de centros de cultura nas freguesias rurais; publicação do roteiro cultural da cidade e monografias sobre Lagos; apolo teatral e cinematográfico; festas populares e desportivas e creches.

O plano foi elaborado na óptica de um considerando que afirma:

«o 25 de Abril iniciou o processo de libertação do povo português e abriu as vias para a instituição e correcto funcionamento dos mecanismos democráticos de governação a nível central e a nível das autarquias regionais e locais».

João Leal

AS ESTRUTURAS DO BAIRRO

25 DE ABRIL

O Bairro 25 de Abril, está ocupado sem que tenha água, luz e esgotos. Ao que nos informaram, só para água são necessários doze mil contos. Os ocupantes servem-se de água de poços existentes na área do Bairro, como se serviam antes. As casas têm bom aspecto, mas sem esgotos não poderão ser convenientemente utilizadas.

Do Gabinete do Planeamento não consta parecer favorável à instalação. O que está feito, apesar de ilegal, não é de destruir, porque quem destrói, destrói-se, e no respeitante a habitação as carências são grandes. É do conhecimento de muitas pessoas que o autor do projecto não quis aceitar terreno para implantação do Bairro em local próximo, com acessos mais favoráveis à rede de esgotos, e até de mais fácil legalização. Mas se o mal está feito, e, quem o originou, duvido esteja disposto a remediá-lo, e todos os que de perto têm acompanhado o processo SAAL têm culpas, porque não unir esforços de gregos e troianos no sentido de tudo se estruturar em condições de legalizar?

Joaquim de Sousa Piscarreta

MEMORANDO SEMANAL

◆ SAAL DE CASTRO MARIM PROMOVE AMANHÃ FESTA RIJA

por J. Cruz

PELA passagem do 1.º aniversário, a Associação de Moradores 19 de Maio SAAL, de Castro Marim, promove amanhã, festa rija que também considera de «unidade e mobilização», conforme comunicado, onde apela à participação de todas as Associações de Moradores SAAL e de todos os moradores pobres e convida todo o povo do Distrito.

O Largo 1.º de Maio (frente à Câmara) e a esplanada da Casa do Povo, serão os locais onde a festa se irá desenrolar.

O programa: às 7.00 horas, al-

vorada com foguetes e morteiros; às 14.30, tarde cultural com os grupos de Teatro e Coral da Casa da Cultura da Juventude de Faro, canto livre com os grupos Praxis, Vozes de Abril, os Pioneiros e, se forem resolvidos a tempo problemas de transportes, o Grupo de Acção Cultural — Vozes da Luta. às 21.00 horas haverá convívio musical, poesia, fados e folclore, com a presença de José Fanha, Duo Pinto e Rei (artistas populares) o rancho folclórico dos pescadores de Cabanas e o ilusionista Alex. Para encerrar, haverá baile com o conjunto Contacto, com comes e bebes.

A 1.ª parte, que decorre no Largo 1.º de Maio, é inteiramente gratuita. A que tem início às 21 horas, destina-se a angariação de fundos para a Associação.

◆ A LUTA DA 19 DE MAIO

Em Novembro de 1977, a Associação legalizou-se, avançando de imediato, com um pedido de reconhecimento por parte da Câmara Municipal de Castro Marim como integrada no SAAL, para efeitos de obtenção de terreno e dinheiro do Fundo de Fomento de Habitação. Necessitavam construir 80 fogos para alojamento de cerca de 300 pessoas, muitas vivendo em condições precárias, outras apenas dentro de 4 paredes, sem tecto. Reivindicaram o terreno do sapal onde está instalado o barracão do cinema, com uma área de 1,35 hectares.

Na sequência das acções desenvolvidas junto da Câmara Municipal, viria a surgir um incidente com o presidente da Câmara demissionário, sr. José Guilhermino, quando, durante uma sessão pública este pretendeu retirar-se, ante a insistência dos moradores da Associação em serem ouvidos.

Foi chamada a GNR local cujo cabo entendeu não ser necessário intervir, dado o carácter pacífico do pedido. O presidente viria a participar do cabo ao governador civil, ao ministro da Administração Interna e ao comandante geral da GNR, os quais, segundo informações que colhemos, viriam a dar razão àquela autoridade local, ocasionando o pedido de demissão, conforme já noticiámos.

Inaugurado o bairro SAAL de Olhão

Com a visita e inauguração do bairro e uma festa popular com canções, poemas e folclore, a Associação de Moradores 11 de Março, de Olhão esteve em festa, no domingo.

Associados em 8 de Novembro de 1975 para lutar pelo direito à habitação, no âmbito do programa oficial de então, no SAAL, estes moradores da vila cubista vão ocupar 40 casas construídas, já com arruamentos, electricidade, água e esgotos.

Conforme eles próprios declaram, foi uma vitória onde as verbas se arrancaram a «ferro e fogo», com idas a Lisboa, papéis, telefonemas, muita perseverança e sacrifícios. Na sua linguagem própria, os moradores da 11 de Março, exortam outros moradores em dificuldades a seguirem o seu exemplo, embora salbam que as condições estão mudadas e tudo tem uma nova dimensão. Contudo e como afirmam, «não é esperando as promessas dos governantes — é com a luta. Não é ficando a lamentar nos cafés, nas ruas, nas casas — é formando associações, frequentando as reuniões e exigindo que se cumpra o artigo 65.º da Constituição, que se superam as dificuldades.

Câmara Municipal de Lagoa (Algarve)

EDITAL

ABEL DA SILVA SANTOS, presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve):

Faz público que se encontra aberto concurso, pelo prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital no Diário da República, para adjudicação da empreitada de: Infra-estruturas do Bairro SAAL da Associação de Moradores Boa-Esperança em Estômbar (arruamentos, esgotos domésticos e fossa séptica e abastecimento de água).

Preço Base 4 551 379\$00
Caução Provisória 113 784\$00

Alvará exigido — 1.ª subcategoria da IV categoria e 3.ª e 4.ª subcategorias da V categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.

A abertura das propostas terá lugar na primeira reunião ordinária que se realizar após o termo do prazo acima referido.

As reuniões ordinárias efectuam-se às segundas e quartas, terças-feiras de cada mês.

O processo de concurso poderá ser consultado todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, na Secretaria desta Câmara Municipal.

Paços do Concelho de Lagoa (Algarve), 4 de Outubro de 1978.

O Presidente da Câmara,
Abel da Silva Santos

Câmara Municipal de Lagoa (Algarve)

EDITAL

ABEL DA SILVA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve):

Faz público que se encontra aberto concurso, pelo prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital no Diário da República, para adjudicação da empreitada de:

Infra-estruturas do Bairro SAAL da Associação de Moradores Boa-Vontade na Mexilhoeira da Carregação (arruamentos, abastecimento de água, esgotos domésticos, fossa séptica e esgoto de águas pluviais).

Preço Base 5 433 406\$00
Caução provisória 135 835\$00

Alvará exigido — 1.ª subcategoria da IV categoria e 3.ª e 4.ª subcategorias da V categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.

A abertura das propostas terá lugar na primeira reunião ordinária que se realizar após o termo do prazo acima referido.

As reuniões ordinárias efectuam-se às segundas e quartas terças-feiras de cada mês.

O processo do concurso poderá ser consultado todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, na Secretaria desta Câmara Municipal.

Paços do Concelho de Lagoa (Algarve), 4 de Outubro de 1978.

O Presidente da Câmara,
Abel da Silva Santos

Câmara Municipal de Lagos

A V I S O

«CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURAS DO BAIRRO SAAL APEADEIRO (Arruamentos, Abastecimento de Água e Rede de Esgotos Domésticos e Tratamento)».

Torna-se público que se encontra aberto concurso, pelo prazo de trinta dias, contados do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no Diário da República, para arrematação da empreitada da obra em epígrafe.

Base de licitação	3 379 575\$00
Depósito provisório	84 489\$40

Alvará exigido aos concorrentes — I Subcategoria da IV Categoria e 3.^a e 4.^a subcategorias da V Categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.

O projecto, programa de concurso e caderno de encargos poderão ser consultados, todos os dias úteis, dentro das horas de expediente, nos Serviços Técnicos de Obras desta Câmara Municipal.

A abertura de propostas terá lugar na sala das sessões desta Câmara Municipal, pelas 17 horas do dia da primeira reunião que se realizar a seguir ao termo do prazo fixado neste aviso.

Paços do Concelho de Lagos, 18 de Outubro de 1978.

O Presidente da Câmara,

José Alberto Baptista

Assembleia Municipal em Albufeira

NA Assembleia Municipal de Albufeira, além da aprovação do orçamento suplementar do Município, o presidente da edilidade, prof. Xavier Vieira Xufre, fez pormenorizada exposição da actividade do executivo no último trimestre, período de características especiais já que coincidiu com a estação alta na que é, sem dúvida, das regiões de maior incidência no turismo algarvio.

O sr. Xufre informou da aquisição de um terreno a nascente da vila e junto à Praceta do MFA, com 31 hectares, aquisição feita com o financiamento da Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico. Destina-se o mesmo a obras de interesse local, tais como habitação social a construir através de vários canais — cooperativas, Fundo de Fomento da Habitação, processo SAAL, etc.; zona desportiva e, num dos extremos, o futuro cemitério, atendendo aos condicionallismos do actual.

No que respeita ao fornecimento da água, um dos grandes problemas que Albufeira tem conhecido nas últimas épocas estivais, com os inconvenientes daí advindos, foi apontado que, por via das obras realizadas, o fornecimento se pro-

(Conclui na 4.ª página)

AS INFRA-ESTRUTURAS DOS BAIROS SAAL SERÃO REALIDADE DENTRO EM BREVE?

Que o processo SAAL tem sido grandemente prejudicado pelas manobras da política partidária, é do conhecimento geral. Que a actual Câmara, vencendo dificuldades sem fim, algo tem conseguido, provam-no os avisos públicos no *Jornal do Algarve* de 27 de Outubro, para adjudicação das obras de infra-estruturas dos bairros do apeadeiro da Mela Praia e da Cerca do Cemitério, obras que a Câmara anterior de certo modo descuroou, confiando demasiado nos técnicos que projectaram e durante muito tempo dirigiram as construções que chegaram ao fim sem esgotos, água, luz e arruamentos.

Oxalá surjam concorrentes honestos capazes de cumprirem à risca as condições previstas, pois estou convencido de que muitos desonestos têm contribuído para o atraso das obras do processo SAAL, com prejuízo para tudo e para todos.

Joaquim de Sousa Piscarreta

Jornal do Algarve,
1978-11-10, p.6

MEMORANDO SEMANAL

por José Cruz

◆ HABITAÇÃO ECONÓMICA, CRISE DE SOBREVIVÊNCIA

O III Governo Constitucional exercendo apenas negócios de gestão corrente, bloqueou o financiamento às CHE's, cooperativas de

habitação económica, causando-lhes uma situação que assume aspecto de gravidade extrema. Com efeito, sob a alegação de dificuldades de tesouraria, o Fundo de Fomento da Habitação começou a negar créditos destinados à habitação económica, de alcance social.

Esta medida faz par com a não publicação das portarias destinadas a regulamentar os esquemas de crédito, bem como as bonificações a conceder para aquisição e fabrico de casas de renda económica.

Estão, assim, lançadas as sementes para prejuízos de monta nas cooperativas, associações de moradores SAAL, pequenas empresas da construção civil, com o consequente aumento do desemprego e a não resolução deste inadiável direito humano à habitação. Tal medida é também uma ameaça sobre a continuação de mais de nove mil fogos, em perspectiva de construção.

As cooperativas e associações de moradores são as formas organizadas, dentro da legalidade constitucional, com que a população responde às carências habitacionais e desenvolve, no plano social, uma acção importante, se não fundamental, para a resolução deste gravoso problema. Note-se que são afectados não só os futuros financiamentos, como também os que estão em curso.

Receia-se o alargamento da decisão às operações do processo PRID (recuperação de casas degradadas), às pré-fabricadas e à construção de casa própria, afectando

(Conclui na 4.ª página)

(Conclusão da última página)

ainda mais vastas camadas populacionais, especialmente as de menores recursos.

Não será estranho o corte no Orçamento Geral do Estado, imposto pelo Fundo Monetário Internacional, FMI, como medida indispensável para a concessão do «grande empréstimo», mezinha que os últimos governos apregoaram como indispensável para o saneamento da nossa vida económica.

Tem a palavra, se passar, o governo do prof. Mota Pinto, embora as declarações vindas a público revelem que a tendência é para o agravamento da situação.

MEMORANDO SEMANAL

por José Cruz

◆ DESIGNADO O CONSELHO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

ESTÁ constituído o Conselho Municipal de Vila Real de Santo António, cuja entrada em funções se prevê para breve. É a seguinte a composição definitiva daquele órgão autárquico.

Em representação das Comissões de Trabalhadores, Venceslau Fernandes; pelos comerciantes, José Lopes Viegas; pela Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal (imposta por lei), João Santos; pela Comissão de Trabalhadores dos Serviços Municipalizados (imposta por lei) António Simão; pelas Comissões de Moradores, José Henriques; pelo Sindicato das Conservas, António Custódio; pelas Escolas, Maria Fernanda Pires; pela Misericórdia, Mário Lança; pelo projecto SAAL (Associações de Moradores), Munhoz; pelas colectividades de cultura e recreio, Filomeno Marinheiro; pelos Bombeiros Voluntários, Romualdo Pescada.

Esta decisão foi tomada pela Assembleia Municipal, que também aprovou o regulamento do Parque de Campismo e as alterações ao regulamento das instalações desportivas.

As propostas de integração da Federação dos Municípios na EDP e do serviço de saneamento básico na empresa pública regional SABRAL, baixaram para estudo, bem como o quadro do pessoal e a alteração de nome do Bairro 28 de Setembro.

NÃO HÁ DINHEIRO NO FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

por José Veloso

A ORGANIZAÇÃO de Associações de Moradores (AM'S) do SAAL e de Cooperativas de Habitações Económica (CHE's), tem tido um grande desenvolvimento no Algarve, depois do 25 de Abril, existindo hoje em quase todos os concelhos algarvios, com excepção para Alcoutim e S. Brás de Alportel. O total de famílias algarvias abrangidas pelas AM e CHE é de cerca de 7500, divididas em 32 AM's e 12 CHE's, que já concluíram e têm habitados mais de 300 fogos, tendo em construção mais cerca de 1100. E estão a ser feitos os projectos para mais 600.

Estes números permitem avallar o enorme esforço que tem sido desenvolvido pelas famílias que, no Algarve, anseiam e lutam por habitação condigna, direito que assiste a todos os cidadãos, como expressamente o afirma a Constituição da República. Igualmente temos assim uma noção, bastante realista, da importância destas organizações na criação e manutenção de postos de trabalho por todo o Algarve, abrandando o flagelo do desemprego, e ainda nos apercebemos do enorme volume de escoamento de produtos que proporcionam à indústria e ao comércio ligados ao sector da construção civil. A acção destas AM e CHE é baseada, nos termos das leis em vigor, em financiamentos que contratam directamente com o Fundo de Fomento da Habitação, FFH.

Ora, os meios de comunicação social, nomeadamente a Imprensa, têm vindo a noticiar com frequência, nas últimas duas ou três semanas, afirmações, dos mais responsáveis sectores, de que no FFH estão em risco as verbas para esses financiamentos, e que não haverá novos financiamentos em 1979. De facto, a realidade está comprovando essas afirmações, e já há no Algarve obras com salários em atraso e sem poderem fazer pagamentos de materiais, e outras avizinham-se dessa situação, verificando-se a iminência da interrupção completa, com todos os seus terríveis resultados, de desemprego, dívidas por pagar e, para tantos, o desespero da obtenção da sua casa adiada, de mais tantos sacrifícios inutilizados. E esta situação repete-se por todo o País.

Se tudo isto espanta e escandaliza, é inacreditável que aconteça com origem num órgão do Governo, dotado de orçamento próprio para cumprimento da sua parte nos programas apresentados à Assembleia da República, e é incrível, toca as raias do absurdo, que nenhuma explicação pública seja dada, que se deixe correr uma situa-

ção degradante em completo silêncio, demonstrando o mais acabado desinteresse pelos prejuízos sociais e económicos que se está a causar.

Ninguém se preocupou em esclarecer as AM e CHE, e a opinião pública em geral, nem o Governo, nem o FFH, nem a Direcção de Habitação do Sul, nem a sua Delegação de Faro. Legitimamente se pergunta pela razão deste silêncio, pelos reais motivos da ruptura dos financiamentos, que interesses, que compromissos estão por detrás de tudo isto, em suma, que Governos são estes, assim atentando contra um direito fundamental dos cidadãos, em obediência a que ordens?

E ocorre igualmente perguntar, que órgão do Governo é o FFH, cuja gestão financeira conduz a que não possa respeitar responsabilidades que assumiu, nem compromissos directos que tomou, perante milhares de pessoas.

Há que exigir, saber onde se devem imputar as responsabilidades, que sejamos todos bem esclarecidos sobre as raízes desta actuação do Governo, ofensiva dos reais interesses da população e por isso, em última análise, ofensiva dos interesses nacionais.

Câmara Municipal de Lagos

ANÚNCIO

Torna-se público que se encontra aberto concurso, pelo prazo de vinte dias, contados do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no Diário da República, para arrematação das empreitadas abaixo indicadas:

— Associação de Moradores 1.º de Maio (Duna-Lagos):
Arruamentos, Redes de Águas e Esgotos.

Base de licitação 973 620\$00

Caução provisória 24 340\$50

— Associação de Moradores Liberdade (Espiche-Lagos):
Arruamentos, Redes de Águas e Esgotos. ...

Base de licitação 4 723 076\$40

Caução provisória 118 076\$90

— Associação de Moradores Zona Verde (Bensafrim-Lagos):

Arruamentos, Redes de Águas e Esgotos.

Base de licitação 991 306\$40

Caução provisória 24 782\$70

Alvará exigido aos concorrentes — I Subcategoria da IV Categoria e 3.ª e 4.ª Subcategorias da V Categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.

Os projectos, programas de concurso e cadernos de encargos poderão ser consultados, todos os dias úteis, dentro das horas de expediente, nos Serviços Técnicos de Obras desta Câmara Municipal.

A abertura de propostas terá lugar na sala das sessões desta Câmara Municipal, pelas 17 horas do dia da primeira reunião que se realizar a seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio.

Paços do Concelho de Lagos, 5 de Janeiro de 1979

O Presidente da Câmara,

José Alberto Baptista

500 HABITAÇÕES SOCIAIS EM PERIGO, EM OLHÃO, REVELA A APU

Em comunicado, a Aliança Povo Unido, através da sua comissão concelhia de Olhão, afirma estarem em perigo 500 habitações sociais prometidas para esta localidade, devido à «actuação do Governo Mota Pinto-PPD, por imposição do Fundo Monetário Internacional».

«A procura de habitação na nossa terra, atingiu neste momento o limite do desespero. Assim, no campo do mercado habitacional, as rendas das casas de 3 assoalhada ultrapassam já o salário normal de um trabalhador» — continua aquela frente eleitoral, referindo-se a Olhão, para, depois e mais adiante, continuar: «A solução só poderá ser encontrada na dinamização de processos de construção de pendor socialista, como a habitação social e a auto-construção que, na nossa vila, têm como expoentes representativos as Associações SAAL 11 de Março e 18 de Maio.

«Ora é exactamente contra esta solução que se pronuncia o actual Governo (...) ao pretender retirar as verbas prometidas à Câmara Municipal de Olhão, para construção de mais 500 casas deste tipo, nomeadamente as prometidas aos moradores do Siroco, a 2.ª fase da Associação 18 de Maio, as casas pré-fabricadas para a Fuseta e os novos fogos previstos nos terrenos frontais ao Bairro 8 de Outubro».

COOPERATIVA DE HABITAÇÃO CONTINUA SEM TERRENO, EM SILVES

FORMADA em Setembro de 1977, a «Che União Silvense», com cerca de 200 sócios e abrangendo todo o concelho, continua a ser ignorada pela Câmara Municipal de Silves, no que demais importante se torna para a conclusão dos seus objectivos, aquisição de terreno para implantação de 130 fogos, numa 1.ª fase.

Após muitas e demoradas reuniões entre a «Che», Câmara, contando por vezes com a presença de elementos do Fundo de Fomento da Habitação, a situação é a mesma. A «Che União Silvense» não tem terreno para o ponto da situação. Ouvimos um elemento da Cooperativa.

Na última reunião conjunta da entidade camarária, cooperativa e FFH, ficou lavrada em acta que a solução do problema do terreno estava pendente da conclusão do Plano Director da cidade, para a zona, em que se encontra o referido terreno, plano esse já entregue a uma firma especializada para execução. Concluiu-se ainda, nessa reunião, ser possível fazer um levantamento de pormenor do terreno, a fim de viabilizar o processo de aquisição que está em andamento.

Posto isto, foi com surpresa que a «Che União Silvense» constatou, depois de ser já possuidora do projecto de pormenor, que o Plano de Urbanização da cidade apresentado previa como zona de expansão a margem

esquerda do rio, o que naturalmente viria a aumentar as dificuldades para aquisição do terreno, já famoso pelo

(Conclui na 3.ª página)

Cooperativa de habitação continua sem terreno, em Silves

(Conclusão da 1.ª página)

nome de Terreno das Cadeias. Maior surpresa, ainda, a informação dada pelo sr. presidente da Câmara Municipal de Silves a um jornal regional algarvio em que realça a construção durante o ano de 1978 dos fogos do processo CAR, ignorando assim os do Processo SAAL que construiu dois bairros, que se encontram em fase de acabamentos, o «Progresso», com 54 fogos, e o «Vermelho», com 38. Reconhece ainda o sr. presidente os insucessos no capítulo da habitação, motivados pela não conclusão do projecto habitacional de 160 fogos, em redor da Escola Preparatória de Silves, mas não refere a não conclusão do processo da Cooperativa, ignorando mais uma vez a existência de uma Cooperativa de Habitação Económica no concelho do seu Município, que pretende construir 130 fogos em Silves (cidade) fora os núcleos criados nas outras freguesias.

Se no primeiro caso o sr. presidente aponta, como justificativo os problemas internos do FFH, no segundo caso não o pode fazer. A «Che União Silvense» existe, mas não anda. Porquê? Que o diga a Câmara Municipal de Silves!

CRÓNICA DE SILVES

Bairro Habitacional da Cerca da Feira

por Carlos Alvo

Duas técnicas do Fundo Fomento de Habitação, estiveram em Silves, para ouvir cerca de 300 pessoas inscritas no concurso para distribuição das 20 casas que compõem o bairro Habitacional da Cerca da Feira. A desproporção das inscrições para o número total das casas, reforçam uma vez mais a necessidade de ser revista a política habitacional de Silves.

Jornal do Algarve, 1979-03-05, p.30

III ENCONTRO DA IMPRENSA REGIONAL ALGARVIA

UNIDADE NA DIVERSIDADE

LOGO às nove horas, de acordo com o programa estabelecido, os delegados de «O Algarve», «A Avezinha», «Barlavento», «Ecos da Serra», «Farol do Sul», «Folha do Domingo», «GEA», «O Jogral», *Jornal do Algarve*, (cuja delegação estava composta por José Estêvão Cruz,

te uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de elevar Olhão à categoria de cidade. Foi feita então, pela Câmara Municipal, a distribuição de um livro com os dados necessários à preparação do processo de elevação de Olhão a cidade, assinado pelo Secretariado da Secção

funcionamento da Universidade do Algarve.

O presidente aproveitou a oportunidade para esclarecer que a CM de Olhão não se opunha a que a Sede da Universidade se situasse em Faro, não existindo portanto, nesse aspecto e com a autarquia, controvérsia. Reclamava, sim, a descentralização de cursos ligados às pescas, actividade fundamental do povo de Olhão.

Usou depois da palavra o dr. Joaquim de Magalhães, em representação de «O Algarve», o órgão mais antigo da Província já com 72 anos feitos, tendo aludido à palestra que, anos atrás, proferira na mesma sala sobre Raul Brandão e salientado o papel que a Imprensa Regional desempenha junto dos nossos emigrantes, levando-lhes o carinho e o calor da sua terra natal, as notícias sobre os amigos que aqui deixaram ao partir.

Sobre a Universidade, o dr. Magalhães, grande divulgador

Abandonados os Paços do Concelho, os jornalistas dirigiram-se a uma camioneta da Rodoviária Nacional, à espera no Largo da Igreja. Ai entrados, o sr. Carlos Viegas tomou a palavra, tendo-se demonstrado ao longo de todo o percurso um óptimo cicerone, sempre acompanhado pelo vereador Filipe Ramires que detém o pelouro da cultura e foi eleito pela APU. O presidente da Câmara Municipal de Olhão é daquelas pessoas que detém a facilidade da palavra, uma capacidade de expressão fluente e um conhecimento global bastante acentuado dos problemas do concelho.

(Conclui na 2.ª página)

Importantes resoluções para o futuro da Imprensa Regional Algarvia foram tomadas no decurso do III Encontro, ocorrido em Olhão, por iniciativa de «O Sporting Olhanense», jornal do Sporting Clube Olhanense realizado no último fim de semana. Foi aprovada a criação da AIA — Associação da Imprensa Algarvia cuja comissão organizadora ficou integrada pelo «O Tavira», «O Sporting Olhanense» e «Folha do Domingo» e dada luz verde, por propostas do Jornal do Algarve, ao pedido de concessão do Porte-Pago para o estrangeiro, medida que beneficia os emigrantes, e ao pedido de instalação, em zona central do Algarve, de uma máquina de fotografuras que sirva com rapidez os jornais da Região. Ficou estabelecido que o IV Encontro da Imprensa Regional Algarvia vai ter lugar em Vila Real de Santo António, cabendo a iniciativa da sua realização ao Jornal do Algarve, a 5 de Abril de 1980.

João Leal e Rui Setúbal), «O Sporting Olhanense», «O Tavira», «Terra Algarvia» e «A Voz de Loulé», concentraram-se nos Paços do Concelho da Vila de Olhão, onde, minutos mais tarde, o presidente da Câmara Municipal viria a re-

de Olhão do Partido Socialista.

Nele se contêm dados demográficos, sobre o comércio e a indústria, incluindo os tributos pagos pelas diferentes empresas ao Estado, dados so-

deviam lutar contra a especulação com os terrenos, expropriando os proprietários que os mantêm abandonados, com expropriações sistemáticas, e lamentou as câmaras que assim não o fazem. Levou ainda os jornalistas à entrada da doca de Olhão onde falou dos projectos de alargamento para o dobro da área molhada e de novas instalações infra-estruturais para o porto, como armazéns, câmaras frigoríficas, instalações sociais e outras, justificando com números as pretensões. Aludiu ali ao gravoso problema da barra da Fuseta que disse estar nas suas preocupações e nas da Câmara.

Antes do regresso a Olhão, o sr. Carlos Viegas conduziu ainda os jornalistas à zona rural do concelho tendo-os levado perto de dois depósitos de água, no Laranjeiro, destinados a abastecer as populações rurais. Um elevado, com 150 m3 de capacidade e outro, apoiado, com 300 m3, dando uma panorâmica total do abastecimento de água ao concelho. Falou-se ainda de turismo e dos muitos projectos que a Câmara tem para o sector. Foram ainda visitadas as instalações da Salexport, uma empresa moderna que lava, seca e classifica o sal, empacotando-o para a venda ao público, sendo de realçar a forma simpática com que os representantes da empresa receberam os jornalistas expondo o processo de produção.

III Encontro da Imprensa Regional Algarvia

(Conclusão da 1.ª página)

Sempre insistindo em levar as delegações da Imprensa Algarvia ao local, para que vissem as realizações com os próprios olhos não regateou a amostragem daquilo que tem sido a obra da Câmara onde o PS detém a maioria absoluta.

Percorrendo todos os bairros do SAAL e defendendo vigorosamente a existência das Associações de Moradores que, em seu entender, devem prosseguir a actividade contando com todo o apoio da edilidade, o presidente tratou em Olhão, em matéria de habitação social da iniciativa das populações. 40 fogos já concluídos na 11 de Março, 60 fogos em construção na 18 de Maio, mais 170 em processo de expropriação.

Defendeu que as Câmaras algarvias

FREGUESIAS E MUNICÍPIOS

GRUPO DE MORADORES DA PRAIA DA LUZ REÚNE COM O PRESIDENTE DA CÂMARA

UM grupo de moradores da povoação da Praia da Luz tomou a iniciativa de solicitar à Câmara Municipal de Lagos uma entrevista a fim de exporem alguns problemas que consideram graves, e que não vêm estar dentro das preocupações da Junta de Freguesia.

Foram acentuados os aspectos de degradação que se verifica em consequência da falta de controle dos órgãos autárquicos responsáveis e da inexistência de trabalhos de conservação das infra-estruturas, com destaque para alguns dos arruamentos.

O presidente da Câmara reconheceu a oportunidade e o realismo das considerações feitas e manifestou a maior compreensão pelos problemas postos comprometendo-se a dar imediata solução àqueles de maior urgência, nomeadamente a Estrada Municipal de acesso à povoação e, dentro desta aos arruamentos que servem as habitações da Associação de Moradores 11 de Março (SAAL) e o Centro Comercial.

JUNTA DE FREGUESIA DE ALTE PARALISADA PELA DIREITA, ACUSA A APU

A Aliança Povo Unido, em comunicado recente manifestou o seu mais vivo protesto pela actuação de alguns membros da Junta e Assembleia de Freguesia de Alte «que hoje, ao contrário e em oposição aos compromissos assumidos, voltam as costas à população e impedem, pela sua irresponsabilidade (e não só) o funcionamento dos órgãos democráticos que têm a atribuição e competência de decidir sobre os destinos desta freguesia». — prosseguindo:

«Referimo-nos concretamente ao boicote que a direita, através dos membros que a representam na Assembleia de Freguesia, têm vindo a efectuar sobre aquele órgão. A Assembleia de Freguesia, que obrigatoriamente deverá reunir para discutir, aprovar e fazer cumprir os planos, as contas e os orçamentos da Junta de Freguesia, para além de deliberar sobre todos os assuntos de interesse local no sentido de serem efectivadas as acções que visam satisfazer as necessidades mais sentidas, permite ainda a participação directa das organizações de base popular, através dos seus delegados, na discussão dos assuntos de interesse colectivo.

O povo de Alte não pode desconhecer que a direita-PPD e aqueles que lhe dão cobertura estão ignorando, por desinteresse e má fé, as obrigações que assumiram, negando o direito daqueles que mais afectados são pelas carências locais, de fazerem ouvir a sua voz nos órgãos que para esse efeito foram institucionalizados.

O facto de não se terem efectivado, por duas vezes consecutivas, sessões da Assembleia de Freguesia por falta de comparência de um mínimo de 5

elementos de um total de 9 elementos que a compõem — 5 PS, 3 PPD e 1 APU — origina que a discussão de assuntos como o da Associação de Moradores, que há três longos anos aguarda a atribuição de terrenos para a construção de habitações para os seus associados bem como a de equipamentos colectivos de interesse para toda a população, sejam indefenidamente adiados.

Tal facto prova, mais uma vez, que à direita não interessa discutir com as populações e actuar no sentido de resolver os problemas mais sentidos por elas.

Na primeira convocatória, feita para dia 25 de Março, a falta de 3 elementos do PS e 2 do PPD estiveram na origem de a Assembleia ter de ser adiada para o passado dia 1 de Abril. Neste dia a falta de 2 PS e 3 PPD e de entre estes o próprio presidente, que nem sequer evitou ser visto em passeio domingueiro com completa indiferença pelas suas obrigações, originou novamente que a sessão se não realizasse, agravado ainda pelo facto de o próprio local para a sua realização, a Casa do Povo, ter mantido as portas fechadas, levando a que a acta fosse elaborada à porta (pelo lado de fora).

Aos Socialistas alenses torna-se necessária uma profunda reflexão sobre a sua actuação nos órgãos autárquicos já que é hoje bem claro o resultado de terem colocado nas mãos do PPD a Junta de Freguesia e a presidência da Mesa da Assembleia.

Das consequências dessa ingenuidade, para não dizermos já irresponsabilidade ou conivência, a população de Alte está sofrendo as consequências.»

A Comissão de Freguesia da APU - Aliança Povo Unido

Correio de LAGOS

COM A REELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SERÃO RESOLVIDOS PROBLEMAS COMO O DO PROCESSO SAAL?

Que o dr. José Alberto Batista não tem descurado dos problemas de Lagos, prova o facto de ter sido reeleito nas funções de Presidente da Câmara com agrado da maioria por habitantes do Concelho.

Mas que no campo habitacional há muito que fazer, prova-o o facto de até agora não estarem dotadas de esgotos, água e luz, a quase totalidade das casas do processo SAAL com prejuízos de várias ordens, pois muitas famílias ocupando as casas que lhe virão a pertencer, não desocupam as que têm alugadas por nelas terem de pernoitar.

Por mais duma vez me tem sido dito que tudo está encaminhado para a ultimação, e às pessoas que fazem observações sobre o assunto vou dizendo que apesar do mal vir de longe, estou con-

(Conclui na 3.ª página)

(Conclusão da última página)

vencido que a curto prazo algo surgirá que alente os prejudicados pela demora.

Como à minha condição não é alheia a confiança que me merecem as pessoas escolhidas pelo Povo para presidirem aos destinos do concelho de Lagos, oxalá tudo se encaminhe para vermos não só as casas do processo SAAL, como outros em regime cooperativo, colocados em primeiro plano na agenda da Câmara que ora tem nas suas mãos os destinos dos que habitam neste canto abençoado, mas menosprezado pela maior parte dos filhos de Lagos.

Joaquim de Sousa Piscarreta

CORREIO de LAGOS

AS OBRAS DO PROCESSO SAAL SERÃO CONCLUÍDAS EM BREVE?

O facto do sr. presidente da Câmara nos ter informado que já foram adjudicadas parte das obras que importam para utilização conveniente das casas do processo SAAL, e que em breve se-

rão adjudicadas as restantes, faz alimentar esperanças em algo que ponha termo a situações desprestigiantes dos que as têm ocupado sem condições de saneamento.

Mas como os empreiteiros, regra geral, adjudicam obras mas, não cumprem os contratos especialmente em relação aos prazos previstos nos mesmos, oxalá medidas sejam tomadas para que não aconteça que a verba da adjudicação esteja gasta a meio das obras, e para conclusão seja necessário reforço de verba com os inconvenientes que surgem quando tal acontece.

Estou a lembrar-me das verbas atribuídas inicialmente para os bairros SAAL, que, segundo consultou, estavam gastas se não a meio da obra pouco mais, e os reforços para a ultimização foram de tal forma difíceis e morosos que grande parte dos Bairros só ficarão em condições habitáveis no presente ano se os empreiteiros se revelarem capazes de cumprir.

Estaremos alerta para podermos fazer justiça a quem de direito, visto o problema habitacional ser dos que merecem a melhor atenção.

Joaquim de Sousa Piscarreta

JORNAL^{do} ALGARVE

A PONTA DA AREIA

OPERAÇÃO SERTÃO

«**QUE** descubro... que miséria de toda a ordem por ali estadeia!... Aconselhamos uma rápida visita ao «Sertão», que alberga centenas de pessoas em condições miserabilíssimas. Ali cresce o primitivismo, que se procura eliminar em distantes terras de missão».

Com estas palavras definia o nosso colega «Folha de Domingo», há 20 anos, a situação da população do «Sertão» de Monte Gordo, na sua maioria constituída por pescadores.

Jornal do Algarve dizia:

«Lembraremos apenas que Monte Gordo, praia de primeira classe, é frequentada por muitos estrangeiros que por certo ficarão surpreendidos de encontrar na Europa o «Sertão», do qual, naturalmente e como curiosidade única em terra europeia, levarão algumas imagens fotográficas. Corramos ao pensar que elas possam aparecer nalguma revista ou jornal estrangeiros».

Nos dias de hoje, apesar de algumas introduções de casas de alvenaria, muitas das quais construídas após o 25 de Abril, graças a auxílios prestados pela Caixa Geral de Depósitos, a situação, em termos comparativos, pouco melhorou.

Pontificam no «Sertão» muitas barracas de lata e, do ponto de vista urbanístico, o panorama é caótico.

Por esta razão entendeu a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, por unanimidade e a solicitação do seu presidente, avançar para a resolução definitiva do problema, lançando aquilo a que se convencionou chamar «Operação Sertão».

É um conjunto de iniciativas para as quais se prevê uma profunda ligação entre o executivo municipal, a Junta de Freguesia e a população, por forma a ser possível estabelecer um processo, correcto e válido que leve ao realojamento das populações e à recuperação do bairro e ainda à sua integração num contexto mais vasto que abrange a vila de Monte Gordo.

Prevê-se que o município venha a pôr à disposição das populações os meios técnicos e financeiros necessários ao plano de recuperação.

A «Operação Sertão» terá, na sua forma e conteúdo, muito a ver com outra já realizada no Porto denominada operação Barredo.

Vai começar por uma análise

urbana, com observação da estrutura do bairro e das condições de habitabilidade; numa análise às infra-estruturas e aos compromi-

tos assumidos de cedência de terrenos para novas construções.

Haverá um inquérito à família e possibilidade de se iniciarem rapidamente pequenas obras à medição, cuja execução ficará a cargo de uma «brigada de obra».

Será estabelecido um Plano de Recuperação e um Plano de Realojamento para eliminação das barracas, tendo em conta a transferência de cerca de 130 famílias para o SAAL que vai também ser apoiado e incrementado.



Em relação a esta fotografia de há 20 anos e tendo em conta as condições de vida das modernas habitações, a situação do «Sertão» em Monte Gordo, mantém o paralelo

JORNAL^{do} ALGARVE

A PONTA DA AREIA

Aberto concurso para atribuição de casas de renda económica em Vila Nova de Cacela

APÓS ter aprovado as normas para atribuição de casas dos bairros sociais existentes no concelho de Vila Real de Santo António, formuladas em proposta apresentada pelo vereador Manuel Mória, a Câmara Municipal decidiu abrir concurso para atribuição dos 24 fogos que se encontram praticamente construídos, na freguesia de Vila Nova de Cacela.

De acordo com as normas aprovadas, apenas cidadãos nacionais, que não residam em habitação adequada às necessidades do agregado familiar, podem ser admitidos. O pedido será formulado dentro do período de abertura do concurso, em impresso que a Câmara vai fornecer. Como condições de preferência para atribuição das casas, serão tomadas em conta as condições de habitação, o rendimento do agregado familiar e algumas outras situações especiais que a autarquia considerará. Todas as inscrições já efectuadas têm de ser renovadas sob pena de não serem consideradas em futuros concursos.

Entre outras cláusulas de exclusão contam-se as seguintes razões: ter casa própria habitável num raio de 15 Km. ou prestam falsas declarações.

ADJUDICADA OPERAÇÃO SERTÃO

Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de contrato para a direcção e coordenação da Operação Sertão/ Monte Gordo, à que já neste espaço fizemos referência, indo agora celebrar-se o respectivo contrato.

A operação será levada a efeito pe-

la cooperativa Bloco e a sua direcção confiada ao arquitecto Rui M. Paula. Para efeitos da aprovação desta importante obra de beneficiação em Monte Gordo, o executivo municipal reuniu em sessão extraordinária, na última segunda-feira.

COMBATE A RATOS, MOSCAS, MOSQUITOS E MELGAS

No próximo dia 14 de Abril vão ser abertas as propostas de um concurso limitado entre duas firmas da especialidade, para a desratização e desinfectação contra moscas, mosquitos e melgas.

Todo o concelho será objecto deste combate aos parasitas, com especial incidência, no que respeita a ratos, em todas as redes de esgoto, ruas, estrumeiras e barrancos, doca, estaleiros, cemitério, mercados, lixeiras, prédios velhos e abandonados, muralhas, molhes e bairros do Lazareto, Caixa de Previdência e Sertão.

Os insectos serão combatidos em todos os locais onde proliferam normalmente. Destacamos, contudo, em Vila Real de Santo António a lixeira geral, as árvores e os diversos bairros; no sítio das Hortas a fossa colectiva do Bairro do Galego; em Monte Gordo os bairros SAAL e Sertão e zonas circundantes, bem como jardins e pinheiros, Parque de Campismo, vela do Monte Fino e as águas estagnadas do Sapal da Aldeia Nova. Também na freguesia de Vila Nova de Cacela, se farão incidir acções de combate a parasitas junto de fossas, contentores, barreiras, lixeiras, montureiras e águas estagnadas.

Estes tratamentos realizar-se-ão no início de cada mês de Maio a Outubro.

Frota espanhola abandona

CORREIO de LAGOS

A IDEIA DO GRANDE PARQUE AO AR LIVRE É DE LOUVAR MAS PARA A CONCRETIZAÇÃO MUITO HAVERÁ QUE CUIDAR

Porque das obras de interesse público realizadas em Lagos após o 25 de Abril, muitas têm sido prejudicadas por deficiente administração e ausência de estruturas, como aconteceu com as do processo SAAL, havendo casas que ainda não estão servidas de esgotos mais por querelas políticas de que por falta de cano geral, julgo oportuno lembrar, a propósito do projectado parque ao ar livre na Cerca das Freiras, adquirida com vista a Jardim, Parque e Auditório Júlio Dantas, que todo o cuidado é pouco para se conseguir quem projecte e realize, com isenção, obra útil a bem da colectividade.

Assim, tanto o projecto como a adjudicação das obras previstas serão tanto mais aceitáveis, quanto mais divulgadas, prevendo-se prazos máximos do acabamento das mesmas. As maquetes expostas ao público para apreciação, com os nomes dos autores do projecto, também se afigura útil para que não venha a dizer-se que tudo foi feito à porta fechada. O custo dos projectos, para avaliar a isenção de quem os formula, talvez faça despertar na população apreço pelos seus autores. Enfim, não esconder algo que se prenda com obras a bem de Lagos, é dever de quantos as patrocinam, e como o Jornal do Algarve não regateará espaço para publicação de sugestões acerca do assunto, que, bem vistas as coisas, interessa a todos, oxalá que a ideia do dr. Godinho patrocinada pelo arquitecto José Vital venha a ser realidade o mais breve possível.

mês de Abril a disciplina no mercado de frutas e hortaliças venha a ser um facto, dentro dos princípios que temos defendido. O Mercado do Levante será pois exclusivamente para os produtores, que terão de se munir de documento comprovativo dos produtos que recolhem para venda. Os revendedores, que chegam a superiorizar os produtores, ocuparão lugares vagos, no mercado coberto, sem grande transtorno, pois o 3.º piso, munido de elevador, talvez comporte quantos, ilegalmente vêm agindo como se produtores fossem.

A LUTA PELA HABITAÇÃO SEGUNDO A IMPRENSA
LOCAL DE TAVIRA E REGIONAL DO ALGARVE

3

AS QUESTÕES DA HABITAÇÃO E OUTRAS LUTAS EM TAVIRA

O terceiro capítulo compila quatro dezenas de notícias sobre eventos políticos, reivindicações populares em torno da habitação e das creches, posições da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira e entrevista ao presidente, bem como programas de aquisição de habitação para o concelho de Tavira entre 1974 e 1979.

TAVIRA MANIFESTOU A SUA ALEGRIA PELA LIBERDADE OFERECIDA AO PAÍS PELAS FORÇAS ARMADAS

DIA 1 DE MAIO

MANIFESTAÇÃO ESPONTÂNEA DO POVO DE TAVIRA PARA SAUDAR AS FORÇAS ARMADAS

Como aconteceu em todo o País, o povo tavricense comemorou o Dia do Trabalhador, instituído pela Junta de Salvação Nacional como feriado obrigatório, promovendo uma espontânea manifestação, durante a qual, pelas palavras de diversos oradores, e por uma voluntária e massiva deslocação ao aquartelamento do CISMI, manifestou às Forças Armadas, o seu regozijo, em apoio à acção que restituiu ao Povo Português, as liberdades civicas que o sistema político deposedo, privava há quatro décadas.

Cerca das 18 horas do dia 1.º de Maio, enorme multidão concentrou-se na Praça da República, depois de percorrer algumas ruas da cidade, à qual se juntou a Banda de Távira.

De uma das janelas dos Paços do Concelho, usaram então, da palavra Joaquim Teixeira, solicitador em Loulé, e os cidadãos tavrenses José Sequeira, Joaquim José Valente, G. Camacho, Eduardo Palma, dr. Eduardo Mansinho e Rui Figueiredo, que em unânime expressão de ideias e palavras, aludiram à repressão e às arbitrariedades que levaram Portugal a uma crítica situação económica e política.

«Já posso morrer descansado» — afirmou eufórico, o convicto democrata tavricense Joaquim José Valente, enquanto que o dr. Eduardo Mansinho sublinhou o facto de ter esperado 40 anos pela passagem de um «enterro» que só agora se realizou.

A finalizar, a Banda de Távira tocou o hino nacional, acompanhada pela multidão manifestante, que aos vivas a PORTUGAL, à democracia e às Forças Armadas, se dirigiu, seguidamente, até junto ao portão de armas do Centro de Instrução de Sargentos Milicianos de Infantaria.

Agradecendo em nome do Movimento Militar de 25 de Abril, o tenente-coronel Almeida Pires, a comandar aquela Unidade, referiu o espirito cívico que a população de Távira havia demonstrado num momento tão transcendente da vida da NAÇÃO.



1.º de Maio — Festa do trabalhador Tavricense

DIA 5 DE MAIO

MANIFESTAÇÃO POPULAR PROMOVIDA PELO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO

Organizada pela Comissão Executiva Provisória, que representa o Movimento Democrático, voltou a realizar-se, nesta cidade, no passado dia 5, nova manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao programa da Junta de Salvação Nacional.

Como aconteceu no dia 1 de Maio, o povo tomou a concentrar-se na Praça da República, frente ao edifício da Câmara Municipal, de onde os oradores se dirigiram à «massa» de gente, presente.

Lido um comunicado, no qual se propunha a demissão de algumas entidades administrativas e escolares, usou da palavra o nosso camarada

e entusiástico colaborador de «O Távira», Amadeu Fernandes, são e convicto democrata, que propositadamente se deslocou à sua terra, vindo de Almada, onde reside, para viver com o povo de Távira os inesquecíveis momentos do início da liberdade democrática por que há tanto se debatia nos seus escritos.

Seguiu-se no uso da palavra o cidadão dr. Dias da Costa, Manuel Rodrigues Pereira, de Olhão, João Camacho, de Mértola, Manuel Born, da Fuseta e Guilherme Camacho.

A finalizar entou-se o hino nacional, dispersando-se, seguidamente, os manifestantes, em ordem, marcando uma vez mais o civismo das gentes tavrenses.

PUBLICIDADE PARA «O TAVIRA»

É a publicidade um dos pontos fundamentais para que um jornal possa sobreviver. Por essa razão «O TAVIRA» deseja encontrar colaboradores que conosco queiram trabalhar como angariadores de publicidade.

SOMOS ISTO!

Os tempos mudaram, a dignificação da pessoa humana está mais perto de nós, o sentido de liberdade e da convivência fraterna, o direito a um lugar no mundo, de cabeça bem alta, fascina a todos os que, como nós, trabalham desde garotos, para sobreviver.

Todavia ao esrevermos estas linhas não queremos pôr em causa o nosso idealismo pessoal, uma vez que ele teria de situar-se, situa-se mesmo, nos são princípios democráticos que dignificam o homem.

Contudo dirigimos um jornal, um órgão feito para muitos e escrito por alguns, que podem ou não militar em comuns princípios ideológicos.

Dissémos já aqui de quanto era nosso interesse dar a «O Távira» uma feição independente, destituindo-o de qualquer «peia» política, mesmo quando a mentalidade de muitos racionava de modo a pensar de que quem não era por eles, seria contra eles.

Pois de nós não se desarreigou essa directriz. As páginas de «O Távira» continuam abertas a todos, a todos aqueles que respeitem a intransigente defesa dos princípios humanos e que lutem contra o autoritarismo.

No nosso último número, já porque tivemos de antecipar a composição do jornal (por interesse dos serviços gráficos, que há muito comemoram o 1.º de Maio), não pudemos incluir alguns trabalhos que dariam aos acontecimentos do 25 de Abril o relevo proporcionado por uns e esperado por outros, facto que fica bem expresso agora.

Daí a certeza do nosso jornal não «virar a casaca», pois aquela que já trazia vestida, desde o seu primeiro número, era velha de ambos os lados...

Ofir Chagas

E A NOITE FEZ-SE DIA CÓLERA EM TAVIRA LOCALIZADO NA CIDADE UM VIBRIÃO COLÉRICO

«O Povo unido pode combater a epidemia, que não apresenta um aspecto muito maligno e não é caso para alarme» — disse-nos o Dr. César Guimarães, Director Distrital de Saúde

De um momento para o outro, inesperadamente, as paredes da minha prisão murram.

Paredes que me isolaram do mundo em 1926. Andava eu pelos treze anos. Não as senti logo. Devido à minha idade e à natureza delas. De uma transparência falsa, pareciam não existir. Eufemísticas, davam-me a ilusão de continuar livre.

Mas cedo me dei conta de que elas eram opacas, sufocantes, tenebrosas. De que formavam uma barragem intransponível à minha volta. De que me limitavam no tempo e no espaço. De que me castravam naquilo que o homem tem de mais sagrado: a liberdade do pensamento.

Entre aquelas paredes tentaram, por todos os meios aparentemente legais, no fundo violentos e coercivos, transformar-se num ser desprovido de consciência, no elemento dócil e cego de um rebanho, na peça inerte de uma engrenagem monstruosa.

Martelaram-me o cérebro com «slogans» patrioteiros e doutrinas pretensamente humanitárias. Acenaram-me com aliantes fardas verdes e ruidosos cortejos marciais. Aturdiram-me com manifestações de

por Amadeu Fernandes

apoio e gratidão a um tanto por cabeça. Ofereceram-me a comodidade de não pensar, porque havia alguém, onnipotente e omnisciente, que o faria por mim. Pretenderam que eu vivesse tal como um pássaro, numa gaiola farta, que come a sua alpista e solta os seus trinado, indiferentes já aos amplos horizontes que vê através das grades, de um dolado fingido. Tudo inútil.

(Conclui na 2.ª página)

RESPIRAMOS LIBERDADE

O ar que se respira depois do 25 de Abril em todo o País tem o hábito novo e não tóxico que o antigo regime emanava através dos seus laçãos.

E a facilidade de falarmos frontalmente e de encararmos as pessoas estabelece e realça um estatuto novo por que sempre lutámos e ambi-

Após a reunião efectuada na Câmara Municipal, na qual estiveram presentes o Dr. César Guimarães, Director Distrital de Saúde, Eng.º

por Alexandre Santos

cionávamos. Faldo do restabelecimento da Democracia e do direito que todos temos de participar activamente mais conscientes dos direitos e dos deveres, na construção do Portugal livre!

(Conclui na 2.ª página)

Lobato Faria, Director dos Serviços de Engenharia Sanitária, Dr. Bandeira da Costa, Director dos Serviços de Profilaxia da Direcção Geral de Saúde, Dr. Soares Ferreira, do Instituto de Biologia Marítima, Comandante Dias Pires, Capitão do Porto, Major Inácio, Director do CISMI e Eng.º Luis Távora, Presidente do Município, com o fim de se procurar o urgente combate a um surto de cólera que se propagou em Távira, tentámos saber a situação da população, face à manifesta doença e ao grau da sua malignidade.

Foi o próprio Director de Saúde que nos confirmou da existência (no sábado) de 3 ou 4 casos positivos de cólera e de algumas suspeitas.

Para o combate à terrível epidemia foram, desde logo, mobilizados todos os recursos necessários, tendo-

se deslocado a Távira médicos dos Hospitais Centrais e do Hospital Curry Cabral, a fim de localizar e identificar o vibrão. Procedeu-se, então, à desinfecção dos esgotos e ao combate aos vectores (moscas e outros agentes), uma vez que se havia verificado estarem as condutas da rede de colectores, muito infestadas.

RÁPIDAS MEDIDAS PREVENTIVAS

Para que o mal pudesse ser devidamente debelado, houve necessidade de não esconder o facto à população e ter a coragem de encarar o problema de frente, com a ajuda de todos.

Face ao que se deparou aos tavrenses, e ainda que a doença apresente certa gravidade, mas de modo

(Conclui na 6.ª página)

Manifestação política em Tavira

A delegação de Tavira do Movimento Democrático Português, realizou na Praça da República uma manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas. Depois de lido um comunicado com diversas conclusões a apresentar à Junta de Salvação Nacional, usaram da palavra vários oradores para se referirem ao alto significado do momento que se atravessa. Falaram os srs. Amadeu Fernandes, dr. Dias da Costa, Manuel Rodrigues Pereira, João Camacho, Manuel Bom e Guilherme Camacho, que foram muito aplaudidos, tendo-se cantado o Hino Nacional. A manifestação decorreu com o maior civismo.

Sessão de esclarecimento na Conceição de Tavira

Organizada pela comissão da freguesia de Conceição de Tavira do Movimento Democrático Português, realizou-se no domingo uma sessão de esclarecimento político.

Falaram o dr. Eduardo Dias, dr.^a Maria Luísa Anselmo, D. Maria Rita Baptista e srs. José Valente e Sebastião de Jesus, que abordaram problemas da pesca, da agricultura, das comunicações e sociais.

Os oradores foram muito aplaudidos pela assistência que enchia a esplanada da Casa do Povo tendo havido várias intervenções, entre as quais se destaca a do sr. Romão Gil, que apontou a necessidade da construção urgente de uma barragem no Sotavento algarvio para resolver a premente falta de água, tanto para o abastecimento público como para a rega dos campos.

ECOS de

Conceição de Tavira

CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO

Iniciou-se em 23 de Setembro, na sede da Casa do Povo local um curso de alfabetização baseado no método Paulo Freire.

Lecciona o curso um grupo de jovens desta localidade, constituído por Maria José Simão, Josélia de Jesus, Abílio Martins, José Simão, José Valente e João Cavaco de Sousa.

De início, o curso começou a funcionar com seis alunos mas estão abertas mais inscrições.

Também na vizinha povoação de Cabanas, um grupo de jovens constituído por Nelson Mendonça, Severiano da Cruz, Jacinto Pereira e João Maria se propõe levar a efeito um curso idêntico, para o qual conta já com seis inscrições, mas de momento não pode concretizar o seu intento porque o presidente da direcção da Sociedade Recreativa Cabanense se tem negado a ceder parte das instalações daquela sociedade, para lá funcionar o curso, alegando que só o fará quando autorizado pela maioria dos sócios. Não tem sido possível ao grupo arranjar outro lugar que satisfaça.

É de louvar a acção destes dois grupos de jovens que gratuitamente se prontificaram a ensinar a ler e a escrever os que ainda não sabem e que com outros grupos doutras localidades se reuniram assiduamente em Tavira durante quatro semanas sob a direcção da dr.^ª Maria Luísa Anselmo e com a colaboração da Pró-Unep e do Movimento Democrático Português, para se habilitarem a ministrar o referido curso.

Fernando Gil Carneira

JORNAL do ALGARVE

Tomou posse a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira

EM 10 deste mês, o chefe do Distrito dr. Luís Filipe Madeira, deslocou-se a Tavira, a fim de conferir posse à Comissão Administrativa da Câmara Municipal, presidida pelo sr. José António dos Santos, solicitador e tendo como vogais os srs. António Aires da Cruz Amaro, professor oficial; António Vieira dos Santos, ferroviário; Custódio da Luz Bernardo, sargento da Marinha, aposentado; Joaquim José Marcos Gil, comerciante; José Gregório do Carmo, comerciante e Vitalino José dos Reis Silva, comerciante. Todos estes elementos foram indicados pelo Movimento Democrático Português.

Com a presença do major Gonçalves Moreira, director do C. I. S. M. L., que representava as Forças Armadas e outras entidades locais, além de inúmeros tavirenses que enchiam o salão nobre do Município, usaram da palavra o governador civil, o vereador Fernandes Sotero, que assegurou a presidência até esta posse, e o presidente da Comissão Administrativa.

Com este acto, ficou regularizada a vida administrativa do Município tavirense, condição necessária para que o concelho passe a transitar abertamente pela via democrática e para a resolução dos problemas específicos que normalmente asseberbam um Município.

BRISAS do GUADIANA

A posse dos membros da Comissão Administrativa de Vila Real de Santo António

NO salão nobre dos Paços do Concelho de Vila Real de Santo António, realizou-se a cerimónia da posse dos membros da nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

O acto foi presidido pelo chefe do Distrito, dr. Luís Filipe Madeira, que se encontrava ladeado pelos srs. major Moreira, comandante do Centro de Instrução de Sargentos Milicianos de infantaria, estacionado em Tavira; dr. Manuel da Fonseca, secretário do Governo Civil, e Joaquim Baptista Pedro Correia presidente da Comissão Administrativa.

Após a leitura e assinatura do auto de posse, usou da palavra o chefe do Distrito, que fez um resumo da situação político-económica nacional e apelou para um bom entendimento de quantos tomavam posse, abstraindo-se qualquer divergência de pontos de vista partidários, a fim de se construir um concelho maior e mais progressivo. O sr. Joaquim Baptista Correia apelou, também, para a boa vontade e espírito de colaboração de todos os munícipes, pois o concelho bastante precisa de todos e será aquilo que todos na verdade quiserem que seja. «Razões de coerência cívica e política levaram-me a aceitar este cargo. Foi-lhe contudo porque me certifiquei de que

Os empossados foram, além do sr. Joaquim Correia, os srs. João Ilídio Setúbal, dr. Fernando Furtado e António Rosa (M. D. P.); António Vicente e Dorilo Indácio (P. S.); José Maria e António Rodrigues (P. C.); e Francisco Vargas (P. P. D.).

ECOS DA FEIRA DA PRAIA

Com bastante menor afluência de espanhóis do que aquela a que nos habituáramos, mas que mesmo assim se cifrou em alguns milhares de «nuestros hermanos», em especial nos últimos sábado e domingo, decorreu em Vila Real de Santo António a tradicional Feira da Praia, para a qual já vai sendo pequena a extensa e larga Avenida da República, mesmo com a «ajuda» que, quanto a espaço às ordens dos feirantes, lhe é dada pela Praça Marquês de Pombal e ruas adjacentes.

Este ano, como já acontecera no anterior, vieram três circos à feira — o Brasil, o Americano e o New York — mas notou-se maior número de «piatas» de automóveis (só «gigantes» eram três), bem como de «bazares da sortes», vendedores de roupas, quinilhanarias, comestíveis, etc.

Contemplando o espectáculo alegre, colorido e naturalmente ruidoso,

Sessão de esclarecimento político em Cabanas de Tavira

No domingo realizou-se na sede do Clube Recreativo Cabanense, em Cabanas de Tavira, uma sessão de esclarecimento político promovida pelo Partido Socialista.

Deslocaram-se àquela localidade os membros do Directório de Lisboa do Partido Socialista, srs. Nunes da Ponte e Carlos Gonçalves, que falaram sobre política.

Também usaram da palavra os membros do núcleo de Tavira do mesmo partido srs. Gilberto Ferro, João Prado e Fernando Gil, que falaram sobre assuntos da pesca, agricultura e problemas locais.

Esta foi a primeira sessão de esclarecimento político que se realizou nas Cabanas nos últimos 48 anos e a assistência que enchia a sala fez bastantes perguntas aos membros da mesa, que prontamente responderam a todas.

Como medidas mais urgentes para a povoação, foram focadas a necessária abertura de um canal na barra para a saída dos barcos, a construção de um bairro de pescadores e a instalação da rede de esgotos.

Também foi focada a necessidade de uma maior fiscalização das nossas águas territoriais, para evitar os prejuízos que os barcos estrangeiros causam aos nossos pescadores. — F. G. C.



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO
ANO 18.º SABADO, 1. DE MARÇO DE 1975 AVENÇA N.º 936

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — TELEF. 254 LISBOA — TELEF. 361839 FARO — TELEF. 22322 AVULSO 2850

O INQUÉRITO DO JORNAL DO ALGARVE AOS MUNICÍPIOS DA PROVÍNCIA

«Habitação, com especial interesse para a de tipo social. Remodelação completa do Bairro Jara. Assegurar o abastecimento de água à cidade e aos aglomerados populacionais que já dispõem de rede. Construção das redes de abastecimento de água e esgotos em todos os aglomerados de mais de cem habitantes»

Eis algumas das principais aspirações formuladas para o seu concelho pelo sr. José António dos Santos, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira

PARECE-NOS aproximar-se do término, não por nossa vontade, mas decerto por excesso de afazeres ou outros impedimentos de parte apreciável daqueles a quem nos dirigimos, o Inquérito que há semanas levámos junto dos presidentes das Comissões Administrativas dos Municípios algarvios. Nela registámos até agora os depoimentos dos presidentes das Câmaras de Alcoutim, Vila Real de Santo António, Lagos, Castro Marim, Faro e Tavira que, por nosso intermédio, puderam transmitir aos seus municípios e, de um modo geral, a grande número de algarvios, num momento da vida do País que se nos afigura

transcendente — e daí a razão do próprio Inquérito — os seus principais anseios com vista ao progresso dos concelhos que representam, tudo o que num curto espaço de tempo lhes foi possível realizar, o muito que esperam ver feito e a forma que para isso se lhes afigura mais viável.

O sr. José António dos Santos, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira e nosso inquirido de hoje, deu as seguintes respostas às perguntas que lhe pusemos:

— Como encontrou, ao tomar posse, os diversos serviços da Câmara Municipal a cuja Comissão Administrativa preside?

— O recenseamento eleitoral forneceu-nos elementos que nos ajudam a compreender melhor o estado deplorável em que se encontram os serviços públicos do nosso País. Estruturar para uma população cujo volume se ignora, é o mesmo que ir à praça comprar os mantimentos para o almoço sem saber quantas pessoas almoçam. Exemplo flagrante deste descabimento é a construção do metropolitano de Lisboa, em que as estações, passado um ano, não tinham capacidade para os passageiros, e a rede telefónica, cujas linhas, completada a obra, não comportavam os telefones já requisitados. Quer-nos parecer, pelo que nos



O Inquérito do JORNAL DO ALGARVE aos Municípios da Província

(Conclusão da 1.ª página)

conhecido mérito, em contraste com outros bem mais elevados, pagos a gente inapta, sem qualquer mérito profissional e que apenas por mera tolerância de favoritismo, quando não por ocultas razões, foram aceites preterindo outros mais válidos em prejuízo do público.

«Sem um reajustamento, não poderemos caminhar como devemos, a máquina continuará emperrada, com um poderoso travão às quatro rodas, como disse o nosso camarada Gil decorridos poucos dias da nossa tomada de posse. De resto, a tarefa está facilitada. O serviço cívico do funcionalismo está feito, restando apenas o exame de maturidade.

«É preciso que se compreenda que um bom engenheiro, um bom médico ou um bom advogado, pode ser um péssimo administrador, um desastrado orientador de serviço, da mesma forma que um bom administrador, um óptimo distribuidor de serviço, pode ser um péssimo engenheiro, se for engenheiro, um péssimo médico, se for médico e um péssimo advogado, se for advogado. Mas tudo se vinha processando como se assim não fosse e não é fácil, mesmo com a variedade de detergentes que hoje existem, apagar uma nódoa de tantos anos.

«Eu compreendo quanto custará dizer à senhora fulana que o seu filho, que ela e o marido, na intimidade do leito, logo destinaram para médico ou advogado, por vocação familiar e tradicional, não tem capacidade para ir além de servente de pedreiro ou prefere ser afinador de automóveis, poeta ou jardineiro.

«Também a mim custaria, porque não passo duma vítima da sociedade que me rodeou e onde fui criado, mas se não for assim, se não se der a mão à palmatória, se não se iniciar o trilho doutro caminho, que sociedade vamos construir? Que sentido teve, afinal, a Revolução?

— Quais os maiores problemas com que inicialmente deparou para poder desempenhar as suas funções?

— Em primeiro lugar, a minha ignorância em relação a um serviço que não conhecia nem de perto nem de longe. Depois, aquele mal de que sofre quase todos os Municípios — a situação financeira — agravada com o aumento dos salários, de maiores e mais graves consequências nos Serviços Municipalizados já deficitários. A estas dificuldades acresceram as da necessidade de dar um andamento rápido, que se impunha, para a resolução de uma infinidade de ques-

tões. Algumas delas, embora de muito interesse, eram afinal de fácil solução e ainda hoje não compreendo qual a razão por que há tantos anos tinham a pedra em cima.

«Finalmente, talvez para confirmar o aforismo popular de que todos os caminhos vão dar à praça, mencionarei as obstruções feitas sentir por parte das diversas repartições e serviços de onde depende muitas vezes o desenvolvimento do nosso concelho, na chefia dos quais se encontravam e ainda hoje se encontram, em alguns, pessoas a quem não vêm ou não interessa a solução rápida dos problemas. Porquê? Talvez porque isso traria a descoberto os seus desleixos e as suas incompetências, quando não outras razões ocultas de certas atitudes. A estes motivos, já de si condenáveis, podemos agregar outros e atitudes semelhantes de iguais efeitos, embora por diferentes causas, daqueles que desde o 25 de Abril tudo emperram... não deixando de fora os que só farão contra-vapor, agora camuflado até às eleições, depois do que passarão, com esta democrática contribuição, a activos camaradas.

— O que desejaria ver feito em primeiro lugar, a bem do progresso do seu concelho?

— Habitação, com especial interesse para a de tipo social. Remodelação completa do Bairro Jara. Assegurar o abastecimento de água à cidade e aos aglomerados populacionais que já dispõem de rede. Construção das redes de abastecimento de água e esgotos em todos os aglomerados de mais de cem habitantes. Total cobertura eléctrica do concelho; reparação e abertura de caminhos na serra. Desassoreamento da barra e dos canais que servem os centros piscatórios de Cabanas e Santa Luzia; regularização dos transportes para a ilha; creche, jardim-escola. Arranjo do Mercado Municipal, incluindo a cobertura.

«Estas as necessidades mais pre-

mentes que me ocorrem, não querendo dizer que não haja outras e até mais importantes. Aos municípios compete lembrar. Algumas encontram-se já em construção adiantada, muitas em princípio e todas em estudo ou vias de realização acelerada. Devo referir também que vamos proceder ao calcetamento de quase todas as artérias da cidade, sendo o atraso apenas motivado pelas obras de saneamento que decorrem e que têm não só desnortado o trânsito que precisava de ser revisto, como a limpeza, que estava no primeiro lugar das nossas reduzidas ambições. Estão a calcetar-se as ruas de Santa Luzia e já o fizemos em Santa Catarina, sede de freguesia onde vai iniciar-se em breve a rede de água e esgotos bem como os esgotos de Cabanas, para onde já foram adquiridas as respectivas estações de tratamento, incluindo a de Santa Luzia.

— Como pensa que isso poderá conseguir-se?

— Trabalhando nesse sentido sem desânimo. Insistindo, justificando a sua necessidade e, em certos casos, exigindo.

— Quais as outras realizações, menores, embora também prioritárias, que acha mais interessarem ao concelho? Vê possibilidade de se lhes dar seguimento?

— Construir um pequeno açude no rio, frente ao mercado, para criar uma maior beleza à cidade e evitando os maus cheiros, situação que está a agravar-se com a acumulação de limos e que este ano mais se sente pela falta das enxurradas que os levem. Renovação e enriquecimento da iluminação pública que era, e é, de flagrante pobreza. Arranjo dos jardins e criação de outros, bem como de zonas verdes e parques infantis. Urbanização e arborização de algumas zonas da cidade até agora votadas a completo abandono, como por exemplo as Quatro Aguas, a Atalaia e o Largo do Cano. Aproveitamento do Palácio da Galeria para museu da cidade, e arranjo da zona que o envolve. Regularização do trânsito, proibindo-se na medida do possível a utilização da velha ponte romana por carros pesados.

— Que pensa quanto à politização das populações desse concelho?

— A tarefa é difícil mas não impossível. Aos 48 anos de ditadura fascista temos que aditar a acção nefasta destes dez meses duma reacção que ainda dispõe de grandes trunfos, tais como o ensino e a Imprensa, que eram os dois sectores da vida nacional onde a Pide applicava os crivos mais miúdos. Daí as razões do que aconteceu e está acontecendo, cujo paralelo é flagrante.

«No que se refere ao ensino, enquanto em Lisboa o saneamento nas escolas atingiu percentagem elevadíssima, na Província, onde não houve saneamento, os professores fazem eleições «entre eles» e trazem os resultados para os cafés, onde os reacçãoários apelam para os bem intencionados e despolitizados no sentido de fazer cumprir os resultados duma consulta. Mas alguém, mesmo muito ingénuo, aceita agora uma eleição com os antigos cadernos eleitorais? Então porque aceitar o resultado da eleição entre aqueles professores?

«Quanto à Imprensa, o caso é semelhante: em Lisboa houve saneamento nos órgãos da informação. Na Província, a chamada Imprensa regionalista, por razões acima referidas, estava entregue aos fascistas, salvo raras excepções aliás conhecidas. Deste modo, esses democratas de primavera, falando embora com voz oca em Democracia e em Movimento das Forças Armadas que estão preparados para trair a todo o momento, vão escondendo e ignorando propositalmente os grandes benefícios da Revolução e dando relevo e ampliando os pequenos factos, aliás condenados por todos e muitas vezes originados pela própria reacção.

O TEMPORAL PROVOCOU GRANDES PREJUÍZOS EM ALGUNS PONTOS DA COSTA DO ALGARVE

No penúltimo fim de semana, todo o Algarve e em especial a região costeira, foi flagelado pelo mau tempo, que em alguns locais se fez sentir com grande intensidade, provocando avultados prejuízos.

A forte ventania, coincidindo com a maré cheia, deu origem a inundações em Albufeira, Quarteira, praia de Faro, Cabanas e na parte baixa de Tavira. Porém, foi mais sacrificada a aldeia de Cabanas (Tavira), a cujos habitantes o Exército teve de fornecer sacos de areia para se protegerem da acção do mar, que atingiu uma altura de 40 centímetros acima do nível dos pavimentos.

Os bombeiros de Tavira procederam à drenagem da água do mar que se infiltrou em estabelecimentos comerciais da baixa da cidade, onde o leito do Gilão transbordou.

Um restaurante em alvenaria que se encontrava em acabamento na praia de Cabanas, acabou por ruir completamente sendo impossível reconstruí-lo no local, por o mar o ter cavado profundamente.

Na baía de Lagos, duas embarcações foram projectadas para o areal, ficando danificadas e em Quarteira, as vagas bateram a muralha da Avenida de Vasco da Gama e alagaram a faixa de rodagem. Em Albufeira perderam-se só duas redes, pois os pescadores, pressentindo o temporal, puxaram os barcos para terra.

Em Olhão, vários barcos foram também atingidos, e um deles, de pequeno porte, chegou a correr sérios riscos, conseguindo refugiar-se na doca com alguns prejuízos nos apetrechos de pesca.

Em Sagres afundaram-se seis pequenas embarcações e a fúria das vagas transpôs uma estrada, cortando-a e tornando-a intransitável. A praia de Faro, foi duramente fustigada pela ondulação que galgava no sentido oceânica, com tal intensidade que inspirava fortes receios. Vizinho da zona da praia, o aeroporto de Faro teve necessidade de utilizar um dos seus geradores, para que as operações de aterragem e de descolagem não sofressem riscos.

Vila Real de Santo António esteve duas noites às escuras, com prejuízos de monta para o comércio e indústria. Registou-se falta de pão, pois os padeiros, sem força motriz, não puderam trabalhar, e de água, dado que os motores de alimentação dos depósitos estiveram largo tempo paralisados.

UM MORTO EM OLHÃO

Na terça-feira, o mau tempo recrudescceu e um golpe de vento provocou, frente a Olhão, o afundamento de uma pequena embarcação tripulada pelos srs. Gabriel de Sousa Quintino, conhecido pelo «galinhita», de 25 anos, solteiro, José Amaro e Adelino Venâncio Domingues, que tinham ido apanhar herbigões. O Gabriel afogou-se devido ao peso das botas de água, salvando-se os dois companheiros.

Diálogo Câmara-Municípes

(Conclusão da 1.ª página)

acesso a Cabanas, trabalho prometido, quando da visita àquela povoação, do Director-Geral dos Portos. Estuda-se, igualmente, a limpeza à barra de Tavira.

A LIMPEZA DA ILHA E O PREÇO DO LEITE

A perguntas que foram feitas, o Presidente da C. A. informou, por um lado, de que vai proceder-se à limpeza da Ilha de Tavira, ainda no mês de Abril, e por outro que o novo preço do leite (8\$00 por litro) fora determinação sua, depois de ter sido escutada a população (?). Segundo ainda acrescentou tomara esta medida, comprometendo-se a Cooperativa a não desnatar o leite e para que os tavirenses bebessem o produto puro. (?)

CRECHE OU JARDIM ESCOLA?

A um pedido de informação da nossa colaboradora Maria José, sobre a criação de um Jardim-Escola em Tavira, foi dito que foram contactados os Serviços Sociais das Caixas de Previdência, no sentido de utili-

zar, para Creche, a casa existente numa das propriedades adquiridas para construção da Colónia Termal. Para tanto havia sido feito um projecto pelo Natal...

A CÂMARA COM O M. F. A. VÃO REQUISITAR CASAS DEVOLUTAS

Sobre o problema habitacional da cidade, foi explicado pela Comissão Administrativa de que fora assinado o contrato para a construção de 48 fogos na Horta d'El-Rei, os quais serão vendidos, calcula-se, por cerca de 350 contos cada.

Na análise, à existência de inúmeros prédios devolutos e encerrados, informou a Câmara que foram elaboradas listas das casas nestas condições, e que vai ser pedida a colaboração do M. F. A. no sentido das mesmas serem requisitadas e postas a alugar.

418 CONTOS POR ANO COM A MANUTENÇÃO DOS JARDINS

Sobre as obras que estão a ser feitas no Jardim Público, e contrariamente ao boato de que haveria intenção de transformar uma área deste em parque de estacionamento, elucidou-se que apenas se estava a substituir a terra dos canteiros e a proceder ao povoamento destes, com novas plantas. Para estes trabalhos apenas se utilizava a mão de obra ao serviço de manutenção dos jardins, que custa à Câmara uma verba de 481 contos por ano.

Programa de aquisição de habitações na região do Algarve

Realizou-se no dia 26 de Março, no Governo Civil de Faro, o acto de assinatura das escrituras de concessão de subsídios às Câmaras Municipais que beneficiaram do Programa de Aquisição de Habitações para a Região do Algarve.

O valor global do subsídio é da ordem dos 120 mil contos para um total de cerca de 345 habitações, distribuídas por 7 municípios.

As escrituras foram outorgadas pela Dr.^a Olinda Ivars em representação do Fundo de Fomento da Habitação e pelos Presidentes das Comissões Administrativas das Câmaras dos Concelhos de Faro, Lagos, Olhão, Portimão, Silves, Tavira e Vila do Bispo.

Ao acto assistiram o Dr. Manuel José da Fonseca, exercendo as funções de Governador Civil e o Arquitecto Rui M. Paula, Comissário do Governo para o Planeamento da Região do Algarve.

Este Programa de Aquisição de Habitações tem como objectivo principal, conforme estabelece o Decreto Lei 658/74, atenuar as consequências da constatada retracção da procura privada e manter ou aumentar o nível de emprego e actividade no sector da construção.

O Gabinete de Planeamento, em colaboração com aqueles municípios coordenou a elaboração dos estudos e projectos necessários bem como a distribuição das verbas. Consequentemente estabeleceu o valor das empreitadas, programando o valor de venda das habitações.



O problema da habitação em Tavira

Pela Comissão de Habitação do Concelho de Tavira, foi emitido o seguinte comunicado:

CAMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

«A Comissão de Habitação do Concelho de Tavira constituída com representação da Câmara Municipal e do M. F. A. apela para a população no sentido de denunciar todos os casos de habitações devolutas e que lhes pareçam susceptíveis de se encontrarem nessa situação em virtude de qualquer fraude ou manobra especulativa.

Estas denúncias devem ser representadas à Comissão de Habitação que está instalada na Câmara Municipal de Tavira.

Informam-se todas as famílias necessitadas de habitação que se devem dirigir igualmente à Comissão de Habitação a fim de se poderem estudar as medidas adequadas a cada caso.

Entende-se valiosa a colaboração que possa ser prestada por pessoas individuais ou colectivas — nomeadamente — e partidos políticos, associações recreativas e culturais, etc.

Com esta iniciativa não se procura resolver deste modo o problema habitacional mas sim atenuá-lo nesta fase do Processo Revolucionário em curso, procurando evitar determinadas formas de oportunismo que têm vindo a ser detectadas».

Tavira, 10 de Abril de 1975.

Imagens de Cabanas

A praia

Há, evidentemente, imensos problemas que mais ferem a atenção e o interesse das gentes de Cabanas. Desde a limpeza do canal e saída da barra, à questão dos esgotos, habitação social, etc., muitos dos quais foram já ventilados e observados pela Comissão de Trabalho e apresentados a outras instâncias.

Neste começar de Verão, lógico será que nos ocupemos também um pouco da zona da Praia de Cabanas. O mar, no último inverno atingiu o restaurante em construção — aliás muito mal situado, como desde sempre afirmámos, — e estreitou demasiado o caminho de acesso desde a curva até ao local dos balneários.

Se o movimento nesta época for idêntico à afluência ali verificada no ano anterior, muitos engarrafamentos e problemas subsistirão quanto ao acesso ao esplêndido areal, alternativa para quem de Tavira, não queira suportar as longas bichas e o sol quente das Quatro Águas para atingir a Ilha.

Haverá que encontrar, pois, a forma de facilitar o melhor possível quantos desejem disfrutar as belas condições de veraneio e entretenimento oferecidas por esta Praia.

H.

Leia «O TAVIRA», torne-se seu assinante, divulgue-o e indique-nos outro assinante.

Esboço estrangulado de luta reivindicativa de um grupo de moradores (por enquanto)

As Comissões de moradores não saíram por certo de Decretos que as institucionalizem. As Comissões de moradores sairão da necessidade das pessoas se juntarem e resolverem em comum os seus problemas.

Diríamos, que, em primeira análise, o movimento gerado entre os moradores do primeiro troço da rua Dr. Miguel Bombarda, em Tavira, foi bastante válido. Não teve foi quem o apolasse. Ou veremos se terá no futuro...

Mas vamos à história, começada pelo princípio.

Em fins de Novembro do ano passado, a primeira parte da Rua Miguel Bombarda, a sua continuidade para a Rua dos Mouros e Travessa Dr. Zacarias Guerreiro foram simultaneamente abertas e levaram bastante tempo as obras de saneamento, ao ponto de toda aquela gente e em especial as casas comerciais ali existentes serem abastecidas com muita dificuldade ou, quase, impossibilidade. Movimentados esforços e boas intenções, os moradores da extensa zona fizeram um pedido, por escrito à Câmara para interferir e tentar resolver o problema. Isto em fins de Fevereiro. E nessa altura, com as obras praticamente terminadas na zona, o Encarregado geral, prometeu que faria os possíveis e brevemente a reabriria ao trânsito. Faltavam uns pormenores que foram sendo remediados e a rua foi de

facto aberta ao trânsito para meados de Março, enquanto a Avenida Teixeira de Azevedo, já começada, continuava por aí a cima com a (necessária) destruição.

O trânsito passou a fazer-se pela Rua Dr. Miguel Bombarda, nos dois sentidos. Quase se poderia dizer que, durante o dia, passa um veículo em cada minuto. E naquele primeiro troço desta rua, existem duas casas de Pasto, uma oficina de arranjo e polição de móveis, um sapateiro, uma casa de frutas, um depósito de venda de leite, mais acima mas ainda dentro da zona de poeira, uma mercearia e um barbeiro. Tudo numa escassa centena de metros.

E bem de ver que todos esses estabelecimentos têm permanentemente as portas abertas. E todos se queixam, em especial as casas de comida, que não podem ostentar a limpeza que os clientes merecem e se deseja. O pó em suspensão forma uma permanente neblina e deposita-se em cima dos pratos, no pão, nos guardanapos, ou nos móveis acabados de polir, nas vasilhas de leite do depósito, nas frutas e hortaliças expostas.

Para grandes males grandes remédios. E os moradores, com cerca de três meses de rua completamente arranjada sem que vejam a respectiva cobertura feita, resolvem impedir a circulação naquele troço. Uma barreira feita com os pedaços de canos e pedras, aliás ali deixadas pelos empreiteiros não se sabe até quando...

Pouco tempo permaneceu a barreira. Ordens do Município trazidas por elementos da P. S. P. ordenaram a abertura da rua ao trânsito. Comparência das Forças Armadas. E o grupo de comerciantes, gente modesta mas voluntariosa vai em grupo para a Câmara, para expôr as suas razões.

As razões estão mais que vistas para eles que sentem o problema e o discutem, enquanto aguardam no corredor o tempo de um ou mais telefonemas. Levaram dali a promessa de que na segunda-feira seguinte (esta semana) o assunto seria tratado.

Isto passou-se na última sexta-feira e os resultados decorrerão depois. Não teremos tempo, dada a saída do jornal, para aqui os deixar aos leitores. No próximo número o faremos, se nisso houver interesse.

Podéremos dizer que o grupo da Rua Miguel Bombarda, não de muito boa vontade (escaldados como estão) retiraram as barreiras. Mas prometeram mais luta se não se fizer justiça, esperando, nessa altura, maior compreensão por parte de quantos por ali passam pois a luta pela rapidez de execução das obras de saneamento e por um mínimo de atenção para com as populações não é de uma, nem de duas nem de três pessoas. É de todos os tavirenses. Porque, como calculam, hoje nós, amanhã vós...

Do «segundo acto» que promete ser interessante, caso não surja solução, daremos nota no próximo número. Se lá chegarmos...

EU GOSTO DO MEU JARDIM...

Eu gosto muito do Jardim de Tavira. E sabem porquê?

Porque tem a maioria dos bancos partidos e todos por pintar...

Porque tem um coreto muito bonito que não vê tinta há muitos «séculos»...

Porque nos seus canteiros há a ausência de plantas ornamentais...

Porque a sua iluminação é péssima...

Porque o seu piso é sujo e cheio de lama...

Porque no canteiro lateral o sr. presidente da Câmara mandou fazer uma surribo e vão plantar uma vinha...

É por isso que eu gosto do meu jardim...

María Tavira

DIA MUNDIAL DA CRIANÇA E ARRANQUE PARA A CRECHE DE TAVIRA



No passado dia 1, na Escola de Pesca, verificou-se uma afluência enorme de crianças. Tratava-se da comemoração do Dia Mundial da Criança, em que várias centenas de pequeninos brincaram, pintaram, fizeram bonecos de barro, bonecos de trapos, merendaram, ouviram músicas e cantares. Tudo a eles dedicado, tudo barulhento, saudavelmente barulhento e informal.

Falámos com uma das organizadoras desse convívio, a nossa prezada colaboradora D. Maria José a quem felicitámos pelo trabalho e dedicação

tida em prol da criança. Deu-nos ela a feliz notícia que, simultaneamente, se iria ali discutir o projecto de estatutos de uma associação para o apoio da creche a instalar com a maior brevidade.

Edifício já tinham. Trata-se das instalações do Instituto de Obras Sociais, situadas na Atalaia e onde se projectava (em antigos tempos) a abertura de uma colónia termal. Felizmente que deste modo, se poderá dar utilização a um investimento inerte, ao que o nosso jornal há muito se vinha referindo.

Aqui deixamos nesta necessariamente breve notícia um apelo para que todas as boas vontades tavirenses tentem saber o que será a creche e jardim infantil, interessando-se pela sua constituição e vida futura.

São as obras comuns, livres de quaisquer lutas ideológicas ou de mesquinhos interesses que nos dignificam. E a luta pela criança tavirense pode ser um belo traço de união entre todos nós.

L. H.

EU GOSTO DAS RUAS DE TAVIRA

Eu gosto muito das ruas de Tavira. E sabem porquê?

Porque têm muitos e grandes buracos...

Porque em todas elas só existe terra, pó e lixo...

Porque os passeios, na sua maioria têm bocados de calçada levantada...

Porque cresce tanta erva, na maioria destas ruas que poderiam deixar as cabrinhas da minha tia Laurinda, virem pastar para a cidade...

Maria Tavira

Habitação Social

Para um empréstimo de 288 contos, o beneficiário (?) terá de pagar 646 contos (mais de 120% / 0)

Muito se fala no direito de cada trabalhador ter a sua casa própria. Diz-se através dos órgãos de comunicação social, refere-se nas assembleias realizadas para o efeito que se iria facilitar a concessão de empréstimos suaves para a aquisição de habitação social.

Venho por isso usar e abusar do espaço de «O Tavira» para o caso do excessivo encargo que constitui tal construção, atingindo em vinte anos mais do dobro do custo da habitação. Mas eu explico.

Como a maioria dos tavirenses

ção dos Serviços de Operações de Crédito, as condições e modalidades que me podiam ser concedidas para a referida aquisição.

Para o prazo máximo de 20 anos, por cada 100 contos utilizados, as prestações a pagar subordinam-se às seguintes importâncias:

O quadro refere-se portanto a 100 contos. Em face do elevado juro praticado e tornando-o proporcional a 288 contos (80% do custo de um dos fogos), teria o interessado de pagar à Caixa 646 691\$18, importando portanto a habitação, em vez dos 360

Valores atribuídos por técnico da C. G. D. à habitação a hipotecar	Taxa de juro	Prestações semestrais	
		1.ª, 2.ª e 3.ª (só juros)	Restantes (amort. + juros)
Não superior a 700 contos e valor por m2 de área coberta até 6 contos	9,25%	4 625\$00	5 693\$80

sabe, foi concedida à Câmara Municipal de Tavira a possibilidade de construção de 6 blocos com 48 fogos, a vender entre 350/360 contos, o que ajudaria a resolver o problema habitacional da cidade. Até aqui tudo normal. E, os que aspiram a ter um dia casa própria, começam a mover as suas «demarches» para que esse sonho se transforme em realidade.

Surge aqui o tal «mas», que sempre aparece em qualquer história. É esse mas que nos vem dizer da realidade dos factos, que passamos a descrever, pois parece-me ser essa realidade digna do conhecimento de todos quantos, como eu próprio, tenham pensado resolver o seu problema de habitação.

Consultei a Caixa Geral de Depósitos, entidade possuidora do aval do Estado para a concessão dos necessários empréstimos. Obtive da Direc-

ção, anunciados, em praticamente no seu dobro. Senão, vejamos:

Capital inicial (20%)	72 contos
Retribuição do empréstimo de 288 contos	646 contos
	<hr/>
	718 contos

Quem não possuir os 360 contos para a habitação terá, pois, de pagar cerca do dobro do seu valor em vinte anos, sendo ainda necessário dispor dos 72 contos da entrada. Caso assim não acontecer, muito mais ainda custaria, com os juros derivados da obtenção dessa entrada inicial.

Será oportuno perguntar a quem beneficia este critério de empréstimos. Será este o plano traçado e aprovado para um empenhamento na resolução da política habitacional?

Constituída a Comissão Efectiva da Associação de Moradores da 2.ª Zona Sul da Cidade de Tavira

No passado dia 16, em reunião levada a efeito no Salão dos Bombeiros Municipais de Tavira ficou constituída a Comissão efectiva da Associação de Moradores da 2.ª Zona Sul da cidade de Tavira com a presença de cerca de 70 pessoas. Encontrava-se presente o Capitão Fonseca, representando o M. F. A. que citou como necessária a participação das pessoas no processo revolucionário e que essa participação se desejava a partir das Comissões de Moradores.

Que só assim se praticaria uma verdadeira democracia, desejando que as decisões tivessem o aval de todos.

António Amaro, vogal da C. A. da Câmara Municipal de Tavira explicou depois que tinha sido necessário dinamizar a constituição das Associações de Moradores. Assim, um grupo de pessoas havia estabelecido a divisão da cidade em 8 zonas de moradores a que respeitariam outras tantas Associações. Que a Associação que era objecto daquela reunião era constituída, pois, pelas seguintes artérias: Rua Dr. Miguel Bombarda, Trav. Dr. Miguel Bombarda, Rua dos Mouros, Rua das Olarias, Rua das Capacheiras, Rua do Alto do Cano, Alto do Cano, Travessa das Olarias, Largo das Portas do Postigo, Rua das Portas do Postigo, Rua António Viegas, Travessa António Viegas, Rua dos Machados, Rua das Cruzes e Rua da Fábrica.

Ao iniciar dos trabalhos, um dos membros da mesa e da Comissão Provisória propôs que as votações naquele plenário e nas sessões seguintes fossem por voto aberto e não houvesse possibilidade de abstenções. A proposta que vinculou deste modo o voto aberto e a proibição de abstenções aos plenários desta Associação de Moradores, pelo menos até que os seus estatutos sejam definidos, foi aprovada por maioria (1 voto contra e 2 abstenções).

Foi depois votada a respectiva comissão definitiva, em ampliação da provisória, tendo sido aprovada por unanimidade e ficando deste modo constituída:

- David das Chagas Barros
- Manuel Marques Carneiro
- Augusto de Oliveira Chanoca
- D. Maria Isabel Chanoca
- Fernando Pires Chanoca
- Fernando Avelino Lopes da Cruz
- Mário Luís Domingos
- José Modesto Massena Gago
- António Joaquim Mendes Milharó
- D. Maria de Fátima Ventura Fa-

leiro Milharó

- António Martins
- Joaquim Vitorino Pacheco
- D. Maria Domingas Ribeiro Rolão
- José Clementino de Sousa

Apenas se nos permite um reparo. Ao apresentar-se a lista para votação, um dos presentes alvitrou que embora não fosse o suficiente, mas para existir uma escolha e uma votação independente e isenta, pelo menos se deveria dar aos presentes um breve intervalo de cinco minutos durante o qual as pessoas tentariam verificar os nomes e até retirar alguns, acrescentando outros. Dava-se assim o mínimo do direito de escolha.

A mesa referiu que tal proposta era entendida talvez como manobra

e que não haveria hipótese nem interesse em se perder mais tempo. Que cinco minutos poderia ser muito importante para a Revolução, a qual se não compadecia com tal actuação. A proposta, com a leitura dos nomes para votação directa e imediata foi feita a seguir.

E o nosso reparo apenas deriva do facto de se dizer que a perda de 5 minutos seria um atraso para o processo, mesmo que esse atraso beneficiasse uma mais aberta escolha da possível comissão. O nosso reparo surge apenas porque, não se podendo perder esses 5 minutos, a sessão começara logo com três quartos de hora de atraso...

Questão de critérios...

L. H.

QUEM TEM MEDO QUE O POVO DISCUTA À VONTADE O SEU DESTINO ?

Há necessidade de constituir Associações de moradores. Tem-se em vista a defesa dos interesses mais modestos, a nível de cada rua.

Em Tavira, porém, e salvo melhor opinião, a coisa não parece ter um encaminhamento verdadeiramente popular. Começaram a aparecer convocatórias, feitas no próprio dia ou na véspera para fazer eleição de comissões efectivas, e ao que parece definitivas.

Uma das convocatórias que vimos, estabelece desde logo que a Comissão a eleger (?) se refere a uma determinada associação que compreende um determinado número de ruas.

É caso para perguntar quem fez a divisão da cidade em zonas. Quem estabeleceu que as ruas A, B, C e D se juntassem, e não a A com a B e a C com a D, por exemplo?

Por que terá sido tudo feito como que em segredo sem se ter dado conhecimento ao povo dessa proposta de divisão da cidade, efectuada não se sabe por quem?

Então não existem reuniões marcadas mensalmente para o

Município onde esse assunto poderia ser ventilado, conhecer-se as pessoas que desinteressadamente trabalham para a comunidade e conhecer-se antecipadamente o seu plano de divisão da cidade? Ou ele não poderia ser discutido?

E não seria melhor que as pessoas se juntassem por ruas (e não por grupos de ruas), daí partindo depois um representante de todas as ruas onde existissem interessados nas Associações, sendo as zonas definidas já por esses representantes e em que teriam sempre assento (obrigatoriamente) um de cada rua?...

Dá que pensar a pressa, mas principalmente o segredo com que tudo vem sendo elaborado, feito e pronto para que um plenário muito reduzido aprove de braço no ar o que se fez. É caso para perguntar quem tem medo que o povo discuta à vontade o seu destino...

Ou o exclusivo de ser o próprio povo está permitido apenas a alguns e vedado a quase todos os restantes?...

O. C.

Mais moradores protes- tam contra o estado das ruas em Tavira

De um grupo de moradores da Rua José Joaquim Jara e do Largo Jara, e com o pedido de publicação, recebemos a seguinte exposição entregue na Câmara Municipal de Tavira, a qual é apoiada por 90 assinaturas:

Ex.^{ma} Senhor
Presidente da Comissão Administra-
tiva da Câmara Municipal de Tavira

Desde sempre os moradores da Rua José Joaquim Jara e Largo Jara, foram forçados, não só a respirar pó no Verão, mas também a tomar banho de lama no Inverno (enquanto os grandes senhores viviam em luxuosos prédios onde nada lhes faltava, e, para passarem as férias (férias tinham eles todo o ano) tinham uma luxuosa vivenda no campo para respirar ar puro.

Há tempos, funcionários da Câmara Municipal de Tavira, andaram a espalhar mais terra (necessária) pe-

(Conclui na 2.ª página)

(Conclusão da 1.ª página)

la nossa rua, e, então surgiu no nosso espírito a ideia e esperança de que neste Verão, que se aproxima, já teríamos a rua alcatroada e não voltaríamos a respirar ar impregnado de pó, como até agora temos feito. Mas, passado^s que são dois meses e mais, e nada se fez, nós moradores desta rua e largo vimos através deste rabiço assinado, não pedir (porque os pedidos faziam-se no tempo da «outra senhora») mas exigir que o senhor providencie para que seja feita justiça neste sentido. Pois se os mais altos funcionários do Governo dizem que temos que ter em atenção as necessidades das camadas mais desfavorecidas, não se compreende, nem nós podíamos aceitar, que, se faça um parque de estacionamento (para automóveis) na^s Quatro Águas enquanto nós continuamos a tomar banho de lama no Inverno e a respirar pó no Verão.

Conscientes e esperançados nas boas intenções do senhor Presidente em dar o seguimento que se impõe à nossa justa causa, subscrevemo-nos

(seguem-se 90 assinaturas)

O Gabinete do Planeamento da Região do Algarve divorciado da Cooperativa Habitacional que se pretende instituir em Tavira?

Para tentar ajudar a resolver o problema habitacional de Tavira, um grupo de tavienses pensou constituir-se em Cooperativa e estudar um sistema de construção social que fosse ao encontro da actual política do Governo Provisório.

Contactadas as entidades responsáveis; Câmara Municipal e Gabinete do Planeamento do Algarve ficou acordada uma deslocação dos técnicos daquele Gabinete, a esta cidade, para conjuntamente com os elementos organizadores da Cooperativa a qual conta (ou por outra, contava) com o apoio de 2 centenas de pessoas, estudarem as viabilidades da ideia.

Somente que, passados 3 meses, e não obstante diversas demarches os técnicos do Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, ainda não arranjam tempo para se deslocarem à cidade do gilão.

Ou será que se «divorciaram» da Cooperativa Habitacional de Tavira?

Foi eleita a Comissão de Moradores de Conceição (Tavira)

EM 29 do mês findo realizou-se na Junta de Freguesia de Conceição de Tavira, um plenário da população residente na sede da freguesia, para elegerem uma Comissão de Moradores. Estiveram presentes um representante das Forças Armadas e dois membros da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia, tendo sido eleitos para a Comissão de Moradores os srs. António Carneira, António Manuel de Jesus, António José Januário, Casimiro Parra dos Santos, Fernando Matias Andrade, José Manuel Gonçalves, Mário Estêvão da Silva, Manuel Gregório Germano e Renato Estrela Viegas.

Espera-se que da actividade da Comissão venham a resultar vários benefícios para aquela aldeia. —C.

Realiza-se amanhã um plenário de moradores em Tavira

DA Comissão de Moradores da 1.ª Zona Norte de Tavira, recebemos o seguinte comunicado:

Convidam-se todos os moradores das ruas 5 de Outubro, António Cabreira, Jaques Pessoa, Borda de Água de Aguiar, Joaquim Jara, Poeta Emiliano da Costa, Dr. Augusto da Silva Carvalho, Almirante Cândido dos Reis, Travessa Jaques Pessoa, Travessa do Trem, Travessa Joaquim Jara, Travessa Almirante Cândido dos Reis, Bairro Jara e Largo da Senhora do Livramento, maiores de 18 anos, ou que façam 18 anos até 31 de Dezembro de 1975, a comparecer amanhã às 16 horas na garagem da Rodoviária (Bairro Jara), a fim de: 1.º — se pronunciarem quanto ao pedido de demissão de quatro dos elementos da Comissão de Moradores anteriormente eleita; 2.º — Discussão sobre o número de elementos que devem constituir a Comissão de Moradores; 3.º — Discussão sobre o ingresso de senhoras na Comissão de Moradores; 4.º — Eleição de nova Comissão de Morado-

(Conclui na 4.ª página)

Realiza-se amanhã um plenário de moradores em Tavira

(Conclusão da 1.ª página)

res, ou eleição dos membros para substituir os demissionários e eleição de novos membros.

Avisam-se todos os interessados de que a sede da Comissão de Moradores mudou para a Rua Almirante Cândido dos Reis, 182, Tavira, onde são prestados esclarecimentos às segundas, quartas e sextas-feiras, entre as 21 e as 23 horas.

PROMOVER O PODER POPULAR E COMBATER O FASCISMO E A SOCIAL-DEMOCRACIA SÃO OBJECTIVOS DA F. U. R. NO ALGARVE

COM a criação de um secretariado provisório, já constituído, a F. U. R. (Frente de Unidade Revolucionária) organiza-se no Algarve para desenvolver uma ampla acção no sentido de promover o avanço do poder popular e, ao mesmo tempo, combater o fascismo e a social-democracia.

Estas foram, em linhas gerais, os objectivos apontados, numa reunião efectuada na sede local do MDP/CDE, para apresentação do secretariado provisório da Frente, na região algarvia, do qual fazem parte José Raimundo e Carlos Vargas (M. E. S.); António Boronha e dr. Alvaro Café (M. D. P./C. D. E.); Vítor Fontinha e Matias (L. U. A. R.); Armando Silva e José Almeida (F. S. P.) e Montarcílio Estrela e Campos (P. R. P.) /B. R.).

Além de Faro, a F. U. R. terá sedes de trabalho nas zonas de Barlavento e Sotavento, respectivamente em Portimão e Tavira, a fim de garantir a cobertura de toda a região do Algarve.

Como objectivo da F. U. R., foi apontado por Armando Silva que se trata de uma organização política que, efectivamente, defende o poder popular. A F. U. R. considera que «é possível fazer avançar a Revolução e promover o avanço do poder popular», para o que vai desenvolver uma ampla acção em todo o Algarve. «Nesta

Província, as nossas actividades de luta serão contra o fascismo e contra a social-democracia».

Falou depois outro elemento do secretariado provisório, Campos, que fez uma análise da situação actual, referindo-se ao «documento dos nove», que disse ser «de nítida inspiração capitalista e que nos pareceu elaborado com a ajuda do capitalismo americano e da C. I. A., e que tem atrás de si a contra-revolução a apoiá-lo».

Após tecer críticas à social-democracia e ao VI Governo, disse que este «pretende criar um clima político que leve as massas trabalhadoras à aceitação de um clima de repressão, da qual tem necessidade para manter as suas posições de classe», sublinhando no entanto, que «Portugal é todo uma esperança para a revolução socialista internacional e o VI Governo não tem soldados, não tem máquina repressiva para exercer a sua política». «Tal como a P. I. D. E. em 25 de Abril, o A. M. I. será calado e os trabalhadores do Algarve saberão responder com violência revolucionária à violência reaccionária que tentam criar no Algarve».

Como tarefas fundamentais, imediatas para todos os revolucionários do País, foi apontado que seriam as de impulsionar, apolar e unir todas as organizações de poder popular, afirmando-se ainda que «os trabalhadores nunca derubarão a burguesia sem oporem, à violência da burguesia, a sua violência revolucionária».

Depois de uma breve intervenção do dr. Alvaro Café, falou José Raimundo, que anunciou a constituição de Grupos de Apoio da Frente (G. A. F.) com o objectivo de mobilizar as massas populares no sentido de se promover em todo o Algarve assembleias populares.

A F. U. R. vai realizar sessões de esclarecimento em toda a Província, «para levar ao desmascaramento do que é a Assembleia Constituinte, das leis que está fazendo e do que é o parlamentarismo burguês».

Foi pedida a criação de uma estação postal em Santa Luzia (Tavira)

A COMISSÃO de Moradores de Santa Luzia, Tavira e o Grusa — Grupo Cultural e Social da mesma povoação, solicitaram ao chefe da Circunscrição Postal de Faro que ali fosse instalada, em edifício próprio, uma estação postal, de acordo com as reais necessidades da aldeia e as muitas reclamações surgidas.

Santa Luzia, cuja intensa actividade piscatória é bem conhecida e em cujas imediações se situa um dos complexos turísticos de Pedras d'El-Rei, tem cerca de 2 000 habitantes, número que sofre grande ampliação durante a estação alta de turismo. O posto postal público está instalado num estabelecimento comercial e em precárias condições para servir o público interessado, designadamente no que se refere a ligações telefónicas, muitas delas tendo cunho internacional. Por outro lado o pedido de criação da estação postal em edifício próprio é alicerçado no desejo de ali ser constituída uma Junta de Freguesia.

*Jornal do Algarve,
1976-02-13, capa*

O Grupo de Intervenção Teatral de Tavira divulga a cultura popular

A cultura popular é uma cultura que defende os interesses do povo trabalhador. É uma cultura consequentemente progressista, que pelo seu conteúdo anti-fascista, anti-capitalista e anti-colonialista e anti-imperialista é uma arma poderosa para unir e educar o povo na luta contra todos os seus inimigos. Denunciando todos os sistemas de exploração e opressão, mostra que a derrota da burguesia e do sistema de exploração do homem pelo homem é historicamente inevitável.

Glorificando a luta dos operários e camponeses, a cultura popular, educa-os e ajuda-os a desembaraçar-se dos vícios e da influência da ideologia burguesa.

O Grupo de Intervenção Teatral de Tavira, trabalhando pela

divulgação duma cultura ao serviço do povo, vai representar em Tavira a peça do dramaturgo alemão Bertoldo Brecht «As Espingardas de Mãe Carrar».

Que nos diz as «Espingardas de Mãe Carrar»? Conta-nos alguns aspectos da vida do povo espanhol na luta travada durante a guerra civil contra os fascistas espanhóis, encabeçados pelo nazi Franco e apoiado pelo imperialismo internacional. Esta luta, como tantas outras travadas pelos povos oprimidos de todo o mundo contra a exploração e a opressão, ensina-nos a única via de lutar contra esses carrascos do povo: a luta armada. O povo espanhol organizado e unido numa ampla Frente Popular, assente na aliança dos

operários e camponeses, lutaram duramente contra a instauração do fascismo e pela independência do seu país do abutre imperialista.

Mãe Carrar, representa nesta peça o papel das ideias pacíficas e retrógradas que conduzem, inevitavelmente, à derrota. O povo da aldeia mostrava a Teresa Carrar, o exemplo dos operários e do povo de toda a Espanha que se batiam de armas na mão contra um inimigo sangüinário que massacrava por toda a Espanha milhares e milhares de trabalhadores.

O ódio de classe de Teresa Carrar acabou por vir ao de cima ao verificar que os fascistas assassinaram o seu filho, apesar de ela o ter impedido de pegar nas armas e juntar-se aos heróicos operários que combatiam na frente. Mãe Carrar compreendeu que contra um inimigo de

(Continua na pág. 3)

PREÇO DE APOIO
5\$00

Grupo Teatral de Tavira

(Continuação a 1.ª página)

morte de todos os explorados só o povo em armas o pode vencer.

O Grupo de Intervenção Teatral de Tavira ao representar esta peça difunde uma cultura ao serviço dos trabalhadores e combate a cultura reacçãoária e decadente da burguesia que espalha as ilusões do pacifismo e do eleitoralismo.

Para apresentar esta peça, o Grupo desenvolveu o espírito colectivo de trabalho e o espírito

democrático. Discutindo e trabalhando em conjunto transformaram um velho armazém da fábrica J. A. Pacheco, na Atalaia, numa sala de teatro. Contando com as próprias forças e desenvolvendo o espírito de servir o povo, o G.I.T.T. apresenta a sua peça ao povo, dedicando esforços junto dos órgãos de vontade popular para a divulgação da peça, tencionando levá-la a outras localidades da região de forma a que o povo trabalhador possa ter acesso à sua cultura.

de 31 de Janeiro a 21 de Fevereiro de 1976

PARA QUANDO A DRAGAGEM

do canal Cabanas — Barra de Tavira?

No mês passado os pescadores de Cabanas reuniram-se para discutir a atitude da Direcção-Geral dos Portos que decidiu suspender os trabalhos de dragagem do canal que liga esta aldeia piscatória à barra de Tavira. Na reunião, foi aprovada por unanimidade uma moção em que repudiam energeticamente a medida tomada pela Direcção-Geral dos Portos e caso não se venha a tomar uma solução imediata para resolver o problema que afecta centenas de pescadores, deixaram de pagar

impostos pelo período de 30 dias findos os quais entrará em greve geral toda a actividade piscatória local.

Os pescadores das Cabanas mostram, assim, que só a luta firme e enérgica dos trabalhadores vencerá.

Ainda na moção aprovada, os pescadores de Cabanas, decidiram rejeitar a dragueta Balsense por deficiente.

O abandono a que estão sujeitos os pescadores desde o tempo

do fascismo tem continuado com os vários governos provisórios e só a acção firme e conjunta de todos os pescadores para exigirem a resolução dos seus problemas poderá pôr fim a algumas das suas exigências.

Enquanto houver no mundo oprimidos e explorados, nós devemos exigir o armamento do povo e não o desarmamento. Só o armamento do povo assegurará plenamente o futuro da liberdade.

Lenine

LUTAR NO MAR LUTAR EM TERRA

GRÊMIO DOS RICOS - CLUBE DE TAVIRA CENTRO DE FASCISTAS

Tavira é uma cidade onde a classe operária não existe em grande número, devido a uma indústria pouco desenvolvida.

Assim, apesar de bastantes trabalhadores especialmente pescadores, operários da construção civil e mecânicos, abundam aqui várias camadas burguesas e pequeno-burguesas como comerciantes e funcionários bem pagos. Como a classe operária — classe consequentemente revolucionária — aqui é fraca, os fascistas e todos os inimigos do povo sentem-se bem nesta terra.

Existem por aqui muitos PIDES e Bufos que ficaram um bocado atemorizados com o 25 de Abril, mas depois foram levan-

tando a cabeça e hoje sentem-se perfeitamente à vontade.

Há alguns meses o Clube de Tavira — Grémio dos Ricos estava em crise, tinha poucos sócios e era pouco frequentado. Mas os fascistas locais como viram que para eles também havia democracia pensaram arranjar o seu local de encontro, remodelando-o para o tornar mais confortável.

Assim dispuseram de algumas dezenas de contos para arranjar e mobilar a sua sede: Lá têm os fofos cadeirões único local onde os seus traseiros se sentem bem, têm a sua máquina para tirar a «bica», têm o gira-discos,

têm as revistas e jornais da sua classe — a burguesia.

Enfim nada falta de tudo aquilo que é reaccionário.

Os directores do Clube procuram arranjar muitos sócios que sejam pequenos comerciantes e pequenos empregados, para que aos olhos do povo o Grémio não pareça um antro de fascistas.

Todas as noites lá se encontram os mais distintos fascistas e é evidente que da reunião dessa gente nada de bom há a esperar.

A porta vêm-se os carros comprados à custa do suor de quem trabalha. Carros esses que permanecem até altas horas da madrugada, porque aqueles ban-

(Continua na página seguinte)

LUTAR NO MAR LUTAR EM TERRA

De 10 a 31 de Janeiro de 1975

As Comissões de Moradores nas mãos de inimigos do povo

O que a burguesia mais teme é a organização do povo e a sua unidade, mas efectivamente não há maior força que a força do povo, por isso apesar de todos os seus inimigos o tentarem dividir, o povo une-se e organiza-se fazendo andar a roda da História porque a força da razão e da justiça são superiores a tudo e a todos os reacçãoários que apareçam. A força dos explorados é invencível.

Nos tempos do fascismo o povo do nosso país, não se podia organizar às claras e a menor tentativa os carrascos da Pide logo atiravam, feriam e matavam os que mais se distinguiam na luta. Mas com o 25 de Abril algumas das liberdades democráticas fundamentais se abriram aos explorados da nossa terra. E assim que poucos meses após o 25 de Abril já a organização do povo assistava todos os burgueses que pretendiam mostrar-se tão democratas. O movimento popular ia subindo por todo o lado e ninguém era capaz de o sustar.

Em dada fase começam a surgir as Comissões de Moradores, como a melhor forma de por todo

o lado, por todos os cantos do campo e da cidade se unirem os moradores e discutindo resolverem os seus problemas.

Por Tavira a coisa andava parada e a organização popular não se notava, até que de repente se sabe que em certos pontos da cidade se iam formando Comissões de Moradores, mas o que de facto aconteceu é que essas Comissões de Moradores não eram democraticamente eleitas. A população não era claramente esclarecida da forma de se organizar e não participava activamente nestas eleições, mas porquê?

Soubese que o MDP/CDE tinha reunido na sua sede todos os seus militantes e pegando na planta da cidade dividiu-a em oito zonas, à sua maneira, destinando logo as pró-comissões de cada zona que eram formadas por elementos deste partido, por colegas do P&C&P e por vezes era admitido um ou outro PS e alguns trabalhadores sem Partido para dar melhor aspecto a tal manobra. Mais, o MDP/CDE destinou logo que era um seu militante que em cada reunião

dizia o que eram as Comissões de Moradores e pronto tudo estava preparado.

Foi assim que apareceu a Comissão de Moradores do Carmo, de Santa Maria, do Bairro Jara e da Porta Nova ficando quatro Comissões por eleger porque não havia três elementos do P&C&P ou MDP/CDE nessas zonas em condições de através dessas manobras se formarem Comissões de Moradores.

Em Setembro quando o movimento popular estava num dos seus pontos altos e, em Tavira apesar destas manobras, existiam outras organizações populares, foi então decidido que o melhor seria centralizar, discutir toda a organização popular no nível da cidade. Assim marcou-se uma reunião para a qual foram convocadas pessoas das Comissões de Moradores que existiam e onde aparecerem os órgãos que estavam na origem destas reuniões e constituíam o Grupo Dinamizador: a Creche, a ADU, a Alfabetização, a Comissão de Trabalhadores, J. Riscado, a Associação SAAL e a Comissão de Trabalhadores das Operárias Conservadoras. As Comissões de Moradores não apareceram na reunião.

Na reunião efectuada discutiu-se e acordou-se que o objectivo destas reuniões era centralizar todos os problemas, criar um secretariado dos Órgãos de Vontade Popular e fazer surgir novos órgãos, contribuindo assim para unir o povo desta terra. No final marcou-se nova reunião para a qual seriam convocados novamente todos os órgãos e, claro, novamente as tais Comissões de Moradores.

Na reunião seguinte apareceu um militante do MDP/CDE, que lá mais disposto a boicotar a reunião do que a participar nela. Isso foi confirmado quando esse elemento se assentou por não ter conseguido levar por diante os seus intentos.

Convocada nova reunião pelo Grupo Dinamizador, apareceram, então, elementos das 4 comissões formadas nas costas do povo. Colocados perante as questões propostas: centralização das Comissões de Moradores, prestação de contas ao povo de todo o trabalho realizado e a realizar, profunda ligação com os moradores de forma a saber dos seus mais prementes problemas, estes elementos, social-fascistas, declarados, numa atitude de intimidação pidesca exigiram a identificação das pessoas que compunham o Grupo Dinamizador e, querendo fazer-se passar por representantes do Povo, dizem de forma provocatória que eles são as comissões de moradores e mais ninguém pode convocar reuniões daquele tipo. Autênticos fascistas estes elementos que temem a democracia e o povo.

Ora, afinal, que interesses defendem tais elementos? Toda a sua actividade se caracteriza por um espírito anti-democrático e um total desprezo pelo povo. Porquê? O Povo deve nos seus lares eleger democraticamente os seus representantes, aqueles em que deposite mais confiança para defender os seus interesses. Como procediram estes elementos? Como reles inimigos do povo, transformando as comissões que deviam ser do povo e para sua defesa em «comissões» do P&C&P e do MDP/CDE. E afinal para que necessitam eles das Comissões se nada fazem para servir o povo? Servem-lhes para utilizarem o nome desta forma de organização popular para que

(Cont. na pág. seguinte)

Comissões de Moradores de Tavira

(Continuação da pág. anterior)

o partido de Cumhal, dizendo que tem o povo do seu lado, possa disputar com os outros partidos da burguesia o controlo do estado capitalista. Comportando-se desta forma anti-democrática e desprezando o povo, eles que apregoam tanto o socialismo, não são mais do que social-fascistas porque falando em socialismo comportam-se como fascistas diante do povo. Estes são, pois, os piores inimigos no seio das organizações populares porque se disfarçam de amigos para melhor dividir o povo.

O povo de Tavira não pode permitir que tais elementos manobrem nas suas costas e em seu nome. Os moradores devem orga-

nizar-se à volta das suas Comissões de Moradores, destruir os elementos inimigos do povo e eleger em reuniões amplamente democráticas os seus reais representantes que defendam os interesses de todos os moradores e os una num só bloco. Ao mesmo tempo, deve energeticamente expulsar do seu seio todos os elementos anti-democráticos e anti-populares sejam eles social-fascistas do P&C&P ou fascistas do PPD e CDS e outros reacçãoários.

EM FRENTE COM OS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR VIVA A UNIDADE DE TODO O POVO TRABALHADOR SOCIAL - FASCISTAS FORA DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

Moradores em "luta" contra a Comissão Administrativa da Câmara de Tavira

O desprezo votado à reconstrução do pavimento da Avenida Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, já foi por nós frisado. Todavia a C. A. do Município deve ter feito «ouvidos de mercador» e pensado que, «vozes de... não chegam ao céu».

O assunto agora volta a ser por nós focado, para dar pública notícia, a pedido dos interessados, de que os moradores daquela artéria vão entrar em «luta» contra a administração da cidade.

Assim, assinado por todos os resi-

dentes da Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, foi entregue na Câmara um comunicado, no qual os signatários dão a conhecer ao Presidente, a sua disposição de vedar o trânsito rodoviário naquela artéria, se os referidos trabalhos não tiverem início durante todo o mês de Maio.

Atenção sr. automobilista!... Talvez não possa passar por aquela avenida a partir do dia 31 de Maio, se a Comissão Administrativa continuar a pensar que, «vozes de... não chegam ao céu».

CARTAS ao "O TAVIRA" ★ Mais moradores em luta ★ Também os comerciantes se queixam

Desta vez a demora de reposição das ruas e os problemas de higiene provocados

Senhor Director,

Vão por este meio os moradores da Travessa da Caridade de Tavira, rogar que se digne mandar publicar numa das próximas edições de «O Tavira», não um artigo publicitário nem tão pouco uma afronta para alguém em geral mas sim uma verdadeira necessidade, uma justa causa a que todos nós, moradores desta rua, como todos os habitantes de Tavira, têm direito.

Em palavras simples mas bem claras e expressivas para qualquer compreensão, como nos permite esta nossa pouca cultura de que temos faculdade, é através de um título muito concreto e significativo em que se baseia o nosso apelo, ficando cientes que será publicado e com ele vejamos concretizados os nossos intentos de melhoramento das ruas de Tavira.

«CANOS E CANOS MINHA GENTE»

Tavira está em obras... Desde quando? Até quando? Pergunta que fica sem resposta nas bocas de quem tem tempo para pensar e se mete a apreciar a bela e requintada paisagem que Tavira nos oferece. Ruas removidas, onde esgotos antigos dignos de museu, vão dando lugar a outros já bastante modificados e que nos asseguram uma verdadeira higiene. Mas quem não concorda? Quem será capaz de criticar uma obra que já há largos anos o povo ambicionava?

A Travessa da Caridade viu começar e, enfim viu findar esta azáfama de reforma dos esgotos... Certo! Bastante certo mesmo. Mas... então e os montes de pedras talhadas que deviam servir de passeio e que estão empilhados junto das paredes e das portas? Por vezes impedindo a passagem de peões e veículos? Como e quando retornarão estas pedras aos seus devidos lugares?

Passaram-se dias, semanas e já lá vão largos meses e essa dita passa-

deira empilhada serve de moradia aos pobres ratos desalojados, que de noite fazem turismo gratuito em casa dos moradores, visto que de pedras ninguém se alimenta (nem os ratos). Esses desalojados roedores chegam a exigir pensão gratuita nas camas de cada um passando por cima de leitos onde repoum crianças de tenra idade o que bastante perigoso se torna. Por isso, temos de lhes fazer batidas como às raposas. Estará certa esta higiene com que o povo é obrigado a co-existir?

O nosso pedido é simples. Queremos a nossa e todas as ruas normalizadas e não repletas de pedras, de ratos e de toda a imundície. Perguntase:

— Teremos de ser nós a remover e transportar as pedras para outro lugar ou transformamo-nos em calceteiros e vamos por as mãos ao trabalho?

Queremos que os nossos filhos cres-

çam numa verdadeira higiene e não num bairro de lata. Apetamos para a compreensão e bom senso dos dirigentes governamentais para este problema que é nosso e de todos vós. Que hoje nos prejudica mas que amanhã vos pode vir a prejudicar...

Moradores da Travessa da Caridade

N. R. — A propósito desta carta, conversámos com duas senhoras residentes na travessa da Caridade, uma das muitas artérias sacrificadas desta cidade que parece ter sido atingida por autêntico terramoto. Uma das coisas que mais nos impressionaram foi a proeza dos ratos introduzidos diariamente em casa passearem livremente pelos berços das crianças.

Tudo o que acerca deste assunto possa dizer esta carta é pouco quanto à realidade e à absoluta necessidade de higienização urgente da cidade. E as obras dos esgotos pela maneira como estão a ser conduzidas dão a nitida ideia de que não são defendidos os mínimos interesses, especialmente das ruas e habitações mais modestas. Quem nos defenda se os (ditos) responsáveis parecem não se importar com o que se passa à sua volta?

A carta fica. O apelo também. A actuação das entidades (des)interessadas (d)no assunto também. Este registo ajudará a julgar, melhor, no futuro o que cada um fez e vultu...

Carta de um grupo de pessoas que exercem comércio na zona baixa da cidade

O «Zé-Povo» sai à rua e ouve constantemente murmurar o que se passa com os esgotos e as canalizações de água, é frequente encontrar grupelhos criticando que só se abrem buracos e não os tapam. Claro que a preocupação cada vez mais aumenta com a aproximação da época turística.

Já se murmura que a cólera, há dois anos começou por Tavira. O resto dos portugueses, se isto nos acontecer mais uma vez, vão chamarmo-nos pouco limpos, porque não sa-

neza em ponto pequeno? Será que as pessoas responsáveis não têm olhos na cara ou talvez «se estejam nas tintas» para o «Zé-Povo»?

A época turística aproxima-se a passos largos. Grande parte da população vive desse mesmo turismo, pois é o comércio, as casas particulares que alugam quartos, enfim, uma imensidade de gente espera com ansiedade esta época para se defender dos encargos que vai criando ao longo do ano.

Todos sabem que Tavira, presente-

Pescadores em luta

REIVINDICAÇÃO dos Pescadores de Sotavento sobre o abaixamento do preço da gasolina

Pescadores da zona de Sotavento do Algarve em reuniões realizadas nas suas localidades, durante os meses de Fevereiro e Março, considerando:

— que são eles quem suportando enormes riscos e duríssimas condições de trabalho, vão arrancar ao mar o peixe indispensável à subsistência de toda a população;

— que em toda a sua vida têm sido uma classe super explorada e quase sem nenhuns direitos;

— que com a gasolina ao preço a que se encontra neste momento, os pescadores, sobretudo os da pesca artesanal, em muitos dias de mar quase não conseguem ganhar para pagar o combustível;

— que nesta situação o preço do peixe sobe de tal forma que o torna quase «artigo de luxo» não acessível às camadas mais pobres e exploradas do povo das quais os pescadores fazem parte;

— que entretanto, quer sectores da burguesia exploradora nacional, nomeadamente oficiais da Marinha (capitães de porto, etc.), do Exército e diversos funcionários a eles ligados, quer os turistas, que apenas usam a gasolina para passear ou para se transportarem nos seus carros — coisa que os pescadores e outros sectores do povo não têm — beneficiam de redução no preço do combustível, o que os pescadores con-

sideram um autêntico atentado e uma provocação a quem tudo produz — os trabalhadores.

Porque o consideram de elementar justiça EXIGEM do Governo a redução do preço do combustível de que necessitam PARA TRABALHAR, até ao nível a que se encontrava antes do último aumento, redução a levar a efeito através de um sistema que venha a ser por eles acordado.

Caso tal exigência não seja cumprida, os pescadores estão na firme disposição de adoptarem as formas de luta que acharem convenientes.

Ao nível de cada localidade foi já constituída uma comissão de luta encarregada de acompanhar este processo em todas as suas fases.

Os pescadores decidiram também fazer chegar este documento aos órgãos dirigentes das empresas nacionalizadas dos combustíveis, SACOR, SONAP, etc., através dos camaradas da Comissão Coordenadora Central das C. T. dessas empresas, a quem apelam no sentido de lhes darem a sua solidariedade.

As Comissões de Luta dos pescadores de Vila Real de Santo António, Monte Gordo, Manta Rota, Cacela, Cabanas e Tavira.

A experiência do centro de alfabetização de Tavira

Ao longo de dois anos de existência, o centro de alfabetização de Tavira procurou sempre servir os explorados e oprimidos deste país levando a cultura até ao seio do Povo. O funcionamento do centro de alfabetização deve-se exclusivamente ao espírito de servir o povo de que alguns jovens progressistas estiveram imbuídos. Ultrapassando barreiras que a burguesia punha a este centro, consegue levar pela segunda vez um grupo de cerca de vinte pessoas a exame da 4. classe. Este facto não foi o único aspecto positivo da actividade deste centro, foi também o quebrar da barreira que havia no início entre o professor e o aluno, os laços de amizade e solidariedade que foram criados ao longo dos dois anos de actividade.

Dos erros cometidos ao longo deste período há que tirar as devidas lições, -aprendendo também com os erros, para que se avance para um melhor trabalho colectivo de forma a contribuir para elevar a consciência de classe dos explorados e oprimidos.

É necessário que todos os trabalhadores que queiram saber ler

e escrever ou acabar de fazer a 4.ª classe, percamos o preconceito de que «já é tarde para aprender». Este preconceito e todos os outros como este foram criados pela burguesia para melhor continuar a manter a sua opressão de classe. Mantendo o povo na ignorância e criando preconceitos reacccionários a burguesia visa manter a sua exploração e opressão.

LUTAR NO MAR LUTAR EM TERRA

Lutar no Mar Lutar em Terra,
1976-07-01 a 07-21, p.2

Comunicado dos trabalhadores da «Tavirense»

Com o pedido de publicação recebemos o seguinte comunicado da comissão de trabalhadores da «Tavirense»:

Ao povo de Tavira: Somos um grupo de 6 operários e 38 operárias, que há muitos anos trabalhamos nas conservas. Somos pobres e o pouco pão que comemos vem do suor do nosso trabalho.

Não queremos a fábrica nem nada do que é do patrão, não queremos neste momento aumentos de ordenado, nem melhores condições de trabalho. Queremos apenas que nos paguem o que nos devem: os retroactivos, desde 1 de Maio, altura em que foi assinado o C. C. T., pelo qual devemos receber pelas 45 horas que trabalhamos e não só como se tivéssemos trabalhado 32 horas e estas ao preço antigo. O ordenado pago ao mês e não à semana, como garantia de trabalho. O 13.º mês, que foi pago parcialmente, e como todos os trabalhadores temos direito ao mês completo. O patrão não envia os nossos descontos para a Caixa de Previdência, o que nos traz grandes problemas quando estamos doentes. O patrão diz que não tem dinheiro para nos pagar, mas tem carro, casa e dinheiro para gastar no Casino de Monte Gordo, enquanto que nós cada vez temos maiores dificuldades em pagar a conta ao merceeiro e a renda da casa. A fábrica tem uma câmara frigorífica, que é utilizada pelos patrões de Vila Real de Santo António, mas não pelo nosso, e assim há dias que temos peixe para trabalhar e outros não. O patrão quer fechar a última fábrica que existe na nossa cidade, que nós sentimos morrer a pouco e pouco, quer safar as últimas caixas e deixar a fábrica vazia, mas nós não permitimos e por isso fazemos piquetes à porta da fábrica, embora haja três operárias que não aderiram à luta. Como as noites são frias, sofremos muito, mas enquanto houver forças cá estaremos.

Na primeira noite de piquete, o guarda do patrão ameaçou-nos com a arma do patrão, chegou mesmo a dar um tiro para o ar.

Já pedimos uma reunião com o Ministério do Trabalho, Secretaria de Estado das Pescas, o Sindicato e o patrão. Queremos ser recebidos pelo presidente da Câmara e governador civil. Pedimos a todos os trabalhadores de Tavira que também apolem.

Quando este assunto estiver resolvido, o traidor do Augusto, «o mestre» e todos aqueles que traíram a nossa luta, devem ir para a rua.

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTONIO — TELEF. 254

OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTONIO
LISBOA — TELEF. 361839 FARO — TELEF. 22322 AVULSO 4500

TAVIRA, a bela adormecida

CIDADE muito antiga, Tavira é sede de um concelho cuja área se estende em grande parte pela serra, outra pelo barrocal e numa faixa menor pelo litoral. Está separada do Atlântico pela laguna que vai de Faro a Cacela Velha, onde se situam as povoações ribeirinhas de Santa Luzia e Cabanas. Tem as freguesias de Conceição, Santa Maria, Santiago, Luz, Santo Estêvão, Santa Catarina da Fonte do Bispo e Cachopo, e em todas a agricultura é a principal actividade, constituindo a alfarroba, a amêndoa, o figo, o azeite (especialmente nas zonas entre o barrocal e a serra), os cereais, os citrinos e algumas culturas hortícolas, as principais produções.

A agricultura de sequeiro ocupa quase toda a área, sendo de destacar como zonas de regadio as várzeas das ribeiras de Almargem e Asseca e ainda quase toda a freguesia da Luz de Tavira e parte de Santo Estêvão. Os agricultores da zona constituíram-se em cooperativas, desde há alguns anos, avultando pela sua acção a Cooperativa de Santa

Catarina da Fonte do Bispo e também as dos Olivicultores e Adega de Tavira. Entretanto, estão em início mais uma, em Conceição e outra em Cachopo.

A pesca está localizada nas povoações ribeirinhas (Santa Luzia e Cabanas) e na sede do concelho, onde encontramos um grande grupo de pescadores (pesca artesanal) que todos os dias arriscam a sua vida.

Além dessas duas actividades, vemos duas aldeias turísticas —

Pedras d'El-Rei I e II e um hotel com pequena aldeia turística (Oliveiras) que, segundo julgamos, têm tido os problemas de todo o turismo algarvio. A exploração das duas primeiras foi cedida ao Club Mediterraneé que durante todo o ano passado esteve em actividade. Há dias, tivemos conhecimento de uma reunião em Tavira, junto da lota do peixe, onde, com salteiros e operários conserveiros, os trabalhadores das Pedras participaram para debater os seus problemas.

Este é o panorama das actividades económicas de Tavira, que já tem sido chamada a «bela adormecida», pois a sua evolução tem sofrido grande atraso. De grande

porto piscatório e mesmo comercial (século XV), está reduzida a uma sombra desse esplendor. A agricultura pouco ou nada evoluiu. No aspecto turístico, a hotelaria reduz-se aos três empreendimentos antes indicados, aguardando construção um hotel situado na Horta d'El-Rei.

A evolução da população da cidade tem sido como segue: 1920, 11 043 habitantes; 1930, 12 762; 1940, 5 972; 1950, 7 048; 1960, 6 044.

Não temos números certos do censo de 1970, mas do somatório das duas freguesias da sede do concelho (Santa Maria e Santiago) vemos que o número (9 820), do qual deveremos deduzir a população de Santa Luzia e de toda a área rural, indica não ter havido acréscimo significativo.

No seguimento da nossa experiência de vida, talvez possamos indicar algumas pistas para o futuro desenvolvimento sócio-económico do concelho (perdoem-nos os leitores o atrevimento). Assim, dadas as potencialidades agrícolas das zonas do barrocal e litoral, poder-se-iam aproveitar as águas de superfície, através da construção de barragens nas ribeiras de Almargem e Asseca e valorizar zonas que actualmente são de agricultura de sequeiro, passando-as a regadio. O problema da serra é complicado, mas julgamos que através da criação de cooperativas e com o auxílio estatal, poder-se-ia incentivar a criação de gado em toda aquela zona. Aliás, consta-nos que um dos fins da cooperativa projectada para Cachopo será a edificação de um matadouro industrial para abate e preparação de carnes. Todavia, a construção

FACTOS E IMAGENS

ENCONTRO COM BACH NA SÉ CATEDRAL DE FARO

NÃO foi esta a primeira vez que a Orquestra Gulbenkian veio actuar no Algarve. Já o fizera anteriormente, mas sem o seu prestigioso Coro, cujas interpretações atingem nível que o põe à altura de apreciados conjuntos vocais de boa craveira internacional.

Esta vez vieram até nós o Coro e a Orquestra, integrando-se a obra

por Américo Alves de Sousa

não foi coisa fácil de assimilar, mas de um modo geral e para além da natural curiosidade gerada pela transcendência do acontecimento, todos deram por bem empregado o seu tempo, disse sendo natural reflexo os fartos aplausos dispensados, no final, aos executantes e as



★
A Sé-Catedral de Faro, onde decorreu o concerto do Coro e Orquestra Gulbenkian
★

escolhida, a «Missa em si menor», de João Sebastião Bach, na solenidade da data, Quinta-Feira Santa, e correspondendo o público da melhor maneira, pois uma hora antes do concerto, nem uma sequer das centenas de cadeiras dispostas ao longo das naves da vetusta Sé de Faro se encontrava livre, comprindo-se uma imensidão de gente em todos os espaços disponíveis.

Claro que para muito desse público, por alheio de tal género de manifestações artísticas, a «missa»

várias e estrepitosas «chamadas» de que foi alvo o maestro, Michel Corboz.

Demonstrou este a plenitude dos seus conhecimentos de direcção coral, com o desenvolvimento das três actividades atrás referidas (pesca, agricultura e turismo), seria possível conseguir uma melhoria significativa da qualidade de vida dos tavirenses, mas estas também permitiriam a criação de algumas indústrias para o aproveitamento dos excedentes de matéria-prima e de apoio daquelas actividades. Assim, uma frota pesqueira maior e mais sofisticada originaria uma indústria de construção e reparação naval, além do fornecimento de matéria-prima para as conservas de peixe. A criação de gado e uma agricultura de regadio também proporcionariam matéria-prima para conservas. O aumento da capacidade hoteleira, por sua vez, necessitaria de indústrias de apoio, tal qual as duas primeiras.

Se estas ideias mobilizassem um grupo de tavirenses para as executar parece-nos que a «bela adormecida» começaria a acordar e a criação de postos de trabalho daria força para mais.

ACERCA DO ARTIGO 79.º

A EVOLUÇÃO E A INVOLUÇÃO DO DESPORTO NO ALGARVE

por João Caldeira Romão

APOS cerca de dois anos de intensa actividade, subdividida em tantos sectores quanto os necessários, desde apetrechamento, documentação, formação de orientadores e dirigentes a diversos níveis, à realização de actividades, tendo em conta objectivos como sensibilização, orientação e até

mesmo competição, entrou-se numa fase de consumo de energias e meios, provenientes da embalagem conseguida. Participou-se numa «corrida de 100 metros» e aproveitou-se a velocidade alcançada.

Assiste-se à tomada de compromissos teóricos convergentes com os objectivos preconizados no 79.º artigo da Constituição, que consagra a todos os cidadãos o direito à cultura física e ao desporto, como meios de valorização humana, quando, paralelamente, se entra na

(Conclui na 3.ª página)

(Conclui na 4.ª página)

JORNAL DO ALGARVE

TAVIRA, a bela adormecida

(Conclusão da 1.ª página)

de pequenas barragens de terra e o aproveitamento das melhores terras para forragens, deverão apoiar a criação de gado.

A ria de Tavira e os terrenos que a circundam (sapais) poderão ser aproveitados não só para as salinas, como para a criação de peixes e moluscos. Aliás, impõe-se o desvio dos esgotos de Tavira do rio, pois, só assim poder-se-á explorar a criação de peixe. Além disso, é imperioso que se faça a dragagem da barra e dos canais de acesso a Tavira, Santa Luzia e Cabanas, facilitando o desenvolvimento da pesca com a construção de barcos maiores e com instalações frigoríficas, permitindo uma

actividade marítima mais rentável e mais sofisticada, no caminho dos processos mais modernos de captura de peixe.

Tem-se falado e tornado a falar no aproveitamento turístico da ilha de Tavira e na construção da ponte que lhe dá acesso. Parece-nos que será o local ideal para o desenvolvimento desta actividade, pois apenas afectaria terrenos não produtivos para a agricultura.

Com o desenvolvimento das três actividades atrás referidas (pesca, agricultura e turismo), seria possível conseguir uma melhoria significativa da qualidade de vida dos tavirenses, mas estas também permitiriam a criação de algumas indústrias para o aproveitamento dos excedentes de matéria-prima e de apoio daquelas actividades. Assim, uma frota pesqueira maior e mais sofisticada originaria uma indústria de construção e reparação naval, além do fornecimento de matéria-prima para as conservas de peixe. A criação de gado e uma agricultura de regadio também proporcionariam matéria-prima para conservas. O aumento da capacidade hoteleira, por sua vez, necessitaria de indústrias de apoio, tal qual as duas primeiras.

Se estas ideias mobilizassem um grupo de tavirenses para as executar parece-nos que a «bela adormecida» começaria a acordar e a criação de postos de trabalho daria força para mais.

Geleate Canau

Corpos gerentes dos Brás de Alportel

publicamente as meritórias iniciativas das comissões de festas e administrativas, de indiscutível valor cultural e recreativo e a acção na recolha de donativos das primeiras, melhorando substancialmente as precárias instalações.

D. Maria Ângela Gouveia, apelo para a unidade e compreensão entre aqueles que farão ressurgir em amor a Corporação e o dr. Luciano Engrácia, da Câmara Municipal de Alportel.

CASA DA CULTURA DE TAVIRA: EXTINÇÃO PARA BREVE?

DADAS as informações vindas a público de que a desarrumação e a destruição haviam atingido a Casa da Cultura de Tavira, dada a posição do presidente da Câmara Municipal, Jornal do Algarve entrevistou um dos grandes responsáveis por aquela obra de interesse popular, Hélio Rodrigues. Este perspectivou-nos o nascimento e teve algumas considerações críticas sobre o futuro da mesma.

JOSE CRUZ — Como surgiu o Grupo de Teatro?

HÉLIO RODRIGUES — Em Setembro de 1974, contactei a impulsionadora do Grupo de Alfabetização, dr.^a Maria Luísa Anselmo, e manifestei o desejo de constituir

reportagem por José Cruz

um grupo de teatro. A ideia é aprovada por unanimidade. As 4 peças escolhidas, «Auto do Curandeiro», de António Aleixo, «O rei imaginário», de Raúl Brandão, «Auto do Vaqueiro», de Gil Vicente, e «Os malefícios do tabaco», de Anton Tchekov, marcam o início de uma actividade cultural que quisemos

(Conclui na 4.^a página)

Casa da Cultura de Tavira: extinção para breve?

(Conclusão da 1.^a página)

destinada às classes mais desfavorecidas. As lutas ideológicas agudizavam-se nesse período, e procurávamos uma posição apartidária, entendendo a cultura como não panfletária, mas, necessariamente, ao serviço das camadas trabalhadoras.

J. C. — Sabemos da vossa participação nas campanhas de dinamização cultural, do Movimento das Forças Armadas. Que auxílio vos trouxe essa experiência?

H. R. — Fazíamos parte, eu e a dr.^a Maria Luísa, da Comissão de Zona. Penetrámos com o teatro na serra, tendo chegado a enfrentar situações deste tipo: a carrinha das compras do quartel era, depois de lavada por nós, utilizada para as deslocações. Luzes, cenários, som, iam de tarde, em carros particulares e a expensas próprias, fazer a montagem, para tudo estar pronto à hora do espectáculo. Cerca de 20 representações, cobrindo mais de 5 000 pessoas, foram, para nós, grande estímulo. De Cabanas a Santa Luzia, da Luz de Tavira a Martinlongo e Cachopo, acompanhámos os homens do M. F. A., em espectáculos seguidos de debate público com os assistentes.

J. C. — E como era acolhido o vosso trabalho?

H. R. — Ah, sim, ouvimos muitos elogios. Na alfabetização, até da parte de figuras como o prof. Lindley Cintra; e no teatro de homens como Mário Barradas, além de outras pessoas, como é óbvio.

A obra alargou-se. No Inverno de 74/75, em casa da dr.^a Maria Luísa, o grupo preparou fantoches, pintou, vestiu bonecos, e lançou, entre a população infantil, a elaboração de textos para esse tipo de teatro. Estreámos o teatro de fantoches numa pequena festa de Natal, para os doentes do Hospital de Tavira.

J. C. — E quanto à Casa da Cultura? Como aparece?

H. R. — Precisávamos de instalações próprias. O aluguer ou cédência de um armazém tornou-se ideia fixa. Era necessário dinheiro para improvisar um pequeno teatro-estúdio e nós não o possuíamos, não tínhamos subsídios e as representações eram gratuitas. Deu-se então uma transformação na minha vida e após um curso em Évora e um estágio de 2 meses, tornei-me dinamizador cultural do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ). Volto aos contactos sobre as instalações. Desta vez surtem efeito, graças ao interesse por estas actividades por parte do então presidente da Comissão Administrativa da Câmara, hoje vereador da mesma, sr. José António dos Santos. Encontrámos um armazém na Atalaia. Mandou pôr à nossa disposição 50 sacos de cimento, 70 tábuas e 2 000 tijolos. Era o início. Fechado há mais de 10 anos, aquilo era uma amálgama de pó e lixo. Com a preciosa ajuda do quartel de Tavira, conseguimos mão-de-obra e veículos e o armazém, também contando com o nosso esforço como pedreiros, carpinteiros, pin-

tores, vem a transformar-se na Casa da Cultura de Tavira. De dia, éramos operários, à noite, pondo de parte o cansaço, ensaiávamos a peça para a estreia das instalações: «As espingardas da mãe Carrar», de B. Brecht. A estreia foi um sucesso! Seis dias consecutivos de espectáculos, com lotações sempre esgotadas. O armazém anti-teatro, transformara-se num foco de cultura bem aceite. Depois, foram as representações em Olhão, Vila Real de Santo António e no resto do concelho de Tavira. Fomos visitados por grupos amadores e profissionais, intensificámos o intercâmbio cultural. Exibimos filmes e diaporamas. Cedemos as nossas instalações à Escola Secundária de Tavira para aulas de Educação Cívica e Politécnica e projecções de filmes. Conseguimos uma funcionária em «part-time», para abrir a Casa da Cultura ao público, mas o seu vencimento nunca foi recebido, por várias razões, uma das quais o saneamento do delegado regional do FAOJ e de toda a sua equipa, na qual me incluía. Aqui começa o declínio. Com falta de apoio oficial, as portas só abrem para filmes e espectáculos. Outros factores arrastam a desmobilização. Guardai, ainda esperança, a tomada de posse da Câmara, para reerguermos a Casa da Cultura, mas tal não aconteceu.

J. C. — Qual é, então, a atitude da Câmara?

H. R. — Um funcionário, enviado pelo presidente, pediu-me a chave. Fui lá e este disse-me que a Casa da Cultura era dos municípios, por ser da Câmara. Não me perguntou o que é que lá se tinha feito, o que tencionávamos fazer, de que apoio necessitávamos. Só quis a chave. Vim a saber, depois, da acusação de destruição da Casa da Cultura. O que existe lá são os cenários velhos, os móveis e outros elementos de cena, maltratados por dezenas de deslocações, pó e sujidade, por o tecto ser de telha de Marselha e não termos dinheiro para uma cobertura melhor, e pela proximidade de uma fábrica de farinhas. Tivéssemos o apoio de outrora e talvez tudo voltasse a brilhar de novo.

J. C. — Concretamente sobre a acusação de destruição, que têm para dizer?

H. R. — Simples. As últimas pessoas a destruir uma obra são aquelas que a criaram. Quem fez essa acusação não encontrará eco junto das pessoas para quem trabalhámos incansavelmente, ao longo de dois anos e meio e elas saberão distinguir quem nós somos. Que o povo de Tavira saiba defender a independência da Casa da Cultura, face às arremetidas dos seus inimigos e lute por uma verdadeira cultura popular, que coloque aquela instituição ao serviço dos seus interesses, é o apelo que de aqui lanço, como um dos que mais amam a Casa da Cultura de Tavira.

JARDIM INFANTIL DE TAVIRA UMA REALIDADE AINDA NÃO COMPLETADA

★ *Apontamentos da sua Educadora de Infância*

A cidade de Tavira está de parabéns. O Jardim do I. O. S. (Instituto de Obras Sociais), conseguiu, finalmente, abrir. O povo, desde há três meses, abriu. O povo, desde há três meses, abriu. O povo, desde há três meses, abriu. O sonho tornou-se realidade.

O Jardim de Infância do I. O. S. não podia abrir — e nenhum pode abrir ou funcionar — sem que à sua frente se encontre uma Educadora de Infância, a pessoa que conhece bem a psicologia infantil, a criança em si.

O referido Jardim, que começou a funcionar no passado dia 7 de Março,

é composto por: uma Educadora de Infância, responsável (Maria Helena Salgueiral Gomes dos Reis), e três monitores. — Maria Helena Lobo, Maria dos Anjos e Maria José Martins — por uma cozinheira (Maria Suzel de Jesus Peres) e por uma auxiliar de cozinheira, Zulmira Coelho. Todo este pessoal é pago pelo Instituto de Obras Sociais.

O Jardim de Infância do Instituto de Obras Sociais de Tavira ainda não está a funcionar em pleno. Lá chegará, para alegria de todo o povo cidade e arredores. O certo é que é já uma realidade, mas uma realidade

ainda não completa. Muita coisa há ainda a fazer. Pois, após a sua abertura, apareceram mais cerca de 50 inscrições para a Creche (que ainda não funciona) e Jardim Infantil, que serão admitidas logo que o Instituto de Obras Sociais amplie as instalações.

Presentemente, apenas 33 das 48 crianças admitidas gozam as delícias do Jardim Infantil do I. O. S., ficando de reserva duas vagas para os chamados «casos especiais». As restantes 15 crianças, que falham completar o número de 48, entrarão im-

(Conclusão da 1.ª página)



O TAVIRA

3



TALABRIGA

PÁGINA CULTURAL-NOTICIOSA DE TAVIRA



DIAGO PERES CORREIA

Jardim Infantil de Tavira

(Conclusão da 1.ª página)

diatamente logo que cheguem mais duas monitoras e uma servente.

O Instituto de Obras Sociais está a estudar atentamente o problema da ampliação das instalações do Jardim de Infância de Tavira. Todas as crianças inscritas acabarão, nos tempos mais próximos — que julgo ser breve! — por darem entrada neste Jardim, ficando o Jardim de Infância com cerca (ou mais) de 150 crianças.

O JARDIM INFANTIL DE TAVIRA NÃO FOI ABERTO SÓ PARA OS «SENHORES OFICIAIS»

No entanto — e isto é aborrecido! —, há que esclarecer devidamente certos factos respeitantes ao Jardim de Infância do I. O. S. de Tavira. Corre nesta cidade e arredores a versão de que o Jardim Infantil só foi aberto para os «senhores oficiais», o que não é verdade. As crianças já admitidas são de diversas camadas sociais, e eu, ao abrir o Jardim de Infância, não tive qualquer influência (nem fui eu quem admitiu as crianças). As crianças foram admitidas por uma assistente social do IFAS de Faro, que trabalha em colaboração directa com o Instituto de Obras Sociais, de Lisboa. Apenas abriu o Jardim de Infância em nome do I. O. S., levando a meu cargo toda a responsabilidade interna, assim como instruir as respectivas monitoras com pouca (ou nenhuma) experiência pedagógica e psicologia infantil.

Outra versão a correr em Tavira (e numerosas têm sido as pessoas que ni so me têm falado), de que o Jardim Infantil não é propriedade do I. O. S., mas de uma denominada Comissão. O Jardim de Infância de Tavira pertence (e só) ao Instituto

de Obras Sociais, o que muita gente, habilmente intrigada por outros, supõe o contrário.

Uma terceira versão (e há mais), quero esclarecê-la devidamente. Muitas pessoas julgam que o Jardim de Infância abriu sob a direcção de uma mencionada Comissão. Devo esclarecer, o bem ou mal intencionados, que o Jardim Infantil abriu sob a direcção e responsabilidade do Instituto de Obras Sociais e em ligação com o IFAS de Faro.

ESTAREI DISPOSTA A RECEBER TODOS OS PAIS E A COLABORAR PARA BEM DE TODOS NOS E DA CRIANÇA

Têm-se dirigido a mim numerosos pais a reclamarem que os filhos não foram admitidos, quando eles anda-

ram bastante tempo a pagar quotas. O Instituto de Obras Sociais nunca cobrou quotas (ou mensalidade) adiantadas a ninguém. Também, pelo que sei e vi, todo o mobiliário existente dentro das instalações do Jardim de Infância de Tavira é propriedade do I. O. S. e por este Instituto comprado.

Como responsável pelo Jardim de Infância do I. O. S. de Tavira, estou à disposição de todos os pais das crianças, admitidas ou não, que queiram contactar comigo. Estarei sempre disposta a recebê-los e a colaborar para bem de todos nós e da CRIANÇA. Lealmente, Com honestidade, Sem intrigas, Só assim, trabalhando honestamente, poderemos construir um futuro digno para os nossos filhos.

Maria Helena dos Reis

Fundo de Fomento da Habitação

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 87-6.º — LISBOA-2

A V I S O

CONCURSO PARA DISTRIBUIÇÃO DAS HABITAÇÕES DO PROGRAMA EXTRAORDINÁRIO DO MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO E COMISSARIADO PARA OS DESALOJADOS, NOS CONCELHOS DE OLHÃO, TAVIRA E VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

1. Torna-se público que está aberto concurso, pelo prazo de 30 dias a partir de 11 de Maio de 1977 até 13 de Junho de 1977 para os concelhos de Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António, para atribuição de habitações sociais em construção nos concelhos citados, em regime de propriedade resolúvel, destinado a desalojados das ex-Colónias e à generalidade da população carenciada.

2. O concurso far-se-á por classificação dos concorrentes de acordo com o «Regulamento de Habitações Sociais» aprovado pelas Portarias n.ºs 343/74, 327/74 e 2/77 e demais legislação em vigor.

3. Nos termos da mesma legislação só podem concorrer os cidadãos que à data de abertura do concurso tenham atingido a maioridade e não tenham, ainda, completado 45 anos de idade.

4. Aos concursos dos núcleos habitacionais sítos nos concelhos referidos em 1 e contrariamente ao habitual, só podem concorrer cidadãos que residam ou trabalhem nos concelhos constantes dos AVISOS fixados nas citadas Câmaras.

5. Todos os esclarecimentos podem ser prestados nas Câmaras Municipais já referidas e no Fundo de Fomento da Habitação — Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 87-6.º — Lisboa-2.

Cooperativa Habitacional «5 de Março» do Concelho de Tavira

É o seguinte o despacho conjunto do Ministro da Habitação e Secretário de Estado do Orçamento, que cria a Cooperativa Habitacional «5 de Março» do concelho de Tavira:

«Pelo presente despacho concede-se aos estatutos da Cooperativa de Habitação Económica «5 de Março do Concelho de Tavira», S. C. A. R. L., com sede provisória na Rua José Pires Padinha, 12 — Tavira o visto a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 737-A/74, de 23 de Dezembro, para os efeitos previstos no mesmo diploma.

Os estatutos contêm trinta e oito artigos, um dos exemplares leva aposto o selo branco do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção e, com o original do presente despacho, é remetido aos interessados para o efeito do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei citado, devendo o outro exemplar ser arquivado no Fundo de Fomento da Habitação para constituir base para o registo a que se refere o artigo 4.º do mesmo diploma».

Sociedade Cooperativa de Habitação Económica

"Cinco de Março", do Concelho de Tavira, S. C. A. R. L.

CARTÓRIO NOTARIAL DE
TAVIRA

NOTÁRIO LICENCIADO
HORÁCIO MANUEL TAVARES DE CARVALHO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que no dia trinta e um de Maio de mil novecentos e setenta e sete, de folhas 40 v a folhas 51 do Livro n.º A-34 de notas para escritura de constituição de sociedade cooperativa em epígrafe, outorgada por Humberto Rosa Fernandes Simão, residente em Tavira, Maria Teodósia das Candeias Carvalho, residente em Tavira, Joaquim Gualberto da Conceição Silvestre, residente em Tavira, Rogério Venceslau Sousa Bento, residente em Santa Margarida, Armando João Figueiredo Cardoso, residente em Tavira, Manuel de Jesus Reis, residente em Tavira, Abílio Escolástico do Nascimento, residente em Tavira, João Alberto Nunes, residente em Tavira, Armando Manuel do Nascimento Mangas, residente em Santa Luzia e José Eduardo do Nascimento Pisco, residente em Santo Estevão, constituídos como sócios fundadores, a qual Cooperativa se rege pelas regras seguintes:

A Sociedade adopta a designação de SOCIEDADE COOPERATIVA «CINCO DE MARÇO»

S. C. R. L. e tem a sua sede provisória na Rua José Pires Padinha, número doze, em Tavira.

Os seus objectivos são a promoção da habitação cooperati, va, segundo a modalidade de acesso à propriedade por amortização da casa fomentar entre sócios os laços fraternos de entre-ajuda; o fomento da cultura em geral e em especial dos princípios e prática do cooperativismo; a organização dos Serviços de interesse colectivo, designadamente postos de abastecimento, salas de estudo para os filhos dos sócios, salas e campos de jogos desportivos ou outros serviços locais de promoção sócio-cultural.

A Cooperativa tem duração por tempo indeterminado e o seu ambito territorial de actuação abrangerá toda a área do concelho de Tavira, com exclusão de qualquer outro.

O capital social da Cooperativa é variável e ilimitado, constituído por acções nominais de cem escudos cada, no mínimo de uma acção por cada sócio, já estando realizado em dinheiro Vinte mil escudos.

O máximo de capital social que cada sócio poderá subscrever não poderá exceder o valor do fogo que lhe venha a ser atribuído adicionado da quota-parte do equipamento comunitário que deva ser suportado pela Cooperativa.

Podem ser sócios da Cooperativa todos os indivíduos maiores ou emancipados que não possuam casa própria com condições de habitabilidade.

A admissão dos sócios será feita mediante proposta dirigida à Direcção, assinada pelo can-

didato ou a seu rogo, da qual deverão constar, além dos respectivos elementos de identificação, os do seu agregado familiar.

Aos sócios que faltem ao cumprimento dos seus deveres, podem ser aplicadas as medidas de censura e exclusão.

A aplicação da pena de censura é da competência da Direcção, sendo a de exclusão apenas de competência da Assembleia Geral, por proposta da Direcção.

São motivos de exclusão dos sócios: a falta de residência permanente na habitação cooperativa por tempo superior a seis meses, salvo a devida justificação, o uainda em casos especiais a ponderar pela Assembleia Geral.

O motivo especial de exclusão: provar-se que o sócio dispõe de outra habitação na área de Tavira adequada à satisfação das necessidades do seu agregado familiar.

Para melhor prosscussão dos seus objectivos, a Cooperativa poderá colaborar com outras instituições similares que se proponham promover realizações de interesse comum, bem como estabelecer acordos ou contratos com outras Cooperativas ou Uniãos de Cooperativas.

Está conforme ao original na parte transcrita.

Cartório Notarial de Tavira,
2 de Junho de 1977.

O Notário,

Horácio Manuel Tavares de
Carvalho

INTERESSANTE (E ÚTIL) TRABALHO COLECTIVO DE ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE TAVIRA (3)

SUBORDINADO ao tema «Habitação», inserimos hoje o terceiro e penúltimo trabalho colectivo de alunos da Escola Preparatória Prof. Silva Carvalho, de Tavira, em que, como nos anteriores, o sr. prof. José M. B. do Carmo, selecciona pontos de vista expendidos por jovens de idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos:

A HABITAÇÃO NA CIDADE E NO CAMPO

Na habitação há uma comparação entre a habitação na cidade e a habitação no campo, porque o povo quer ir morar para a cidade, e então nem quase as pessoas da cidade têm espaço para um quin-

tal. Por isso nós vemos, quando vamos à cidade: é só andares nas ruas, por cima dos outros, porque não há campo para fazerem as casas só no rés-do-chão. E, já no campo, já não há uma pessoa que não tenha um desafogo. Nós temos quintas, temos muito espaço para nós vivermos. Temos árvores, semeamos coisas e todo o ano as pessoas colhem fruta e legumes, etc. E na cidade já não. Lá no campo anda-se mais à vontade de tudo do que na cidade. Parte deles só vêm à rua é por necessidade.

Eu que moro no campo não gostava de ir morar para a cidade, porque no campo sinto-me melhor. Eu bem vejo nas férias, que vou para a cidade 10 dias ou 11 dias. Vejo-me mesmo só. Tou desejando depois, de vir para o campo: (1)

A HABITAÇÃO

A habitação também é um caso um bocado grave. (2) Em Portugal há muitos milhares de habitações, mas ainda há necessidade de haver mais habitações para que as pessoas possam viver mais à vontade. (3) Devem fazer bairros sociais para os mais pobres, ou

(Conclui na 4.ª página)

Trabalho colectivo de alunos da Escola Secundária de Tavira

(Conclusão da 1.ª página)

aqueles que quase não ganham para o pão de cada dia. (2) As pessoas devem lutar para que todos possuam casa com as condições higiénicas necessárias. (3)

Em muitos casos, quando é uma habitação grande, ou mesmo sem ser grande habitação, há pessoas que fazem estrumeira à porta desses edificios e no Verão as moscas apoderam-se da porcaria, e depois por causa desse problema, pode vir a trazer muitas doenças como por exemplo a cólera, e essa doença é contagiosa, ou pegadiça.

Portanto pode-se evitar certas doenças muito prejudiciais à saúde. (2)

Referências: 1) Humberta Mafalda Correia Bodeão, 13 anos.

2) Paulo Jorge Carmo Sousa, 14 anos.

3) Helena Paula da Cruz Lourenço, 12 anos; Ana Lúcia Pacheco Domingos, 12 anos; Lucília de Sousa Martins; Cristina Maria Silva Ferro, 14 anos; Isabel Maria Romeira Costa, 12 anos.



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOSÉ MANUEL PEREIRA
 ANO 21.º SEXTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1977 AVENÇA N.º 1060

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE: V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTONIO
 REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTONIO — TELEF. 254 LISBOA — TELEF. 361839 FARO — TELEF. 22322 AVULSO 4\$00

RESULTADOS OPOSTOS, FACE À DIFERENTE ORIENTAÇÃO DE DUAS COOPERATIVAS NO CONCELHO DE TAVIRA

VIDA E PROGRESSO NA COOPERATIVA DE CABANAS DE TAVIRA

EM meados de 1975, a Associação de Trabalho de Cabanas fundou naquela localidade uma cooperativa de consumo, cuja função principal é a venda de artigos de mercearia e alguns de pesca aos seus associados. Esta cooperativa foi a primeira organiza-

ção do seu género a funcionar no concelho de Tavira, visto que outras cooperativas de consumo de víveres anteriormente existentes, pertenciam a organismos oficiais.

De princípio, o funcionamento da cooperativa deparou com muitos obstáculos, mas graças ao trabalho e à iniciativa dos seus três dirigentes, a mesma tem hoje uma situação desafogada e fornece aos

seus cerca de 200 sócios os inúmeros produtos que tem à venda, por preços acessíveis.

Estes dirigentes, srs. Humberto Simão, Aureliano do Carmo Cruz e Manuel da Conceição Fernandes, a quem se deve a iniciativa da fundação da cooperativa, têm acompanhado desde a fundação a vida do organismo, dedicando-lhe gratuitamente grande parte das horas que os seus empregos lhes deixam livres.

Também as duas colaboradoras do organismo, as jovens Esmeralda Mestre e Elvira Mestre, muito têm contribuído para o seu pro-

por Fernando Gil Cardeira

gresso, num trabalho diligente a aviar os sócios, apesar de receberem em troca desse trabalho não grandes gratificações.

Tem a cooperativa um problema complicado a resolver, que é conseguir novas instalações, porque o edifício onde funciona foi vendido e agora o novo proprietário pretende ocupá-lo para ali instalar uma casa comercial. Mas há a certeza de que os seus dirigentes estão à altura de superar mais este obstáculo e arranjarão essas instalações.

A acção da Cooperativa de Consumo de Cabanas é um exemplo edificante do que podem fazer organismos deste género em prol dos seus associados, quando têm a sorte de encontrar dirigentes dedicados e trabalhadores como são os seus, que têm feito uma gestão impecável.

AS DIFICULDADES DA COOPERATIVA DE CONCEIÇÃO DE TAVIRA

No princípio do ano de 1976, começou a funcionar em Conceição de Tavira uma cooperativa agrícola que se destinava a vender ar-

(Conclui na 3.ª página)

Resultados opostos de duas cooperativas do concelho de Tavira

(Conclusão da 1.ª página)

tigos de lavoura aos seus associados.

A sua constituição veio encher de esperanças os agricultores desta freguesia e em pouco tempo passou a contar com cerca de 150 sócios, que ali adquiriam os produtos necessários para as suas actividades. Além da entrada inicial que creio era de 200\$00, vários sócios emprestaram diversas quantias em dinheiro à cooperativa para assim a tornarem mais operante.

Um agricultor desta freguesia, sr. José Geraldo Rosa, cedeu gratuitamente um armazém para lá funcionar a cooperativa.

O comércio local deixou de vender os produtos que a cooperativa vendia e tudo parecia funcionar bem, pois tinha uma existência razoável e as vendas eram satisfatórias.

Os agricultores estavam satis-

feitos e começaram a acreditar nas vantagens do cooperativismo, com o qual pela primeira vez tomavam contacto a nível local.

Os primeiros sintomas de que essa aparência de bom funcionamento era ilusória, surgiram quando a vários agricultores que entregaram o trigo da sua colheita do último Verão na cooperativa, para depois irem buscar farinha, à medida que dela precisavam, a mesma lhes foi recusada com a alegação de atrasos por parte da fábrica de moagem.

Passaram-se meses sem que a farinha lhes fosse entregue, o que veio a prejudicar mais de uma dezena de sócios que lá haviam depositado o seu trigo e que desta maneira o perderam, pois até hoje não receberam a farinha.

A situação da cooperativa foi-se degradando, já que a sua existência de produtos era diminuta e encontrava-se muitas vezes fechada, sem justificação, nas horas normais de funcionamento.

O principal gestor da cooperativa fez uma gerência desastrosa, da qual resultou em pouco mais de um ano, a ruína quase total do organismo e o único empregado da cooperativa também muito contribuiu, com o seu desleixo, para este estado de coisas.

Em face do estado caótico a que a cooperativa chegou, foi feita uma assembleia geral e eleita uma nova direcção, mas esta nada pôde fazer porque a existência de produtos era praticamente nula, o passivo elevado e não havia fundos em dinheiro.

A cooperativa cessou a sua actividade há mais de 3 meses e não se viu outra maneira de a reiniciar.

Uma cooperativa agrícola é um organismo que, bem administrado, pode favorecer muito, principalmente os pequenos e médios agricultores, mas tentativas como esta só servem para desacreditar o cooperativismo, pelo que se condena a acção dos responsáveis.

Fernando Gil Cardeira

O Jornal TAVIRA

DR. FIR RENATO DAS CHAGAS • SUB-DIRECTOR: LUIS M. HORTA • AVULSO 7\$00 • FUNDADO EM 5-4-73
0 — TELEF. 22246 — TAVIRA • COMP. E IMP.: EMP. LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL STO. ANTONIO

«MERCADO NEGRO» DA HABITAÇÃO QUE HABITAÇÃO TIVEMOS? QUE HABITAÇÃO TEMOS? QUE HABITAÇÃO IREMOS TER?

«Andar
Trespassa-se.
4 assalhadas. Lisbon, Renda
880\$00. Indemnização 400 contos.
Resposta a este jornal ao
n.º...»

Este anúncio simples e elucidativo foi publicado na página 24 do jornal «TEMPO» de 30 de Março de 1978.

Depois de o ler fiquei deveras surpreendido, surpreendido e chocado, e não deixei de, em jeito de monólogo, fazer algumas perguntas. Em que preceito legal se fundará o seu autor e arrendatário do andar em questão de degradado, pedir uma indemnização de 400 contos para de lá sair? Qual será, realmente a sua formação moral e qual será o seu conceito de vida em sociedade que lhe permitem anunciar, publicamente, que, servindo-se de propriedade alheia, se propõe extorquir 400 contos a qualquer cidadão? A que estado de degradação chegou a sociedade em que vivemos para permitir tal manifestação de atropelo às mais elementares regras da ética social? De que espírito de justiça estão possuídas as nossas leis para facilitarem que, de forma tão clara pois é pública, se faça chantagem com as necessidades mais prementes do cidadão comum?

Todos sabemos que hoje em dia, neste país onde vivemos, é extrema-

mente difícil, mesmo impossível em muitos casos, arranjar uma habitação para viver. As casas para alugar não aparecem ou, se isso acontece, são por elas pedidas rendas de tal forma exorbitantes que não são acessíveis à maioria da população. A carência de habitação a preços justos, que sirvam o proprietário e o arrendatário, é grave e não se vê como possa ser atenuada, quer a curto quer a longo prazo.

As leis actualmente em vigor não servem o proprietário e, curiosamente, também não servem o arrendatário. Não permitem ao primeiro um rendimento justo do seu capital, em muitos casos produto de muitos anos de trabalho, e não garantem ao segundo a possibilidade de encontrar a preço acessível a habitação de que precisa e a que tem direito. E assim que no meio da iniquidade das leis que regem o sector aparecem os especuladores e os oportunistas de todo

por João Martins

o tipo que, não sabendo e não querendo viver enquadrados pelas leis que a todos regem, se aproveitam das falhas dessas mesmas leis para criar imoralidade, para ajudar a corrupção, para servir a desorganização da sociedade que os sustenta.

Anunciar publicamente que se pretende uma indemnização de 400 contos para «trespassar» uma habitação que é propriedade alheia é um acto que se poderia considerar como caricato, porque ninguém lhe prestará atenção e seria considerado como obra de um louco, se não se soubesse que ele é o fruto da corrupção, da imoralidade e do oportunismo que hoje abundam em todos, ou quase todos, os campos das nossas relações sociais e, de forma especial, no campo da habitação. O sistema proposto através deste anúncio é hoje uma

(Conclui na 2.ª página)

O TAVIRA

«Mercado negro» da habitação

(Conclusão da 1.ª página)

prática corrente. Há muitos oportunistas que à custa da propriedade alheia e sem o menor esforço enchem os bolsos com grossas maquiãs.

Mas há outros processos que são utilizados e que levam ao mesmo fim. Dois exemplos: viver em casa alugada com uma renda baixíssima e ser proprietário de uma ou mais habitações que se encontram por sua vez alugadas a terceiros e pelas quais se cobram rendas muito superiores à que se paga pela casa onde se vive e alugar um ou mais quartos da casa que se ocupa (casa alugada é evidente), cobrando por cada um deles quantias superiores à que se paga pela casa toda.

Com tudo isto, o cidadão comum, quer seja senhorio ou inquilino, sente que não se encontra protegido, sente que o seu esforço para se integrar honestamente na sociedade não é compensador e, em consequência de tudo o que observa à sua volta, começa a não acreditar, começa a duvidar das leis que o regem e começa também, ele próprio, a querer fugir a essas leis.

Parece ser uma verdade inconteste que as leis que actualmente regulam toda a problemática da habitação não servem a ninguém, por muito que se diga ao contrário, e só favorecem o aparecimento dos oportunistas e dos especuladores.

Será que essas leis vão ser brevemente alteradas de forma a permitir acabar com toda a especulação existente?

Será que todos aqueles que hoje desesperadamente procuram uma casa condigna para habitar verão, em breve, alteradas as leis iníquas que permitem e facilitam tal situação?

Esperemos...

◆ INAUGURADO CENTRO DE CONVÍVIO NA CORTE

A Comissão de Moradores da Corte António Martins, freguesia de Vila Nova de Cacela, inaugurou no sábado o seu centro de convívio, construído pela população nos tempos livres, obra colectiva que contou com o auxílio das Câmaras de Tavira e Vila Real de Santo António, traduzido em materiais e máquinas.

A festa assumiu carácter vinicamente popular e próprio das regiões serranas. Um desafio de solteiros e casados, ganho por estes últimos por 2-1, após prolongamento que obrigou a mais uns solavancos de barriga, uma petiscada e baile para rebater, animaram o convívio de quem sabe ser aquela paragem um intervalo entre uma luta que acaba e outra que continua, pela luz, pela água e pelos caminhos, por uma vedação para o campo de jogos onde as bolas fora vão, barranco abaixo.

O vereador Fernando Vargas, presente a convite da comissão de moradores, anunciou que a Câmara vila-realense concedera mais vinte mil escudos como ajuda na compra de um gerador para electrificação do centro.

AVISO

DISTRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES DO PROGRAMA HABITACIONAL EXTRAORDINÁRIO DO MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E COMISSARIADO PARA OS DESALOJADOS

CONCELHO DE TAVIRA

Torna-se público que do dia 11 ao dia 17 se encontra à reclamação, na Câmara Municipal de TAVIRA a classificação provisória dos candidatos que oportunamente se habilitaram ao concurso para distribuição de habitações do(s) Agrupamento(s) de: TAVIRA II.

Jornal do Algarve, 1978-07-14, p.2

Vai ser erguido um bairro social em Tavira

EM 2 do próximo mês realiza-se na Câmara Municipal de Tavira a abertura das propostas para adjudicação da empreitada de construção do Bairro Social da Atalaia, naquela cidade, constituído por seis blocos com um total de 48 fogos, com a base de licitação de 30 780 contos. Trata-se de mais uma alicha para atenuar o problema habitacional em Tavira.

*Jornal do Algarve,
1978-10-27, capa*

Medicina preventiva em Estiramanténs, Tavira

○ CENTRO de Saúde de Tavira, em colaboração com a Comissão de Moradores de Estiramanténs, Tavira, realizou, pela terceira vez, na passada semana, uma sessão de medicina preventiva, abordando em especial o problema da hipertensão, tendo manifestado muito interesse sobre o assunto abordado.

No final, tiveram a oportunidade de medir a tensão arterial, tendo-se registado a necessidade que algumas pessoas observadas têm de ser vigiadas com assiduidade.

É de salientar a valiosa colaboração de duas médicas e da enfermeira chefe, que puseram à disposição do semelhante os seus preciosos conhecimentos, ajudando as populações mais afastadas das zonas urbanas.

Jornal do Algarve,
1979-02-23, capa

Cartas à Redacção

PROBLEMAS DA HABITAÇÃO

Sr. Director,

Venho pela presente solicitar a V. Ex.^{sa} uma reportagem a uma nova Urbanização na Porta Nova, em Tavira, ou publicação da carta pois já existem casas feitas e a Câmara Municipal de Tavira, que chamou a si a responsabilidade das infra-estruturas ainda não fez nada.

A Câmara Municipal de Tavira responsabilizou-se pelas infra-estruturas duma Urbanização na Porta Nova (Tavira), tendo recebido as mais valias há cerca de um ano e já existem casas feitas e uma pronta; mais não há ainda, porque alguns lotes de terreno são de emigrantes.

Sabe-se particularmente que esta zona a urbanizar foi adjudicada recentemente, mas ainda não começou, porque ainda as ruas não têm cotas.

Talvez com as chuvas apareçam as medidas feitas.

A maior parte das casas são feitas com créditos concedidos pela Banca, o que equivale a dizer que algumas pessoas terão de pagar importâncias referentes a duas rendas de casa (vivemos num País muito rico) e com os inconvenientes de as crianças não terem habitação condigna: umas dormem no mesmo quarto, outras têm de dormir com outros familiares, pois no seu lar não cabe uma cama para dormirem.

Isto é deveras inadmissível, numa sociedade que se diz justa e democrática e ainda por cima quando é o «Zé» a pagar.

Quanto ao posto de transformação da luz, em 27-3-79 estava o seu estudo concretizado, mas o pior é a realização que está longe de se alcançar.

Neste País parece que está em voga «é fino» ser-se incompetente não ajudar os outros e ajudar a corrupção.

Espero que a CMT não fuja às suas responsabilidades e não aproveite esta Urbanização para as próximas eleições autárquicas, como uma maneira de ganhar votos. De falsos profetas está o povo farto.

José Madeira — Tavira

CARTAS à Redacção

O Algarve em foco

É necessário e urgente concretizar determinadas obras no Algarve para corresponder ao enorme afluxo turístico e melhorar o dia a dia das populações locais.

Precisamos de hospitais concebidos operacionais pois a população é bastante apesar de oscilante durante o Verão.

Um doente urgente que venha de Alcoutim (por exemplo) só pode ser atendido com as devidas atenções em Faro.

É uma distância enorme, já sem contar com o período de Verão onde o tráfego é intenso e as condições das estradas não são muito favoráveis a velocidades.

Para melhorar a navegação marítima é preciso dotar as barcas doutras condições de nave-

gação que sejam definitivas e não a pôr «remendos» quando é possível vir uma draga, para dragar e resolver só de momento o problema do assoreamento.

As mais necessitadas são as mais esquecidas, são elas: Vila Real de Santo António, Tavira e Fuseta.

Temos que reconhecer os benefícios que advirão para estas localidades, nomeadamente a construção naval que tem óptimas condições.

O saneamento básico precisa ser incrementado a fim de se evitar doenças, a poluição da costa e rios, especialmente o rio Gilão, em Tavira, onde na maré baixa não se pode estar com o cheiro fétido. Se as autarquias locais não possuem verbas para fazer face a estes problemas o Governo terá

(Conclui na 3.ª página)

Cartas à Redacção

(Conclusão da última página)

de o encarar e resolver por Departamentos e prioridades.

Na habitação há que dar impulso ao F. F. H. pois estão várias construções paralisadas, acelerar as várias obras de saneamento básico em futuras urbanizações e não estrangulá-las, dando cotas fora de esquadria a lotes de terreno e andando a passo de caranguejo conforme as conveniências sem fiscalização e prazos de acabamento.

— O Algarve merece que não seja visto apenas como fonte de

receita. Devido à sua situação geográfica e climática deve dotar-se a Província de condições para corresponder ao avanço das técnicas e conservação da Natureza, nomeadamente uma rede de frio para o pescado e o aproveitamento de terrenos abandonados, construção de diques em várias ribeiras a fim de evitar a erosão e protecção às matas que nos últimos anos têm sido dizimadas.

Faço votos para que outras vozes se juntem à minha na certeza de vermos os principais problemas encarados por todos pois só em espírito de equipa podemos avançar na construção e realização duma sociedade renovada, mais justa e humana.

José Madeira (Tavira)

A LUTA PELA HABITAÇÃO SEGUNDO A IMPRENSA LOCAL DE TAVIRA E REGIONAL DO ALGARVE

4 AS OPERAÇÕES SAAL EM TAVIRA

Em Tavira, as populações começaram a organizar-se em 1975. Nos bairros da Associação de Moradores Primeiro de Maio e da Associação de Moradores Amigos Unidos de Cabanas, as populações construíram casas e praticaram o direito à habitação, o direito ao lugar e o direito à cidade, tomando o destino nas suas mãos.

Este modelo de organização popular partiu de uma grande proximidade com a equipa técnica, envolvendo a participação na escolha do lugar do bairro e nos contactos com a Câmara Municipal de Tavira (nem sempre pacíficos), na definição do número de casas da operação, na discussão do projeto, na gestão da obra, na distribuição dos fogos e no pagamento dos encargos. Mas incluiu também a autoconstrução, em que os moradores apoiaram os operários da construção civil na edificação do bairro, permitindo baixar os encargos com o empréstimo a pagar.

O último capítulo agrega notícias sobre estas duas operações SAAL que permitem conhecer factos e afinar datas para aprofundar a sua história.

OS PROBLEMAS MATERIAIS E HUMANOS DE CABANAS

UMA TERRA ESQUECIDA



Três aspectos, colhidos nos primeiros dias de 1963 por um repórter do JORNAL DO ALGARVE, da acção devastadora do mar na povoação de Cabanas.

CABANAS fica situada na faixa litoral algarvia, precisamente entre Tavira e Cacela. Terra dependente do produto extraído do mar, Cabanas foi e continua a ser fonte dos mais diversos impostos que o Estado sempre arrebatou sem a mínima recompensa. Por isso, os seus pescadores jamais tiveram quaisquer benefícios na árdua tarefa, o que os leva a reivindicar, sem contudo serem ouvidos a exacta assistência médica, as pensões de invalidez e as reformas, visto que quando ficam inutilizados na sua actividade, correm o risco de morrerem de fome.

Há cerca de dez anos foram postas junto à muralha que protege paralelamente toda a extensão da aldeia, centenas de enormes pedras, pois as grandes inundações que mensalmente se verificavam em Cabanas, revelavam-se sempre mais ameaçadoras com as ondas enfurecidas a transpor a muralha e chocar ruidosamente nas velhas paredes que mais velhas ficavam. Deu-se assim o despertar do povo inteiro, e não só, com gritos de socorro e pedidos de auxílio. Dado o alastramento das águas à maior parte das casas, com os ventos, chuvas e trovoadas, os pescadores eram forçados a servir-se das janelas das suas casas, já que a abertu-

tura das portas facilitava um maior crescimento de água no seu interior, levando-os assim a abandonarem os lares.

Estes terríveis acontecimentos, que provocaram o auge da atemorização, estão bem presentes na memória de todos os bravos pescadores e foi constatando esta situação que o governo absolutista se compadeceu deste povo ao colocar os carregamentos de pedregulhos, cujos inconvenientes se descreverão mais adiante.

Para o leitor se aperceber um

Os problemas materiais e humanos de Cabanas

(Conclusão da 1.ª página)

pouco melhor da situação, exemplificamos um «arraial», cuja actividade estava dependente da pesca do atum, o arraial da Abóbora, que ficava a cerca de um quilómetro de Cabanas e com as suas cento e cinquenta casas foi destruído de um ano para o outro, ao ponto de numa só noite serem arrastadas pela fúria do oceano cerca de cinquenta habitações.

Esta fase decorreu há cerca de dez anos, enquanto que as destruições em Cabanas deram-se a partir de então e até há aproximadamente seis anos. Foram portanto quatro longos anos de sobressaltos os que sofreram os cabanenses.

O QUE É ACTUALMENTE A POVOAÇÃO DE CABANAS

As Cabanas continua a ser um grande local piscatório, sem lhes serem satisfeitas as respectivas necessidades. Hoje, com cerca de cem barcos de pesca (entre grandes e pequenos), os habitantes arrancam semanalmente milhares de quilos de peixe ao fundo marinho. Todavia, até na faina diária estes homens ficam seriamente prejudicados, pois têm de restringir rigorosamente o seu sono, visto que só conseguem sair da ria para o oceano quando a maré está na praia-mar, dadas as condições péssimas das barras.

A extensão de areia que cobria paralelamente toda a aldeia, proporcionava uma única saída, a verdadeira barra. Porém, hoje, essa extensão foi rasgada pelo mar, dando origem a quatro canais que, com a maré vazia, ficam quase ao mesmo nível dos bancos mais altos.

É vendo esta grande dificuldade de saída, que os pobres homens não se cansam de reclamar o aprofundamento de um dos canais. Os pedregulhos postos com a finalidade de proteger Cabanas das investidas do mar, revelam-se já um grave problema, pois deram origem ao aparecimento de milhares de ratas, terríveis roedores de que tão má memória todos temos. Para cúmulo, até a carência dos esgotos as favorece, pois o povo é forçado a deitar para os pedregulhos toda a casta de detritos, facilitando as-

sim a alimentação, o desenvolvimento e a multiplicação dos roedores que, em face do super-povoamento, saem para a rua marginal (Avenida 28 de Maio), quando as ondas enfurecidas no Inverno as expõem.

Em virtude da miséria que sempre imperou neste povo, os seus habitantes têm hoje a maior parte das casas envelhecidas, verificando-se que precisam de um bairro de pescadores, aliás várias vezes prometido, assim como o aprofundamento da barra, por Henrique Tenreiro «rei do bacalhau» que com a aproximação das eleições, vinha não só transmitir a este povo a política sua e dos seus compinchas, como ainda fazer estas promessas.

Se fôssemos descrever com pormenores todas as necessidades desta terra preencheríamos certamente duas ou três páginas do jornal.

Finalmente, apesar das péssimas condições higiénicas mais acentuadas na muralha, visto não existirem esgotos, Cabanas é terra de grande atracção turística. Porém, não pensemos que há possibilidades de vivermos dela. Para isso, criou a exploração hoteleira, uma aldeia turística que foi construída mesmo por cima de Cabanas. Esta aldeia só tem contribuído para a poluição das águas da ria, riquíssima em marisco, pois os senhores hoteleiros, sem se preocuparem com o prejuízo que poderiam causar ao povo, ligaram os esgotos da aldeia turística para a ria, num local rico em mariscos.

Qualquer forasteiro que visite Cabanas de Tavira, facilmente se apercebe do contraste entre as habitações já envelhecidas destes válidos habitantes e as vivendas (villas) reservadas a toda a espécie de burguesia.

Que poderemos deduzir desta narrativa a não ser a necessidade de combatermos incansavelmente ao lado destes heróicos pescadores, para que se solucionem todos os seus problemas materiais e humanos?

*Na procura do seu pão
Combatem as ondas do mar
Engrandecem a Nação
Sem ninguém os recompensar.*

(Organização cultural e re-creativa de Cabanas)

IMAGENS

de Cabanas de Tavira

A partir deste número do «TAVIRA» passaremos, com a regularidade que nos for possível, a enviar noticiário sobre esta progressiva localidade, a todos os leitores deste quinzenário tavnrense.

A COMISSÃO DE TRABALHO

Uma representação da Comissão de Trabalho local deslocou-se a Lisboa onde, directamente, tratou de assuntos com o Director Geral dos Transportes Terrestres, o Director Geral de Portos, a Comissão Directiva e Coordenadora do S. A. A. L. e a Comissão Administrativa da Junta Central das Casas dos Pescadores.

CARREIRAS DE CAMIONETAS

Finalmente Cabanas de Tavira viu satisfeita uma velha e justa aspiração: o funcionamento de carreiras regulares de camionetas ligando esta localidade a Tavira, sede do concelho, com 10 carreiras diárias.

Fazemos no entanto um reparo à Empresa Rodoviária do Algarve, concessionária das carreiras: Durante os meses de Junho a Setembro, inclusive, deveriam ser efectuadas algumas carreiras aos domingos, de forma a satisfazer grande parte da população da cidade de Tavira que prefere, por motivos óbvios, a Praia de Cabanas à de Tavira, e que só por manifesta falta de transportes colectivos ligando Tavira a Cabanas, tem impedido grande número de tavnrenses de utilizarem a nossa praia.

PROCESSO S. A. A. L.

A convite da Comissão de Trabalho local desloca-se a Cabanas nos princípios do mês de Maio, o Director do SAAL, Eng.º Hélder Tiago, a fim de se inteirar da situação em que se encontram a viver numerosas famílias desta terra, situação de resto generalizada a todo o país e de estudar a forma da construção de

deram a revolução actual quer no sentido de não se esclarecer, como possuírem o medo de actuar. Não se pode exigir de um acto revolucionário certas medidas quando continuamos a cair numa situação de descrença. Cada português deve estar consciente, procurando viver o momento histórico, tornando assim a sua actuação numa verdadeira revolução, mas sem se cair na desordem

“Labor algarvio”

Acções compram-se

Compram-se acções da Cooperativa «Labor Algarvio». Escrever para «O Tavira», indicando o valor pretendido por cada acção.

casas para cerca de 4 dezenas de pessoas inscritas no SAAL.

JUNTA DE FREGUESIA

Durante uma reunião a que acorreu toda a população de Cabanas e que teve a presença do Presidente da C. A. da Câmara Municipal de Tavira, foi entregue a este um requerimento dirigido ao Ministério da Administração Interna, subscrito por 270 chefes de família cabanenses, no sentido de que seja criada a Junta de Freguesia de Cabanas, e desanexar esta povoação da freguesia da Conceição, o que se justifica plenamente.

DRAGAGEM DO CANAL (TAVIRA-CABANAS)

Passado que foi um mês, em que a dragueta «Balsense» iniciou os trabalhos de dragagem, sem ter avançado nada a partir do local onde começou a dragar, vai merecer este assunto um comunicado a emitir nos próximos dias, e do qual faremos eco neste jornal no próximo número, nele contendo textualmente o mais veemente protesto da Comissão de Trabalho e de todos os pescadores de Cabanas, pela forma como a Direcção Geral de Portos está a dar seguimento à resolução deste problema.

Humberto Simão

Cartório Notarial de Tavira

Notária: Licenciada Maria Luísa dos Santos Anselmo

Associação de Trabalho de Cabanas de Tavira

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação que no dia 6 do corrente mês, de fls. 48 a fls. 52 v. do livro n.º A-25 de notas para escrituras diversas deste cartório, foi exarada uma escritura da constituição da Associação em epígrafe outorgada por José Luís do Carmo Pereira; Manuel da Conceição Fernandes; Fausto António Fernandes; Humberto Rosa Fernandes Simão; Daniel da Conceição Fernandes; e Aureliano do Carmo Cruz, residentes no Povo de Cabanas, Conceição, Tavira, constituídos em comissão organizadora, a qual associação se rege pelas regras seguintes:

Capítulo Primeiro

DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

PRIMEIRO

A Associação usa a denominação «ASSOCIAÇÃO DE TRABALHO DE CABANAS DE TAVIRA», tem a sua sede em Cabanas de Tavira, freguesia da Conceição, concelho de Tavira; e constitui-se por tempo indeterminado a partir desta data.

SEGUNDO

A Associação estruturar-se-á em todos os aspectos numa base amplamente democrática e com total neutralidade política e relitosa.

TERCEIRO

A Associação propõe-se e para concretização dos seus objectivos a:

a) Colaborar com o Estado e participar com as autarquias locais na gestão técnico administrativa de Cabanas de Tavira.

b) Representar todos os habitantes de Cabanas de Tavira, defendendo os seus interesses colectivos em todos os aspectos.

c) Promover iniciativas culturais, recreativas e desportivas, de forma a contribuir para o desenvolvimento intelectual, cívico e físico dos moradores.

d) Criar uma cooperativa de consumo ou produção como medida de largo alcance económico para os moradores.

e) Defender em todas as circunstâncias o direito a habitação condigna dos moradores.

Capítulo Segundo

DOS CORPOS SOCIAIS

QUARTO

São corpos sociais da Associação, em presença, a Assembleia Geral, em conselho coordenador e em conselho de fiscalização de contas, com mandatos de quatro anos.

QUINTO

A Assembleia Geral é o conjunto de todos os sócios, que deve deliberar sobre os assuntos que por lei e por força destes estatutos, sejam da sua competência e, nos casos em que pela sua gravidade especial, devam ser resolvidos pelo conjunto dos sócios.

Parágrafo único — A mesa da Assembleia Geral dos Sócios é composta por três membros, sendo um deles o presidente.

SEXTO

A Assembleia Geral reúne, obrigatoriamente uma vez por ano, para aprovação do relatório e contas da direcção, devendo reunir extraordinariamente para deliberar sobre casos especiais fixados na lei e nos estatutos e, ainda sempre que requerido por um terço dos associados.

SÉTIMO

O conselho coordenador a quem compete a administração da Associação a representação oficial da mesma, compõe-se por quinze membros: presidente, vice-presidente, dois secretários, tesoureiro e dez delegados.

OITAVO

O concelho de fiscalização de contas a quem compete a fiscalização da administração da Associação, emitindo pareceres a todos os moradores, pelo que nos semestralmente, compõe-se de três membros: — presidente e dois vogais.

NONO

A escolha dos membros da mesa da Assembleia Geral e conselho coordenador e conselho de fiscalização de contas, será feita em plenário de moradores após terem sido cumpridas as formalidades prescritas no artigo quarto do Decreto-Lei 594 de 1974 (Lei das associações) e para esse fim a comissão organizadora convocará no prazo de dez dias a dita reunião geral de sócios.

DÉCIMO

Trinta dias antes de terminar o seu mandato de quatro anos o conselho coordenador e conselho fiscal convocarão em conjunto, o plenário de moradores, para eleição de novos membros para os órgãos da Associação.

DÉCIMO PRIMEIRO

O Conselho coordenador reunirá quinzenalmente e extraordinariamente sempre que as circunstâncias assim o exigirem e qualquer deliberação sua, exige o voto favorável de setenta e cinco por cento dos membros presentes e de todas as deliberações tomadas será fixada cópia do teor das mesmas, em quadro próprio na sede e durante quinze dias para conhecimento dos moradores.

Capítulo Terceiro

DOS FUNDOS E DISPOSIÇÕES GERAIS

DÉCIMO SEGUNDO

Os fundos da Associação resultarão da quotização dos sócios de subsídios ou donativos que lhe sejam feitos por entidades oficiais ou particulares, por empréstimos que obtenha ou pelos rendimentos das suas iniciativas.

DÉCIMO TERCEIRO

A Associação, em Assembleia Geral dos Sócios, poderá fixar uma retribuição monetária a dar a qualquer morador pela prestação de determinados serviços, excluindo no entanto todos os serviços prestados por qualquer membro dos órgãos sociais os quais são em todas as circunstâncias gratuitos.

DÉCIMO QUARTO

A Assembleia Geral dos Sócios deliberará sobre os casos omissos ou de interpretação dos estatutos e do acto de constituição, excepto quando for de aplicação obrigatória o disposto na lei.

Está conforme ao original na parte transcrita.

Cartório Notarial de Tavira, doze de Junho de mil novecentos e setenta e cinco.

O Segundo-Ajudante,

João José Martins Cató

Cartório Notarial de Tavira

Notária: Licenciada MARIA LUÍSA DOS SANTOS ANSELMO

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1.º DE MAIO

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação que no dia seis do corrente mês, de fls. 40 a fls. 48 do livro n.º A-25 de notas para escrituras diversas deste cartório, foi exarada uma escritura de constituição da Associação em epígrafe outorgada por Delmira da Conceição; Faustino Santos Viegas; Heriberto Joaquim Aveiro Ribeiro; Maria Adelaide da Cruz Mafra dos Reis; e Manuel Luís dos Reis, residentes habitualmente nesta cidade, constituídos em comissão organizadora a qual associação se rege pelas regras seguintes:

Capítulo Primeiro

DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

PRIMEIRO

A Associação usa a denominação «ASSOCIAÇÃO DE MORADORES PRIMEIRO DE MAIO», tem a sua sede no sítio da Bela Fria, freguesia de Santiago, deste concelho, e constitui-se por tempo indeterminado a partir desta data.

SEGUNDO

AS SUAS FINALIDADES SÃO:

a) — Promover e auxiliar o alojamento dos moradores da cidade de Tavira que vivem em precárias condições de habitabilidade.

b) — Promover e desenvolver entre os seus membros actividades destinadas à divulgação e prática de cultura, da arte e do desporto, nos seus variados aspectos.

c) — Fomentar e apoiar entre seus membros acções de cooperação no estudo e solução de problemas comuns de interesse social próprios do agregado habitacional e a interajuda entre todos os seus associados com base nos seus princípios do cooperativismo.

TERCEIRO

Para prosseguir as finalidades indicadas no artigo anterior a associação pode contratar e receber financiamentos, usar e adquirir a qualquer título, direitos imóveis e móveis e promoverá a construção das casas nos locais cuja utilização ou propriedade ela obtiver.

Parágrafo único — É a assembleia geral dos sócios que deliberará, sob proposta da direcção, relativamente aos termos, cláusulas e condições de financiamento e do uso e aquisição dos direitos imóveis.

Capítulo Segundo

DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES, E DO FUNCIONAMENTO

QUARTO

Podem fazer parte da Associação todos os actuais chefes de família em representação dos respectivos agregados familiares que vivem nas condições referidas na alínea a) do artigo segundo.

Parágrafo único — Consideram-se chefes de família os que,

nas condições indicadas nestes estatutos lhe sejam equiparados e os que habitualmente vivam só e economicamente independentes dos outros moradores.

QUINTO

A Associação mobilizará todos os recursos que obtiver, quer do Estado quer do município ou de outras entidades públicas ou privadas, em ordem ao prosseguimento dos seus fins.

SEXTO

Cada sócio concorrerá para a construção das habitações com trabalho, materiais de construção e dinheiro, e, para o património social, conforme for deliberado pela Assembleia Geral.

SÉTIMO

O trabalho e os materiais de construção prestados pelos sócios e calculados pelos preços correntes do mercado local à data da prestação bem como o dinheiro entregue serão contabilizados pela Associação a favor dos mesmos sócios.

OITAVO

O sócio que, tendo possibilidade de concorrer para a construção das habitações, não o fizer, será advertido pela direcção da Associação, no sentido de prestar concurso.

Parágrafo Primeiro — A advertência será feita unicamente no sentido de esclarecer o associado da necessidade da participação efectiva e colaborante nas tarefas comuns.

Parágrafo Segundo — Se, depois de duas advertências, o associado continuar a não prestar o concurso que lhe é possível, poderá ser excluído por deliberação da Assembleia Geral de sócios, sob proposta da direcção ou de qualquer associado.

Parágrafo Terceiro — Nesta hipótese, terá direito ao reembolso actualizado do que a seu favor tenha sido contabilizado, não se incluindo o que houver pago a título de quotas mensais fixadas para o património social.

NONO

Cada sócio incorrerá nas penas previstas no artigo anterior se também: a) Não pagar pontualmente a quota fixada para o património social (artigo sexto); b) Não pagar, pontualmente a quantia que for estipulada pela direcção para amortização; e c) Não contribuir para a solução de problemas da associação nomeadamente recusando, sem motivos ponderosos, a sua eleição para os cargos sociais ou comissões especiais.

DÉCIMO

A Associação promoverá a construção de uma casa de habitação para cada unidade familiar e destinada ao seu alojamento.

Parágrafo Primeiro — Consideram-se familiares os parentes e afins que vivam habitualmente em comunhão de mesa e habitação e ainda as pessoas que nos mesmos termos vivam numa relação familiar de facto.

Parágrafo Segundo — As condições de habitualidade e comunhão serão determinadas pela Assembleia Geral de Sócios.

DÉCIMO PRIMEIRO

As casas de habitação serão ocupadas pelos sócios quando todas estiverem concluídas e licenciadas.

DÉCIMO SEGUNDO

Quando o associado ocupar a casa de habitação ser-lhe-ão fixadas pela direcção da Associação com o parecer do Concelho Fiscal, uma quota de amortização e a periodicidade do seu pagamento.

Parágrafo único — Na determinação destes elementos ter-se-ão em conta o custo da construção, o valor das prestações com que o sócio concorreu para a mesma, o prazo de amortização do eventual financiamento obtido pela Associação e as condições económicas do associado e do respectivo agregado familiar.

DÉCIMO TERCEIRO

O direito ao uso da casa é transmissível, por óbito do chefe de família, em conjunto a favor do cônjuge sobrevivente e dos filhos desde que pertençam ao agregado familiar, ou a favor das pessoas que relativamente ao falecido estejam numa relação marital ou filial de facto.

DÉCIMO QUARTO

O DIREITO AO USO DA CASA CESSA VERIFICANDO-SE:

a) — O abandono justificado da casa pelo agregado familiar.

b) — A expulsão do agregado familiar.

c) — Por morte do chefe de família ou se casado, por morte do cônjuge se este lhe sobreviver.

d) — Na maioridade do filho mais novo que sobreviva o chefe de família ou ao seu cônjuge.

e) — Ou à morte de filho se incapaz, ou vivendo em debilidade económica que sobreviva ao chefe de família e seu cônjuge.

Parágrafo único — É a Assembleia Geral dos Sócios que deliberará sobre a justificação do abandono previsto na alínea a).

DÉCIMO QUINTO

Cessando o uso da casa pelos motivos indicados nas alíneas referidas no artigo anterior, terão os interessados direito à restituição em conjunto do valor actualizado do que o chefe do agregado prestou em trabalho, materiais de construção e dinheiro para a construção da mesma casa e ainda o que haja pago a título de quotas de amortização.

Parágrafo Primeiro — A restituição do valor será efectuada em prestações de montante e com periodicidade pelo menos iguais aos que tenham sido cumpridos pelo agregado familiar respectivo.

Parágrafo Segundo — Compete à Assembleia Geral dos sócios sob proposta da direcção, a fixação do montante a deduzir das prestações, tendo em consi-

deração eventuais obras para o arranjo e reparação da casa deixada pelo agregado familiar.

DÉCIMO SEXTO

Os sócios são sempre responsáveis pela reparação material dos prejuízos causados pelo uso anormal dos bens da Associação.

Capítulo Terceiro

DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES

DÉCIMO SÉTIMO

São infracções disciplinares dos sócios os actos que perturbem, prejudiquem ou tornem a existência de relações de convívio entre os agregados familiares e a cooperação permanente entre eles na defesa activa dos interesses sociais comuns.

DÉCIMO OITAVO

Podem ser aplicadas aos sócios as penas de advertência simples feita perante a direcção, advertência registada e expulsão.

DÉCIMO NONO

A advertência simples será aplicada quando a infracção não caiba qualquer das outras penalidades.

VIGÉSIMO

A advertência registada será aplicada quando, não sendo caso de expulsão, sejam praticadas, habitual e repetidamente, actos que sejam punidos com pena de advertência.

VIGÉSIMO PRIMEIRO

A expulsão será aplicada ao sócio que cometa uma infracção após ter sido castigado com três advertências registadas ou que pratique acto grave que, de por si, torne impossível o convívio entre os agregados familiares e a cooperação permanente entre eles, na defesa activa dos interesses comuns.

VIGÉSIMO SEGUNDO

A pena de advertência simples será da competência da direcção da Associação e as outras da Assembleia Geral de Sócios, devendo a de expulsão ser votada por três quartos partes dos votos.

Parágrafo Primeiro — Da decisão da direcção da Associação cabe recurso, a interpor, no prazo de oito dias, para a Assembleia Geral de Sócios.

Parágrafo Segundo — O sócio expulso será reembolsado apenas e pelo valor actualizado do que houver prestado em trabalho, materiais de construção e dinheiro para a construção da casa.

Capítulo Quarto

DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

VIGÉSIMO TERCEIRO

Os órgãos da Associação são a Assembleia Geral de Sócios, a direcção e o conselho fiscal.

VIGÉSIMO QUARTO

A Assembleia Geral é o conjunto de todos os sócios, composto pelos chefes de família,

representando os agregados familiares, que deve deliberar sobre os assuntos que, por lei e por força destes estatutos, sejam da sua competência, e nos casos em que, pela sua gravidade especial, devam ser resolvidos pelo conjunto dos sócios.

Parágrafo único — A mesa da Assembleia Geral dos sócios é composta por três membros, sendo um deles o presidente.

VIGÉSIMO QUINTO

A direcção é um conjunto de sete membros, sendo um deles o presidente, que administra a Associação, praticando os actos que, por lei ou força dos estatutos, sejam da sua competência e decidindo e praticando tudo o necessário às finalidades da Associação previstas nos estatutos.

VIGÉSIMO SEXTO

O conselho fiscal é um conjunto de três membros, sendo um deles o presidente que tem por função essencial a fiscalização da actividade económica e financeira da Associação, devendo praticar ainda todos os actos que sejam atribuídos por lei e pelos estatutos.

VIGÉSIMO SÉTIMO

A mesa da Assembleia Geral, a direcção e o conselho fiscal serão eleitos por períodos de dois anos pela Assembleia Geral de Sócios.

VIGÉSIMO OITAVO

A Assembleia Geral reúne, obrigatoriamente, uma vez por ano, para aprovação do relatório e contas da direcção, devendo reunir extraordinariamente para deliberar sobre os casos especiais, fixados na lei e nos estatutos, e ainda sempre que requerido por um terço dos associados.

Capítulo Quinto

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIA E NORMA GERAL

VIGÉSIMO NONO

Cumpridas pela Comissão organizadora as formalidades prescritas no artigo quarto do Decreto-Lei número quinhentos e noventa e quatro de mil novecentos e setenta e quatro (Lei das Associações) a mesma Comissão convocará, no prazo de dez dias uma reunião geral dos chefes de família devendo nas condições referidas na alínea a) do artigo segundo que pretendam ser sócios da Associação para cumprimento do artigo vigésimo sétimo dos estatutos.

TRIGÉSIMO

A Assembleia Geral dos sócios deliberará sobre os casos omissos ou de interpretação dos estatutos e do acto de constituição, excepto quando for de aplicação obrigatória o disposto na lei.

Está conforme o original.

Tavira, treze de Junho de mil novecentos e setenta e cinco.

O Segundo Ajudante,

João José Martins Cató

OS PROBLEMAS DO CONCELHO DE TAVIRA

Entrevista com o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, o taviense José António dos Santos

Numa sempre pretendida linha de colaboração, achámos que seria nesta altura oportuno propiciar à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira, um contacto o público,

através de «O Távira», razão por que solicitámos ao respectivo Presidente, uma entrevista que nos elucidasse acerca dos problemas mais urgentes e reais do Concelho:

«Há, de facto, cada vez mais problemas e a situação agrava-se com exigências e com pedidos, e os que se põem à Câmara são inúmeros», — disse-nos a abrir a conversa, o sr. José António dos Santos.

Resolvemos não interromper demasiado, a não ser pela introdução de alguns temas que levávamos em mente ou observações julgadas necessárias. Deste modo, o texto que se segue é fruto da conversa havida com o Presidente da Comissão

Administrativa taviense, a quem damos de seguida a palavra.

REALIZAÇÕES EM CURSO

...Sobre o aspecto de obras, podemos afirmar que se completou a estrada de Santo Estêvão a Quatro Estradas e já foi dada de empreitada a de Quatro Estradas-Tavira, pela Asseca. Aliás a primeira já vinha projectada antes de nós. Conseguimos também e já foi adjudicada a

Estrada da Senhora da Saúde que vai começar esta semana. Temos ainda o alcatroamento da estrada da Capelinha. Estamos autorizados e já foi para o jornal, pelo novo sistema de empreitadas, o concurso de esgotos e águas de Santa Catarina. Está feita a estação de tratamento de esgotos de Santa Catarina, e iniciada a de Santa Luzia, onde também já foi marcada a estação de bombagem.

Chegarão os projectos de água e esgotos de Santo Estêvão e foram para alteração, para se dar início, os de electrificação do resto da freguesia da Luz. Temos praticamente verba e autorização para arranjo dos arruamentos de Tavira, para além daqueles cujos pavimentos, pelo tipo de obras em curso na cidade, têm de ser repostos. Vamos iniciar a estação de tratamento de Cabanas.

Isto são tudo obras que já estão autorizadas ou em andamento...

Quanto a projectos futuros?

— Está em estudo a urbanização da praia. A Ilha voltou ao Estado. Está um grupo de arquitectos a trabalhar nisso, em colaboração com o Gabinete de Planeamento. Ainda não está definida a posição sobre a modalidade de urbanização. Creio que se pretende lá instalar uma urbanização apenas de apolo aos turistas, fugindo dos arranha-céus e pensam, ao que creio, num acesso à Ilha que não inclua automóveis e, portanto, de mais reduzido custo. Mas tudo isso ainda está em projecto. Nós pensamos passar a electricidade e água para a Ilha. Vamos passá-la para o Arraial Ferreira Neto, mas isso é

(Continua na 4.ª página)

APELO DO GOVERNO CIVIL À CIDADE DE FARO: «É PRECISO POU PAR A ÁGUA...»

Um comunicado distribuído na passada semana pelos Serviços de Informação do Governo Civil de Faro, chama a atenção da população daquela cidade para o alarmante esgotamento dos lençóis de água subterrânea, que poderá a curto prazo colocar Faro numa situação dramática.

Ao mesmo tempo que se apela à consciência cívica da população, no sentido de ser tomada a atenção para a gravidade do problema e recomendando que se poupe o mais possível o precioso líquido, o referido comunicado dá a conhecer ter sido convocada uma reunião de entidades oficiais e particulares, a fim de se concluírem as causas originárias da escassez de água e o estudo de uma

Entretanto o problema do abastecimento de água aos centros urbanos e turísticos do Algarve também preocupa o Gabinete de Planeamento da Região do Algarve.

Para responder a este estrutura básica das populações algarvias vai ter início este mês um estudo sistemático das potencialidades hídricas da Região, por um grupo de portugueses e holandeses, constituído pelo Prof. Engelen, Director do Instituto de Hidrologia da Universidade Livre de Amsterdão e seus assistentes e alunos post-graduados, e pelo Prof. Romariz e estudos do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Entrevista com o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira

(Continuação da 1.ª página)

um caso de emergência, porque se pensa meter ali pessoal vindo de Angola. É um problema de habitação, aliás um caso gravíssimo...

HABITAÇÃO

Derivou-se para o problema da habitação. Aspectos dos problemas locais de habitação e o caso do regresso de emigrantes angolanos com grandes carências de alojamento, especialmente em Santa Luzia.

— Hoje há uma corrente que é contrária a que se fomenta imediatamente a habitação em força, por ser um investimento que não produz. E nós temos muita necessidade de dinheiro e de garantir a produção. Há dias, em conversa, registei curiosas declarações e sacrifícios para argumentar um pouco mais e investir-se onde não houvesse. Evidentemente que a habitação tem de se fazer.

Mas isso nada tem a ver com a habitação...

— Na opinião desse técnico, toda a gente pensa em investir-se na habitação muitos milhares de contos, mas parece mais urgente investir aqui uma pequena quantia que, em pouco tempo, pode quintuplicar o rendimento. Na habitação devíamos pedir mais alíquotas e sacrifícios para argumentar um pouco mais e investir-se onde não houvesse. Evidentemente que a habitação tem de se fazer.

Mas, Santa Luzia, quanto a este aspecto de habitação social é um caso especial...

— Sim. O caso de Santa Luzia é um caso especial e um dos mais graves no Algarve. Ainda ontem falei com o Arq. Rui Paula e eles estranham muito, porque vêm lá os pedidos e as reclamações, ao verificarem, no mesmo tempo, que estão 70 a 80 casas abandonadas. A razão por que estão abandonadas é a mesma porque, agora, toda essa gente aparece. Aquelas casas são de famílias que saíram. Aquelas e outras casas que deixaram as famílias ou alugaram pois nem todos deixaram as suas casas no abandono. Muitos arranjaram-nas e a maior parte das detetadas são de emigrantes. Nós detetámos 54 casas, mas há muitas mais. E têm boas áreas. Estão é completamente abandonadas.

Passando ao caso da habitação na cidade:

— Eu, pessoalmente, sou contra os bairros. Os bairros constituem uma maneira de fazer discriminação pois, normalmente, são destinados, praticamente em exclusivo a determinados grupos sociais. Nós não temos que fazer bairros. Temos de fazer casas. Casas! Para quem for habitá-las!

— Tínhamos grande interesse em recuperar as casas de Tavira. Primeiro para manter a traça, pois a C. M. comprando as casas podia fazê-lo. Arranjávamos por dentro e mantinhamos assim o aspecto da cidade. Quando vim para a Câmara, pedimos verba para isso. Agora deram-nos 300 contos. Vamos recuperar para já, sete habitações do Bairro Jara, fazendo nalgumas mais compartimentos, pois há famílias numerosas.

Sobre as casas da Horta d'el Rei: — Foi projectada uma reunião que não se chegou a fazer. Pretende-se fazer uma tabela de prioridades gerais que ainda não foi enviada e, além disso, há necessidade de discutir com a Caixa Geral de Depósitos a questão dos juros. Segundo o Director do Fundo Fomento da Habitação não se justifica que estas casas tivessem um juro mais alto que outros sistemas de construção têm.

PROJECTO SAAL

— Nós só temos interferência no processo SAAL através dos terrenos.

Não sei se muita gente sabe o que é hoje uma Câmara Municipal. Isto é uma coisa quase insuportável.

Um dia aparecem-me uns homens do Processo SAAL para os receber e vinham participar-me que tinham escolhido a Atalaia para fazer as casas. Não concordei, tendo-me sido dito que tinha de ser onde eles quizessem. Quanto a mim, escolhi, sim, mas nos terrenos que fossem próprios, uma vez que os vinte interessados no projecto não eram todo o povo e tínhamos o resto de uma população que quer a Atalaia como campo público e de recreio, cujo aproveitamento está a ser estudado. Indiquei-lhes a parte que deita para o rio, do Bairro da Porta Nova, mas acharam que era muito longe.

Entretanto o George Rosado havia proposto a venda da sua Horta à Câmara, para o SAAL, o que foi achado vantajoso pelas condições e pelo alugamento da estrada da Bela Fria pousar, dessa maneira, o dispêndio de verbas com reconstrução do muro, o que seria substancial. Comunicou-se ao Gab. Planeamento, que reprova o local para habitação. As pessoas não ficaram muito satisfeitas, mas não se tratava de uma condenação absoluta. Veio depois um Arquitecto para trabalhar no SAAL, a quem coloquei no corrente da situação.

Mais tarde, avistouse comigo um grupo do SAAL que me disse, uma vez que o George Rosado não precisava do dinheiro imediatamente, se podia fazer desde logo a escritura. Mas, para isso, eu precisava de ter autorização. Foi-me respondido que me traziam uma carta, no prazo de três dias, garantindo a transacção. Fiquei à espera! Isto viria posteriormente a ser negado.

Dias depois, construí-me ter havido uma tentativa de ocupação da horta pelo grupo SAAL, que as Forças Armadas não consentiram e que, portanto, se não concretizou. No dia seguinte apareceram aqui para combinate uma reunião. Eram cerca de cinquenta pessoas. Combinou-se essa reunião, que eles exigiram que fosse feita na Escola de Pesca. Eu estranhei e até disse ao Secretário — «isto é uma cilada». Mas como me disseram que ia o Tenente Coronel acedi. Não me enganar porque, ao começar a sessão, ouvi uma das pessoas dizer «Eles tinham que vir aqui». A reunião começou com acusações à Câmara que, dizem, torpedeiam o processo SAAL, que não queriam o processo SAAL, e a Dr.ª Notária foi mais longe, afirmando que, na generalidade, todas as Câmaras do País eram contra o Processo.

Fizémos ver que não. Que a nossa missão é, depois de se definir o local, se não for da Câmara, tentar adquiri-lo. Isto está regulamentado. Nós estávamos certos de que tudo isto se processava assim. Mas, o telefonar-se para Lisboa, na véspera, deixou a impressão no Tenente Coronel Pires que só nessa altura e pelo telefone, estávamos a tratar do assunto. Esta interpretação ficou também no espírito dos presentes. Por isso resolveu-se que se deslocasse a Lisboa uma comissão. Iria eu e três elementos do grupo SAAL, que pretendiam trazer logo o dinheiro para baixo. Entretanto o grupo SAAL de Cabanas, representado pelo Simão, disse que era melhor eu não ir porque só atrasava as coisas. Não tinha uma razão de ser que não vale a pena mencionar. Finalmente foi votada a minha ida e tudo se combinou para a partida no outro dia.

A sessão estava no fim quando o Gil me disse — Isto até dá vontade de ir. Isto por a Câmara estar com tanto empenho na obra e receber uma série de acusações. Então a Doutora entendeu que seria oportuno, numa palestra «chorada», afirmar que estava pesada «por a miséria dos pobres dar vontade de rir». Claro que não «hincharam» o Gil porque não cabou. O Balde fechou as portas e daí não saíram. Aliás a Doutora já sabia muito bem que na reunião que fora feita, haviam dito: «Eles vêm aqui porque, ou resolvem ou não saem». Era esta a decisão do grupo SAAL. Mas saímos. Felizmente saímos.

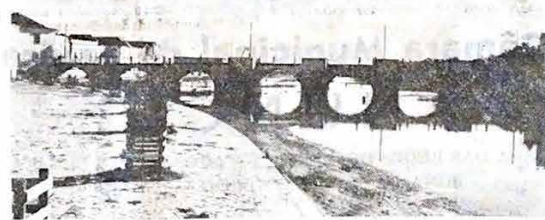
Na verdade o grupo SAAL ainda não fez nada senão conversar. O Gil

queria dizer que, desde que o Arquitecto tinha dito que poderia ser ali é que nós estávamos atrasados. Mas o caso é que o Arquitecto ainda não chegou a acordo com o Gab. Planeamento sobre a autorização para o local.

Como lá dizendo, ficámos de ir a Lisboa, mas na véspera vieram dizer-me que não iam comigo porque o Arquitecto se tinha oferecido para os levar. Fiquei surpreendido, pensei não ir, mas por insistência deles fui. Quando lá chegámos pouco se sabia, porque o principal responsável não estava. Foi então que o Arquitecto que foi daqui, descobriu a pólvora sem fumaça. Descobriu o Decreto que regulamentava o SAAL. Mas o processo tinha-o eu completo e conforme o que estava estipulado por esse Decreto. Já nosso conhecido. O grupo SAAL é que ficou aborrecido, porque a senhora que nos atendeu disse que devíamos pedir o subsídio com dois meses de antecedência uma vez que eles queriam tomar conta de tudo.

ARRAIAL FERREIRA NETO

Perante esta necessidade urgente de habitação, principalmente por este pessoal vindo de Angola, descobri-se então o Arraial Ferreira Neto, com 60 habitações abandonadas. E são melhores do que eu julgava... Têm três quartos, cozinha, e uma pequena casa de banho no quintal. Estão um pouco abandonadas, mas isso resolve-se com ligeiro arranjo.



E certo que a falta é grande e eu combinei com o Capitão da necessidade de meter água, o que já está a ser tratado. Por outro lado, a luz é mais fácil. Entretanto chegou a INATEL que queria o Arraial para uma Colónia de Périas, mas já se tinha tratado de o solicitar para alojamento de famílias, o que era prioritário.

O acesso é que se tem de fazer de qualquer maneira, se bem que, com muita gente ali alojada se torna mais difícil. Ali há de tudo. Posto escolar, igreja, salas de convívio, televisão, frigoríficos, uma cantina onde poderiam fazer uma Cooperativa, etc.

CRECHE

A creche é um problema mais simples. Também julgaram que havia demora da Câmara, mas o grupo dinamizador, trabalhando com acerto, tem as coisas bem encaminhadas. Quando eu vim para a Câmara pedi logo aquele edifício para uma creche. A ideia, realmente, foi da D. Maria José que me indicou a Escola de Pesca, com a que eu não concordava, porque acho que casas convencionais não são próprias para este género de organizações.

Fiquei encarregado, então de conseguir as casas da horta do Instituto de Obras Sociais. Falei com a D. Maria Emilia Senhora ligada a creches, e com o Dr. Delegado Simões, presidente da C. A. da Previdência, ficando tudo bem encaminhado. Combinou-se que eu montava a creche e ela e depois um jardim escola. Na realidade eles falaram, depois, que fossemos nós a montar a creche para poder ser utilizada também por crianças que não fossem da Previdência, pois no caso de serem apenas eles a contribuir a creche não poderia ser utilizada por toda a gente, dado que ainda há

pessoas que não estão abrangidas pela Previdência.

Mandei fazer um orçamento, com tudo que fosse necessário, obra que importa em cerca de 300 contos.

Houve depois um pequeno desentendimento, mas nós provamos que da nossa parte se estava a fazer tudo o possível. Porém, mesmo assim, apesar de nós nos propormos a entrar com os 300 contos, os homens da Previdência querem dar a prioridade aos beneficiários e a Câmara não concorda. E este é o único problema que existe. Nós concordamos que a creche seja utilizada por toda a gente, como por exemplo, pelo funcionalismo que não está abrangido pela Previdência.

Está assente irmos a Lisboa por os pontos nos lá. Se não conseguirmos o que se pretende, vamos tentar montar a creche de outra maneira.

ILHA, PONTE, PARQUE DE CAMPISMO, JARDIM, ETC.

O acesso à Ilha é um ponto de discórdia na opinião dos tavienses. Eu penso que só se fala em ponte para uma ilha quando os transportes não são capazes. No entanto eu admito que haja vantagem na ponte, mas uma ponte não para automóveis, mas somente para peões.

Quando a um Parque de Campismo, quiseram montar aqui um particular e até as Pedras d'El-Rei estavam interessadas em fazer outro. Porém, nós, se aquele espaço das

o Décio Bagarrão me disse que o não fizesse sem o pôr à consideração da terra. Pedimos para retrair as bombas de gasolina, ainda que concordamos que o perigo não é muito, mas vendê-las, elas, realmente, ficam mal ali.

Em conversa com um arq. do Planeamento achámos necessidade de uma parte baixa para as pessoas passarem à vontade, sem receio dos automóveis. Por isso nós pensávamos fazer seguir o Jardim até aparelhar com a ponte e vinha juntar ao monumento. A rua José Pires Padinha, praticamente desaparecia para o trânsito até ao Café Imperial, pois o canteiro lateral avançava; seria um passeio para pessoas, que deixava circular, se necessário, apenas ambulâncias.

Por outro lado há a ideia do Fausto Costa em aproveitar a passagem dos esgotos sob o leito do rio, para fazer uma pequena represa que permitisse ao rio ter sempre água. Igualmente se faria uma passagem para peões que desse acesso ao mercado, das pessoas residentes no outro lado da cidade.

SITUAÇÃO ECONÓMICA DA CAMARA

Eu acho boa. Nunca tivemos dificuldades. Temos pago, não temos dívidas. A Câmara não deve um tostão a ninguém, temos adiantado muito dinheiro de empreitadas. Os Serviços Municipalizados é que são um «cancro», têm um prejuízo mensal de 60 contos que nós temos que cobrir e têm dívidas no valor de 2 000 contos, dívidas que teremos que ir amortizando.

A situação da Câmara, como disse, não é má. Evidentemente que a comparticipação das obras que estamos a fazer é de 100% o que dá grande vantagem.

ÁGUA

Em Tavira não há problema de falta de água, apesar da água ser a mesma dos anos anteriores, uma vez que não se tem utilizado o furo da Campina. Havia problemas só pela mancha de 100 000 lts. por hora, todavia apesar de termos caudal suficiente nós gostaríamos de avisar o povo de Tavira que não a desperdicasse. Não há motivo para alarmes, basta dizer que para além destes 100 000 lts./hora, temos uma reserva de mais 150 000 lts./hora.

COLABORAÇÃO DA POPULAÇÃO COM A COMISSÃO ADMINISTRATIVA E AS COMISSÕES DE RUAS

Ultimamente, desinteresse, desinteresse, desinteresse. Vejo que não vêm às sessões não vêm pôr problemas. Agora começaram as comissões de ruas a pedir coisas e a falar. As comissões podem contribuir e são necessárias. Eu pedi logo de princípio a organização dessas comissões.

(Conclui na 6.ª página)

Nascimento

No dia 25 de Julho findo, em Évora, deu à luz uma criança do sexo masculino. D. Maria - Guilhermina Martins Madeira de Sousa Cabral, esposa de sr. Gonçalo José de Sousa Campos Cabral, ambos Eng.ºs Técnicos Agrários, a quem foi posto o nome de Miguel Martins Madeira de Sousa Cabral.

Quer ser nosso colaborador?

Se gosta desta Província e de jornalismo, experimente escrever para «O TAVIRA». Procure um tema interessante e envie para a nossa redacção o seu original. Nós queremos dar lugar aos novos.

A propósito da entrevista com o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira

De um grupo de pessoas integradas no processo SAAL

Da Dr.^a Maria Luísa Anselmo

Dentro da política da habitação dos primeiros governos provisórios, surgiu para «resolver» os problemas de alojamento das populações com menor capacidade económica, um projecto que, apoiando-se na capacidade organizativa dos moradores e dando-lhes o apoio técnico e financeiro necessário, se propõe «ajudar a construir» as habitações dessas populações.

Depois foi a força e a dinâmica das comissões de moradores que determinou em cada caso e na generalidade o que era o processo SAAL. E os decretos têm sido alterados de acordo com a vontade das associações. Não há portanto nenhum decreto que regulamente o SAAL que as pessoas, como bons burocratas, tenham de seguir maquinalmente só porque saiu no Diário do Governo.

E na luta, pelo terreno, pelas casas, pelos esgotos, por melhores transportes, enfim por melhores condições de vida, que a associação vai compreendendo quem efectivamente está do seu lado, quem está contra, quais as leis que lhes servem, quais as leis fascistas iguais às de antes do 25 de Abril.

E não é sem fundamento que dizemos que em todo o País, dos principais adversários do processo SAAL e não só, têm sido as autarquias locais. Bem claro nesse sentido foi o documento do COPOON que na ali-

nea 9 a) diz «A substituição das administrações feitas nas autarquias locais foi feita na maioria dos casos por elementos da pequena e média burguesia local afectos ao PCP e MDP/CDE que se revelaram incapazes de solucionar os principais problemas existentes».

Mesmo o congresso das autarquias locais teve de ser adiado sob a pressão das comissões de moradores que lutavam na direcção das respectivas autarquias os defensores dos seus interesses.

A Associação 1.ª de Maio de Tavira, com a sua própria dinâmica no avanço claro de uma consciencialização colectiva tem encontrado exactamente os mesmos problemas, tanto internos como externos que surgiram noutras associações SAAL, problemas que as populações têm conseguido ultrapassar devido à sua força criativa, e que a associação de Tavira também saberá ultrapassar.

A associação de Tavira sabe que a sua luta é justa e que aquilo que exige é mais do que justo, só lamenta que continuem a haver tantos problemas dentro da cidade e do concelho e as populações não se organizem para tentar resolvê-los, são trabalhadores desempregados ou ultra-explorados, casas vazias e pessoas sem casa, má distribuição dos alimentos (principalmente do leite quantas horas tem que se esperar na bicha para comprá-lo), as ruas por arranjar (e as chuvas já vêm aí), e creche sem solução, etc. etc. e as pessoas já compreenderem que não é a Câmara que vai resolver os problemas.

Porque a Câmara continua preocupada em fazer estradas e parques de estacionamento, e os trabalhadores não têm autonomia, continua a pensar no turismo, urbanizar a ilha, pôr lá água e luz, e há pessoas em Tavira que ainda não têm água, nem luz, nem esgotos, portanto os turistas continuam a ser mais importantes que os trabalhadores. Pensa resolver primeiro os problemas dos refuzados enquanto os que cá ficaram ainda vão ter que esperar mais tempo. Quer investir em circuitos turísticos sem modificar as estruturas económicas. Fala em quintuplicar o rendimento da ria de Faro, mas não em modificar os circuitos de distribuição do marisco, continuando portanto os marisqueiros sob uma miserável exploração. Pede aos trabalhadores para fazerem um pouco mais de sacrifício, enquanto os hotéis e aldeias turísticas estão cheios de outros portugueses que não têm que fazer sacrifício nenhum, nem nunca o fizeram.

Diz que é com os bairros, quando a segregação é económica e a luta de classes existe em Tavira com bairros ou sem eles. Afirma que não gastou dinheiro nas obras das Quatro Águas mas o dinheiro é sempre do povo e deve ser ele a administrá-lo.

E bem claro que só quando forem os trabalhadores a dirigir as autarquias locais os seus interesses serão defendidos. A Associação 1.ª de Maio de Tavira já o compreendeu e incita todos os trabalhadores e habitantes do concelho a unirem-se na discussão e formação duma Assembleia Popular Local.

Um grupo de pessoas integradas no processo S. A. A. L.

Sr. Presidente

Não estamos interessados em jogos de competência, em jogos de ódio.

Somos anónimos comuns que servimos anónimos comuns e, deixemo-nos em paz. Tenham a sensatez de não nos enredar em ardis literários com efeitos obscuros que não sabemos decifrar, nem queremos.

A veracidade dos factos que narra acerca da «Associação 1.ª de Maio» — projecto S. A. A. L. — (60 agregados familiares inscritos), e de nós, bem como, das reuniões, das frases e conhecimentos que me atribue, dá pseudo-tomada, dá pseudo-cidade quem estiver interessado verifique. Mas por favor faça-o com espírito aberto e julgue.

As polémicas inúteis repugnam-

-me; e os pregões de obras realizadas (pequenas ou grandes) lembram-me uma espécie de doença, o infantilismo, que todos devemos superar. A minha voz «chorada» (gostei da exactidão terminológica) é o eco de uma vida muito dura. Daí talvez este «grito» de olhar longo e tristemente os que arrastam uma existência difícil (que não é destino... é crime de todos nós). E têm eles, só porque existem, o direito ao reconhecimento da sua dignidade sem mais esperas sem mais delongas.

De uma vez por todas digamos não às histórias antigas que já não iludem ninguém. Recreemos a autenticidade, a dignidade aludidas na trágica sociedade de consumo. E isso antes que apodreçamos totalmente.

Maria Luísa Anselmo

Resposta a alguns do SAAL e à Dr.^a D. Maria Luísa Anselmo

A propósito duma conversa informal havida com o Director de «O Távira», conversa que foi gravada e cujo teor foi publicado no n.º 62 de 7 de Agosto, vieram à liça no mesmo jornal alguns elementos integrados no Grupo SAAL e a Dr.^a D. Maria Luísa Anselmo. ... quando tomei posse do cargo, que ainda ocupo, de presidente da Comissão Administrativa da Câmara, julgava ter exacta e plena consciência das canselras, dos aborrecimentos e dos dissabores que me esperavam. Assim o referi na altura, mas enganei-me.

Vai decorrido o passante de onze meses e os aborrecimentos, as canselras e os dissabores estão muito aquém do que então esperava. Assim, aproveito esta oportunidade para testemunhar aos meus conterrâneos, salvo raras excepções que não contam, a estima que continuo a dedicar-lhes e dizer que, até escolherei o seu verdadeiro representante, continuarei trabalhando em prol do concelho sem outro interesse que não seja o amor à minha terra e com a energia bastante e o calor suficiente nas veias para matar a todos, sem distinção, como aliás se tem feito, a fome de 48 anos de informação e esclarecimento dos problemas concelhios, aceitando de todos a colaboração, com uma exigência ou condição apenas: que as pretensões de cada qual pelo menos um mínimo de coerência, de lógica e de bom senso...

Veio tudo isto a propósito do facto que originou este desencadear de ódios de alguns elementos do grupo SAAL contra a Comissão Administrativa da Câmara na pessoa do seu presidente e de alguns vogais.

Contemos a história que é simples: O Grupo SAAL, aliás alguns dos seus mentores e precisamente os que menos razões tinham para isso, convenceram erradamente, se não propositalmente, os interessados nas casas, gente simples e honesta e queriam convencer também a Câmara de que aquelas seriam construídas sem *fum-fum nem gaitinha* no terreno que escolhessem. Tinham escolhido o Campo da Atalaia, e disto nos vinham dar conta.

A Câmara não aceitou nem aceita este bizarro critério e achava e acha que a escolha deve ser feita pelos interessados, sim, mas dentre os terrenos destinados para esse efeito em face do Plano de Urbanização, do parecer do Gabinete do Planeamento do Algarve e, no caso de um Campo Público como era o da Atalaia, ainda com o aval e a sanção do Povo, por intermédio das Comissões de Rua se estas forem, como devem ser, verdadeiramente representativas.

Esta foi a raiz da questão que agora se deixa à apreciação dos leitores.

Negada assim a Atalaia cujo aproveitamento está a ser feito, por um urbanista, em conjunto com as Hortas das Canas e do Centeno, e sendo a Câmara parca em terrenos para construção, logo surgiram as primeiras dificuldades na aquisição de terrenos particulares, mas, como se pode calcular, dificuldades por falta de recursos financeiros e nunca por falta de boa vontade da Câmara como então se insinuava, depois se afirmou e agora se nega.

Tudo temos feito nesse sentido e a demora, garanto, não é nossa. Entretanto e dado a minha posição, aliás de sempre, com relação ao desejo da melhoria das classes menos favorecidas, mantenho a confiança na resolução a breve prazo dos seus problemas mais ingentes, entre os quais, certamente, o habitacional.

Eu sei que vem do fundo dos séculos a tendência do homem para acreditar nas promessas fáceis mas também sei que o tempo e a experiência são os mestres que melhor nos ensinam e, pelo ritmo a que as coisas se processam hoje em dia, breve eles saberão compreender quem são os seus verdadeiros amigos.

— se quem lhes fez ver as reais dificuldades na realização imediata das suas justas aspirações, quem lhes

falou a linguagem dura da verdade, quem arcou conscientemente com os riscos da incompreensão e impopularidade da atitude assumida, quem suportou indiferente as torpes insinuações à sua posição de esquerda,

— ou esses fazedores de mezinhas e sinapismos que curam todos os males, mas que à custa das necessidades dos outros se vão alcançando a lugares cujos chorudos ordenados são neste momento uma autêntica imoralidade e uma afronta às classes trabalhadoras mais necessitadas, que eles vêm... socorrer.

É tempo de abrir os olhos e compreender que a mais poderosa arma que hoje existe para destruir uma revolução é a promessa fácil e o incitamento a reivindicações impossíveis, missão dos Cavalos de Tróia agora infiltrados no seio das classes mais necessitadas.

Apresentando-se como revolucionários só porque fizeram greve aos barbeiros e boicotam o sabonete, podiam ao menos fazer uso do sabão macaco ou azul e branco que é produto nacional e de empresa nacionalizada.

Quanto à Dr.^a D. Maria Luísa Anselmo, não só por me parecer tratar-se de um caso de vaidade patológica fora da alçada dos meus conhecimentos, como por respeito a uma amizade recente que da minha parte foi sincera mas tão vilmente retribuída, a mais sucinta resposta,

A Comissão Administrativa sabe, tem a certeza e V. Ex.^a também, que os «PSEUDOS» da sua carta estão a mais.

Houve as reuniões, houve as ameaças e houve a cilada.

Eu próprio o ouvi da boca de um elemento do grupo no Largo do Carmo antes da reunião. A Dr.^a Luísa Anselmo assistiu às reuniões, sabia de tudo e colaborou. De resto, o seu procedimento na reunião em relação ao sr. Gil foi a prova provada da razão que nos assistia.

Quem gera e alimenta o ódio está impedida de falar de amor.

Quanto a ser uma anónima comum servindo anónimos comuns... é falsa modestia que não merecia sequer comentários, mas ~~o-ija-para-não-nos~~ tomar de parvos:

Já duas vezes e estas foram as que eu próprio observei, que V. Ex.^a convoca os seus grupos para os lugares mais frequentados da cidade e à hora de maior movimento. Lembra-se? Arcadas e Rua José Pires Padinha. 7 horas da tarde, meses de Julho e Agosto.

Depois da concentração V. Ex.^a aparece, dá uma palavra de ordem e o grupo dispersa ou avança conforme a circunstância. Então a senhora acelera o seu carro e vai olhando em redor para se compenetrar de que a população compreendeu quem é a chefe, a Condottieri. Ao largo, como tenho ficado em ambas as vezes, não me tenho podido certificar se o olhar que lança ao Povo é esse «geito de olhar longo e triste» como V. Ex.^a classifica mas a que eu, sempre, desde menino, ouvi o Povo apelar de «Olhar de carneiro mal morto».

Não sei, e por isso não posso afirmar, tal como não posso afirmar se foi com esse olhar que V. Ex.^a imploreu a três destacados e influentes membros da Acção Nacional Popular — um dos quais ministro — o lugar que hoje ocupa e a que não tinha direito.

Um atropelozinho à boa moda Fascista. Prossiga. Prossiga que vá longe.

José António dos Santos

N. da R. — Um pequeno esclarecimento para que os leitores não fiquem induzidos em erro. No princípio da carta, J. A. S. refere-se a uma «conversa informal que foi gravada e publicada». Poderá, e deverá entender-se como «uma entrevista (informal, é certo) que foi gravada para melhor facilidade do trabalho do entrevistador».

Estatutos da Associação de Moradores Amigos Unidos de Cabanas

CAPÍTULO 1.º

DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJECTIVOS

Art.º 1.º — A associação usa a denominação de «ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AMIGOS UNIDOS DE CABANAS», tem a sua sede na povoação de Cabanas, freguesia da Conceição, concelho de Tavira, e constituiu-se por tempo indeterminado.

Art.º 2.º — A Associação tem por fins:

Promover o fomento da habitação social na área da Povoação de Cabanas, através de operações de urbanização e, tendo ainda em vista todas as formas de cooperação que correspondam às necessidades dos seus associados podendo colaborar com as iniciativas de cooperação já existentes ou que venham a existir, na localidade.

Art.º 3.º — Para prosseguir as finalidades indicadas no artigo anterior a associação pode contratar e receber financiamentos, usar e adquirir a qualquer título, direitos imóveis e móveis e promoverá a construção das casas no local cuja utilização ou propriedade ela obter.

§ único — É a Assembleia Geral dos sócios que deliberará sob proposta da direcção relativamente aos termos, cláusulas e condições dos financiamentos e do uso e aquisição dos direitos imóveis.

CAPÍTULO 2.º

DOS SÓCIOS

Art.º 4.º — Podem fazer parte da Associação as famílias residentes na Povoação de Cabanas que vivam em precárias condições de habitabilidade representadas por um indivíduo maior de dezoito anos.

§ único — Entende-se por família qualquer agregado de pessoas ainda que não familiares entre si que vivam habitualmente em comunidade de mesa e habitação, bem como, os que habitualmente vivam só e economicamente independentes dos outros moradores.

Art.º 5.º — São deveres dos sócios.

1.º — Pagar mensalmente à associação uma quota mínima a fixar em Assembleia Geral.

2.º — Contribuir com o seu trabalho e outros tipos de colaboração para o progresso da Associação.

3.º — Acatar as decisões dos corpos gerentes.

§ único — O sócio que não cumpra lesando a Associação e os outros sócios poderá ser demitido por decisão tomada por três quartos dos sócios em Assembleia Geral, perdendo os benefícios proporcionados pela Associação.

Art.º 6.º — Cada sócio concorrerá para a construção das habitações com materiais de construção, dinheiro, e, eventualmente com trabalho; e para o património social, conforme venha a ser deliberado em Assembleia Geral.

§ único — Os materiais de construção e eventual trabalho prestados pelos sócios e calculados pelos preços do mercado local à data da prestação, bem como o dinheiro entregue, serão contabilizados pela Associação a favor dos mesmos sócios.

Art.º 7.º — São direitos dos sócios:

1.º — Eleger e ser eleito para os corpos gerentes.

2.º — Recorrer para a Assembleia Geral das decisões da Direcção e do concelho fiscal que repute ilegais ou injustas.

3.º — Usufruir dos benefícios proporcionados pela Associação.

4.º — Participar activamente na vida da Associação.

Art.º 8.º — Em caso de expulsão ou abandono justificado da casa pelo sócio, este será reembolsado pela associação do que contribui em materiais, dinheiro, e eventual trabalho.

§ único — A forma de reembolso será determinado pela Assembleia Geral.

Art.º 9.º — Em caso de falecimento do sócio utente, a casa transmitir-se-á para o cônjuge sobrevivente ou para os outros herdeiros legítimos que com o falecido coabitasse permanentemente; ou a favor das pessoas que com o falecido estivessem numa relação marital ou filial de facto e com ele coabitasse permanentemente.

§ único — Se não se verificarem as condições referidas a casa será atribuída pela Associação a outro sócio e os herdeiros legítimos do falecido serão reembolsados, nos termos previstos no artigo oitavo e seu parágrafo único.

Art.º 10.º — Os sócios são sempre responsáveis pela reparação material dos prejuízos causados pelo uso anormal dos bens da Associação.

CAPÍTULO 3.º

DOS CORPOS SOCIAIS

Art.º 11.º — São os corpos sociais da Associação:

A direcção, o conselho fiscal e a mesa da Assembleia.

§ único — O mandato da direcção, do concelho fiscal e da mesa da Assembleia geral é de um ano, renovável uma só vez.

Art.º 12.º — A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios no pleno uso dos seus direitos sociais.

Art.º 13.º — A Assembleia Geral reúne ordinariamente em Janeiro de cada ano para eleição dos corpos gerentes e aprovação das contas da gerência finda, e extraordinariamente sempre que os corpos gerentes ou um décimo dos sócios o requeram.

§ único — Se a Assembleia Geral for convocada a pedido

de um décimo dos sócios, estes deverão estar presentes, salvo motivo de força maior devidamente justificado, sem o que a Assembleia não poderá funcionar.

Art.º 14.º — Compete à Assembleia Geral:

1.º — Eleger os corpos gerentes, incluindo a sua própria mesa.

2.º — Aprovar as contas da gerência anterior

3.º — Definir as linhas gerais de orientação da Associação.

4.º — Fixar os critérios preferenciais de distribuição das casas que a Associação construa.

Art.º 15.º — A mesa da Assembleia Geral será constituída por um presidente, a quem compete dirigir os trabalhos, dar posse aos corpos gerentes e convocar as Assembleias Gerais e por dois secretários, que elaborarão as actas das reuniões.

Art.º 16.º — A Direcção será constituída por um Presidente, um secretário, um Tesoureiro e dois vogais, e caber-lhe-á a administração Geral da Associação e a representação oficial desta.

Art.º 17.º — O conselho fiscal será constituído por um Presidente e dois vogais e competir-lhe-á a fiscalização Geral da administração da Associação bem como a emissão de pareceres sobre as contas da gerência.

CAPÍTULO 4.º

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.º 18.º — São receitas da Associação as quotizações dos sócios, os subsídios do Estado, e das autarquias locais, os empréstimos que a Associação obtiver, as doações e donativos que lhe forem atribuídos, e quaisquer outras.

Art.º 19.º — Existirão obrigatoriamente fundos de investimento da habitação de amortização de empréstimos e outros que em Assembleia Geral venham a ser determinados.

Art.º 20.º — As casas de habitação serão ocupadas pelos sócios quando todas estiverem concluídas e licenciadas.

Art.º 21.º — As casas construídas pela Associação ficarão sempre propriedade colectiva dos sócios e serão dadas em uso e habitação aos sócios moradores de acordo com as regras estabelecidas nestes estatutos e a fixar pela Assembleia Geral.

§ único — Os sócios utentes das casas pagarão à Associação uma quantia para amortização do investimento, acrescida de uma percentagem a fixar pela Assembleia Geral para despesas de manutenção, não devendo em caso algum o prazo de amortização ser superior a vinte anos.

Art.º 22.º — A casa não poderá ser por qualquer forma, negociada ou onerada pelo sócio utente, sob pena de exclusão da Associação.

Art.º 23.º — Os presentes estatutos poderão ser alterados, com exclusão do princípio da propriedade colectiva das casas por uma assembleia geral para o efeito expressamente convocada e em que estejam presentes três quartos partes dos sócios.

Cartório Notarial de Tavira, 14 de Outubro de 1975.

a Automóvel, Lda.

Telefone 2 22 74

PARAÇÕES
TOMÓVEIS

I - TUDOR

Amigos um Natal
de Prosperidades.

O PROBLEMA HABITACIONAL EM TAVIRA

INICIOU-SE A CONSTRUÇÃO DOS 40 FOGOS DO BAIRRO SOCIAL DE CABANAS

Teve início no passado dia 30 de Dezembro, a construção do Bairro Social de Cabanas, o qual comporta 40 fogos, de 5 tipos diferentes, consoante o agregado familiar, para os quais são destinados.

Para esta obra haviam concorrido 8 firmas, cujas propostas oscilavam entre os 9 e os 12 mil contos, sendo a mesma adjudicada à EMPER — Empresa de Estudos e Construções, Lda., pelo valor de 9 000 500\$00.

120 FOGOS PARA SANTA LUZIA INCLUÍDOS NO PLANO DE 1976

Com projecto já elaborado, foram autorizadas pelo Fundo de Fomento da Habitação, a serem incluídos no Plano de 1976, os 120 fogos que constituirão o Bairro Social de Santa Luzia.

24 FOGOS PARA TAVIRA EM HIPÓTESE

Também para Tavira, cujo projecto deverá ser ainda realizado, foi prevista a construção de 24 fogos, esperando-se que esta obra seja incluída pelo Fundo de Fomento da Habitação, no Plano de 1976.

BLOCOS HABITACIONAIS NA HORTA D'EL-REI, CONSTRUÇÃO A «PASSO DE CARANGUEIJO»

Tudo leva a crer que os fogos que estão a ser construídos na Horta d'El-Rei, face à precária situação da firma e aos conflitos verificados com os trabalhadores, não estejam concluídos muito próximo. Verifica-se, mesmo, que dois dos cinco blocos não foram ainda iniciados.

Por outro lado, sabe-se que a Câmara Municipal vai reunir-se brevemente com os possíveis interessados na aquisição dos fogos, tudo levando a crer que os preços de custo inicialmente indicados, possam vir a sofrer substancial aumento.

ASSIM VAI O PROCESSO SAAL EM TAVIRA

Após vários conflitos entre técnicos do SAAL, Câmara Municipal, Associações e proprietários dos ter-

renos, as construções SAAL que se prevêm para Tavira e Cabanas, continuam no mesmo impasse.

Não obstante o problema se vir arrastando desde Julho de 1975 e presentemente no concelho de Tavira, 6 técnicos do SAAL se debruçarem sobre o assunto, o povo interessado continua sem casas.

Lembramos que a Associação 1.º de Maio, de Tavira, prevê a construção de 52 fogos, 11 galinheiros e 4 oficinas para reparação de bicicletas e carpintaria, enquanto que a Associação Amigos Unidos de Cabanas, espera albergar 21 famílias.

Por último gostaríamos de chamar a atenção para a oneração a que estão sujeitas estas construções, resultante do facto de tantos técnicos a receber ordenados e, possivelmente, ajudas de custo permanentes, sem que até agora se tenha colocado um único tijolo.

O CARNAVAL

As sociedades recreativas — Orfeon e Recreativo, ou Recreativo e Orfeon, tanto faz — tiveram o seu Carnaval com bailes de máscaras, embora as máscaras se apresentassem em número muito reduzido e algumas (de maus fígados, certamente) a usarem e abusarem de algumas brincadeiras um pouco exageradas. Na apreciação geral que se pode fazer, o Carnaval, nas duas sociedades referidas não decorreu lá muito mal.

O Clube de Tavira não fez Carnaval, assim como também o não fizeram o Ginásio, o Desportivo, o Grupo SAAL, os ex-Grémios (da Lavoureira e do Comércio) ou quaisquer das outras associações existentes na cidade.

A cidade, na terça feira foi palco de incompreensíveis lutas entre alguns grupos de rapazes que, não sa-

COMUNICADO DA ASSOCIAÇÃO 1.º DE MAIO

AO POVO TRABALHADOR DE TAVIRA

Como sabem um dos problemas que mais afecta o povo trabalhador é a habitação. Em Tavira como em qualquer outro ponto do País, aqueles que constroem as casas dos ricos, e os que arrancam do mar ou da terra o sustento de todos, vivem em casas que pelas suas condições são um perigo para a sua saúde e a dos seus filhos.

Os ricos, sempre nos disseram que o pobre se tem de resignar à sua sorte, mas quando nós percebemos que não é assim unimo-nos para lutar juntos por aquilo que sempre nos tinha sido negado, uma habitação digna.

Assim aproveitando as possibilidades do SAAL, constituímos a Associação 1.º de Maio. E neste

momento já vemos as nossas casas a crescer o que dá ânimo para continuar até ao fim, seja de que maneira for.

Mas já lá vai mais de um ano desde que iniciámos a nossa luta e temos a certeza que foi só através dela que conseguimos avançar.

Muitos obstáculos nos têm sido levantados, até por pessoas que diziam ser nossos amigos e que resolviam tudo rapidamente. Mas o nosso grande problema foi sempre o terreno.

A 13 de Fevereiro houve uma reunião com a Câmara, o proprietário e a Associação, em que se acordou «QUE A ASSOCIA-

(Continua na pág. 3)

COMUNICADO

da Associação 1.º de Maio

(Continuação da 1.ª página)

ÇÃO PODERA 2.ª FEIRA, DIA 16 DO CORRENTE MÊS DE FEVEREIRO, OCUPAR O TERRENO TOMANDO POSSE DO MESMO» e em que nos comprometíamos a colaborar na construção do muro, de vedação do terreno. O muro já está construído, já enchemos caboucos e preparamo-nos para levantar paredes.

Agora meteram-nos no Tribunal, ameaçam-nos parar a obra e tirar-nos o que já fizemos, mas não podemos deixar que isso aconteça. Vamos continuar a trabalhar, apesar de não nos cedermos água nem luz, mas isso não nos assusta pois toda a vida trabalhámos.

Sabemos que alguns de vocês estão contra nós mas isso é devido às calúnias que os fascistas e todos aqueles que lhes lambem os pés, espalham na cidade. A nossa luta é justa podem estar certos, e é por isso que eles nos atacam, nos põem obstáculos no caminho e nos tentam dividir.

Nós precisamos mais do que nunca do vosso apoio, da vossa colaboração na medida das vossas possibilidades quer ajudando na construção das nossas casas quer apoiando e divulgando em qualquer parte e a todo o momento a nossa luta.

Queríamos ainda aproveitar a ocasião para os informar que a

nossa Associação, pensa levar a efeito no dia 1 de Maio, dia dos Trabalhadores, uma grande jornada de luta, para a qual convidará todos os trabalhadores e amigos desta cidade. Teríamos na parte da manhã, trabalho na nossa obra e à tarde depois do almoço um convívio, com canções populares e possivelmente teatro.

APOIA A NOSSA LUTA; CASAS PARA O POVO; UNIDOS VENCEREMOS!

A Associação 1.º de Maio
de Tavira

Otelo no Algarve

Otelo Saraiva de Carvalho, candidato à presidência da República, visitou a nossa Província na quarta e quinta-feira, usando da palavra, no primeiro daqueles dias, em Tavira, Vila Real de Santo António, Monte Gordo, Olhão, Faro, Loulé, Almansil, Vilamoura, Algoz, Messines, Amorosa, Silves e Albufeira e ontem em Portimão, Ferragudo, Alvor (Torralta) e Lagos.

Dado que a visita se processou já com esta edição do *Jornal do Algarve* a ser ultimada, referir-nos-emos no próximo número mais detalhadamente ao assunto.

Jornal do Algarve, 1976-06-04, p.6

Otelo Saraiva de Carvalho visitou Tavira

Integrado na sua recente deslocação ao Algarve como preâmbulo da campanha eleitoral para a presidência da República, esteve na passada semana, em Tavira, o major Otelo Saraiva de Carvalho.

Aguardado na Praça da República, o ex-comandante do COPCON, visitou as obras do bairro a construir na horta da Bela-Trinã, do Projecto SAAL, dirigindo-se seguidamente à lota do peixe, onde de cima de um camião discursou para a classe piscatória.

Após ligeiro convívio com as massas populares o major Otelo seguiu para Vila Real de Santo António.

O Tavira, 1976-06-10, p.3

OTELO NO ALGARVE

COMO noticiámos, o major Otelo Saraiva de Carvalho esteve na semana finda no Algarve, que foi como que o ponto de partida para a sua campanha eleitoral.

Em Faro esteve na fábrica de cortiças Torres Pinto, cujas operárias lhe ofereceram ramos de cravos tendo inscritas quadras de António Aleixo. Aí aludiu à necessidade de defender a nossa economia de ingerências estranhas. Em Tavira usou da palavra nas imediações da lota, sobre uma camioneta de carga e visitou, a convite da Associação de Moradores 1.º de Maio, um terreno onde se procura erguer um bairro em sistema de autoconstrução.

Em Vila Real de Santo António,

era aguardado nas instalações da Gráfica do Sul, onde muitos populares o vitoriam, empunhando cartazes onde se lia: «Os gráficos querem Otelo presidente», «Otelo, o candidato do 25 de Abril», «Presidente há só um, Otelo e mais nenhum», etc.

Após receber uma salva de prata, das mãos do delegado sindical e um ramo de cravos, de algumas jovens, Otelo falou de uma das janelas do pátio interno do edifício, agradecendo a recepção de que era alvo. Pediu ao povo trabalhador para que se constituísse numa sociedade mais justa, com pão e trabalho para todos, dizendo não acreditar que tal sociedade pudesse vir a ser formada por meio de decretos. Aludiu às grandes conquistas alcançadas pelo povo, através das Forças Armadas nos dois anos de revolução, possibilitando que cerca de oitenta mil famílias, nas áreas mais desfavorecidas, disponham já de habitação e afirmou que o socialismo vivo e criador é um produto das massas populares que ultrapassando partidarismos, podem fazer com que se chegue a um socialismo autêntico.

Referiu que em breve serão difundidos os princípios programáticos que o norteiam, que só aceitou candidatar-se a pedido do povo e que se for eleito aceitará a eleição por esta partir do próprio povo.

Ao finalizar, lançou sobre os presentes cravos do ramo que lhe tinham oferecido.

O cortejo seguiu depois pela Avenida da República, para a fábrica Peninsular. Ali e sempre muito aplaudido, disse estar empenhado na construção de uma sociedade nova e mais justa onde todos os portugueses, ao nascerem, tenham as mesmas possibilidades e que os camponeses, operários e outros elementos das massas populares têm necessidades que é preciso atender.

Mais tarde, Otelo e a comitiva dirigiram-se a Monte Gordo, onde aquele, no Largo do Carapeto, se dirigiu ao povo, apelando para a sua unidade na defesa de um socialismo que a todos garanta pão e trabalho.

A exaustiva viagem prosseguiu por Olhão, Loulé, Vilamoura e Amorosa, terminando já noite em Albufeira.

Jornal do Algarve, 1976-06-11, p.8

A LUTA DO POVO DE CABANAS DÂ FRUTOS

A luta travada pelo povo de cabanas por uma habitação condigna, começa hoje a ser justamente recompensada pelo aparecimento das primeiras casas que irão alojar algumas famílias pobres que a elas têm direito.

Havia já quinze anos que este povo lutava pelas habitações, no entanto sempre foi

enganado de formas humilhantes como é o hábito de toda a burguesia, pois só falavam no assunto em épocas de eleições para caçar alguns votos.

Situações de mentira e de falsas promessas por parte daqueles que vivem da abundância fizeram levantar por várias vezes o povo em formas

de luta que os burgueses tremaram, acontecendo por duas vezes a ocupação do aldeamento turístico de Pedra d'El Rei.

A grande maioria do povo de cabanas hoje já compreendeu, que se não tivesse tomado estas justas posições, ainda hoje nada estaria feito, pois foi com a sua luta decidida e ultrapassando os meios que a burguesia não esperava que fez com que as entidades (in)competentes se debruçassem sobre o problema do povo, que era a construção imediata de um bairro à muitos anos prometidos. O povo colheu nesta luta que não é com palavras que obriga a burguesia a resolver os seus problemas.

Mais lentamente mas também sempre a avançar está o projecto Seal que de igual forma também irá resolver o problema a habitação daqueles que não estão integados no Bairro Social. Bairro Saal e social são duas formas de resolver o mesmo problema.





Câmara Municipal de Tavira

EDITAL

JOSÉ GREGÓRIO DO CARMO, Vice-Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira:

Torna público que perante a Câmara Municipal de Tavira, realizar-se-á no dia 30 do corrente mês de Dezembro, às 16 horas, o concurso público para adjudicação da obra de construção de infra-estruturas dos Bairros Social e SAAL de Cabanas, que constam de:

- Arruamentos;
- Abastecimento de água;
- Rede de águas pluviais;
- Rede eléctrica;
- Esgotos domiciliários;
- Arranjos exteriores (parte).

Base de licitação — 3 565 000\$00

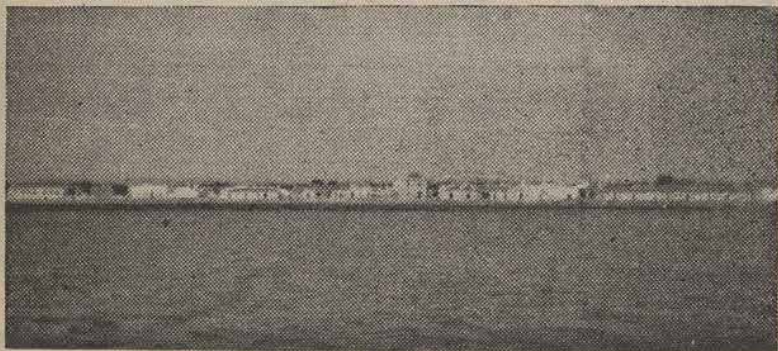
Entrega das propostas até às 12 horas do dia do concurso.

O processo pode ser examinado na Secretaria da Câmara todos os dias úteis durante as horas de expediente.

Paços do Concelho de Tavira, 6 de Dezembro de 1976

O Vice-Presidente da Comissão Administrativa,

(a) *José Gregório do Carmo*



Um aspecto (colhido do mar) da povoação de Cabanas (Tavira), onde agora se concluiu a construção de 24 casas para famílias de poucos recursos

CONCLUÍDO O BAIRRO S. A. A. L. DE CABANAS (TAVIRA)

EM 18 deste mês realizou-se a festa comemorativa do final da construção, através do processo SAAL, de um bairro de 24 moradias na povoação de Cabanas de Tavira. A construção foi feita pela Associação de Moradores Amigos Unidos de Cabanas e levou cerca de 2 anos a concretizar-se. A festa foi realizada por aquela Associação e constou de um almoço e de uma parte recreativa, onde actuaram o Grupo de Teatro da Casa de Cultura da Juventude de Faro, os Jogaíras Intervenção, o Grupo de Acção Popular Vozes na Luta, o arq. José Fanha e outros.

Felicitemos as 24 famílias que, deste modo, passaram a possuir habitações condignas, sendo de realçar que se trata de gente humilde, pescadores na quase totalidade, e que só graças ao processo SAAL conseguiram aquela justa aspiração.

Embora as casas estejam concluídas falta fazer os arruamentos, os esgotos e a parte eléctrica exterior, obras essas a cargo da Câmara Municipal e que se espera venham a ser efectuadas com urgência.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA EM CONCEIÇÃO

Sob a presidência do sr. José António Morcela, reuniu a Assembleia de Freguesia de Conceição de Tavira, para apreciar o orçamento e o plano da Junta de Freguesia para 1978. Aqueles documentos foram apresentados à Assembleia pelo presidente da Junta e tanto o orçamento, que mostra uma receita de pouco mais de 20 contos, como o plano, foram aprovados.

Fernando Gil Oardeira

